

Instituto Sedes Sapientiae

Conselho de Direção do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae – gestão 2018/2019

Ana Maria Siqueira Leal (Cursos), Ana Lucia Panachao (Transmissão, Pesquisa e Intervenções Externas), Elaine Armênio (Clínica e Instituições), Luciana Cartocci (Formação Contínua), Mabel Lidia Casakin (Eventos), Mara Selaibe (Relações Externas), Maria Cristina Petry Barros Martinha (Relações Internas), Nanci de Oliveira Lima (Administração e Finanças), Solange Maria Santos Oliveira (Comissão de Admissão)

Conselho Editorial

Cleusa Pavan, Lilian Quintão, Luciana Cartocci, Marcia R, Bozon de Campos, Maria Aparecida Kfoury Aidar, Maria de Lourdes Caleiro Costa, Maria do Carmo Vidigal Meyer Dittmar (Lila). Parecerista *ad hoc*: Maria de Fátima Vicente

Grupo de Entrevistas

Ana Claudia Patitucci, Bela M. Sister, Célia Klouri, Cristina Parada Franch, Danielle Melanie Breyton, Deborah Joan de Cardoso, Silvio Hotimsky

Grupo de Debates

Cristiane Curi Abud, Gisela Haddad, Vera Blondina Zimmermann, Thiago Majolo

Grupo de Debates Clínicos

Beatriz Mendes Coroa, Paula Peron, Sérgio Telles (coordenador)

Conselho Editorial de Resenhas

Camila Salles Gonçalves (coordenadora), Janaina Namba, Lia Novaes Serra, Sérgio Telles, Susan Markuszwover

Tesouraria

Elcio Gonçalves de Oliveira Filho

Conselho Científico, Consultores *ad hoc*

Abrão Slavutzky (*Porto Alegre*), Ana Cecília Carvalho (*Universidade Federal de Minas Gerais*), Ana Helena de Staal (*Paris*), Arthur Nestrovsky (*São Paulo*), Benny Lafer (*Universidade de São Paulo*), Daniel Orlievsky (*Universidade de Buenos Aires*), David Levisky (*Sociedade de Psicanálise de São Paulo*), Dominique Fingermann (*Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano*), Elias M. da Rocha Barros (*Sociedade de Psicanálise de São Paulo*), Gilda Sobral Pinto (*Sociedade de Psicanálise da Cidade do Rio de Janeiro*), Heitor O'Dwyer de Macedo (*Quatrième Groupe*), Inês Marques (*Société Psychanalytique de Paris*), João A. Frayze-Pereira (*Universidade de São Paulo*), Joel Birman (*Universidade Estadual do Rio de Janeiro*), Luís Celes (*Universidade de Brasília*), Luis Cláudio Figueiredo (*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*), Luiz Eduardo Prado de Oliveira (*Quatrième Groupe*), Marcelo Marques (*Association Psychanalytique de France*), Marcia Neder Bacha (*Universidade Federal do Mato Grosso do Sul*), Maria Helena Fernandes (*Instituto Sedes Sapientiae*), Maria Rita Kehl (*Associação Psicanalítica de Porto Alegre*), Marlise Bassani (*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*), Néelson Coelho Jr. (*Universidade de São Paulo*), Purificación Barcia Gomes (*Instituto Sedes Sapientiae*), Rosine Perelberg (*British Psychoanalytic Society*), Sergio Zlotnic, Urania Tourinho Peres (*Colégio de Psicanálise da Bahia*)

Linha editorial

Percurso é publicada pelo Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. É uma revista científica dedicada ao avanço dos conhecimentos psicanalíticos em suas vertentes clínica, teórica, metodológica e epistemológica. Visando a estimular o debate entre as várias correntes da Psicanálise, aceitamos trabalhos de todas as orientações, tanto de membros do Departamento quanto de colegas de outras instituições brasileiras e estrangeiras. Pautamo-nos por um ideal exigente de qualidade científica, literária e estética, pela abertura às inovações consistentes, pelo respeito à complexidade da vida psíquica e dos fenômenos socioculturais, pela recusa do dogmatismo, da intolerância e dos reducionismos, pelo diálogo com as áreas conexas. Acreditamos que o pensamento crítico contribui para libertar o espírito das amarras que o prendem à ignorância e ao sofrimento. Como disse Freud, “a voz da razão é suave, mas termina por se fazer ouvir”.

Revisão

Simone Zac • Tel.: (11) 9 9897-1362 • simonezac@yahoo.com.br

Projeto e produção gráfica

Sergio Kon • A Máquina de Ideias • Tel.: (11) 3062--6086 • amaquina@aclnet.com.br

Assinaturas

Angela Maria Vitorio • Tel./Fax: (11) 3081--4851 • percurso@uol.com.br

Capa

Tunga. *Lezart* (detalhe). Cobre, aço, imã, ferro, 50 x 35 x 75 cm, 1989. Cortesia do Instituto Tunga.

Coordenação editorial

Renato Mezan • Rua Amália de Noronha, 198 • 05410--010 São Paulo • Tel./Fax: (11) 3081--4851

Recepção de originais para publicação

Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae (Claudia Dametta) • Rua Ministro Godoy, 1484 • cep 05015-900 São Paulo SP Brasil

Grafia atualizada segundo o Novo Acordo Ortográfico.

Site na Internet: <http://revistapercurso.uol.com.br> • e--mail: percurso@uol.com.br

Percurso é indexada na Biblioteca Virtual de Psicoanálisis – BiViPsi.

Instituto Sedes Sapientiae

R. Ministro de Godoy, 1484
05015--900 São Paulo SP
Tel.: (11) 3866--2730
Secretária do Departamento:
Claudia Dametta
deptodepsicanalise@sedes.org.br

PERCURSO 62

História, criatividade
e resistência

Sumário

Table of contents

7 Editorial

TEXTOS PAPERS

- 9 Das grandes guerras às mutações socioculturais contemporâneas: uma breve história das clínicas institucionais
From the great wars to contemporary sociocultural mutations: a brief history of institutional clinics
Jean-Pierre Pinel
- 21 Revista *Percurso*: a escrita como resistência
Percurso Journal of Psychoanalysis: writing as resistance
Miriam Chnaiderman
- 29 Contribuciones al psicoanálisis del malestar contemporáneo. Aportes a una genealogía del psicoanálisis argentino
Contributions to a psychoanalysis of contemporary malaise. Elements towards a genealogy of Argentinian psychoanalysis
Fernando Urribarri
- 41 Contra a máquina de descerebrar. O que (ainda) pode a psicanálise?
Against the machine of destroying the mind. What can Psychoanalysis still do?
Ana Helena de Staal
- 49 As raízes da psicanálise e o mal-estar soberano
The roots of psychoanalysis and sovereign malaise
Camila Salles Gonçalves

- 55 Considerações sobre o brincar na era da tecnologia e dos jogos eletrônicos
Considerations on playing in the age of technology and electronic games
Bruno Espósito
- 67 O jogo do 15 e a estrutura da linguagem: Lacan e o lugar vazio
The 15 puzzle and language structure: Lacan and the empty place
Adela Judith Stoppel de Gueller
- 81 Como se faz um psicanalista: a experiência de Christopher Bollas
The making of a psychoanalyst: the experience of Christopher Bollas
Sérgio de Gouvêa Franco
- 93 Silêncios. Sobre psicanálise, arte e resistências
Silences. On psychoanalysis, art and resistences
Sílvia Nogueira de Carvalho

ENTREVISTA INTERVIEW

- 101 Uma experiência conceitual
A conceptual experience
Janine Puget

DEBATE DEBATE

- 117 Femicídio
Femicide
Bianca Santana • Eduardo Leal Cunha • Susana Muszkat • Vera Iaconelli

DEBATE CLÍNICO CLINICAL DEBATE

- 127 Caso Hilda ----
The case of Hilda ----

Barbosa Coutinho • Anna Maria Amaral • Nelson da Silva Jr.

LEITURAS BOOK REVIEWS

- 137 O psicanalista e o narrador [Literatura à margem]
The psychoanalyst and the narrator
Renato Tardivo
- 139 Em defesa do ofício do psicanalista [Ofício do psicanalista II: por que não regulamentar a psicanálise]
Defending our psychoanalytic craft
Flavio Carvalho Ferraz
- 143 Um encontro entre literatura, cinema e psicanálise [Cenas em jogo: literatura, cinema, psicanálise]
An encounter of literature, cinema and psychoanalysis
Roberta Nazaré Bechara Ventura
- 147 O artesão do inconsciente coletivo [A arte de C. G. Jung]
The artisan of collective unconscious
Caio Liudvik
- 158 As vicissitudes da noção de objeto no percurso de 100 anos da Psicanálise [Sujeitos da Psicanálise]
Vicissitudes of the notion of object in the 100 years of psychoanalysis
Arnaldo Chuster
- 158 O que pode uma psicanalista nestes tempos [O tempo e os medos – a parábola das estátuas pensantes]
What can a psychoanalyst do in these times
Maria de Fátima Vicente

Raízes e devires
Roots and becomings

Apresentação do vídeo do evento comemorativo dos 30 anos da revista *Percurso*, realizado pelo Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, março de 2019 Acesse em www.revistapercurso.uol.com.br [*video and audio material of the event*]

- 161 Colaboradores deste número
Contributors to this issue
- 163 Normas para envio de artigos e resenhas
Rules for contributors
- 165 Onde encontrar *Percurso*
Where to find Percurso
- 167 Para assinar *Percurso*
How to subscribe to Percurso

Editorial

História, criatividade e resistência

Comemoramos os 30 anos de *Percurso* com o evento Raízes e Devires, realizado no último 30 de março. Como não poderia deixar de ser, esse número da revista é especialmente dedicado ao evento, cujas falas são uma mostra da psicanálise que procuramos praticar, daquilo que ao longo de 30 anos buscamos fazer publicando artigos, entrevistas, resenhas, debates que divulguem a psicanálise comprometida com os movimentos de seu tempo, com a clínica decorrente das transformações da teoria, do social, da produção das subjetividades contemporâneas.

Consolidando, desta forma, a proposta de pensar coletivamente o lugar da psicanálise na cultura hoje e a especificidade do pensamento e das intervenções psicanalíticas, em um cenário de vultosas e rápidas transformações que ultrapassam fronteiras, trazemos, neste número 62 de *Percurso*, os artigos de Ana Helena de Staal, Camila Salles Gonçalves, Miriam Chnaiderman e Fernando Urribarri escritos a partir de suas apresentações. Naquele encontro, retomamos o primeiro editorial da revista, que apontava para uma direção que segue determinante: “Pensar a Psicanálise como algo que se historiciza, que se inscreve no cruzamento de determinações psíquicas, sociais, temporais – isto nos põe de acordo com as concepções que norteiam a instituição à qual pertencemos”.

Miriam situa claramente nosso ponto de partida. Uma psicanálise engajada, como prática para a alteridade, exige uma escrita: “a escrita tem um papel político enquanto criadora de uma rede que ampara e comunica nossa pertinência e pensamento em uma tomada de posição que corre mundos”. Correndo mundos, Ana de Staal e Urribarri vêm ao nosso encontro historicizando movimentos fundamentais da psicanálise na França e na Argentina. Ressaltam-se as condições bastante singulares das contribuições da América Latina. Camila Salles, por sua vez, traz uma reflexão sobre as raízes da psicanálise e sua imbricação com o tema da violência.

O número atual é também bastante representativo das questões acima colocadas. Como exemplos disso, chamamos a atenção para a seção Debates em torno da questão do feminicídio, crime que recrudescer em tempos de obscurantismo autoritário como o que vivemos, ao mesmo tempo que vem sendo denunciado e debatido. E para a entrevista com Janine Puget, que fala da “diferença radical” como o conceito que define o que é um vínculo e o desafio de sustentar o heterogêneo, o irreconhecível, a abertura de caminhos que não se sabe quais serão.

O desejo de compartilhar tantas inquietações é o que nos move e nos faz continuar.

É com imenso prazer que agora seguimos essa comemoração junto aos nossos leitores!

Boa leitura!

TEXTOS

Das grandes guerras às mutações socioculturais contemporâneas

uma breve história das clínicas institucionaisⁱ

Jean-Pierre Pinel

Tradução Luciana Menin Lafraia

Resumo A fim de pensar sobre as possibilidades de resistência criativa às mutações socioculturais contemporâneas, o artigo apresenta uma história das “clínicas institucionais” e sustenta que as relações entre a psicanálise e as instituições de cuidado se estabeleceram como resistência contra diferentes figuras do Mal, e em torno das problemáticas das psicoses, dos traumatismos de guerra e dos adolescentes em conflito com a lei.

Palavras-chave análise de grupos; adolescentes em conflito com a lei; mutações contemporâneas; psicose.

Jean-Pierre Pinel é analista de grupos e instituições, presidente da Transition Association Européenne d’analyse de groupe et d’institution e professor de Psicopatologia Social e Clínica na Université Paris XIII.

A matéria em questão é de grande amplitude e meu propósito esta noite é bastante circunscrito. É um grande desafio retrair em algumas dezenas de minutos uma aventura humana que se desenrola há uma centena de anos. Limito-me a tentar apontar os principais movimentos que marcaram essa construção, de modo que certos trabalhos muito importantes não serão evocados. Contudo, nossa discussão poderá sem dúvida fazer jus àqueles que não pude citar.

Gostaria ainda de fazer algumas observações preliminares para situar o sintagma *clínicas institucionais* e precisar alguns elementos da metodologia que nortearam meu percurso de historiografia.

1. As clínicas institucionais

Proponho definir a noção de clínicas institucionais como um sintagma mais amplo que aqueles de “psicoterapia institucional”, de “cuidados institucionais” [*soins institutionnels*] ou ainda de “terapêutica institucional”. Eu o caracterizaria como o conjunto das modalidades de uso e de articulação entre os estabelecimentos de cuidado e a psicanálise. Situo-me aqui no campo de uma psicanálise em extensãoⁱⁱ, que tem por objeto analisar as interferências e os nós entre os espaços intra, inter ou trans-subjetivo e o quadro social e cultural. A especificidade das clínicas institucionais reside precisamente na necessidade de oferecer um dispositivo plurissubjetivo instituído aos sujeitos que não podem se beneficiar de um tratamento unicamente individual ou grupal em razão de sua patologia ou dos contextos de cooperação pluridisciplinar (médico, social, educativo ou pedagógico) associados a seus sofrimentos psíquicos e psicossociais.

Há ainda uma questão epistemológica a precisar. Como o mostrou Michel de Certeau (1975), o historiador não pode reconstituir a verdade. Toda interpretação histórica depende de um contexto sociocultural, dos pertencimentos e da subjetividade daquele que tenta reconstituir um conjunto de eventos – sempre em uma lógica de construção. Assim é, evidentemente, a história que conto, que se elabora notadamente a partir da situação francesa contemporânea e é, portanto, parcial.

1.1 *Os três fundamentos das clínicas institucionais*

Três proposições centrais organizam este artigo. São elas:

De um lado, as clínicas institucionais formaram-se como modalidades criativas de resistência às violências mortíferas e às catástrofes que marcaram nossa história recente. São sempre fundadas contra. Assim, dão continuidade ao fundamento originário da psiquiatria francesa, referida ao Iluminismo e forjada contra as desigualdades, as opressões e as violências psíquicas e sociais do antigo Regime. A introdução da psicanálise no espaço institucional se deu assim contra as diversas figuras do Mal: contra os traumatismos da primeira grande guerra mundial, um pouco mais tarde, contra os assassinatos e traumatismos em massa produzidos pelo fascismo e pelo nazismo e, ainda mais recentemente, contra as violências geradas pelas guerras civis, sociais e religiosas atuais.

De outro lado, proponho a hipótese de que três configurações psicopatológicas *princeps* participaram da criação e do desenvolvimento das clínicas institucionais: as psicoses, os traumatismos de guerra e os comportamentos dos adolescentes em conflito com a lei. Os trabalhos de historiografia das clínicas institucionais são frequentemente centrados no hospital psiquiátrico e nas psicoses. Gostaria, de minha parte, de restabelecer o lugar dos comportamentos de conflito com a lei em adolescentes e do trauma na modelagem das clínicas institucionais.

Enfim, a clínica institucional é constituída de fato a partir de uma configuração grupal, que é compreendida e considerada de formas muito diferentes de acordo com as correntes teóricas que a subjazem.

Gostaria de diferenciar ainda alguns conceitos que organizam o artigo.

De início, a Instituição (com i maiúsculo), no sentido de instância antropológica fundamental inerente à condição humana. A Instituição nos precede e nos sobreviverá, e evoca a cada um de nós uma figura da eternidade. A Instituição vem garantir os interditos fundamentais (morte, incesto, canibalismo), sustentar as regras de transmissão entre as gerações, formar uma matriz para as diferenciações fundamentais, assegurar o cuidado às crianças e aos vulneráveis e zelar pelos mortos e suas sepulturas. A Instituição é a condição da continuidade das existências humanas em suficiente pacificação.

As instituições (com i minúsculo) são as declinações singulares da Instituição: são situadas no tempo e no espaço e configuradas segundo os contextos históricos, culturais e políticos. Algumas delas têm uma finalidade existencial (educar, cuidar, formar, julgar etc.). Os estabelecimentos e os serviços especializadosⁱⁱⁱ se inscrevem em um processo de

institucionalização complexo. Como mostrou Alain Noël Henri, são criados para reinscrever em uma trama simbólica comum os sujeitos excluídos ou nas bordas. As violências psíquicas, as violências sociais e as diversas vulnerabilidades necessitam da criação de espaços de acolhida ou de acompanhamento para que se restaure – nas lacunas, nos buracos, na incompletude – uma trama simbólica comum e partilhada^{iv}.

2. Os principais momentos da história francesa das clínicas institucionais

Procederei a uma divisão, sempre um pouco arbitrária, e carregada nas tintas, entre cinco períodos principais da criação e desenvolvimento das clínicas institucionais; períodos muito diretamente relacionados às reviravoltas dos contextos sociais, culturais e políticos.

Os precursores e a Primeira Guerra Mundial;
os fundadores e a Segunda Guerra Mundial;
as crises e cisões ligadas às cristalizações teórico-ideológicas dos anos 1950-1960;
as ampliações das clínicas institucionais dos anos 1970-2000;
enfim, o período contemporâneo: as clínicas institucionais em meio às transformações atuais do metaenquadre.

2.1 *Os precursores*

As clínicas institucionais encontraram seu fundamento na psiquiatria moderna nascida da Revolução Francesa com Philippe Pinel e Jean-Etienne Esquirol. Este último foi o primeiro a especificar a função de cuidado da instituição, escrevendo em 1822: “Uma casa de alienados pode ser um instrumento de tratamento. Nas mãos de um médico hábil, é o agente terapêutico mais potente contra as doenças mentais”.

Tal fundação inscreveu nas instituições de tratamento psíquico uma força dos valores de emancipação psíquica e social, associados a um ideal de desalienação diretamente nascido do Iluminismo. Aqueles a quem proponho designar como os precursores das clínicas institucionais serão muito diretamente inscritos nesse movimento.

A Primeira Guerra Mundial mobilizará fortemente as resistências criativas contra o transbordamento mortífero e o desastre cultural dessa tragédia, que inaugurou de fato o século 20.

As três formas de sofrimento psíquico antes evocadas se descortinam assim de uma vez à exploração dos psicanalistas que investiam o campo social.

Em 28 e 29 de setembro de 1918, Ferenczi e Von Freund organizam o Quinto Congresso da IPA em Budapeste. A importância das neuroses de guerra, sobre as quais Ferenczi aprofundou-se^v, é colocada em evidência por Freud^{vi}, que pronunciou uma comunicação sobre a questão.

Nesse mesmo colóquio, Géza Roheim^{vii} proferiu uma comunicação sobre *O Self, um estudo sobre psicologia dos povos* [*Le soi, une étude en psychologie des peuples*].

A psicanálise é então convocada a responder às patologias engendradas pelas violências da guerra e provenientes do campo social. Investindo então a cultura e a política, amplia seu campo e seus objetos de investigação.

É precisamente por ocasião do colóquio de Budapeste que Freud definirá as relações entre as instituições de cuidado e a psicanálise. Uma breve citação apoia essa proposta:

Por outro lado, é possível prever que, mais cedo ou mais tarde, a consciência da sociedade despertará, e lembrará que o pobre tem exatamente tanto direito a uma assistência à sua mente, quanto o tem, agora, à ajuda oferecida pela cirurgia, [...] Quando isto acontecer, haverá instituições ou clínicas de pacientes externos, para as quais serão designados médicos analiticamente preparados, de modo que homens que de outra forma cederiam à bebida, mulheres que praticamente sucumbiriam ao seu fardo de privações, crianças para as quais não existem escolha a não ser o embrutecimento ou a neurose, [...] Defrontar-nos-emos, então, com a tarefa de adaptar a nossa técnica às novas condições.

É nesse imediato pós-guerra que um novo campo das clínicas institucionais se abrirá para August Aichorn: aquele dos adolescentes em conflito com a lei. Sua obra *Juventude ao abandono*^{viii} será prefaciada por Freud.

Aichorn proporá uma abordagem psicanalítica que rompe com as ideologias autoritárias dos estabelecimentos de então. O ato antissocial é doravante considerado não mais como unicamente repreensível, nem como efeito de alguma degenerescência hereditária, mas como sintoma de problemas afetivos ligados à história pessoal do sujeito. Apoiado em uma concepção psicanalítica da educação, Aichorn empreende um tratamento das atuações que se baseia em uma visada compreensiva de seus motivos, sejam eles relacionados a carências ou ao excesso de amor que hoje designamos pelo conceito de *incestualidade* (Racamier).

O período entre guerras vai suscitar o desenvolvimento, notadamente na Europa central e nos EUA, de instituições que se abrem à psicanálise e nas quais intervêm psicanalistas com base em avanços teóricos muito importantes. Alguns deles procedentes de uma melhor compreensão da psicopatologia das psicoses e das patologias graves do narcisismo. Outros, relativos a esclarecimentos decisivos à compreensão da dinâmica institucional. Quero destacar aqui a obra de Hermann Simon^{ix}, cujos trabalhos terão profunda influência sobre os fundadores da psicoterapia institucional.

2.2 Os fundadores

A Segunda Guerra Mundial e as destruições mortais do nazismo – das quais as populações acolhidas pela psiquiatria serão, na França, as vítimas por maior tempo desconhecidas – darão lugar a rearranjos profundos das teorias e das práticas institucionais que deram continuidade àquelas nascidas da Primeira Guerra.

A clínica institucional das psicoses

Na França, é em St. Alban, em Lozère, durante a Segunda Guerra Mundial, que foi criada a psicoterapia institucional. Fundada contra o domínio do nazismo e do regime de Vichy, a psicoterapia institucional se constitui fundamentalmente a partir de uma posição de Resistência ao totalitarismo.

A equipe instituída edificou, em seus momentos dramáticos, as bases de uma psiquiatria comunitária que tinha como ambição modificar as relações entre cuidadores e pacientes a fim de favorecer uma abertura ao mundo da loucura e, reciprocamente, do mundo à loucura. A este respeito, os laços estabelecidos com o meio, e mais particularmente com os agricultores da região, permitiram que a instituição suprisse as necessidades alimentares dos pacientes, assegurando sua sobrevivência, diferentemente dos doentes acolhidos nos estabelecimentos psiquiátricos tradicionais que morreram de fome às dezenas de milhares.

François Tosquelles, psiquiatra catalão fugido da Espanha após a vitória franquista, chegou a St. Alban em 1941 e participou da fundação dessa nova prática institucional^x. Psicanalista de formação, analisado por um discípulo de Ferenczi, traz com ele duas obras que lhe servirão de referência: o livro de Hermann Simon que preconiza *Uma terapia ativa no hospital*^{xi} e a tese de Lacan sobre *A personalidade paranoica*^{xii}.

A posição teórica central recorre ao conceito de transferência, adaptando-o à psicose e ao campo institucional: a transferência do psicótico é dissociada e se estabelece sob a forma de uma *constelação transferencial*. Esse ponto conhecerá importantes desenvolvimentos graças aos trabalhos de Jean Oury.

Durante o mesmo período, outro grupo, ainda na França, participa da criação do que foi designado como *cuidado institucional* [*le soin institutionnel*]. Uma obra principal dirigida por Paul Claude Racamier, *O psicanalista sem divã*^{xiii}, proporá uma síntese e difundirá os trabalhos¹ fundamentais de Stanton e Schwartz^{xiv}. Esses trabalhos abrem a via para uma compreensão psicanalítica dos movimentos psíquicos que se dão entre as equipes e os pacientes. Ponto essencial sobre o qual podemos retornar na discussão se desejarem.

Simultaneamente, desenvolve-se uma crítica ao hospitalismo. Os efeitos deletérios da instituição asilar – a despeito de todas as transformações operadas – concorrem para a promoção de uma nova concepção de política psiquiátrica com o desenvolvimento da setorização, que terá efeitos no decorrer dos anos 1960.

A clínica institucional dos traumatismos

É sem dúvida a Bion que devemos o desenvolvimento de uma clínica institucional adaptada aos soldados vítimas de traumatismos de guerra.

Nomeado psiquiatra no Hospital Militar *Northfield* em 1943, Bion desenvolve com Rickman uma modalidade de tratamento específica para os soldados traumatizados da guerra. Essa experiência será relatada na obra *Experiences in groups*^{xv}. Se Bion foi sem dúvida profundamente influenciado pelo que viveu durante a Primeira Guerra Mundial^{xvi}, Rickman, por sua vez, se situa na linhagem teórico-clínica de Ferenczi.

A cooperação entre essas duas figuras centrais da psicanálise inglesa resultou na elaboração e implantação de um dispositivo de tratamento grupal-institucional dos

traumatismos de guerra. Esse tratamento é destinado a favorecer a constituição de um *espírito de grupo*, dando como tarefa aos soldados *tratar em grupo* suas dificuldades coletivas e pessoais em prol da readaptação de cada um.

A experiência do Hospital *Northfield* constitui uma modalidade de estruturação sistematizada do campo institucional-grupal de tal sorte que o conjunto é tomado como dispositivo terapêutico.

Bion e Rickman forjam a hipótese de que é possível tratar cada paciente colocando em trabalho seu grupo de pertencimento atual. A tarefa claramente colocada ao grupo é de sustentar a responsabilidade dos pacientes na criação de um *bom ambiente grupal* e na organização do *enquadre material da vida cotidiana*. O ponto de vista original é o de *centrar no grupo* – nas suas ações, suas experiências, suas modalidades de compreensão –, recusando a perspectiva orientada para a análise das emoções e atos individuais.

Após algumas semanas desse tratamento, Bion e Rickman observaram uma mudança profunda do clima grupal-institucional: a execução de grupos de discussão sem líder permite aumentar a implicação e sustentar a reconstrução das bases narcísicas desfeitas pelos traumas.

A clínica institucional dos jovens em conflito com a lei

O suporte a crianças e adolescentes abandonados pelos pais ou evacuados por decisão do governo britânico, ou ainda encontrados errantes durante as *Blitz*, foi uma preocupação forte para Winnicott, que desenvolverá uma abordagem de clínica institucional extremamente inovadora e fecunda articulando privação, tendência antissocial (de que o comportamento em conflito com a lei é uma modalidade) e cuidados institucionais.

Quando da declaração de guerra em setembro de 1939, o governo inglês procedeu à evacuação de oitocentas mil crianças para os campos, menos expostos aos bombardeios que as grandes aglomerações. As crianças foram conduzidas a destinos desconhecidos, não comunicados nem a elas nem a seus pais. Será como reação a esse evento dramático que Winnicott falará à *BBC* para evocar a experiência ambivalente dos pais, tomados entre o desejo de proteger seus filhos e a dor da separação. Apontará especificamente o sofrimento das mães. Durante a guerra, ele repetidamente tenta alertar os políticos responsáveis quanto aos efeitos patológicos de tais separações sobre as crianças e os adolescentes. Paralelamente, ele supervisiona vários estabelecimentos que acolhem jovens reputados difíceis, que não puderam ser colocados em famílias de acolhimento em razão justamente de seu comportamento antissocial.

É durante esse período que ele escreve o conjunto de artigos reagrupados na obra *Privação e delinquência*^{xvii}.

Winnicott afirma que a cura psicanalítica padrão não é uma terapêutica indicada a assuntos de antisociabilidade. Esta última demanda cuidado institucional, eventualmente associado a uma psicoterapia individual. O cuidado institucional procede de uma abordagem pluridisciplinar, visando articular e integrar as diferentes modalidades de cuidar: médica, psicológica, social, educativa, cultural... Trata-se de oferecer às crianças um meio institucional coerente, apoiado em um quadro

estruturado, com referências suficientemente estáveis tanto no plano dos ritmos da vida quanto das atividades propostas. Essa estrutura deve ser suficientemente consistente para resistir aos inevitáveis ataques por parte dos jovens que sofreram privação, e é esta consistência o operador essencial do tratamento da problemática antissocial. Ora, essa consistência depende estreitamente da economia psíquica da equipe de profissionais.

Winnicott observa que, em tempos de guerra, as autoridades favoreciam os cuidados em vez dos tribunais. Isso coloca a questão das razões pelas quais, em tempos de paz, os poderes públicos privilegiam as políticas repressivas. A questão conserva uma gritante atualidade.

2.3 *Os anos 1950-1960: as clínicas institucionais à prova das discórdias*

No curso dessas duas décadas, os diversos movimentos da psicoterapia e dos cuidados institucionais se estruturaram atravessando crises que engendrarão teorizações divergentes, levando, no melhor dos casos, a uma forma de ignorância mútua, e no pior, a ferozes antagonismos ideológicos.

Os embates eram múltiplos e complexos, atravessados notadamente pelas oposições quanto ao lugar da política e da readaptação social na terapia institucional. As discórdias também resultaram de concepções antagonistas quanto às condições de implantação dos processos terapêuticos dentro das instituições de cuidado. Divergências importantes também foram criadas em torno das funções psíquicas exercidas pelos diferentes profissionais que compõem as equipes cuidadoras. As incompatibilidades foram massivamente cristalizadas a propósito da teorização dos movimentos transferenciais mobilizados na instituição.

As diferentes linhas de fratura que se cruzarão no decurso desses anos são também aquelas que atravessam o campo social no começo de um período de crescimento econômico e social que os franceses chamam retrospectivamente de Trinta Gloriosos. As tensões que os subjazem são evidentemente tomadas na rede do contexto sócio-histórico e refletem os antagonismos que trabalham o enquadre cultural do momento.

As intrincadas paixões mobilizadas e os embates de pertencimento institucional exacerbam as polêmicas. As diferentes correntes, notadamente lacanianas e não lacanianas, são então constituídas em ignorância mútua. As trocas mais abertas começam a ser retomadas apenas 50 anos após as declarações de incompatibilidade.

2.4 *Os anos 1970-2000*

A clínica institucional conhecerá durante esse período um movimento triplo de expansão, de diferenciação e de especialização. À crise pós-moderna e à ebulição pós-68 se associará uma formidável criatividade que se desenvolve sobre dois planos: a criação de novos dispositivos institucionais e a oferta de cuidados institucionais a sofrimentos psíquicos e psicossociais até então negligenciados ou marginalizados.

O desenvolvimento das clínicas institucionais

Um potente *élan* criativo se desenvolverá durante bons trinta anos em diferentes direções a fim de responder à extensão das patologias narcísicas, às consequências

subjetivas das guerras civis e econômicas, às patologias do exílio e aos sofrimentos psicossociais de exclusão social. O conjunto dessas instituições se constituiu na intenção de interromper os modelos disciplinares e as políticas de segregação por meio de:

- criação de dispositivos institucionais diversificados, inscritos na cidade, visando oferecer modalidades de cuidado inovadoras;
- implementação de tratamentos institucionais configurados para formas limites e extremas de subjetividade, como por exemplo os serviços criados para os agressores sexuais, abertos notadamente por Cl. Balier;
- criação de dispositivos e de redes destinados a oferecer cuidado psíquico a sujeitos tomados por problemáticas de exclusão social, questão que ocupará nos anos 1980-2000 um lugar cada vez mais massivo.

Similarmente, se desenvolvem dispositivos institucionais inovadores no tratamento de crianças e adolescentes que apresentam patologias dos limites. Os estabelecimentos então criados, os *Itep (Institut thérapeutique, éducatif et pédagogique)*, sucedem os Institutos de Reeducação, e a modificação de sua denominação testemunha a mudança de paradigma: não se trata mais de reeducar as crianças e adolescentes não adaptados, mas de lhes oferecer um cuidado institucional resolutamente pluridisciplinar. As equipes de profissionais encontram nas abordagens da psicanálise de grupo um apoio para colocar em trabalho a pluridisciplinariedade necessária ao acolhimento dessas crianças e adolescentes muito difíceis^{xviii}.

São também desenvolvidos dispositivos institucionais originais do campo do intermediário. Esses dispositivos instituídos tomarão a forma de lugares de vida, de colocação familiar ou de estruturas de geometria variável. No curso desse período a psicanálise encontrará maior reconhecimento nas instituições ordinárias: penso aqui notadamente nos espaços de acolhida destinados aos bebês, nos dispositivos voltados a alunos em evasão escolar e nos estabelecimentos para idosos.

Nessa mesma época, desenvolvem-se as originais teorizações baseadas nas abordagens psicanalíticas dos conjuntos intersubjetivos – grupo, família e instituição – procedentes dos trabalhos das escolas inglesa (Bion e Foulkes), argentina (Pichon-Rivière e Bleger) e, enfim, francesa (Anzieu e Kaës). Esse movimento alimentará a criação e condução de dispositivos de segundo nível, destinados às equipes de profissionais, como as Análises das Práticas e as supervisões de equipes instituídas, como também a criação de dispositivos terapêuticos inovadores entre os quais, notadamente, os grupos com objetos mediadores.

Entretanto, esse movimento criativo vai se confrontar com o que chamaremos depois dos trabalhos de René Kaës de as mutações do metaenquadre^{xix}. Esse constitui o último ponto que desejo evocar neste artigo.

4. As mutações contemporâneas do metaenquadre

Entre os anos 2000 e hoje, as mutações socioculturais contemporâneas têm produzido um tipo de desestabilização generalizada que afeta os ideais, os valores e os

organizadores que participaram da fundação dessas instituições, e que resulta em uma crise dos profissionais, das equipes e do enquadre institucional.

O ataque aos ideais e aos valores instituintes e a fragilização da estrutura institucional exacerbaram as tendências à isomorfia. Isto é, essas instituições vão cada vez mais massivamente funcionar sob o mesmo modo que os problemas que elas têm por tarefa tratar. Alguns elementos *princeps* me parecem se coadunar para fragilizar os ideais fundadores e os valores instituintes. Esses elementos são estreitamente relacionados às transformações culturais contemporâneas que designamos pelo termo *hipermodernidade*.

Transformações culturais e mutações do metaenquadre institucional

Desde os trabalhos de Jean-François Lyotard^{xx}, sabemos que a cultura engajou sua mutação *pós-moderna* com o colapso das grandes narrativas messiânicas. Nesse momento, de tom melancólico, sucederá o que chamamos de *hipermodernidade*, que efetivamente alçará voo nos anos 1990 com uma característica *princeps*, a do excesso, a desmedida reivindicada em todos os registros da existência. Em outras palavras, as mutações do metaenquadre precipitam as equipes instituídas numa polarização de teor maníaco-depressivo.

De fato, a hipermodernidade se desenrola na horizontalidade, na rede global e na *aceleração* contínua^{xxi}. O colapso das grandes narrativas e o advento do excesso hipermoderno abrem-se em dois tipos de processos emergentes, numa relação de simultaneidade: de um lado, assistimos a uma progressiva perda de legitimidade e de crédito das instituições, de todas as instituições; de outro lado, a uma transformação da temporalidade, que vai se organizar sob o primado da aceleração e da lógica da urgência, defasando a transmissão dos legados genealógicos. Essa mutação da temporalidade favorece o desenvolvimento do que George Gaillard teorizou em termos de *crises genealógicas*^{xxii}.

A mutação hipermoderna acarretará a revelação de uma das fontes do Negativo, rastreando as zonas de sombra e as violências engendradas pelas instituições e estruturas de poder, sempre sujeitas à suspeita de promessas enganosas, de desonestidade, de traição e abuso. Segue-se, então, uma desagregação progressiva da ideia de verticalidade, de uma referência exterior, de um fiador partilhado e de um terceiro que sustente as lacunas e as diferenças.

Essa desconstrução vai, entretanto, se generalizar e concernir todas as formas de referência e as instituições destinadas a encarná-las. Progressivamente, todas as instituições se verão destituídas de seu aspecto de transcendência, numa forma de relativismo generalizado ou de ceticismo desconfiado que abrem o caminho ao pragmatismo operatório, ao utilitarismo e à tirania da avaliação operatória.

Os ideais fundadores e os valores instituintes são então confrontados a dois movimentos diferentes, mas que se coadunam: de um lado, o recuo dos ideais de dignidade em favor do discurso utilitarista; e de outro, a pane da transmissão intergeracional.

A ascensão dos imperativos de utilidade – em profunda convivência com o neoliberalismo – é veiculada pelo discurso da eficácia, da produtividade, do desempenho

mensurável e quantificável. Nesse modelo, as normas substituem os ideais: a instituição adota então o modelo administrativo dominante. É sugada por uma lógica utilitária pela qual os meios têm precedência sobre os fins. A lógica é a da expertise, da técnica, dos procedimentos e do ato. O organizador *princeps* é o da tirania da transparência^{xxiii}.

É a posição e a função intermediária das instituições especializadas que são assim fragilizadas^{xxiv}. Elas são deslocadas e progressivamente convocadas a inclinar seu modo de funcionamento na direção do das organizações de produção, arriscando assim se despojar de sua função de ponte para os sujeitos de precária inscrição no tecido social [*mésinscrits*]. A importação desse modelo nas instituições de cuidado se dá por vezes sem resistência nem barreira, pois o assalto ideológico se funde [*telescope*] a uma grave crise da transmissão intergeracional.

De fato, uma geração de fundadores, diretores, psicólogos e cuidadores, figuras frequentemente carismáticas que tiveram o papel de pioneiros e criadores de serviços ou de estabelecimentos, alcançou agora a fase de se aposentar. Mais do que a das pessoas ou de uma geração, é um mundo cultural que desaparece. São os *porta-ideais* (Enriquez) que se separam das equipes, essas últimas encontrando-se órfãs e, provavelmente, privadas, carentes, de figuras de identificação. Um movimento depressivo, melancólico mesmo, vai frequentemente suceder a essas perdas: tudo como se *a sombra dos fundadores recaísse sobre a equipe institucional*^{xxv}.

Os ideais fundadores são então prejudicados por dois elementos que se reúnem: um trabalho de erosão proveniente das normas hipermodernas e uma problemática de transmissão intergeracional que se associa a uma falha de elaboração do modelo fundador.

Aqui convém dizer algumas palavras sobre os processos em jogo: quando o modelo carismático não pode ser elaborado, produz submissão e incorporação do pensamento do fundador. Os movimentos agressivos ou raivosos são reprimidos, ou, ainda mais frequentemente, recusados e clivados, e retornam sob a forma de *Nostalgia melancólica*^{xxvi}.

A narrativa de uma parte da equipe é de um luto impossível, referido à existência de um período terminado, de uma *Era do Ouro* idealizada. Essa narrativa que fetichiza a fundação necessita ser desconstruída e analisada, pois não há *Era do Ouro*, jamais houve uma *Era do Ouro*. Trata-se sempre de um potente movimento de idealização retrospectiva. É preciso diferenciar essa *nostalgia melancólica* esterelizante, imobilizante, dos processos de reencontro com as partes vivas dos projetos antigos, ainda fecundos, num movimento que qualifico de *nostalgia vitalizante*.

Ora, a *telescopiação* (a fundição) entre o assalto das normas de utilidade e a melancolização da história institucional engendra uma ruptura da transmissão intergeracional, pois os novos não podem introjetar o modelo antigo portador de ódios recusados, de fetichização e depressividade, restando impedida toda apropriação subjetiva.

Podemos então propor a hipótese de que as clínicas institucionais são assim convocadas a embates de resistência e de criatividade. As formas desses embates são novas e inéditas, pois o adversário é anônimo e, portanto, dificilmente identificável. São as capacidades de pensar coletivamente essas transformações e seus efeitos sobre o enquadre institucional que são requisitadas frontalmente. São as criatividade locais,

próprias a cada equipe, a cada estabelecimento, a cada serviço que podem sustentar de uma nova perspectiva formas de criatividade diferentes daquelas dos grandes predecessores. As reconfigurações se dão antes numa lógica de bricolagem, de tessitura sempre inacabada, que, na construção de grandes modelos sistematizados, são sempre sujeitos ao risco de ideologização.

Isso nos incita a revisitar os impensados das teorizações e dos dispositivos clínicos e a enunciar uma questão que concluirá provisoriamente a proposta deste texto: o que podemos transmitir que seja transmissível sem reproduzir a violência da transmissão?

Cada geração deixa à seguinte um resto a pensar e restos impensados. É no investimento dessas lacunas que somos criadores. De toda forma, como sublinhou René Kaës^{xxvii}, subsiste uma questão essencial que cada geração deve levar em conta: *como do impensado que nos precede não fabricar o impensado que nos sobreviverá?*

Referências bibliográficas

- Aichorn A. (1925). *Jeunesse à l'abandon*. Toulouse: Privat, 1973. Texte préfacé par Sigmund Freud. [Nelle édition: *Jeunes en souffrance*. Nîmes: Champ Social, 2002.]
- Ayme J. (2009). Essai sur l'histoire de la psychothérapie institutionnelle. *Institutions n. 44*, p. 111-153.
- Balier C. (1988). *Psychanalyse des comportements violents*. Paris: PUF.
- _____. (1999). *Psychanalyse des comportements sexuels violents: une pathologie de l'inachèvement*. Paris, PUF.
- Bion W.R. (1961). *Experiences in groups*. London: Tavistock. [Tr. fr.: Recherches sur les petits groupes. Paris: PUF, 1963.]
- _____. (1982). *The long week end*. Abingdon: Fleetwood Press.
- Enriquez E. (1987). Le travail de la mort dans les institutions. In R. Kaës et al, *L'institution et les institutions. Études psychanalytiques*. Paris: Dunod.
- Esquirol J.-E. (1838). Des maladies mentales considérées sous le rapport médical, *hygiénique, et médico-légal* (Tome 1 – Tome 2 – Tome 3). Gallica.
- Ferenczi S. (1916/1978). Deux types de névroses de guerre, *O.C. II, Psychanalyse 2*. Paris: Payot.
- _____. (1919/1982). Psychanalyse des névroses de guerre, *O.C. III, Psychanalyse 3*. Paris: Payot.
- _____. (1934/1982). Articles posthumes, Réflexions sur le traumatisme, *O.C. IV, Psychanalyse 4*. Paris: Payot.
- Freud S. (1919/1984). Introduction à la psychanalyse des névroses de guerre. *Résultats, idées, problèmes*. Paris: puf.
- _____. (1920a/1984). Rapport d'expert sur le traitement électrique des névrosés de guerre. *Résultats, idées, problèmes*. Paris: puf.
- _____. (1920b/1981). *Au-delà du principe de plaisir. Essais de psychanalyse*. Paris: Payot.
- Gaillard G. (2001). La généalogie institutionnelle et les écueils du travail d'historisation: entre filicide et parricide, *Connexions, 76*, Toulouse, Erès, p. 125-141.
- _____. (2008). L'institution, le pouvoir, l'emprise et la génération, *Revue de Psychothérapie psychanalytique de groupe 2008/2*, n. 51, p. 55-65, Toulouse, Erès.
- Henri A.-N. (2004). Le secret de famille et l'enfant improbable. In P. Mercader; A.-N. Henri (dir.), *La formation en psychologie. Filiation bâtarde, transmission troublée*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon.
- Kaës R. (1987). Réalité psychique et souffrance dans les institutions. In R. Kaës et al., *L'institution et les institutions*. Paris: Dunod.
- _____. (2012). *Le Malêtre*. Paris: Dunod.
- _____. (2015). *L'extension de la psychanalyse. Pour une métapsychologie du troisième type*. Paris: Dunod.
- Lacan J. (1932/1975). *De la psychose paranoïaque dans ses rapports avec la personnalité*, suivi de *Premiers écrits sur la paranoïa*. Paris: Le Seuil.
- Liotard J.-F. (1979). *La condition postmoderne*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Oury J. (1983). Transfert et espace du Dire, *Revue Institution*, p. 59-3.
- Pinel J.-P (1989). Les fonctions du cadre dans la prise en charge institutionnelle, *Revue de psychothérapie psychanalytique de groupe, 13, Pratiques soignantes dans les institutions*, Toulouse, Erès, p. 77-88.
- _____. (2008). Emprise et pouvoir de la transparence dans les institutions spécialisées, *Revue de Psychothérapie Psychanalytique de Groupe, 51*, Toulouse, Erès, p. 33-48.

- _____. (2011). A construção do dispositivo de intervenção à prova das mutações institucionais contemporâneas. In O. Nicolle; R. Kaës (orgs.). *A Instituição como herança. Mitos de fundação, transmissões, transformações*, Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2011.
- Pinel J.-P.; Gaillard G. (2013). Les institutions soignantes à l'épreuve de l'hypermodernité, *Bulletin de psychologie*, tome 66(4), n. 526, p. 333-340.
- Pinel J.-P. (2015). La position nostalgique mélancolique, un interrupteur des processus de transmission du cadre et des dispositifs institutionnels, *Revue de Psychothérapie Psychanalytique de Groupe*, 65, *Transmission intergénérationnelle et transformations*, Toulouse, Erès, p. 55-68.
- _____. (2017). Télescopage des idéaux et pathologie de la symbolisation, *Psychologie clinique et Projective 23, Empreintes et destin des idéaux*, Toulouse, Erès, p. 11-26.
- Racamier P.-C. (1970). *Le Psychanalyste sans divan. La psychanalyse et les institutions de soins psychiatriques*. Paris: Payot. [nelle édition: 1983.]
- Rickman J.; King P. (2003). *No ordinary Psychoanalyst. The exceptional Contributions of John Rickman*. London: Taylor and Francis.
- Roheim G. (1921) Das Selbst (Le Soi). *Imago*. VII, p. 1-39, 142-179, 310-348, 453-504.
- Rosa H. (2010). *Accélération. Une critique sociale du temps*. Paris: La découverte.
- Salmon T.W. (1917). The Care and Treatment of Mental Diseases and War Neuroses (Shell Shock) in the British Army. *Mental Hygiene*, n.1, v. 4, p. 509-547.
- Simon H. (1929). *Aktivere Krankenbehandlung in der Irrenanstalt*, Walter de Gruyter. Editeur. Berlin et Leipzig. [Tr. fr.: *Une thérapie plus active à l'hôpital psychiatrique: Hôpital Psychiatrique de St Alban*. Inédite.]
- Stanton A.H. ; Schwartz M.S. (1954). *The mental hospital: A study of institutional participation in psychiatric illness and treatment*. New York, NY, US: Basic Books.
- Winnicott D.W. (1984). *Deprivation and Delinquency*, Tavistock Publication Ltd. [Tr. fr.: *Déprivation et Délinquance*. Paris: Payot, 1994.]

From the great wars to contemporary sociocultural mutations: a brief history of institutional clinics

Abstract In order to think about the possibilities of creative resistance to contemporary socio-cultural mutations, this paper presents a history of "institutional clinics" and maintains that the relations between psychoanalysis and institutions of care have been established as resistance against different figures of Evil, and around the problems of psychosis, war trauma and delinquency.

Keywords Group analysis; adolescents in conflict with law; contemporary mutations; psychosis.

Texto recebido: 02/2019

Aprovado: 03/2019

Revista *Percurso*: a escrita como resistência

Miriam Chnaiderman

Resumo A partir da comemoração dos 30 anos da Revista *Percurso*, a história do movimento psicanalítico e do Departamento de Psicanálise é retomada tendo como foco a produção escrita. Em meio a uma história de luta, a existência da revista *Percurso* é vida e resistência.

Palavras-chave rebeldia; terror; política; militância; marxismo; ditadura; tortura; subjetividade; ética.

Miriam Chnaiderman é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise, professora do Curso de Psicanálise. Documentarista, dirigiu o longa *De gravata e unha vermelha*, além de vários curtas e médias. Ensaísta, vem publicando em várias revistas. É autora de *O hiato convexo: literatura e psicanálise* e *Ensaios de Semiótica*. Doutora em Artes pela ECAUSP. Membro do coletivo "Escutando a Cidade".

Para começar

Este texto foi escrito para ser lido por ocasião do evento que comemorou os 30 anos da Revista *Percurso*, no dia 30 de março de 2019. Um lindo e alegre encontro festivo que no intervalo foi regado a champanhe e comes e bebes, ainda com linda música. Uma das mesas desse evento era composta por mim e Fernando Urribarri, com a coordenação de Maria do Carmo Vidigal Meyer. Mania Dweik havia aberto os trabalhos com importante fala.

Eu começava minha fala afirmando o quanto era significativa a data escolhida para a celebração, véspera do dia 31 de março, "que sempre nos trará dolorosas lembranças". Naquele momento de comemoração dos 30 anos da *Percurso*, resolvi iniciar minha fala resgatando o terror vivido, o medo, o pânico e as injunções disso tudo na prática psicanalítica. O que, a meu ver, acentua o lugar de vida que vem tendo a escrita em psicanálise.

Cito aqui o texto que li:

[...] comemorar 30 anos da revista *Percurso* é também comemorar nosso ato de resistência enquanto psicanalistas ligados ao Departamento de Psicanálise e ao Instituto Sedes Sapientiae. A psicanálise enquanto prática voltada para a alteridade só pode ser rebelde. E a *Percurso* evidencia essa nossa rebeldia. Rebeldia no pensamento, rebeldia na luta para sobreviver em meio a tantos percalços políticos e econômicos. Refletir sobre esses 30 anos de *Percurso* é refletir sobre a escrita, o papel da escrita na psicanálise. Sabemos que a psicanálise está sujeita às injunções histórico-sociais, não é uma essência pairando nem no céu nem no inferno. Dentro dessa concepção, a escrita tem um papel político enquanto criadora de uma rede que ampara e comunica nossa pertinência e pensamento em uma tomada de posição que corre mundos.

Com as últimas eleições, mobilizamos-nos, nós do Departamento e toda comunidade do Sedes, para criar uma rede de apoio para aqueles que se sentiam desamparados e angustiados diante do que estava por acontecer. E que continua acontecendo. Criaram-se as rodas de conversa, que continuam a

acontecer. Tenho pensado muito na *Percurso* e na escrita como uma das nossas redes de amparo na missão que temos, hoje, de manter a possibilidade do pensamento, indo contra qualquer polarização cega.

Um pouco da nossa história

Em 1975, Madre Cristina chamou Roberto Azevedo, que chamou minha mãe, Regina Schnaiderman, e assim nasceu o Curso de Psicoterapia de Base Analítica, hoje Curso de Psicanálise. Em 1976 inicia-se a primeira turma. Naquele momento, vários psicanalistas da Sociedade Brasileira de Psicanálise dispuseram-se a participar daquela iniciativa. Logo grande parte deles sairia sob pressão da diretoria, que temia perder a hegemonia no cenário paulista e brasileiro. Permaneceram Isafas Melsohn, Fábio Herrmann e Roberto Azevedo.

Assim se refere Renato Mezan a esse momento no seu texto “Figura e fundo: notas sobre o campo psicanalítico no Brasil”^{xxviii}:

Transportemo-nos por um momento aos anos de 1977 ou 1978: qual o panorama que nos seria dado observar? Wilfred Bion realizava sua terceira e última visita a São Paulo. No Sedes, davam-se os primeiros passos para a consolidação de um curso de formação “alternativa” à oferecida pela instituição oficial: pilotavam-no Regina Schnai-derman e alguns psicanalistas da IPA, que viam nesta iniciativa méritos diversos (contrariamente à direção da Sociedade, que tudo fez para sufocar no nascedouro esta perigosa inovação), e um grupo de analistas argentinos que a barbárie institucional instalada em seu país obrigara a se refugiar no Brasil.

Em 1970, efervescia na Argentina o grupo Plataforma, sob a liderança de Marie Langer. Em texto que apresentou no Entretantos 2 e que ainda não foi publicado, Mário Fuks relata o enorme interesse por Reich e o desejo de pensar a relação entre psicanálise e marxismo.

Cito Mário Fuks, em texto por ele enviado:

A instituição psicanalítica “oficial” é questionada, e se produzem movimentos de inovação, ruptura e criação de novos projetos coletivos, entre os quais a cisão da Associação Psicanalítica Argentina, em 1973, a criação do Centro de Docência e Investigação em Buenos Aires e a criação do Curso de Psicanálise em 1976 e, posteriormente, em 1985, do Departamento de Psicanálise, ambos no Instituto Sedes Sapientiae de São Paulo, como espaços psicanalíticos autônomos e politizados^{xxix}.

A seguir M. Fuks nos fala de Marie Langer que, em um ensaio de 1973, conta o quanto em Viena nos anos 1930 foi atraída pela Psicanálise e pelo Marxismo. Naquele momento M. Langer via a juventude “dedicada com interesse a esses grandes temas”^{xxx}. Entre os psicanalistas austríacos e alemães que se dedicavam a esse grande tema, Marie Langer dá especial destaque a W. Reich, nos conta M. Fuks. Seu ensaio dedica-se a mostrar a importância de W. Reich.

Em 1976 chegam os argentinos, vindos também de uma cruenta ditadura, conforme nos conta Renato Mezan. Os nossos sonhos se uniram e o grupo que havia vivido

questões tão próximas às que colocávamos passou a fazer parte de nossa luta e do Sedes. A Carta de Princípios do Sedes explicitava o sonho de uma sociedade mais justa e a defesa dos direitos humanos. A figura lutadora de Madre Cristina opunha-se a qualquer totalitarismo e sempre acolhia os perseguidos por uma política que matava e torturava.

Todos nós admirávamos o Grupo Plataforma e o grupo Documento. Já tínhamos lido o *Questionamos*^{xxxii} e sonhávamos unir psicanálise, marxismo e a militância política.

Desde então viemos repensando essa mistura entre militância política e psicanálise. Escrever passou a ser – ou talvez sempre tenha sido – uma forma de militância.

Os avatares de curso estão contados em vários escritos, inclusive o livro publicado pelo Departamento de Psicanálise que conta a sua história^{xxxiii}.

A inquietude nos caracteriza. Buscando a formação engajada e inserida no mundo fomos encontrando formas de ler Freud. Cisões e separações ocorreram mas fomos coerentes na nossa proposta: ler Freud.

Renato Mezan, no ensaio acima citado, mostra como com a abertura política, a partir de 1981, as Sociedades filiadas à IPA também passaram por profundas transformações. Renato relaciona tudo isso também às “revelações do caso Amílcar Lobo, que produzem um terremoto no Rio...”. Cito Renato:

Na Sociedade paulista, uma nova diretoria propõe um programa de modernização intelectual e de democratização política, que encontra forte oposição da ala conservadora; aos poucos, porém, ele vai sendo implementado e começa a produzir ecos em outras sociedades. De modo geral, ao fim dos anos 80 a própria IPA introduz mudanças em seus estatutos e se torna menos xenófoba em relação aos *non-Englishspeakers*...^{xxxiii}

O movimento psicanalítico mundial, momento 1

Em ensaio que publiquei na revista *Percurso*, “Existe uma psicanálise brasileira?”^{xxxiv}, eu tomava alguns eventos para pensar nossa história. É um ensaio onde procurava pensar a questão da existência ou não de um pensamento próprio e não colonizado. Para refletir sobre isso tudo eu me debruçava sobre dois momentos parisienses quando psicanalistas dispunham-se a pensar sobre os “colonizados”, sobre a América Latina e, mais especificamente, sobre o Brasil. Começava pelo relato do encontro de 1981, um Encontro franco-latino-americano organizado pelo grupo *Confrontation*. Esse encontro acontecia sob o impacto do caso Amílcar Lobo, psicanalista carioca que participara das sessões de tortura. O que nos marcava, naquele momento, eram as terríveis ditaduras cruentas. Éramos olhados como heróis sobreviventes. A fala de abertura de René Major colocava a urgência de refletir sobre “a relação e a não relação de uma escuta analítica e de uma escuta política, as relações de um Estado freudiano com o poder de Estado...”. Terminava sua fala afirmando: “Hoje, a causa da América Latina se designa também como a causa psicanalítica”^{xxxv}.

René Major dedicou um número dos cadernos *Confrontation* à América Latina.

Os brasileiros presentes: Fábio Herrmann, Wilson Chebabi, Célio Garcia, Isaías Melsohn. Jurandir Freire Costa, Heitor de Macedo e eu assistíamos. Latino-americanos presentes: Armando Bauleo, Jaima Szpilka, Carlos Plá, Marcelo Vignar.

A conferência de abertura foi de Jacques Derrida. Denominou sua fala “Geopsicanálise”^{xxxvi}. No texto que J. Derrida leu, está posta a necessidade de nomear a América Latina de modo “diferente do que a fez a International Psychoanalytical Association”. Propõe então uma “geopsi-canálise”, configurando o que é a terra hoje para a psicanálise. Indaga-se: a psicanálise é universal?

O inconsciente não teria ancoragem em terra alguma? Então, haveria uma terra da psicanálise que não seria geográfica?

Nesse seu importante ensaio, Derrida faz a análise de como os comitês da direção da IPA se pronunciaram em relação às denúncias de violação dos direitos humanos. Conclui que um dos resultados desta postura seria uma dissociação absoluta entre a esfera do psicanalítico e a do cidadão ou do sujeito moral em sua vida pública ou privada.

Derrida afirma a necessidade de uma nova ética: não apenas uma ética da psicanálise, que para ele não existe, mas de um outro discurso ético sobre a ética em geral, de um outro discurso político sobre o político em geral, um discurso que leve em conta o que se interpreta como a verdade da psicanálise – e que difere conforme os lugares da psicanálise hoje sobre a Terra.

Há uma geografia da psicanálise. É preciso não deixar que se apaguem os traços do mapa. Não há simples interioridade do meio psicanalítico.

Penso que hoje repensaríamos essa fala de Derrida. Tomaria o pensamento de Peter Pelbart na *Percurso* como norteador de um pensamento contemporâneo em relação a uma geografia da psicanálise:

Então o que é um sujeito, nesse contexto, senão aquele que se forma no entrelugares, nas fronteiras da itinerância? Daí os vários estudos mostrando que, nos trânsitos e fluxos de população contemporâneos, nos deslocamentos de massa a que assistimos com a derrocada dos Estados-nação, criam-se novas comunidades sensíveis, novos sentidos de mundo, novas terras imaginadas^{xxxvii}.

Trata-se agora de territórios sensíveis e afetivos.

O movimento psicanalítico mundial, momento 2

Continuando com meu ensaio “Existe uma psicanálise brasileira?”^{xxxviii}, relato que em 1989 a Association Freudienne realizou em Paris o encontro franco-latino-americano que tinha como tema “Os efeitos da Psicanálise – adaptação, mudança ou pior ainda”. Conto como o ponto de partida era o “Manifesto Antropófago” de Oswald de Andrade, citado várias vezes no “Argumento”, espécie de introdução à discussão proposta.

No ensaio cito o primeiro parágrafo do folheto do encontro: “Não seria preciso tentar pensar um vínculo social e amoroso suficientemente *original*, capaz de prescindir de uma tal civilização?” (a civilização “erótica capenga”, a civilização do mal-estar incompatível com a “faculdade de amar e de trabalhar”)^{xxxix}.

O que vou apontando em meu texto é como mesmo entre psicanalistas continua presente a visão edênica, de um paraíso perdido. Ainda que o Eden fosse o terror, a utopia resgatada a partir da violência do Estado.

É alto o risco que corremos quando tomamos uma história sangrenta como identidade nacional – só nos resta então a melancolia e a petrificação da história. Perigo que se atualiza no atual momento brasileiro.

Naquele momento os europeus queriam desvendar as formas de sobrevivência sob condições de violência policial, repressão e tortura.

O que hoje me impressiona, retomando esse meu trabalho, é como os psicanalistas franceses se esqueceram da Argélia e de que foi lá que os brasileiros aprenderam como torturar. A negação de uma história que é francesa também me impressionou hoje. No momento em que aconteceu o encontro eu só me horrorizei com o lugar de verdade que os franceses assumiam em relação ao Brasil e que se expressava em um pensamento teórico bem complexo sobre a impossibilidade de sairmos do lugar de colonizados, que teria a ver com nossa marca de origem.

A fundação do Departamento, a escrita e o movimento psicanalítico

Até a década de 1980, poucos analistas brasileiros escreviam. Esse é um dado fundamental para pensarmos o papel da *Percurso*. Vínhamos sendo formados lendo Freud, Lacan e os franceses, trazidos por Regina, minha mãe. Líamos Green, Conrad Stein, Rosolatto, Grannoff, e depois, Fédida.

No ensaio acima citado, Renato Mezan fala em um “panorama ágrafo” que se modifica na década de 1980, com o retorno de vários analistas formados na Inglaterra e na França. Renato fala do pioneirismo de Fábio Herrmann, que lança em 1979 o primeiro volume de *Andaimes do Real*. Para Renato Mezan, os anos 1980 presenciam o surgimento “dos analistas que escrevem”¹.

Em 1985, é fundado o Departamento de Psicanálise. Nove anos depois de o curso ter nascido. Em sua última ida ao Sedes, Regina, minha mãe, participou da fundação do Departamento, um antigo sonho seu. É também 1985 a data da primeira edição do *Freud Pensador da Cultura* de Renato Mezan. Seu livro *A trama dos conceitos* havia sido publicado em 1982.

Em 1987 é fundada a Editora Escuta, e em 1988 é lançado o primeiro número da *Percurso*, que muito homenageia Regina Schnaiderman.

Os anos 90 do século XX foram marcados pelas publicações que refletiam psicanaliticamente sobre o Brasil.

Assim, nós da *Percurso* fizemos marca mantendo vivo um pensamento psicanalítico que se diferenciava dessa linhagem e continuava, na escrita, marcando um lugar de pensamento dentro do movimento psicanalítico. Antenados sempre com o que acontecia, mas sem nos perder de nossos princípios.

A história continua

Em 1994, Helena Besserman Vianna publica *Não conte a ninguém*^{xli}, logo traduzido para o francês e lançado em Paris.

Em 1995 acontece o Congresso “O século da Psicanálise”, organizado por Emílio Rodrigué. Efervescente, vibrante, reafirmamos nossa existência enquanto linha de trabalho que tem como norte a leitura de Freud e a reflexão sobre nossa inserção no mundo.

Em 2000 acontecem os Estados Gerais da Psicanálise. Também é Derrida que abre o encontro dos Estados Gerais da Psicanálise. Sua fala é publicada pela editora Escuta, 2001 – *Estados-da-alma da psicanálise, o impossível para além da soberana crueldade*. Derrida parte da afirmação de que

são muitas as coisas a propósito das quais [...] a psicanálise como tal, em seus discursos estatutários e autorizados, mesmo na quase totalidade de suas produções, ainda pouco disse ou quase nada teve a dizer de original^{xlii}.

E cobra da psicanálise um engajamento nas transformações do mundo contemporâneo, uma vez que seu funcionamento é sem álibi.

Assim, Derrida se detém nas novas formas da crueldade:

Haverá, quanto ao político, ao geopolítico, ao jurídico, à ética, consequências, ao menos lições a tirar da hipótese de uma irreduzível pulsão de morte que parece inseparável disso que se chama, obscuramente, crueldade, em suas formas arcaicas e modernas^{xliii}.

Nathalie Zaltzman parece responder a esse chamado de Derrida. Seu livro *L'esprit du mal* de 2007^{xliiv} é dedicado a pensar exatamente sobre a crueldade e sobre como a civilização vem lidando com o terrorífico.

Já em 1999, Nathalie Zaltzman formulara de maneira incisiva a relação entre a história e a subjetividade. Depois de referir-se ao que Freud em *Moisés e o Monoteísmo* nomeou como a verdade histórica, afirma: “Essa realidade mais íntima, inscrita na subjetividade do inconsciente, é também a verdade histórica comum a mais impessoal, pois circula pela humanidade em geral. É a realidade humana^{xliv}”. Afirma: “A realidade que interessa à psicanálise é o que acontece a cada indivíduo através de sua pertinência à realidade humana e o que, se modificando por sua tomada de consciência em cada um, participa na evolução da realidade comum^{xlvi}”.

É bom lembrar como Nathalie Zaltzman pensa a intersecção entre o mais profundo de todos nós e a humanidade.

A escrita faz essa ponte: nasce do mais íntimo mas é patrimônio de humanidade. Toda escritura contém o rastro da história da humanidade, da origem de linguagem. Escritura no sentido de Derrida – arqui-escritura que carrega a possibilidade da linguagem.

Para concluir

O que significa, para nós, a existência de uma revista como a *Percurso*? Uma revista para o mundo, a nossa entrada no mundo...

Pontalis, em entrevista a Michel de M'Uzan (1977), nos mostra como a questão “Écrire en psychanalyse” nos diz respeito não só de fora, mas de dentro. Mostra como, nas origens, há um enorme encaixe entre psicanálise e literatura. *Estudos sobre a histeria* de Freud, afirma Pontalis, se lê como um romance. O projeto, segundo Pontalis, “jorra no papel como um poema na febre criadora, um pouco louca..., a correspondência com Fliess, sob a forma de cartas trocadas, os relatos de sonhos da *Traumdeutung* no que eles supõem de escritura, a tragédia de Édipo antes de ser complexo, Hamlet, a Gradiva, a identificação com Goethe – Poesia e Verdade – e com Moisés, as Tábuas de Lei...”^{xlvii}.

Com a *Percurso* tivemos de nos pensar em nossa história, em nossos princípios. Afirmarmos-nos como um pensamento psicanalítico em uma necessária abertura para o múltiplo. Não como um chavão vazio, onde tudo caberia, pois temos um eixo que é libertário, que é abertura para a alteridade. Vivemos, a cada número, o paradoxo da abertura e da fidelidade a nosso pensamento. Cito mais uma vez Peter Pelbart: “... talvez o desafio seja abandonar a dialética do Mesmo e do Outro, da Identidade e da Alteridade e resgatar a lógica da Multiplicidade”^{xlviii}. Peter fala em construir derivas inusitadas.

Ter uma escrita/escritura introduz entre nós algo radical e novo. A escritura ganha contornos de rebeldia.

Quis resgatar esses momentos de origem, esses contextos pelos quais vamos circulando. Quis reafirmar a importância da escrita nos momentos onde tudo em volta parece desabar. Primo Levi afirma isso. Zaltzman nos fala de uma pulsão sobrevivente, aquela que tem a ver com a identificação com a espécie humana. Dar lugar à escrita e ao pensamento no momento que vivemos é transformador. Mais do que nunca nosso papel como analistas é o de mostrar que há outras cenas, lutar pelo espaço do sonho, espaço que existe quer queiram ou não. Green, ao reconhecer sua dívida com Derrida na reflexão sobre a escritura, afirma:

O ponto no qual eu me separaria dele é que não posso compreender o conceito de texto sem articulá-lo com a vida. Minha curta descrição da escritura mostra como a constituição do texto apoia-se na vida psíquica. A vida do texto se nutre e se recorta do texto da vida^{xlix}.

Assim, nesses anos de *Percurso*, temos lutado para que a vida triunfe sobre o mortífero. É esse nosso engajamento: que possamos lutar contra o medo e pela alegria.

Referências bibliográficas

- Besserman Vianna H. (1994). *Não conte a ninguém*. Rio de Janeiro: Imago.
- Chnaiderman M. (1998). Existe uma psicanálise brasileira?, *Percurso* n. 20.
- Derrida J. (1981). Géopsychanalyse and the rest of the world, les souterrains de l'institutions. In *Rencontre franco-latino Américain*, Paris, Confrontation.
- _____. (2001). *Estados-da-alma da psicanálise, o impossível para além da soberana crueldade*. São Paulo: Escuta.
- Fuks M. (2016). Reich e a relação entre política e psicanálise. Apresentado no evento do Departamento, Entretantos 2, no prelo.
- Green A. (1977). Transcription d'origine inconnue, *Ecrire la Psychanalyse*, Nouvelle Revue de Psychanalyse, n. 16. Paris: Gallimard.
- Major R. (1981). Ouverture. In *Géopsychanalyse, les souterrains de l'institution, Rencontre Franco-latino-américaine*. Paris, Confrontation, p. 9.

Mezan R. (1998). Figura e fundo, notas sobre o mundo psicanalítico, *Percurso*, n. 20.

M'Uzan M.; Pontalis J.-B. (1977). Écrire, Psychanaliser, Écrire, échange de vues, *Ecrire la Psychanalyse*, Nouvelle Revue de Psychanalyse, n. 16, Paris: Gallimard.

Pelbart P. (2018). Negros, judeus palestinos: do monopólio do sofrimento. *Percurso* n. 60.

Zaltzman N. (2007). *L'esprit du mal*. Paris: Éditions de L'olivier.

_____. (1999). Homo Sacer: l'homme tueable. In N. Zaltzman (org.), *La résistance de l'humain*.

Percurso Journal of Psychoanalysis: writing as resistance

Abstract Starting from the celebration for the 30th anniversary of Revista *Percurso*, it is resumed the history of the psychoanalytic movement and of the Department of Psychoanalysis by focusing on the written production. Amidst a combative history, the existence of the magazine means life and resistance.

Keywords rebellion; terror; politics; militancy; Marxism; dictatorship; torture; subjectivity; ethics.

Texto recebido: 03/2019

Aprovado: 05/2019

Contribuciones al psicoanálisis del malestar contemporáneo

Aportes a una genealogía del psicoanálisis argentino

Fernando Urribarri

Fernando Urribarri es psicoanalista, miembro de la APA (Asociación Psicoanalítica Argentina), y, con Ana de Staal, editor de los escritos póstumos de André Green.

Resumo O artigo propõe algumas reflexões para pensar o mal-estar contemporâneo a partir dos aportes da psicanálise argentina. Na primeira parte, define histórica e conceitualmente a especificidade da psicanálise contemporânea. Depois comenta três características destacadas na abordagem – teórica e clínica – da incidência do processo histórico-social no campo analítico. Na segunda parte, esboça uma genealogia do movimento psicanalítico argentino – desde os pioneiros até a atualidade – priorizando a sua corrente instituinte, engajada, progressista, ligada a certa tradição da esquerda freudiana.

Palabras-clave psicanálise argentina; pioneiros; matriz pluralista; modelo terciário; revista Zona Erógena.

En tiempos de incertidumbre y desesperanza es imprescindible gestar proyectos colectivos desde donde planificar la esperanza junto a otros.

E. Pichón Rivière

1. Raíces y devenires: historizar, futurizar

Me siento muy honrado y muy feliz de estar invitado a conmemorar el 30º aniversario de esta gran revista que es *Percurso*. Tuve la suerte de conocerla desde el primer número: un amigo me lo regaló en 1989 cuando yo mismo acababa de fundar en Buenos Aires una revista, *Zona Erógena*. Al leer *Percurso* reconocí inmediatamente, entre ambas publicaciones, la similitud de sus principios: freudianos, anti-dogmáticos, pluralistas, políticamente comprometidos. A aquel sentimiento inicial de fraternidad hoy se suman los de admiración y gratitud.

El título de este encuentro, “raíces y devenires”, lo entiendo como una invitación a pensar el presente como historia. Es decir como temporalidad compleja, resultado de un acontecer y condición del porvenir, abierta al trabajo de la memoria como fundamento de una identidad, de un proyecto, de una praxis transformadora. Lo entiendo como invitación a reconocer, elucidar y asumir los desafíos actuales del psicoanálisis, que provienen simultáneamente de procesos histórico-sociales y de la evolución de nuestra disciplina. Historizar el legado freudiano para actualizarlo es uno de los “motores epistemológicos” que impulsa el proyecto del psicoanálisis contemporáneo de un nuevo paradigma para superar los impasses de las Escuelas post-freudianas – que son una de las fuentes principales de la crisis de nuestra disciplina.

Como dijo André Green, esperemos que los analistas tengamos lo que esperamos que tengan nuestros pacientes: un deseo de cambio. Es en este sentido que quisiera responder al pedido de que me refiera a los aportes del movimiento psicanalítico argentino a la luz del malestar actual. Para ello voy a seleccionar del mismo sus posibles

aportes al proyecto colectivo de construcción de un paradigma contemporáneo, especialmente en dos dimensiones:

Por un lado a la investigación de la especificidad del malestar contemporáneo a partir de un modelo complejo de las intersecciones entre lo individual y lo social (o más precisamente entre los modos de producción social de subjetividad y el funcionamiento psíquico) que establece la relación necesaria, a la vez inseparables e irreductibles, entre causalidad psíquica y causalidad historico-social, definidas cada una por una conflictividad específica. En esta línea encontramos los desarrollos que van desde Pichón Rivière hasta Silvia Bleichmar.

Este aporte es importante hoy para evitar el reduccionismo “ipesita” (kleiniano y “anna-freudiano”) que tiende a ignorar la co-determinación social del sujeto. Así como para superar el reduccionismo lacaniano que (tras extrapolar al campo psi nociones de otras disciplinas) proyecta sus categorías (imaginario, simbólico, real) al campo social sin dar cuenta de la especificidad – la heterogeneidad radical – de ambos campos.

Por otro lado las elaboraciones de teoría de la clínica y los desarrollos de herramientas técnicas que – además de derivar del punto anterior una escucha atenta a la co-determinación social del sufrimiento psíquico – aportan a la construcción de un pensamiento clínico contemporáneo. Especialmente a la construcción de un “modelo terciario”: que no se reduce a la relación transferencia – contra-transferencia, sino que la “contextualiza” introduciendo las nociones de encuadre y de campo dinámico. Nociones inaugurales de una perspectiva “terciaria” del proceso analítico al incluir y articular la relación de lo intra-psíquico con lo inter-subjetivo y lo tran-subjetivo. Comprensión del proceso que profundiza su “historicidad” (su heterocronía) al definirlo como “espiral dialéctica”, en la que el “aquí-ahora-conmigo” debe conjugarse siempre con el “en otros lugares – en otros tiempos – con otros”. Una línea que va desde J. Bleger y los Baranger hasta R. Paz y Luis Hornstein.

En que sentido es contemporáneo el “psicoanálisis contemporáneo”?

Sabemos desde Foucault que el trabajo genealógico – situado desde el presente y sus conflictos – es a la vez epistemológico y político. Habiendo dicho que voy a abordar el movimiento argentino en relación al psicoanálisis contemporáneo me parece necesario precisar lo que entiendo con ese término – que suele reducirse a un mero adjetivo. Desde hace años trabajo en la genealogía del psicoanálisis contemporáneo como categoría a la vez histórica y epistemológica articulando la “historia externa” y la “historia interna” de nuestra disciplina.¹

Desde el punto de vista de la evolución “interna” del psicoanálisis he desarrollado la indicación de André Green según la cual es posible distinguir tres periodos a los que corresponden tres modelos^{li} teórico-clínicos: *freudiano* (1900-1939 de la “Interpretación de los sueños” a la muerte de Freud), *post-freudianos* (1939-1975 del apogeo a la decadencia de las Escuelas) y *contemporáneo* (1975 a hoy – a partir de la primera

constelación de obras que superan el marco teórico de las Escuelas, como por ejemplo las de Laplanche, Pontalis, Green, Aulagnier).

Desde el punto de vista de la “historia externa” he propuesto una doble periodización del campo freudiano y el campo social. Desde este punto de vista el surgimiento del psicoanálisis contemporáneo puede verse como co-determinado por la emergencia de una nueva etapa histórico-social: “el capitalismo tardío” (E. Mandel, Negri & Hardt) correspondiente a la globalización neoliberal – iniciada en la década de 1970. La post-modernidad es su “lógica cultural” (F. Jameson) a la que incumben nuevas formas de malestar y de sufrimiento psíquico. La globalización debilita las fronteras nacionales tanto como las psíquicas. Los procesos de individuación son afectados por una “crisis del proceso identificatorio” (Castoriadis) que ponen en jaque el narcisismo (S. Lash). Los modos de producción de subjetividad están caracterizados por procesos paradójicos de des-subjetivación (Deleuze & Guattari, Agamben) que atacan la capacidad de simbolización. Por eso el trabajo analítico ya no es sobre la representación sino “hacia” la representación. En la sociedad del espectáculo es más fácil imaginar el fin del planeta que el final del capitalismo. Correlativamente vemos en los estados límite que es más fácil desinvertir la propia vida psíquica que terminar con los espejismos y exigencias del “Yo ideal”. Las figuras paradigmáticas del malestar contemporáneo ya no son las histéricas sino las anorexias.

Como escribe Jean Laplanche, “situación analítica y situación del psicoanálisis son inseparables” (1984). Este cambio social es consubstancial al psicoanálisis contemporáneo en cuya clínica predominan los estados límites (para los cuales no tienen respuestas ni la teoría freudiana centrada en la neurosis, ni las pos-freudianas centradas en las psicosis). La “locura privada” es la expresión subjetiva de la “privatización de la vida social” (Castoriadis, 1993), de los violentos procesos materiales y simbólicos, económicos y afectivos, que (des)estructuran la globalización. El estudio de (y en) los límites de lo analizable no sólo extiende el campo clínico y renueva el método analítico (para tratar sujetos antes juzgados innanalizables) sino que constituye una cartografía del malestar contemporáneo.

Así como se dice que cada analista lleva consigo su propia “metapsicología portátil”, o su “diccionario contra-transferencial”, cada uno construye sus mapas dinámicos de los modos de producción de subjetividad, de las líneas de fuerza y las intersecciones de lo psíquico y lo social. Esta cartografía es una herramienta clave del pensamiento clínico contemporáneo que nos ayuda a escuchar la incidencia de lo colectivo en lo individual. Creo que una de las tareas pendientes que tenemos es la sistematización de los inmensos recursos que contienen nuestras cartografías personales en una matriz común, a la vez teórica y técnica. En todo caso esta dimensión a la vez clínica y política del psicoanálisis ha sido más explícita y desarrollada en Sudamérica que en Europa y Estados Unidos. Observación que me da pie para pasar a ocuparme del psicoanálisis argentino.

Buenos Aires, una capital sudamericana

En contraste con estos tiempos sombríos quisiera proponerles el ejercicio de un cierto optimismo, moderado pero – espero – justificado. Me refiero a reconocer la potencia, a subrayar las fortalezas, del psicoanálisis sudamericano, que surgen de nuestra

particularidad histórica y cultural. Quisiera destacar tres características, de especial importancia en la actualidad.

En su “Breve historia del neoliberalismo” David Harvey señala que este se implementa por primera vez mediante los golpes de estado de Chile (1973) y Argentina (1976). No voy a trazar los avatares continentales que se sucedieron hasta hoy pero creo que podemos estar fácilmente de acuerdo si digo que los sudamericanos tenemos una gran experiencia colectiva en sobrevivir y superar las crisis cíclicas del capitalismo periférico, bastante más violentas que las de los centros del poder mundial (al menos desde 1945) que recién hace unos pocos años se enfrentan al predominio del estado de excepción sobre el estado de derecho. Contra la tendencia profesionalista, purista, que hace de la “neutralidad analítica” una ideología, nuestra tradición Sudamericana contiene una corriente de psicoanálisis comprometido.

Por otra parte ya que hablo de Argentina permítanme recordar a Borges cuando afirma que en nuestro país no existen ciudadanos – miembros de una sociedad civil estructurada por instituciones consistentes que definen sus identidades “verticalmente” – sino tan sólo individuos – que se definen por sus vínculos personales, sus lazos horizontales. No se trata de un lamento sino de una constatación que da pie a la idea borgeana de que “la amistad es la pasión que salva a los argentinos”. (Yo agrego: a los sudamericanos). La distancia entre identidad pública y privada es notoriamente mayor entre los ciudadanos (europeos o norteamericanos) que entre las personas de nuestra cultura. La capacidad para crear intimidad, la apertura para la afectividad y la alteridad del otro, es parte de nuestra apasionada y salvadora cultura de la amistad. Es también un poderoso recurso del que los analistas sudamericanos disponemos para el trabajo clínico actual – que requiere crear intimidad con sujetos que han perdido la intimidad consigo mismos. Digo que somos especialistas del establecimiento y del manejo de la amistad de transferencia.

Por último, aunque no menos importante, los sudamericanos tenemos en Borges y en el movimiento antropófago (entre otros), ejemplos de la fecundidad de la matriz híbrida (“Culturas híbridas”, N. García Canclini) que transforma múltiples fuentes e influencias para crear un estilo original en el que se conjugan tradición e innovación. Ejemplos de un espíritu intelectual que – como veremos en la fundación del psicoanálisis argentino – combina lo local y lo global, y es particularmente fecundo para la construcción de una matriz psicoanalítica contemporánea (pluralista, heterogénea y compleja).

Al respecto me parece que a los sudamericanos se nos presenta una oportunidad histórica. Como ustedes saben yo he frecuentado y participado del medio psicoanalítico parisino durante más de veinte años. La experiencia de “insider/outsider” (de relación con Laplanche, con McDougall, con Pontalis, con Kristeva, de investigación y amistad con Castoriadis, de intimidad y colaboración con Green, etc.) me ha permitido asistir al apogeo y al actual declive del psicoanálisis francés. Lo que quisiera transmitir es que esta decadencia actual no se debe a la muerte reciente de sus principales figuras sino a la fragmentación del movimiento poslacaniano, a la disolución del espacio común (a la vez vincular e intelectual) que animaron desde mediados de los años 60, y en el que apoyaron sus obras. Es un proceso iniciado a mediados de los años 90 como consecuencia de la consagración (nacional e internacional) de los principales autores^{lii}: se distancian entre ellos, sus discípulos establecen pequeñas capillas cerradas en torno a

cada autor, y desarrollan una apasionada ignorancia del pensamiento de los otros. (Así es como los Botella escriben sobre figurabilidad sin citar a Piera Aulagnier, S. Mijolla y los seguidores de Piera “se divorcian” de Castoriadis, y Jacques André aborda los casos límite casi ignorando las ideas de Green, etc.). Al hacerlo se ha destruido la red transversal, de colaboración y rivalidad fecunda, en el que todos aquellos autores construyeron su pensamiento en diálogo. Las nuevas generaciones ya no cuentan con ella.

Por el contrario en Sudamerica estamos acostumbrados y felices de dialogar con distintos autores y de poner sus obras en relación. Tenemos la oportunidad (y la responsabilidad!) de continuar el extraordinario legado pluralista de aquellos grandes autores con los que hemos trabajado tan intensamente durante décadas produciendo diversas síntesis y desarrollos originales. Todo esto está presente cuando Roudinesco sostiene que los analistas sudamericanos son clínicamente más avanzados que los europeos. En fin: que los pesimistas me disculpen pero siento que el futuro del psicoanálisis es sudamericano. Y que el eje Buenos Aires – San Pablo es clave.

2. Genealogía del psicoanálisis argentino instituyente

Llamamos genealogía al acoplamiento de los conocimientos eruditos y de las memorias locales que permiten la constitución de un saber histórico de la lucha y la utilización de ese saber en las tácticas actuales

Foucault, conferencia del 7 de enero de 1976.

No voy a intentar la tarea imposible de sintetizar la historia del psicoanálisis argentino. Sino la tarea, un poco menos imposible, de esbozar algunos elementos para una genealogía del movimiento instituyente que ha impulsado sus aspectos más originales e innovadores.

Los pioneros: un psicoanálisis comprometido

Comencemos por el principio. Destacando tres características específicas del origen del psicoanálisis en el Río de la Plata. La primera es que la funda un grupo de amigos (que incluyen un par de hermanos y dos parejas) en los que se destacan Arnaldo Raskovsky y Enrique Pichón Rivièrè, y a los que se sumaran tres analistas ya formados en Europa, que escapan del fascismo: Angel Garma (republicano español, formado en Berlín), Marie Langer (comunista, formada en Viena) y Celes Carcamo (católico, formado en París). Desde la fundación en 1942 de la APA se destaca – según Roudinesco – que “en lugar de reproducir las jerarquías de las sociedades europeas y norteamericanas, en las que domina la relación maestro/discípulo, los pioneros argentinos crean una República de iguales. Concretamente nunca hubo jerarquías entre los europeos y los porteños. Así a una franca posición anti-fascista e internacionalista frente a la situación política mundial se articula un ideal grupal igualitario, que convergen en un apasionado investimento del proyecto psicoanalítico.

La segunda característica es la elaboración colectiva de una matriz de pensamiento pluralista que promueve un movimiento analítico freudiano, heterodoxo, cosmopolita, abierto, notablemente creativo y comprometido, que extiende el campo clínico más allá de la neurosis y se interesa por (y participa en) el campo social. En sus primeros

números la Revista de Psicoanálisis (1943) publica artículos freudianos sobre los sueños (Grama), acerca de los mitos latinoamericanos (Cárcamo), traducciones de Melanie Klein (UK), de Alexander (USA), etc. Más notable aún: la psicósomática^{liii}, el psicoanálisis con niños^{liv} y con psicóticos son reconocidos en pie de igualdad con el tratamiento de adultos neuróticos, legitimados e incluidos como parte de la formación (algo que ni siquiera hoy ocurre en Europa). Por último destaquemos el trabajo de Pichón Rivière con grupos terapéuticos en el hospital psiquiátrico – en el que impulsará tanto un abordaje técnico innovador como una transformación institucional democrática, anti-represiva, que otorga una inédita libertad – de palabra y de acción – a los pacientes. Esta experiencia será decisiva para este autor en la creación de una original psicología social.

La tercera característica – de la que algo ya mencionamos – corresponde a la inscripción en el contexto cultural porteño de los años 30 y 40. Cabe destacar su relación con las corrientes intelectuales y artísticas modernas que buscan construir una identidad a la vez sudamericana y cosmopolita para definir su estilo y orientar su producción. Nuevamente se halla un ejemplo paradigmático en la hoy clásica conferencia de Jorge Luis Borges “El escritor argentino y la tradición”, pronunciada en 1932 en la misma institución en la que Rascovsky y Pichón Rivière dictan un curso de introducción al psicoanálisis pocos años después. La notable coincidencia no es sólo de lugar sino de perspectivas. En esta conferencia el poeta, en ruptura con la estética nacionalista, influida por el neo-barroco español, de su juventud, formula la posición intelectual cosmopolita que definirá su obra consagratoria, inaugurada con el libro *Ficciones* (1944, dos años después de la fundación de la APA). Polemizando con el conservadurismo “localista” el autor de *El Aleph* se formula una pregunta y da una respuesta que bien podrían haber suscrito los pioneros. Vale la pena citarlo: “¿Cuál es la tradición argentina? Creo que nuestra tradición es toda la cultura occidental, y creo también que tenemos derecho a esta tradición, mayor que el que pueden tener los habitantes de una u otra nación occidental (obligados a cultivar sus tradiciones particulares). Creo que los argentinos, los sudamericanos, en general podemos manejar todos los temas europeos, manejarlos sin supersticiones, con una irreverencia que puede tener, y ya tiene, consecuencias afortunadas”^{lv}.

Como señala Roudinesco, los pioneros retoman a su manera “el utopismo mesiánico del grupo vienés” (Roudinesco, 2001), como un proyecto cultural iluminista, liberador, cuyo horizonte es la transformación de las relaciones individuales y sociales. Su espíritu y su dinámica combina la de la asociación profesional con la del grupo de vanguardia moderno – artístico o político.

El avance del fascismo y la guerra en Europa alientan la ilusión de una nueva capital, sudamericana, para el psicoanálisis. Los pioneros se sueñan, por momentos, como una especie de brigada internacional embarcada en un rescate del fuego sagrado freudiano. Es por ello que, pese a ser autores destacados, y a promover conjuntamente, por ejemplo, una muy original investigación acerca de la técnica analítica (en la que el descubrimiento y teorización de la contra-transferencia en 1949 por Heinrich Racker marca un hito), no buscaron construir una nueva Escuela Nacional. Sino que apostaron a inaugurar y animar un movimiento. Esto los lleva a asumir un rol pionero a nivel continental, a expandir el psicoanálisis al resto de Latinoamérica, impulsando su implantación y desarrollo en varios países: así como luego la construcción de una Federación latinoamericana – en lugar de reproducir el esquema centro-periferia, típico

de la expansión colonialista de las Escuelas post-freudianas. Su legado fundacional es esa pasión instituyente y su matriz pluralista.

La renovación: del campo analítico y de su politización

La evolución institucional y el advenimiento de la siguiente va a traer conflictos y cambios en la APA. La década del 50 ve crecer el interés por los aportes de Melanie Klein (sus discípulos, como H. Segal, W. Bion, son invitados) hasta devenir un discurso hegemónico. Esquemáticamente puede decirse que la “segunda generación” se divide entre dos tendencias principales.

Una tendencia kleiniana ortodoxa, que deviene cada vez más dogmática, que se enfrenta a los pioneros en nombre de la pureza y el rigor británicos, y que a comienzos de los años 60 deviene una elite burocrática que domina una formación de excelencia, pero verticalista. Su núcleo duro se identifica con la enseñanza de Donald Meltzer (quien está en plena etapa “purista”, en la que por ejemplo sostiene que los consultorios deben ser inmaculadamente blancos, sin rastros de la subjetividad del analista). Entre sus figuras intelectuales más destacadas se hallan Leon Grinberg, Horacio Etchegoyen y David Liberman.

La otra tendencia es heterodoxa, y no participa directamente del poder institucional. Entre sus figuras van a destacarse, en los 60, Willy y Madé Baranger, Diego y Gillou García Reynoso, José Bleger – todos muy amigos entre sí. Ellos, junto con otros con los que comparten la filiación “pichoniana”, van a impulsar la revisión y superación del discurso kleiniano ortodoxo. Inicialmente su principal aporte, como ya dijimos, es la introducción de un pensamiento clínico “terciario” – que procura superar la visión dualista, centrada en el par transferencia-contratransferencia –, mediante la conceptualización original de la noción de “encuadre psicoanalítico”^{lvi} (J. Bleger) y del “campo analítico inter-subjetivo” (W. y M. Baranger). El proceso es re-definido a partir de esta dimensión tercera, producida por la singularidad de cada pareja analítica. Rompiendo con el mito de la pureza se interesan por los fenómenos político-ideológicos que atraviesan tanto las instituciones psi como la relación analítica, y que co-determinan la posición del analista. Plantean la incidencia de lo social sobre la situación analítica. Además promueven una renovación de la matriz pluralista: por ejemplo en el ya clásico libro *Problemas del campo analítico* (1969) de los Baranger, sus autores señalan como sus maestros a Freud, Klein y Lacan y destacan “el enriquecimiento del contacto personal con los dos últimos”.

Sin embargo el cuestionamiento institucional más radical al dogmatismo y al autoritarismo del grupo kleiniano que dirige la APA no estará ligado a la “historia interna” sino a la “historia externa”. Será realizado por razones políticas en 1970 por los grupos Plataforma y Documento. Lo componen unos 50 analistas, que incluyen a pioneros como Marie Langer, figuras destacados como E. Rodríguez y F. Ulloa, y jóvenes como A. Bauleo, H. Kesselman y E. Pavlovsky entre otros. Al calor de los movimientos de protesta en el país y el mundo, identificados con posiciones de izquierda radical, estos grupos desarrollan una crítica esencialmente ideológica de la APA: denuncian su estructura elitista y burocrática de poder, el (auto) aislamiento cientificista y pseudo-autosuficiente respecto de las otras disciplinas, el discurso conformista que hace de la “neutralidad analítica” un purismo “profesionalista”, la censura política que mantiene a

la institución al servicio del status-quo capitalista; reivindican la relación intrínseca del psicoanálisis con el pensamiento crítico, proponen el compromiso del analista con las luchas sociales, y proclaman la necesaria incorporación del psicoanálisis al proyecto revolucionario de una sociedad socialista.

El valor de la crítica^{lvii} del poder institucional y del discurso conservador se ve limitado por la rápida radicalización de los grupos que renuncian y salen de la APA/IPA en 1972. Esta dinámica aborta las posibilidades de un debate psicoanalítico amplio y profundo, y tiende a reducir a los protagonistas a definiciones políticas y a tomas de posición institucionales. José Bleger – principal referente del marxismo psicoanalítico, y amigo de muchos de los que se van – los critica diciendo que “abandonan el psicoanálisis, eligen la política”. Para peor las tensiones políticas internas y el sectarismo hace que ambos grupos se auto-disuelvan en un par de años. De todos modos este movimiento contestatario transformará para siempre el campo del psicoanálisis (termina con el monopolio institucional de la APA, a la vez que favorece una profunda reforma de la misma) y el campo de la “salud mental”.

Los psiquiatras y psicoanalistas politizados se nuclearon al final de los años 60 en la Federación Argentina de Psiquiatras orientados a participar en el agitado campo social como “trabajadores de la salud mental”. Los analistas de PyD crearon el Centro de Docencia de la FAP que impulsó el establecimiento de un “paradigma pluralista” en la formación de los psicoanalistas (primera fuera de APA), que incluía junto a Freud a los pensadores pos-freudianos y los autores argentinos originales; que enseñaba la técnica analítica clásica junto a las psicoterapias individuales y grupales. Además procuraba re-establecer los puentes del psicoanálisis con las ciencias humanas y la filosofía con énfasis en el marxismo. Las primeras camadas egresadas de la – recientemente creada – Facultad de Psicología de la UBA, a las que la APA todavía niega el acceso, se acercan al Centro de Docencia.

Es una época de plena efervescencia intelectual y no existe una homogeneidad teórica en estos grupos, aunque un cierto freudo-marxismo tiñe sus escritos. Gran parte de los escritos conservan las referencias kleinianas (M. Langer, E. Rodríguez Bauleo), pero ya se destacan autores freudianos, influidos por el psicoanálisis francés (G. García Reinoso, H. Bleichmar, R. Paz). Un libro representativo de este momento es *Freud y los límites del individualismo burgués* (1972), de Leon Rozitchner.

En la APA la salida de Plataforma y Documento provoca una crisis interna que resultará en una profunda renovación democrática. Una corriente liderada por Willy y Madé Baranger junto a Jorge Mom, y apoyada por los pioneros freudianos como Garma y Rascovsky, consigue desplazar al grupo kleiniano militante y realizar – retomando y reformulando varias de las ideas del grupo Documento – una reforma pluralista^{lviii}. En lo institucional consigue acabar con las normas elitistas y autoritarias que otorgaban al selecto grupo de analistas didactas el monopolio de los seminarios y los análisis de formación, así como el poder de auto-regularse como una casta. En lo científico combina la idea de una recuperación del espíritu pluralista fundacional, junto con la reivindicación de un “retorno a Freud” – que valora la enseñanza de Lacan pero sin dogmatismo ni exclusividad.

Retornos a Freud: lacanismo vs poslacanismo

A fines de los 60 comienza la difusión de la enseñanza de Lacan en Argentina. A inicios de los 70 ya pueden distinguirse nuevamente dos tendencias: una es típicamente lacaniana, se identifica con la figura y el discurso del Maestro, deviene rápidamente dogmática. Su principal representante es el filósofo Oscar Masotta, que funda la primera institución lacaniana sudamericana, a la que hace bendecir por el propio Lacan. En una línea próxima pero no-institucional se encuentra Raul Sciarreta, influyente filósofo que realiza una lectura rigurosa articulando a Lacan con Althusser.

La otra tendencia renueva la tradición freudiana sin devenir lacaniana, y posee una singular relación con la constelación poslacaniana francesa – compuesta por los primeros y principales discípulos de Lacan que rompen con él durante los años 60: Laplanche, Aulagnier, Anzieu, Green, entre otros – cuyos trabajos se publican entonces en simultáneo con los de Lacan. Por ejemplo en 1971 son traducidos los Escritos de Lacan y el Vocabulario de Laplanche y Pontalis – que marca el alejamiento intelectual de sus autores respecto de su maestro.

Lo que propuse entender como el poslacanismo argentino^{lix} emerge de la convergencia de los trabajos de analistas destacados del ala freudiana renovadora de la APA con los de colegas (especialmente algunos jóvenes) y los “referentes freudianos” de los grupos de Plataforma y Documento. Por ejemplo Willy Baranger organiza las visitas a Buenos Aires de Maud y Octave Mannoni (1973), de S. Leclaire (1974), y André Green (1975) (y en los 80 de Piera Aulagnier). Otro ejemplo es el libro *La depresión* (1974) de Hugo Bleichmar – docente del CDI de la FAP – como integra el conocimiento de la obra de Lacan a un pensamiento freudiano pluralista que lo articula con la obra de los poslacanianos franceses y de los autores argentinos.

El golpe militar de 1976 instaura el terrorismo de estado en el país. Tendrá múltiples consecuencias directas e indirectas sobre el campo analítico, que se atomiza bajo la violencia y la vigilancia represiva. Se destruyen sistemáticamente los procesos de reforma en el campo de la salud mental. Se cierra y luego interviene la Facultad de Psicología. Se persigue – incluso con secuestros, torturas y asesinatos a psicólogos y psicoanalistas. Se fuerza al exilio a muchos analistas, incluida la mayoría de los miembros (y seguidores) de Plataforma y Documento. Otros optan por un “exilio interno”. Los analistas se retiran al ámbito privado y las instituciones realizan una retracción defensiva.

“El fascismo de estos años” – escribe Eduardo Pavlovsky en 1983^{lx} – “se encargó de borrar de las universidades estos textos cuestionadores (Cuestionamos I y II). Un purismo cientificista y a-histórico invadió la enseñanza en estos años. Un neutralismo vergonzante anuló la posibilidad transformadora y revolucionaria del psicoanálisis. Se lo aquietó en discusiones bizantinas. Se lo complicó más que nunca. Se lo adormiló en su función de cuestionamiento social. Se lo aristocratizó. Se lo rechazó. Se lo lacanizó”.

Paradójicamente, o no, el lacanismo va a expandirse y consolidar su hegemonía en esta etapa, en la que ocupa los lugares institucionales “vacantes” (en hospitales, servicios de salud mental, y especialmente universidades, etc.) y difunde un discurso que racionaliza y se sobre-adapta a las condiciones de la censura: un dialecto hermético y sofisticado que erradica las referencias “peligrosas” (“trabajador de salud mental”, “compromiso político”, etc.). No es directamente colaboracionista con la política de la dictadura, pero su discurso y sus posiciones resultan complementarias. La clave de su convergencia es su carácter despolitizador.

Aunque en su origen la lectura de los Escritos se combina con la recepción del pensamiento crítico estructuralista – (especialmente Althusser) el lacanismo argentino realiza una torsión anti-política y se aliena en la teoría. Su discurso rechaza y destierra toda noción de “compromiso” (tanto político como terapéutico): al que denigra como propio de “las almas bellas” (Lacan). La crítica de Lacan a los estudiantes rebeldes del mayo francés y al discurso revolucionario (“la revolución es el retorno al mismo lugar”) es también usado contra quienes se interesan por cambiar la realidad argentina. Una suerte de “cinismo obligatorio” se cristaliza como ideología subyacente en la militancia lacaniana contra el freudo-marxismo. “Eso no es psicoanálisis” se vuelve el latiguillo que des-legitima toda variación o extensión del método analítico.

La crítica del *furor curandi* se extrema y – en su rechazo del interés por “las transformaciones” individuales y sociales – se condensa en el slogan: “el psicoanálisis no cura”. En las instituciones de salud mental los lacanianos participan (y con su discurso legitiman) el desmantelamiento del paradigma comunitario e interdisciplinario de la salud mental, y descartan todo tratamiento que no sea individual – argumentando que “eso no es psicoanálisis”. Rematan con la máxima: “la psicoterapia lleva a lo peor” (Lacan). Teorizan las virtudes del corte de la sesión y del silencio del analista al mismo tiempo que la dictadura promueve la consigna: “el silencio es salud”. Tato Pavlovsky habla de la “subjetividad canalla” producida por el terrorismo de estado. Incluye en la crítica a cierto lacanismo que – para futura vergüenza de algunos de sus adherentes – teoriza “los goces del torturado y el torturador”^{lxii}.

Por otra parte hubo quienes continuaron de diversas maneras la tradición comprometida, dentro y fuera del país, en la semi-clandestinidad y el exilio. El terrorismo de estado produjo una verdadera “diáspora del psicoanálisis argentino” (Roudinesco) que a su manera renovó la experiencia de los pioneros. Numerosos analistas protagonizaron la fundación de diversos proyectos institucionales, a la vez que dinamizaron y enriquecieron científicamente los medios culturales y analíticos a los que llegaron: por ejemplo en Caracas (L. Hornstein, M. Goldemberg), México (M. Langer, S. Bleichmar), Madrid (J. Spilka, Kesselman, H. Bleichmar, L. Grinberg), Barcelona (Massotta, V. Varemlitt), París (J. D. Nasio, H. Faimberg, S. Resnik), Venecia (A. Bauleo), Salvador (E. Rodríguez, F. Ulloa), Río de Janeiro (G. Baremlitt), y claro, San Pablo, donde co-fundaron el curso de psicoanálisis en Sedes.

La reconfiguración contemporánea de la matriz pluralista

La revista Zona Erógena

El re-establecimiento de la democracia a fines de 1983 abrió un proceso de recomposición del campo analítico. En 1989 siendo todavía estudiante y ex-dirigente universitario de izquierda, conseguí apoyo de la Facultad de Psicología (UBA) para fundar *Zona Erógena*, “revista abierta de psicoanálisis y pensamiento contemporáneo”. Para sorpresa de todos tuvo un éxito inmediato (agotó tres tiradas seguidas de 1000 ejemplares) y un impacto duradero hasta su último número (el 49) en 2001.

Tal y como hoy se consigna en numerosas tesis de maestría y doctorado la revista llegó a jugar un rol importante, a marcar una época: la de la convergencia de las distintas vertientes anti-dogmáticas del movimiento analítico; la del re-lanzamiento y despliegue de la corriente poslacaniana argentina, impulsada por nuevos autores. Promovió y

presentó la re-configuración de la matriz freudiana pluralista, en sintonía con nuevas problemáticas, asumiendo el proyecto de un psicoanálisis contemporáneo.

El primer desafío fue crear una nueva red de autores superando la fragmentación provocada por la dictadura. Convocamos a todos los que aceptaban problematizar desde el psicoanálisis el malestar cultural en el capitalismo periférico – empezando por el malestar en nuestro propio campo. Sin disimular nuestra afiliación con la tradición de la izquierda psicoanalítica conseguimos convocar a los autores más destacados de las distintas corrientes y generaciones – casi todos los citados en las líneas precedentes. Simultáneamente la revista estableció puentes con los principales autores extranjeros, especialmente los poslacanianos franceses – entonces en plena producción de sus obras de madurez – que fueron contribuyendo regularmente, y cuyos escritos llegamos a traducir muchas veces antes de su publicación en francés.

Zona tuvo tres interlocutores y colaboradores principales: Rafael Paz, Luis Hornstein y especialmente Silvia Bleichmar (la autora más veces publicada). Con ellos proyectamos juntos la recuperación del legado freudiano pluralista en su vertiente comprometida y la renovación del programa poslacaniano. Para lo primero Silvia formuló su idea programática de “sostener los paradigmas y desprenderse del lastre”. Para lo segundo Luis Hornstein aportó la consigna “ni sin Lacan ni sólo Lacan”. Rafael Paz produjo una re-elaboración de la teoría del campo analítico profundizando el papel de lo social – en la constitución subjetiva, la dinámica del campo y la reformulación de la técnica.

Posiblemente la producción teórica más significativa de la revista – que protagonizaron “nuestros” tres autores con la colaboración de muchos otros – fue en torno a la cuestión de la historia en psicoanálisis, en su multiplicidad de niveles convergentes: extraer de los textos sociales de Freud una metapsicología que elucide la co-determinación de lo social sobre lo psíquico (Paz); revisar y profundizar la noción de “nachtraglichkeit” (distinguiendo las nociones de “a-posteriori” y de “re-significación”) para conceptualizar la temporalidad compleja del psiquismo (heterocronía según Green); dar cuenta de los tiempos reales de constitución del psiquismo (para superar los tiempos “míticos” del modelo estructuralista) para poder trabajar lo traumático como experiencia histórica no simbolizada (Bleichmar); desarrollar la “historización simbolizante” (Hornstein) como eje de la cura analítica; concebir junto a la repetición la dimensión “poética” (Castoriadis) de la psique, la emergencia de lo nuevo (Hornstein) o neogenesis (Bleichmar) para pensar el proceso analítico como heterogénesis (Urribarri). Todas estas elaboraciones convergieron a su vez en torno a uno de los ejes principales de la revista: “el retorno a la clínica”.

En noviembre de 2001 apareció el que sería el último número, el único que fue temático: “El Poslacanismo – el psicoanálisis argentino contemporáneo”. En mi ensayo introductorio propuse una lectura de la originalidad de la corriente poslacaniana argentina (de su diálogo con, y su autonomía respecto de, la corriente francesa) y de su papel como una de las fuentes del movimiento psicoanalítico contemporáneo.

Dada su vigencia, para terminar, me gustaría citar el modo en que aquel número sintetiza los 5 ejes de la nueva matriz contemporánea, a la que propone como brújula para la investigación y producción futuras:

a) Una lectura renovada de Freud, que vuelva a valorar la metapsicología y el método freudiano como fundamentos del psicoanálisis; b) Una apropiación crítica y

creativa de los principales aportes postfreudianos, acompañado de un diálogo con los autores contemporáneos de diversas corrientes; c) Una extensión del campo clínico psicoanalítico que incluye “de derecho” (y no sólo “de hecho”) la práctica con encuadres específicos para los casos no neuróticos; d) Un puente con el pensamiento crítico contemporáneo: desde la epistemología compleja (Morin, Atlan) hasta la teoría social (Castoriadis, Foucault, Agamben, Jameson); e e) El restablecimiento del “Vocabulario freudiano” como lingua franca – para superar la “babelización” post-freudiana.

Una última palabra para decir que esta es justamente la matriz que encuentro en *Percurso*, uno de cuyos méritos es ponerla a trabajar de un modo tan singular como productivo.

Referencias

- Urribarri F. (2001). El poslacanismo. El psicoanálisis contemporáneo, *Zona Erógena*, n. 49.
- _____. (2005). La representación en el encuadre contemporáneo. In *Autour l'ouvre d'André Green*. Paris: PUF.
- _____. (2007). El trabajo psíquico del analista. Los tres modelos de contra-transferencia. In A. Green (ed.). *Resonance on suffering*. London: Routledge.
- _____. (2017). Que es un psicoanalista contemporáneo?, *Revista Brasileira de Psicánlise*.
- _____. (2018). Después de Lacan: el retorno a la clínica, *Percurso*, n. 60.

Contributions to a psychoanalysis of contemporary malaise. Elements towards a genealogy of Argentinian psychoanalysis

Abstract This paper proposes some reflexions on the contemporary *malaise* based on the ideas developed by the Argentinian psychoanalysis. In the first part it is proposed an historical and conceptual definition of contemporary psychoanalysis. It is followed by a general commentary on some – theoretical and clinical – elaborations on the incidence of the social processes within the analytic field. In the second part is proposed a genealogical approach of the Argentinian psychoanalytic movement, prioritizing its more innovative, engaged and progressive current.

Keywords Argentinian psychoanalysis; pioneers; pluralistic matrix; tertiary model; magazine *Zona Erógena*.

Texto recibido: 04/2019

Aprovado: 05/2019

Contra a máquina de descerebrar. O que (ainda) pode a psicanálise?

Ana Helena de Staal

Resumo Num dos seus últimos livros, o psicanalista americano Christopher Bollas sustenta que, através das práticas das redes sociais, a fobia do mundo interno e o pensamento operacionalista acabaram por se apresentar como uma (falsa) resposta universal e automática à necessidade de significação manifestada pelo ser humano. O que pode a psicanálise diante de tal hipótese? De que conceitos ela dispõe para pensar o empobrecimento psíquico e o ódio que parecem cristalizar a dor de pensar que caracteriza nossa época?

Palavras-chave pensamento operatório; função psicanalítica da personalidade; ódio; paixão-triste; subjetivação; redes sociais; sujeitício.

Ana Helena de Staal é psicanalista e psicossomatista, membro da Société de Psychanalyse Freudienne (SPF). Ex-chefe de edição da revista *Chimères*, fundada por G. Deleuze e F. Guattari, ela dirige atualmente Ithaque, editora parisiense especializada em psicanálise e filosofia. Ela traduziu e publicou em francês a maior parte dos seminários de W. R. Bion, assim como o trabalho de autores contemporâneos importantes como Christopher Bollas, Thomas Ogden e André Green. Vive e trabalha em Paris.

A Tunga, que sabia o que fazia quando criou o Espaço Psico-Ativo.

É uma honra e um privilégio poder compartilhar com vocês esta celebração dos 30 anos da revista *Percursos*. Gostaria de agradecer a Renato Mezan e ao conselho editorial da revista pelo convite para esta reunião^{lxii}. A todos vocês, muito obrigada pela presença.

Gostaria também de desejar feliz aniversário à equipe da revista que conseguiu por três décadas manter um nível excepcional de exigência editorial e bibliográfica. Infelizmente, esse cuidado nas publicações tem sido negligenciado na Europa, nos últimos quinze anos.

Lá, de certa forma, internalizamos a crise das ciências humanas a ponto de torná-la uma doença, cujo principal sintoma é o abandono puro e simples do rigor editorial: salvo raras exceções, publicamos quase mecanicamente o que nos é dado, tal como nos é dado, com a mesma neurastenia com a qual passamos, sem qualquer correção ou comentário, o comentário de um comentário que acabam de nos passar no WhatsApp.

Essa inércia quase anestésica, que contamina cada vez mais todas as áreas de nossas vidas – e que é também induzida pelo automatismo ao qual nos forçam as redes sociais –, foi recentemente conceituada pelo psicanalista americano Christopher Bollas^{lxiii}. Inspirado pela ideia de “pensamento-ação” de Heinz Kohut, Bollas chama de “operacionalismo”^{lxiv} este comportamento de execução automática de um programa que vem substituir imediatamente o que poderia ter surgido em nós como pensamento, ideia ou tentativa de verbalização. Em suas palavras, nos tornamos “*Selves* transmissivos”, compartilhando compulsivamente “objetos transmissivos”. Esse gesto psicofóbico, essa aversão ao mundo interno – que nos leva a expulsar de modo mecânico qualquer conteúdo, na tentativa de evitar sua elaboração ou integração –, à medida que vai se tornando uma *maneira de pensar* (ultrapassando o âmbito do comportamento),

contribui para o empobrecimento de nossas atividades intelectuais internas e sociais^{lxv}. Então, não é estranho que nossas publicações reflitam (e, num círculo vicioso, alimentem) tal estado de coisas.

O fato é que nosso espaço-tempo, e com ele nossas mentalidades, foram completamente transformados com o advento da tecnologia digital; os espaços-tempos mentais e privados ligados ao nosso mundo interno (a nossa vida afetiva íntima) foram quase todos colonizados e redesenhados pelas redes sociais e pelo comércio eletrônico. É assim que, pouco a pouco, expulsos de nós mesmos, nos tornamos moradores de rua psíquicos, vagando entre as lixeiras da era pós-industrial. Para falar em termos bionianos, à medida que os continentes (as formas e as mediações) se degradam, os conteúdos se desarticulam e perdem o sentido – sobram cacos de significação, deixados ao abandono no mural do Facebook de cada um.

Acho que todos nós, psicanalistas, sentimos que a subjetividade da nossa época tem sido bastante maltratada. E ela tem se tornado mais desumana, mais estreita, mais superficial e analfabeta quanto as suas próprias emoções^{lxvi}. Entretanto, assim como a proteção da Amazônia é essencial para a sobrevivência do planeta, a proteção dos territórios psíquicos e subjetivos do indivíduo é decisiva para a sobrevivência do que temos de *humano* em nós. A psicanálise, que sabe instituir um quadro, animar o mundo psíquico, abrir espaço para uma democracia interna (da alma) e reconstruir a palavra, pode ser uma ferramenta avançada na realização dessa tarefa, desde que leve em consideração os problemas de sua época e interrogue sempre o sentido da sua função.

Em outros termos, hoje é necessário pensar a essência mesmo desse esvaziamento da significação – que é inédito –, e que engendra montanhas de lixo psíquico, entre os quais o ódio de massa, os insultos robotizados e o sofrimento crônico mental do indivíduo. É esse programa de trabalho difícil, começado por Bion num outro contexto, no fim dos anos 1960, que toda uma parte da psicanálise contemporânea vem tentando realizar. Na França, André Green foi o primeiro a nos orientar nessa tarefa importante.

Vivemos uma época difícil no mundo inteiro. No Brasil, teme-se regredir aos piores momentos da ditadura de 1964; na Europa, com o aumento sem precedentes do nacionalismo e dos racismos (basta pensar no Brexit, nos cemitérios judaicos profanados, nos migrantes deixados para morrer afogados no Mediterrâneo), é comum a referência ao pior populismo da década de 1930. Mas, tanto lá quanto aqui, o projeto ultraliberal, a forma mais virulenta do capitalismo, parece agonizar, e sabemos que essas referências ao passado surgem apenas para nos tranquilizar, para acalmar o nosso medo do futuro. Na verdade, estamos no meio da travessia, sem saber o que nos espera do outro lado. Um novo mundo? O fim do mundo? Naturalmente, buscamos então nas imagens e modelos já conhecidos algo capaz de nos orientar e nos dotar de uma grandeza de alma que nos apoie; falamos também de resistência. Ora, em matéria de resistência e de grandeza na defesa da nossa humanidade, peço que me deixem citar o poeta francês Victor Hugo^{lxvii}. Ele diz: “A grandeza consiste de dois elementos que são a própria essência do gênio: adivinhar e ousar. Entregar-se ao que será, apesar da resistência do que é”.

Hugo falava de gênio literário, gênio político, gênio humano. Ele propunha que cuidássemos do que queríamos nos tornar. E de fato nos convidava a desenvolver uma

visão política do mundo: viver em diálogo com o presente e ousar sonhar com o futuro para que este não ficasse abandonado à pura força predatória do homem.

Eis aí uma problemática que não parece totalmente estranha, para nós psicanalistas, que hoje nos encontramos cheios de perguntas sobre quem somos, o que fazemos e como devemos agir. A psicanálise ainda tem como pensar o futuro e seu próprio futuro? Pode ter uma influência em seu tempo? Os psicanalistas ainda detêm as ferramentas certas para responder aos problemas contemporâneos? Curiosamente, ao ouvir Hugo, tenho a impressão de ouvir Bion, que num estilo menos poético, já na década de 1960, fazia uma crítica cerrada contra uma psicanálise muito dogmática que ritualizava nossa prática e engessava nossas teorias, acabando por tornar sua clínica insensível ao tempo que passa e, por isso mesmo, aos sofrimentos do homem ultraindustrializado.

Como Bion em sua época, ainda hoje ouvimos, por exemplo, Antonino Ferro criticar a relação de negação que, muitas vezes, os psicanalistas têm com o tempo. Ironizando sobre os colegas que falam daquele “jovem analista em formação com 45 anos”, ou daquele “jovem clínico de 65 anos”, Ferro comenta que “o mais preocupante ainda é colocar as teorias psicanalíticas em um tempo imóvel, ou melhor, circular, no qual tudo já foi dito [...]”. Para ele, “os pesquisadores da psicanálise que deveriam trazer a peste dos novos conhecimentos se transformaram em sacerdotes”^{lxviii} e disseminam agora teorias ultrapassadas e sem efeito sobre as patologias contemporâneas.

É verdade que o passadismo transcendentalista da psicanálise *não larga o osso*, pelo menos na Europa, e que ele às vezes tem algo de assustador. Todo mundo sabe que a bela pintura *A Árvore da Vida* de Klimt agora se tornou um jogo americano à venda nos sites *online*. Mas ninguém quer deixar Viena – preferimos falar sobre a *Gradiva* e lançar a milésima interpretação do trabalho de Kafka. Um pouco como se o luto de Freud, o luto da *Mitteleuropa*, nunca tivesse sido feito, e que qualquer tentativa de atualizar a doutrina pudesse comprometer sua legitimidade ou essência. Como se a psicanálise pudesse ser pensada do lado de fora do mundo.

Ora, em 2001, em um comentário sobre Lacan, Alain Badiou se perguntava se a psicanálise teria alguma existência política. E respondia: de certo modo, sim. Lembrava que, nos anos 1970, Lacan, muito solicitado por seus discípulos de esquerda, viu-se em plena “interlocução com seu tempo”, imerso na urgência de um contexto social agitado, que não era “o do progresso teórico lento e embasado”. Lacan fez então duas proposições que hoje, meio século depois, parecem ainda surpreendentemente relevantes: a primeira é que a ideologia da ciência e do autoritarismo científico só poderia levar à supressão do sujeito (para dar um exemplo simples, o sujeito da psicanálise não era e nunca seria o sujeito do mercado da saúde mental, ou, se preferirmos: o sujeito da opressão psíquica não se lê como o sujeito do *burnout* é lido pela indústria farmacêutica); a segunda proposta é que “qualquer programa de emancipação ampliada e ilimitada do gozo [era] em realidade um programa mortal e desastroso”^{lxix} (por exemplo, o slogan dos situacionistas de 1968 – “gozar sem entraves e viver sem tempos mortos” – poderia soar como uma verdadeira defesa maníaca, e um apelo nefasto, em um contexto capitalista no qual a satisfação e a felicidade se confundiam cada vez mais facilmente com o consumo e o poder aquisitivo). É verdade que Lacan não era um homem de esquerda e, do ponto de vista de 1968, pode-se considerar o aspecto imediatamente conservador dessas intervenções^{lxx}; mas a um olhar

mais agudo fica claro que o que estava em jogo ali não era tanto um engajamento tático no sentido da escolha de um partido ou de um voto, mas uma tomada de posição política especificamente *psicanalítica*, no sentido de que, se tivesse que ser expressa, só o seria a favor de um sujeito integrado à vida social, claro, mas não menos dotado de uma singularidade tirada da luta psíquica constante com suas próprias contradições e exigências ontológicas e pulsionais. Assim, reivindicar o gozo total em nome de uma liberdade individual cada vez maior era um contrassenso – não só porque era óbvio que o capitalismo esperava para dar o bote, mas também porque, uma vez posta em movimento, a ganância humana, o pulsional, o primário, só seriam contidos pela destruição e pela morte.

Nesse duplo sentido – quero dizer, nesse funcionamento dialético da interlocução da psicanálise com o seu tempo –, algumas das maiores contribuições à psicanálise vieram de textos que, longe de serem inspirados pela atmosfera secreta e almofadada dos consultórios, derivam sua força de um diálogo implícito mas vigoroso com a época.

Tomemos Freud, por exemplo, que, no contexto da Primeira Guerra Mundial e imediatamente no pós-guerra, reformulou sua teoria em profundidade, com textos como “Além do Princípio do Prazer” e “O Ego e o Id”. A pulsão de morte, a compulsão à repetição, o luto patológico são alguns dos conceitos diretamente derivados de sua experiência com a guerra. Esta reformulação freudiana da década de 1920 arranca o indivíduo de um debate mais ou menos organizado com suas neuroses (sistema CS-PCS/luta-fuga/mecanismo de recalque), trazendo para a cena um ego irremediavelmente atolado no buraco negro, infinito e caótico do inconsciente pulsional (clivagem do ego/negação/somatização etc.). Com essa mudança, Freud ajusta a subjetividade romântica e requintada da *Belle Époque* à sociedade ultraindustrial, destrutiva e mórbida que acomodaria nossas mentalidades aos tempos democráticos, à cultura de massa e ao trabalho na linha de montagem. Notemos, a propósito, que Freud não viu um *progresso* inequívoco nesse estado de coisas. No entanto, é daí que vai tirar a ideia – imediatamente aplicada à vida psíquica – de que nada é adquirido para sempre, que “os estados primitivos podem sempre ser restabelecidos”^{lxxi}. Em outras palavras, a escolha de nossa humanidade psíquica e social deveria ser reafirmada por todos os homens em todas as situações. O que há de mais psicanalítico e político ao mesmo tempo?

Pensemos também em Bion e em seu engajamento com sua época; ele não só serviu ao exército em ambas as guerras, mas também viveu de perto os hippies da *New Age* californiana, no início dos anos 1970. Seu trabalho, marcado pelos sobressaltos da História, é sem dúvida um dos mais originais, criativos – e difíceis – nos anais da psicanálise desde Freud. Ao nos oferecer uma “visão [...] radicalmente social do nascimento do sujeito”^{lxxii}, ele nos deixa também uma teoria que permite compreender as formas de sofrimento psíquico que atacam hoje o indivíduo. Uma de suas contribuições mais valiosas é a ideia de uma “função psicanalítica da personalidade”^{lxxiii}. Apesar de essa noção ser pouco conhecida pelos psicanalistas, encontra-se na origem das melhores inovações teóricas propostas pela psicanálise contemporânea. Ela permitiu que Bion pensasse em termos de continente-conteúdo; contribuiu para a conceituação por André Green do trabalho do negativo, está abertamente presente na obra de Thomas Ogden, Christopher Bollas, Antonino Ferro e Giuseppe Civitaresse, mas também implicitamente nos trabalhos de todos os que discutem distúrbios relacionados à simbolização e ao

irrepresentável – ou seja, a todas as disfunções da capacidade de pensar e as falhas do espaço interno. Como é uma daquelas noções que ninguém conhece, mas que todo mundo usa, parece óbvia. André Green, que a conhecia, descreveu a ideia de Bion à sua maneira em 2008, dizendo que:

Todo indivíduo que concorde em submeter o que vive, sente, pensa, ao exame do psicanalista, [...] admite a existência de um postulado, segundo o qual qualquer que seja a forma tomada pela superfície de sua comunicação, esta supõe que tal superfície retornará a uma organização de sentido diversa daquela superficialidade comunicativa^{lxxiv}.

Thomas Ogden, o primeiro em 2004 a chamar nossa atenção para esse aspecto importante da teoria analítica, explica que “com este termo, Bion quer sugerir que a personalidade humana é constitucionalmente equipada com um conjunto de habilidades mentais que, se utilizadas, possibilitam a elaboração psíquica [ao mesmo tempo] consciente e inconsciente da vida emocional [...]” – trazendo assim à tona toda a problemática não tanto do consciente e do inconsciente, mas da simbolização e do pensamento operatório. Além disso – prossegue Ogden – “ao chamar essas atividades mentais de ‘psicanalíticas’, Bion enfatiza que este trabalho é realizado graças a uma forma de pensamento propriamente psicanalítico: um pensamento que considera a experiência dos pontos de vista do consciente e do inconsciente ao mesmo tempo”^{lxxv}.

Para simplificar, eu diria que a função psicanalítica da personalidade postula uma vida psíquica no ser humano – uma vida psíquica que se desdobra em pelo menos dois pontos de ancoragem produtivos: o comércio com o Outro^{lxxvi} e a fabricação de sentido – a criação de significado sob uma multiplicidade de formas e densidades, isto é, para falar como Green, uma organização de significado mais espessa, operando além da superfície comunicativa. É então a disfunção em um ou outro ponto deste sistema que vai se encontrar na origem dos sofrimentos psíquicos atuais, na forma, por exemplo, de distúrbios da alteridade, da subjetivação, da perda de significado, da perda do sentimento de si ou de falhas de simbolização. Todas em última análise, como já disse, desordens da atividade do pensar, relacionadas ao encolhimento e à superficialização da nossa vida psíquica.

Tudo isso dá a impressão de que, hoje, essa *função psicanalítica da personalidade* é exatamente a mais atacada, a mais ameaçada por nosso sistema econômico e social. O indivíduo, transformado em máquina de consumir, é levado a assinar com um clique uma série de Termos e Condições de venda com centenas de cláusulas ilegíveis, delegando assim juridicamente a fabricação de sua subjetividade e o exercício de sua vontade aos algoritmos do *Facebook* ou *Amazon*. O “sujeitocídio”^{lxxvii} não é apenas cometido em plena luz do dia, mas com o consentimento da vítima. Pai Ubu e sua máquina de descerebrar não pediam tanto.

Em um livro publicado em 2018, em Londres, Christopher Bollas coloca as bases para uma discussão psicanalítica dessa situação. Com coragem e inteligência, discute a eleição de Donald Trump, o Brexit, o processo de globalização, o ódio nas redes sociais, as novas formas de pensamento e as normopatias, a espoliação do mundo interno e o estado de desolação dos *Selves* em geral. O título do livro, um tanto triste mas poético, é *Sentido e Melancolia. Viver em tempos de desamparo*^{lxxviii}.

Este texto, misto de ensaio, panfleto e reflexão teórica, é o que precisávamos para desempoeirar de vez as prateleiras da psicanálise contemporânea. Um texto criativo, mas principalmente cheio de generosidade, pois não teme ser o primeiro a se molhar para nos levar a perceber a degradação do nosso espaço psíquico. Não posso apresentar o livro em detalhes, mas aqui está o que diz Bollas em um trecho sobre os novos modos de pensar engendrados pela falta de sentido e pela melancolia que habitam os *Selfs* transmissivos – em suas palavras:

Ao contrário de pulsões, afetos e lembranças, esses modos de pensar não são formações reativas que se opõem a certas forças intrapsíquicas: são mentalidades transmitidas pela cultura contemporânea. O ego se adapta a isso. Elas não apresentam o entrelaçamento complexo de elementos imbricados, como evidenciado pela dinâmica psíquica idiossincrática de um *Self*; mas, embora uma psicologia social particular esteja em sua origem, e embora não emanem das profundezas da vida psíquica individual, podem transformar-se em estruturas perenes de nossa mente. Daí em diante a civilização exigiria de nós que nossos *Selfs* fossem menos dominados por um Superego do que por um Ego que poda suas aptidões intrínsecas, porque adota modos de pensar degradados^{lxxix}.

Este é o diagnóstico de Bollas, que nos remete mais uma vez ao caminho de um trabalho de extensão e de reelaboração de nossa disciplina – e que requer, acima de tudo, um compromisso nosso menos clerical e mais franco com os assuntos do mundo.

Assim, antes de terminar, gostaria de tentar articular algumas ideias sobre essa vaga mundial de ódio que tem nos deixado bastante desamparados. Vou retomar então rapidamente alguns elementos do que disse até agora, mas sob a forma de uma quase-associação livre.

No caso, a noção lacaniana de “gozo” (“*jouissance*”), de gozo ilimitado – ou seja, de descarga sem fim – me parece extremamente útil, assim como certas noções diretamente ligadas ao funcionamento do aparelho de pensar, e, entre elas, aquelas tiradas das teorias psicossomáticas francesas (e que são bastante próximas das ideias de Bollas e de Bion). Vejamos.

Não é difícil perceber que o ódio, essa “paixão triste” como dizia Spinoza, é o que mais ataca e aplaina aquela nossa função psicanalítica que acabo de comentar. Por uma razão bastante simples: o ódio destrói a linguagem ao desarticular o discurso em nome da descarga imediata propiciada pelo insulto ou pela ação (em nome do gozo) – ora, a linguagem é um continente/envelope robusto e bastante plástico, mas que, uma vez destruído, esparrama o conteúdo na reação física imediata (o movimento pulsional passa então a ser tratado menos pelos processos psíquicos e mais pelos processos análogos aos físicos reativos). Daí a instauração da negatividade, daí a justificação da necessidade desse gozo sem fim, desse esvaziamento perpétuo. Isso por um lado. Por outro, num de seus cursos na Universidade Paris-VIII, Deleuze, explicando Spinoza, dizia que a paixão triste é “o efeito que faz no meu corpo um corpo que eu só posso entender como não tendo nada em comum comigo”. E ele prossegue: “enquanto ele afetar você com uma paixão triste, é porque você concebe aquele corpo outro como incompatível com o seu”. O que, traduzindo para uma outra esfera, não está nada longe de uma definição trivial da *alergia*. Ou seja – num contexto de déficit de linguagem – o surgimento, no âmbito do sistema imunitário (o sistema de defesa mais íntimo da pessoa, do *Self*), dos distúrbios psíquicos ligados à alteridade, à intolerância ao outro.

Daí, também, a ideia do ódio como paixão triste sem dúvida, mas sobretudo sem objeto. Ou melhor, cujo objeto é si mesmo, na negação absoluta do outro. E é aqui que entenderemos mais alguma coisa, se pensarmos justamente em termos de alergia, no sentido de uma *identidade* precária que, tendo sido robotizada, comercializada e maltratada pelos algoritmos, se torna totalmente operatória e instável, e só consegue afirmar sua existência pela rejeição do outro, pelo vômito, pela aversão, pelo nojo, e pela evacuação permanente do corpo estrangeiro alergênico. Como dizia Jean Baudrillard: “A identidade hoje se constrói pela rejeição; ela não tem mais nenhum fundamento positivo. O único jeito é de se antideterminar pela expulsão do outro, em vez de criar uma relação afetiva e dialética com ele. [...] Os processos atuais são processos de rejeição, de desafetação, de alergia”^{lxxx}. Em uma palavra: de evacuação.

Daí essa anialidade exposta aos quatro ventos, esse vocabulário de esgoto que tanto vemos nas redes sociais, exprimindo o intuito aberrante de se purificar de si mesmo por meio da expulsão do outro. Esse ódio, que a psicanálise tem por dever entender e tentar teorizar, é, ao meu ver, o ódio profundo da identidade perdida, da identidade roubada por um projeto de sociedade que acabou excluindo o humano de seus planos, pois, citando mais uma vez Baudrillard, “o ódio é talvez *também* uma última reação vital”.

As reflexões que apresento aqui vêm da Europa, onde a ideia do esgotamento da nossa parte de *humanidade* não é mais considerada simples fantasia de um continente decadente; muitos europeus pensam seriamente que, sem uma mudança radical nos nossos modos de vida e nas nossas mentalidades, o século XXI será o último a nos oferecer a possibilidade de um *ser humano*. De um ponto de vista europeu, as eleições catastróficas nos Estados Unidos e no Brasil, e a ascensão do populismo fascista na Europa ressoam como um canto de cisne. A negação da destrutividade, o ódio, a violência, os insultos desesperados, o desejo de devastação aparecem como se – a Natureza tendo apitado o fim da partida – o animal humano em seu orgulho ferido lançasse seu último grito de revolta e impotência.

Termino então dando boas e más notícias. O ruim é que, como os oceanos, as florestas e o espaço, nossa vida psíquica – que garante a nossa humanidade e um certo tipo de sociabilidade – está ameaçada pela falta de sentido, pelo ódio da introspecção e o ódio do Outro, mas também pelo ódio sem objeto como pura atividade de escarificação^{lxxxi}. Como diz Bollas, estamos nos tornando uma função de nossos celulares e *tablets*, e detestamos a globalização que nos capturou no navio negreiro do comércio on-line. Estamos em vias de dissociação – e talvez de desaparecimento. A boa notícia é que a *função psicanalítica da personalidade* também é de alta tecnologia, e que ainda não ficou decidido se perderemos essa luta.

Referências bibliográficas

Badiou A. (2001). À l'écoute de Jacques Lacan. Programa de rádio, France Culture, 5 abr. 2001; podcast disponível em: <<https://www.franceculture.fr/emissions/les-nuits-de-france-culture/les-chemins-de-la-connaissance-a-lecoute-de-jacques-lacan-45-avec-alain-badiou-1ere-diffusion>>.

Baudrillard J. (1994). La Haine. Entrevista concedida ao *Magazine littéraire* n. 323, 1ª jul. 1994; republicada na mesma revista em 28 fevereiro de 2019.

Bion W.R. (1962/2001). *Aux sources de l'expérience*, Paris, PUF.

_____. (1979/2007). Contre mauvaise fortune, bon cœur. In W.R. Bion, *La Preuve & Autres textes*. Paris: Ithaque.

- Bollas C. (2018). *Meaning and Melancholia. Life in the Age of Bewilderment*. New York & Londres: Routledge. [Trad. franc.: *Sens et mélancolie. Vivre au temps du désarroi*. Paris: Ithaque, 2019.]
- Civitaresse G. (2011). L'in/conscient comme fonction psychanalytique de la personnalité, *Revue Française de Psychanalyse*, vol. 75, p. 840.
- _____. (2018). Rapport au 78e Congrès des Psychanalystes de langue française, Gênova, maio 2018: "Traduire l'expérience: le concept de transformation dans Bion et la théorie post-bionienne du champ analytique".
- Deleuze G. (1978). Curso na Universidade Paris viii : "Spinoza: passions tristes et passions joyeuses", disponível em: <http://www.univ-paris8.fr/deleuze/article.php3?id_article=44>.
- Ferro A. (2014). *Le Viscere della mente. Sillabario emotivi e narrazioni*. Milão: Raffaello Cortina Editore. [Trad. franc.: *Les Viscères de l'âme. Alphabet des émotions et narrativité*. Paris: Ithaque, 2019, no prelo.]
- Freud S. (1915/1951). Considérations actuelles sur la guerre et la mort. In S. Freud, *Essais de psychanalyse*. Paris: Payot.
- _____. (1915/1968). L'inconscient. In *Métapsychologie*. Paris: Gallimard, Idées.
- Green A. (2008). Le travail du négatif. Conferência em Lyon, maio 2008, inédito.
- Hugo V. (1840/2002). Faits et croyances. In *Œuvres complètes: Océan*. Paris: Robert Laffont.
- Lacan J. (1971-1972/2011). ... *Ou pire. Le séminaire, Livre xix*. Paris: Seuil.
- _____. (1975). *Encore*. Paris: Seuil.
- Le Goff J.-P. (1998). *Mai 68. L'héritage impossible*. Paris: La Découverte.
- Marty P. (1976/1998). *Les Mouvements individuels de vie et de mort*. Paris: Payot.
- Ogden T. (2005/2012). *Cet art qu'est la psychanalyse*. Paris: Ithaque.

Against the machine of destroying the mind: what can psychoanalysis still do?

Abstract In a recent book, American psychoanalyst Christopher Bollas defends that through social media inner world phobia and operational thinking present themselves as an (unfaithful) universal and automatic answer to the need of signification manifested by human beings. What can psychoanalysis against such hypothesis? What concepts does it have to think psychic impoverishment and hate that seem to crystalize the pain of thinking characteristic of our times?

Keywords operative thinking; psychoanalytic function of the personality; hatred, social networks; subjectivation; subjecticide.

Texto recebido: 05/2019

Aprovado: 05/2019

As raízes da psicanálise e o mal-estar soberano

Camila Salles Gonçalves

Resumo Esta comunicação pretende forjar uma chave, a partir de uma associação das pulsões parciais nomeadas por Freud com as investigações realizadas por Foucault e Agamben sobre *dispositivos*, para propor uma análise e um diálogo a respeito da polícia soberana no Brasil atualmente.

Palavras-chave pulsão; dispositivo; civilização; mal-estar.

Camila Salles Gonçalves é doutora em filosofia pela FFLCUSP, psicóloga pela PUCSP, psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, autora de publicações sobre psicanálise e filosofia.

Agradeço pelo convite e pela oportunidade de reafirmar minha gratidão aos colaboradores de *Percurso*, aos colegas, de tantas redações, e a todos os presentes.

Para participar dos diálogos deste encontro, ofereço uma mínima reflexão sobre as raízes da Psicanálise e sua imbricação com o tema da violência armada contemporânea, que faz parte do cotidiano de nossa Civilização ou Cultura. No devir, será um tema ultrapassado, ou não.

Para forjar instrumentos de análise, adotei ideias de Freud e do filósofo Giorgio Agamben, associadas com as de outros pensadores, à medida que estas, para mim, também foram se mostrando esclarecedoras.

De Freud, destaco “O Mal-estar na Cultura (ou Civilização)”, em relação com “Psicologia das Massas e Análise do Eu”. De Agamben, um artigo minúsculo, denominado “Polícia Soberana”^{lxxxii}, complementado por outro, a saber, “O que é um dispositivo?”^{lxxxiii}.

Para iniciar, releio duas metáforas, uma de cada autor, que evocam imagens situadas em Roma, de forma diversa, mas que podem, a meu ver, ter importantes pontos de convergência. Sobretudo, consideram a História.

Entre 1929 e 1930, Freud descreve construções em Roma^{lxxxiv}, algumas preservadas e outras, em ruínas visíveis, de diferentes épocas, que ocupam os mesmos lugares. Faz-nos percorrer alguns destes, nos quais, em camadas anteriores, houve outras edificações. Escreveu: “Onde está agora o Coliseu, poderíamos admirar também a desaparecida *domus aurea*, de Nero; na praça do Panteão, não só admiraríamos o Panteão atual, assim como aquele que nos foi legado por Adriano, mas também, no mesmíssimo sítio, o edifício originário de M. Agripa”^{lxxxv}. A descrição prossegue, até que Freud quase pede desculpas ao leitor e interrompe a fantasia, que, admite, nos leva ao *irrepresentável* e ao *absurdo*.

Agamben recorre a outro registro de historiadores. No trecho que recorto, ele narra: “Segundo o antigo costume romano, ninguém, por nenhuma razão, podia interpor-se entre o cônsul dotado de *imperium* e o lictor mais próximo que portava o machado

sacrificial (com o qual se executavam as sentenças de pena capital). Essa contiguidade não é casual”^{lxxxvi}.

A fantasia de Freud está em “O Mal-estar na Cultura”, obra que trata sobretudo do “irremediável antagonismo entre as exigências pulsionais e as restrições impostas pela cultura”^{lxxxvii}.

A referência é à Cidade Eterna numa comparação de seu desenvolvimento com o que se dá no âmbito da psique, onde “é frequente a conservação do primitivo junto ao que dele tenha nascido por transformação”^{lxxxviii}. A passagem situa-se na elaboração de ideias a respeito do *eu*. Afirma a impossibilidade de o *eu* ter limites fixos e aponta a efetiva exposição a perturbações, que acompanha o *sentimento egoico*^{lxxxix}.

Sabemos que a crença que um sujeito pode alimentar a respeito de possuir um pleno conhecimento de seu *eu* pode ser analisada no campo do narcisismo, em vários aspectos. Mas, hoje, peço que nos detenhamos mais na interrogação que ilumina a pulsão de *apoderamento* (*Bemächtigungstrieb*). É uma pulsão que desaparece, mas permanece, de algum modo, em nossa vida psíquica. Sem dúvida, seu destino é afetado por dispositivos culturais. Vale a pena sublinhar aqui a composição desse nome – *Macht* = *poder*^{xc} – para notar a relação entre poder e crueldade, indicada por Freud desde os primórdios da Psicanálise. Ele nos diz, na edição de 1915, dos “Três Ensaio sobre a Teoria Sexual”, que “a moção cruel provém da pulsão de *apoderamento*”^{xci}. Imaginemos que restos dos destinos desta pulsão estejam na busca de um lugar na sociedade que proporcione ao *eu* a confirmação, ainda que ilusória, de uma identidade efetiva. Esta identidade permanente realizar-se-ia sem perturbações originadas em sua constituição, tendendo a se apoderar do que lhe é exterior (atingindo, quem sabe, uma soberania individual). É claro que a Cultura, a sociedade, a lei, o estado de direito, imporiam limites ou contornos a essa tendência, tais como os que são abordados em “O Mal-estar na Cultura”.

Em *Freud, pensador da Cultura*, Renato Mezan nos possibilita seguir o trabalho de *tecelão*, realizado por Freud, para quem: “um processo psicológico só se elucida plenamente se puder ser referido às três dimensões, clínica, autoanalítica e cultural”^{xcii}.

Quero, neste momento, apenas sugerir a relação entre destinos pulsionais e *dispositivos*, que se situariam nas referidas três dimensões, detendo-me no conceito utilizado por Foucault e retomado por Agamben.

Lembro que *dispositivo*, no contexto dos textos dos dois filósofos, é um termo “decisivo”^{xciii}. Agamben perguntou-se onde Foucault tinha encontrado esse termo. Descobriu um caminho em comentários de Hyppolite à obra de Hegel e prosseguiu na pesquisa. Em seu percurso, destacou o contexto da relação (segundo Hyppolite) “entre os indivíduos como seres viventes e o elemento histórico”^{xciv}.

Para Agamben, “positividade é o nome” que Hegel, em um momento da sua obra, deu ao elemento histórico^{xcv}. Ao ser tomado de empréstimo e ao se tornar, mais tarde, o *dispositivo*, este termo teria recebido uma certa *carga*, composta por “regras, ritos e instituições impostas ao indivíduo por um poder externo”^{xcvi}. E mais: tudo isto tornar-se-ia interiorizado “nos sistemas de crenças e de sentimentos”^{xcvii}.

Agamben observa que Foucault investigou os *modos concretos* pelos quais os dispositivos “agem nas relações, nos mecanismos e nos ‘jogos’ de poder”^{xcviii}.

Em 2001, em Paris, no encontro denominado “Estados Gerais da Psicanálise”, Derrida insistiu em um desafio aos psicanalistas de todos os países, para que pensassem a respeito da questão da *crueledade*, que ele associava à existência da pena de morte. Minha resposta possível, hoje, é apenas perguntar: quem pode matar quem? É claro que esta simples pergunta pressupõe lei, estado de direito e direito de Estado.

A pena de morte exigiria um exame dos dispositivos que a sustentam, sem que esquecêssemos as inextinguíveis pulsões que através destes se movimentam. Mas, agora, só posso perguntar sobre outros dispositivos que autorizam matar, sem que haja pena alguma decretada. Se a sociedade existe num estado de direito como o que parece estar vigente no Brasil, que tipo de Estado é este?

Em seu pequeno artigo, “Polícia soberana”, Agamben assinala que a Guerra do Golfo^{xcix} (1991) se caracterizou pelo “ingresso definitivo da soberania na figura da polícia”^c.

Voltemos à cena do cônsul do Império Romano, acompanhado pelo carrasco e ao espaço, entre as duas personagens, que ninguém tem a permissão de adentrar. O representante do Império é acompanhado pela segurança armada ostensiva. Essa contiguidade, para Agamben, “não é casual”^{ci} e esse *entre* as duas personagens, no qual nada se interpõe, é o espaço em que “a polícia sempre se move”^{cii}.

É claro que, hoje, em um país de balas perdidas e assaltos frequentes, a presença de *segurança*, ou seja, da polícia, pode até tranquilizar. Mas o que acontece se essa presença é indistinguível do Estado?

Uma proposição de Agamben pode nos servir para situar a questão: “Se o soberano é, de fato, aquele que, proclamando o estado de exceção e suspendendo a validade da lei, assinala o ponto de indistinção entre violência e direito, a polícia sempre se move, por assim dizer, em um semelhante ‘estado de exceção’”^{ciii}.

O filósofo substitui a palavra *soberano* por *ordem pública*. Esta *ordem*, observa ele, deve decidir sobre a *segurança* em cada caso particular, o que configura uma “zona de indistinção”^{civ}.

Agamben, neste campo, da polícia e da *soberania*, parte do pensamento de Walter Benjamin, que, por sua vez, considerou ideias de Carl -Schmitt. Este último, jurista, pensador de extrema direita, pertenceu ao partido nazista. Precisa ser levado em conta em suas análises de *estado de exceção* e de *soberania*.

Walter Benjamin desmente, com firmeza, a opinião, para ele falsa, segundo a qual os objetivos do poder de polícia estejam sempre atrelados ao *direito remanescente* ou identificados com o poder que permanece ligado a este. Entende que o poder de polícia assinala com precisão o ponto em que o Estado não tem capacidade para garantir os objetivos empíricos que pretende alcançar (*a qualquer custo*). É o ponto em que o Estado não tem condições de garantir estes objetivos, “seja por impotência, seja pelas condições imanentes de todo ordenamento jurídico”^{cv}.

Agamben comenta: “Daí provém a exibição das armas que caracteriza, em todos os tempos, a polícia”^{cvi}.

Entendo que a polícia seja uma massa artificial, tal como o exército, unida pela submissão a um chefe, como o da horda primitiva e pelo amor entre os pares, como Freud deixou claro. Benjamin e Agamben, nos textos que cito, não tratam da constituição

dessa massa, mas de seu lugar como instituição no Estado de Direito, que, por definição, é Estado de exceção. A polícia exerceria sua função mantendo um caráter tradicional de “sacralidade intangível”^{cvii}, já reconhecido no século XVI.

Agamben chama a nossa atenção para o fato de as ações de extermínio do Terceiro Reich terem sido concebidas, inicialmente, como “operações de polícia”^{cviii} e comenta:

“A entrada da soberania na figura da polícia não tem, portanto, nada de tranquilizadora”^{cxix}.

A invasão do Iraque foi uma operação de polícia, atuando em exceção corretiva, alteração do suposto direito de uma nação, exercício da soberania de outras, justificada pela “criminalização do adversário”^{cx}.

Filósofos frankfurtianos analisaram o totalitarismo que protagonizou a Segunda Guerra. Episódios sinistros de sua duração, tanto quanto outros que acompanharam seu desenlace, com a instauração de novos regimes autoritários, os levaram à descrença em princípios válidos para *todos* os homens. Falando *grosso modo*, tanto a objetividade de enunciados universais do positivismo, quanto a legitimidade da razão universal foram questionados.

“O Mal-estar na Cultura” é resultado de prática psicanalítica, não de enunciados universais iluministas. A obra se encerra com indagações. Lembro parte do último parágrafo escrito por Freud:

Eis aqui, a meu entender, a questão decisiva para o destino da espécie humana: se seu desenvolvimento cultural conseguirá, e em caso afirmativo em que medida, dominar a perturbação da convivência que provém da humana pulsão de agressão e de autoaniquilamento^{cx}.

Vimos o surgimento de nomes para pulsões parciais: *apoderamento*, *agressão*, *autoaniquilamento*. A clínica e a Cultura fundamentaram a nomeação de pulsões parciais nos textos de Freud, em momentos históricos localizáveis.

Raízes da psicanálise estão na reinterpretação de enfermidades produzidas no século XIX por dispositivos de saber e poder, tais como a histerização do corpo da mulher. As investigações de Foucault ajudaram-nos a identificá-los.

Convém, entretanto, lembrar que, apesar de ele, assim como Agamben, ter assimilado o conceito de sujeito barrado de Lacan, Foucault chegou a conclusões equivocadas sobre o método de Freud. Estas culminaram na sua tentativa de enquadrar a psicanálise dentro das práticas profissionais, equívoco que Renato Mezan desconstruiu^{cxii} e Lacan chamou de conversa para boi dormir^{cxiii}.

Este erro, hoje, serve para realçar, por oposição, aquilo que vimos pensando no Sedes a respeito da clínica e do lugar em que está a prática psicanalítica. Freud não a confinou ao consultório, como se este tivesse o isolamento de um confessor, e não creio que jamais tenhamos cultuado este equívoco.

Lacan ressalta que, no texto sobre o *mal-estar*, do qual, a seu ver, a própria psicanálise é sintoma, Freud se pergunta como amar o próximo, embora com relutância.

Reencaminhando a indagação, ele nos diz que a questão está no *como a si mesmo*. Para ele, um pequeno outro hiante volta-se para um outro, barrado e incompleto como

ele. O *socius* não significa relação intersubjetiva nem para Lacan, nem para Agamben, nem para Freud, que sempre se indagou a respeito do que é um outro.

Os filósofos frankfurtianos, em sua crítica ao racionalismo iluminista e ao positivismo cientificista, voltaram-se para a psicanálise, sobretudo para dispor de instrumentos para a crítica social. Mas, várias vezes, em diálogos tensos, em que não faltam contradições.

Retomei um texto inspirador de Theodor Adorno, escrito nos anos cinquenta, “O Ensaio como forma”. Para o autor, o *ensaio* não pretende estabelecer juízos universais, isto é, válidos para todos os homens ou para todas as suas criações, e “tem que conseguir que a totalidade brilhe por um momento em um traço parcial escolhido ou modificado, mas sem afirmar que a própria totalidade está presente”^{cxiv}.

Creio que esta visão, além de ser compatível com a psicanálise, sugere tanto o alcance de *Mal-estar na Cultura* quanto o do pequeno ensaio de Agamben, “Polícia soberana”.

Depois de iluminar a função da *operação de polícia* e a concomitante *criminalização do inimigo*, Agamben aponta um deslizamento, no qual ele vê pelo menos um aspecto positivo, pois essa criminalização pode voltar-se contra os chefes de estado que a efetivaram. Ele redige em itálico: “*Hoje não há na terra um chefe de estado que não seja, nesse sentido, virtualmente um criminoso*”^{cxv}.

À luz da psicanálise e da filosofia, leio o texto “O projeto da lei anticrime”, enviado pelo Ministro da Justiça e Segurança Pública, para a Folha de São Paulo e publicado no domingo 17 de março de 2019. Notemos que há mais do que contiguidade entre os domínios de Justiça e de Segurança pública. O que é esta junção?

Eu havia recortado algumas frases, mas cito apenas uma, em vista do tempo que resta:

Outros planos e ações estão em andamento para melhorar o controle de fronteiras, diminuir a violência em regiões de elevada criminalidade, reforçar o controle sobre desvios policiais e aprimorar o combate à lavagem de dinheiro.^{cxvi}

Pergunto: o que escapa à operação de polícia? O que é confundido e o que pode deixar de ser enquadrado por estas vagas determinações?

O que há de vir?

Referências bibliográficas

Adorno T. (1962). *Notas sobre literatura*. Barcelona: Ariel.

Agamben G. (2009). *O que é o contemporâneo e outros ensaios*. Chapecó, SC: Argos.

_____. (2017). *Meios sem fim: notas sobre a política*. Belo Horizonte: Autêntica.

Freud S. (1994). *Obras Completas*, xxi. Buenos Aires: Amorrortu.

Lacan J. (2005). Rio de Janeiro: Zahar.

Mezan R. (1985). *Freud, pensador da Cultura*. São Paulo: Brasiliense.

_____. (1985). Uma arqueologia inacabada: Foucault e a psicanálise. In R. Janine Ribeiro (org.), *Recordar Foucault*. São Paulo: Brasiliense.

Moro S. (2019). O projeto da lei anticrime. *Folha de São Paulo*.

The roots of psychoanalysis and sovereign malaise

Abstract This paper intends to coin a key with an association of the partial instincts (Triebe) named by Freud with the inquiries performed by Foucault and Agamben concerning *dispositives*, in order to propose an analysis and a dialogue about the sovereign police in Brazil nowadays.

Keywords instinct; dispositive; police; civilization; discontentment.

Texto recebido: 04/2019

Aprovado: 05/2019

Considerações sobre o brincar na era da tecnologia e dos jogos eletrônicos

Bruno Espósito

Resumo O presente trabalho parte da consideração de que, na contemporaneidade, houve uma quebra de paradigma no que tange à relação do humano com a tecnologia. Isso vem afetando especialmente crianças e adolescentes; com relação à primeira infância, identificam-se prejuízos no desenvolvimento, já pensados pela teoria psicanalítica. No entanto, os jogos eletrônicos de hoje, em especial os de “mundo aberto”, apresentam um grande espaço para a fantasia e a criação. De que modo estes jogos dialogam com o *brincar* da psicanálise?

Palavras-chave brincar; jogos eletrônicos; tecnologia; infância e adolescência.

Bruno Espósito é psicanalista, aspirante a membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, especialista em Saúde Mental e Saúde Coletiva (Unicamp), psicólogo do Centro de Referência da Infância e da Adolescência (CRIA-Unifesp).

Introdução

Em nada surpreende afirmar que a relação entre o humano e os dispositivos tecnológicos vem transformando-se radicalmente nos últimos anos. Basta lembrar que, há duas ou três décadas, quando computadores e *videogames* começaram a se tornar acessíveis à população em geral, o impacto subjetivo deles era bastante limitado. Havia uma clara distinção entre sujeito e objeto e demarcação de tempo e espaço, os computadores serviam fundamentalmente para dar eficiência ao adulto trabalhador, substituindo a máquina de escrever e as tabelas escritas à mão, enquanto o videogame atendia a um momento de prazer sem maiores pretensões, como uma versão caseira dos fliperamas.

O cenário se transformou com o advento da internet, da inteligência artificial e da compactação desses aparatos tecnológicos. Pense no lugar que os *smartphones* podem ocupar em cada vida hoje: como veículo privilegiado de comunicação, mediador de relações amorosas em potencial, monitor permanente das funções vitais, professor de francês e armazenador praticamente infinito de memórias... Isto apenas para mencionar uma parcela dessa interação, que tende a aumentar progressivamente em função dos aplicativos (*apps*) que são sistematicamente criados e logo se estabelecem como imprescindíveis.

Dessa maneira, constitui-se uma experiência de mundo na qual deixamos de nos *relacionar* com a tecnologia para nos *imbricarmos* a ela. A demarcação sujeito-objeto se perde, por exemplo à medida que nossa memória humana, psíquica e neurológica se confunde com as memórias em nosso celular, ao alcance das mãos. Para Harari^{cxvii}, nós humanos estaríamos nos convertendo em ciborgues – tal como a ficção científica previu – através da progressiva fusão do corpo orgânico com o tecnológico. Se o *smartphone* é hoje uma extensão do corpo, a tendência é que amanhã as tecnologias

análogas como os *microchips* penetrem e habitem definitivamente o corpo, alterando a experiência de si de modo absoluto.

Este novo modo de subjetivação vem suscitando entusiasmos, críticas e reflexões em diferentes campos do conhecimento, mas no que concerne à *infância* e à *juventude*, ganha especial atenção. O uso que as crianças e os adolescentes fazem da tecnologia demanda posicionamentos por parte de pais, cuidadores, educadores, profissionais da saúde e, cada vez mais, aos psicanalistas que se veem frente às queixas e pedidos de orientação por parte das famílias ou mesmo das escolas dos pequenos pacientes.

Tem sido comum perceber os adultos envolvidos nesses cuidados bastante inseguros diante de suas ambivalências, que resumidamente giram em torno dos aspectos saudáveis ou patológicos que o uso tecnológico pode acarretar e dos efeitos que liberar ou cercear o uso produziriam. Vale ressaltar que a própria posição do adulto é enviesada, pois a desvantagem de conhecimento e desenvoltura deste sobre esses novos objetos é inegável frente a essa nova geração que nasce já imersa neles^{cxviii}; os pais e profissionais podem invejar os mais novos, supondo-os capazes de um manejo genial dos aparatos tecnológicos^{cxix}, ou podem tentar cerceá-los de seu uso sendo que eles próprios se veem capturados por essas mesmas tecnologias. Recentemente, um pequeno paciente foi um analisador muito hábil dessa dinâmica, quando queixou-se: “minha mãe que devia ficar de castigo! Ela quer tirar meu *tablet*, mas fica o dia inteiro mexendo no celular!”, fato, aliás, que já havia me chamado muito a atenção nas entrevistas iniciais com a família.

Pesquisando a infância e juventude da era cibernética

Pouco a pouco, tem sido possível acompanhar os primeiros desdobramentos destas novas modalidades tecnológicas sobre o desenvolvimento infantil, seja através da clínica psicanalítica, de outros campos do conhecimento ou mesmo da observação da vida cotidiana desta geração. Os primeiros efeitos incidem já nos pais diante de seus bebês e crianças pequenas: a tecnologia tornou-se um outro tão grandioso para os próprios pais, que os faz perguntar em primeiro lugar ao *Google* a respeito de qualquer manifestação inusual ou desconhecida do filho. Como aponta Jerusalinsky^{cxx}, essa ferramenta da internet autocompleta as perguntas que vão sendo digitadas, de modo a sugerir uma significação desencarnada da relação já de antemão, como “meu filho tem... hiperatividade”; em geral, aliás, essas significações autocompletadas referem-se a patologias.

Frequentemente destituídos do tempo necessário para aprender com a experiência na relação com o próprio filho ou de colocar em trabalho as próprias experiências infantis para afinal repeti-las ou transformá-las, estes pais recorrem a respostas que emergem muito rapidamente pela internet, em geral respaldadas pela ciência e medicina. Com isso, anulam a interrogação^{cxxi} inerente e necessária a uma relação de pais e filhos – tempo de suspensão que permite o estabelecimento de novos sentidos e que dá a própria legitimidade dos lugares paterno e materno, através da experiência. Brazelton, pediatra de enorme bagagem clínica, não cansa de dizer que o bebê nos ensina muito logo nas primeiras semanas sobre suas necessidades, diferentes tipos de mal-estares e

sobre aquilo de que necessita para se sentir acolhido^{cxvii}. Para isso, é necessário sustentar algumas interrogações e estar disponível para uma experiência encarnada.

Em uma cultura altamente narcísica que se veicula pelo *Facebook* (livro dos rostos) e *Instagram* (gramática dos instantes), busca-se na imagem dos filhos a versão mais bem produzida de si próprio. Vislumbrando a fotografia perfeita, esta cultura, através dos familiares, supõe que a vida do bebê ou criança deva ser o mais satisfatória, prazerosa e tão próxima da perfeição quanto o possível. Para tanto, evitam a qualquer custo deixar sua cria diante da insatisfação, da frustração e do tédio. O próprio avanço tecnológico corrobora esse ideal, à medida que tem diminuído drasticamente o intervalo entre a busca e o resultado, a demanda e sua realização. Através da tecnologia, estaríamos regredindo em vez de amadurecer^{cxviii}, esperando mais e mais dela, especialmente no que diz respeito ao estreitamento do tempo de tédio rumo à satisfação.

Considerando, com Freud^{cxix}, que a origem do psiquismo se dá justamente na latência entre a necessidade e a satisfação, através da alucinação do seio, e que todo o desenvolvimento infantil é atravessado pela aceitação da impossibilidade de se realizar tudo que se deseja, o ideal de satisfação integral e o protagonismo da tecnologia hoje em crianças muito pequenas pode cobrar um preço alto em termos da maturidade necessária para lidar com as frustrações inerentes à vida. Daí porque muitos especialistas hoje se preocupam com a exposição precoce a celulares e tablets, por exemplo, nos momentos da alimentação, do preparo para dormir, ou simplesmente de tédio.

Ainda no que concerne à primeira infância, reside a problemática dos joguinhos e aplicativos denominados como “educativos”. Com esse pretexto, os pais autorizam sua utilização em larga escala, o que acaba por substituir muitos momentos de interação subjetiva. Repare como a repetitividade dos sons e as vozes de comando de características robóticas são irritantes para quem está ao redor, e mesmo assim os cuidadores demonstram bastante dificuldade em dizer “não” ou “basta!”. A influência desses *apps* tem levado à clínica crianças muito pequenas com suspeita de autismo^{cxv}, por conta de certos movimentos estereotipados e falas repetitivas com uma tonalidade peculiar – dissociada do contexto, robótica, importada diretamente dos personagens desses jogos. São casos que tendem a evoluir rapidamente, visto que não se trata de autismos de fato, através de intervenções no sentido de um convite à interação humana e de ajustes na rotina (função paterna). Em todo caso, são situações que ilustram bem o preço de se supor prescindível o outro humano nos primórdios da constituição psíquica do *infans*, substituindo-o em vários momentos pelos aparatos tecnológicos.

No que diz respeito às crianças mais velhas e adolescentes, além dos jogos eletrônicos dos quais falaremos um pouco adiante, destaca-se também um tipo de relação apaixonada e muito complexa com o *YouTube*. Ao contrário da primeira infância, onde os aspectos negativos da tecnologia se fazem mais claros, aqui o terreno é incerto. Por um lado, estas crianças e jovens são capazes de passar horas na posição de espectador, influenciados também pelo dispositivo de “reprodução automática” que conecta um vídeo ao próximo condizente com o interesse daquele a que assiste, através de um cálculo realizado por algoritmos. A entrada sucessiva de estímulos conceituais, visuais e sonoros sem que haja uma via de participação ativa e descarga motora pode provocar situações bizarras como a que observei recentemente: em um restaurante, um

pré-adolescente assistia a vídeos de seu interesse no YouTube, autorizado pela família que aproveitava o fato de os menores não estarem demandando-os para conversar entre os adultos. Embora não houvesse qualquer conotação sexual ou inadequada nos vídeos, com o passar do tempo o menino gargalhava sozinho e, enfim, esfregava seu órgão sexual vigorosamente sobre sua bermuda, em uma clara tentativa de livrar-se da excitação que tamanha estimulação sensorial havia lhe provocado.

Por outro lado, o alcance exploratório que o YouTube tem proporcionado a esses sujeitos é absolutamente digno de nota, permitindo-lhes um desenvolvimento cognitivo que passa ao largo da escola – suas pesquisas se dão por uma via mais próxima do desejo e não do caráter disciplinatório de que o espaço escolar é herdeiro, de modo que essas novas modalidades de aquisição do conhecimento vão tensionando com a escola, que se vê em um momento de crise^{cxvii}. Vejo na clínica crianças e adolescentes de diferentes modos de organização psíquica pesquisando aparentes futilidades mas também assuntos relacionados a geografia, história, biologia, física, entre outras disciplinas; de alguma maneira, se veem forçados também a aprimorar o inglês, para acompanhar o conteúdo produzido na principal língua da internet.

Muitos desses jovens não só assistem, mas também criam vídeos que circulam pela rede. É inegável que isso os auxilia, por exemplo, a trabalhar habilidades de comunicação e aprimorar o uso das ferramentas audiovisuais. Mais do que isso, quando criam seus próprios conteúdos esses meninos e meninas podem ser *sujeitos*: põem seus desejos a trabalhar e sentem-se realizando algo que alcança um certo pertencimento social. Lembrando que o mal-estar na adolescência reside em grande parte no não reconhecimento e deslegitimação que sofrem, por não serem mais crianças nem tampouco adultos, habitando um limbo desconfortável que os impede tanto de serem tutelados como de serem protagonistas^{cxviii}.

Vale destacar que, se a tecnologia na primeira infância pode criar subjetividades pseudoautísticas, a experiência clínica vem mostrando que ela pode, em contrapartida, auxiliar crianças mais velhas e adolescentes com características autísticas e psicóticas a se organizar psiquicamente e na relação. Na prática institucional e do consultório, temos observado pacientes que, seja de forma espontânea ou apoiada na relação transferencial, vão utilizando seus próprios vídeos ou recursos de variados aplicativos para dar significação à sua experiência subjetiva e mediar sua relação com o mundo. Um adolescente que atendo, autista quando criança e que evoluiu para um funcionamento psicótico e com dificuldades na comunicação verbal, começou a fazer videocliques com músicas de *rock* pesado ao fundo, nos quais performava uma catarse raivosa que estava inibida em seu cotidiano; com o tempo, seus vídeos foram se sofisticando: começou a entrecortar falas provocativas (*bullying*s) que sofria na escola com possíveis respostas que ele imaginava. Hoje, seus vídeos são muito variados e falam de histórias de humor, superação e motivação, e sua capacidade de interação social, para além da tecnologia, aumentou muito.

O brincar e o jogar

Tendo situado, mesmo que brevemente, alguns aspectos importantes da infância e adolescência *ciborgue*^{cxxviii}, considero necessário situar minimamente nossa compreensão acerca do brincar pois, como veremos, certas concepções podem nos dar pistas de como compreender os efeitos subjetivos de diferentes tipos de jogos eletrônicos nos quais estas crianças e jovens estão imersos.

Embora a infância no mundo ocidental sequer fosse considerada na sua particularidade até, pelo menos, a idade moderna^{cxxix}, o brincar se impõe como uma experiência humana universal, sendo um recurso amplamente utilizado pelos menores, mesmo que os adultos não lhes imponham a necessidade de brincar nem lhes ofereçam brinquedos para tanto. Segundo Green, “não há cultura sem o brincar, não há período da história do qual o brincar esteja ausente”^{cxxx}.

A brincadeira, em formas rudimentares, se faz presente em boa parte dos mamíferos; a psicologia evolucionista supõe que ela atende às necessidades cerebrais de se adaptar – através da flexibilidade que o brincar proporciona – a mudanças ambientais que invariavelmente se apresentam ao longo da vida^{cxxxi}. Porém, é nos humanos que o brincar se enriquece e se complexifica de maneira decisiva, especialmente pela capacidade *imaginativa* que ele ganha.

Em “O escritor e a fantasia”^{cxxxii}, Freud postula que o período da infância é o berço da criatividade. Afirma: “toda criança, ao brincar, se comporta como um criador literário, pois constrói para si um mundo próprio, ou, mais exatamente, arranja as coisas de seu mundo numa ordem nova”^{cxxxiii}. A capacidade interna do adulto de *fantasiar* (imprescindível para a saúde psíquica) seria um desdobramento do brincar infantil, sem a necessidade da materialidade dos brinquedos e sem nunca perder a capacidade de discriminar a realidade imaginativa da realidade externa, compartilhada, capacidade que a própria criança tampouco perde.

Freud, dessa maneira, detectava a importância do brincar como um recurso psíquico que é base para transformar os percalços e frustrações inerentes à vida em algo mais palatável, dentro de uma representação criativa, lúdica, bem humorada. O jogo do *Fort-Da*^{cxxxiv}, trazido à tona por Freud a partir da observação de seu neto muito pequeno, representa talvez uma brincadeira inaugural na qual o *infans*, diante de um afastamento físico para com sua mãe com o qual não estava ainda acostumado, substitui-a por um objeto (carretel), arremessando e trazendo-a de volta de acordo com seu desejo, portanto transformando uma vivência passiva (abandono materno temporário) em ativa (por ele controlada em seu jogo). Por fim, Freud, em sua experiência de análise indireta com Hans, começa a discutir algo da técnica analítica com crianças, à medida que constata que o menino expressava-se muito melhor através da brincadeira do que pela palavra^{cxxxv}. Desse modo, fazia frente ao pai de Hans, que tendia a racionalizar e manter no verbal as ansiedades do filho, sem vislumbrar os aspectos terapêuticos da brincadeira.

Foi Melanie Klein a primeira responsável pelo desenvolvimento de uma técnica analítica de crianças propriamente dita, na qual o brincar desempenhava papel fundamental. A adaptação da técnica de adultos levaria em conta a necessidade de encontrar “recursos técnicos adaptados à mente da criança”^{cxxxvi}, sem subverter os princípios básicos de uma psicanálise. Para Klein, a brincadeira, na criança, representa uma valiosa via de acesso ao

inconsciente, por isso estabeleceu seu paralelo tanto com a associação livre quanto com o sonho nos adultos.

Klein alertava para que o analista se utilizasse das palavras e gestos do próprio paciente e que não tomasse o simbolismo da brincadeira de forma definitiva, limitando seu sentido, mas pensando-a a partir das associações que com ela se estabelecem, tal como se trabalha um sonho em análise. No entanto, muitas passagens clínicas em seus textos mostram, ao contrário, traduções um tanto diretas das brincadeiras (e dos brinquedos em mãos) de seus pequenos pacientes, fundamentalmente para o sexual-^{cxxxvii}edípico; interpretações, aliás, que costumavam ser imediatamente rebatidas pelos pacientes.

Voltando, todo o *setting* analítico de crianças tem a contribuição decisiva e proveitosa de Melanie Klein. Com ela, podemos por exemplo pensar desde a não estruturação dos brinquedos em análise, para favorecer a projeção dos pacientes, até os paralelos possíveis entre a caixa lúdica e o mundo interno da criança^{cxxxviii}, bem como toda a possibilidade de manejar o material não verbal que se sobressai na análise infantil.

Em seu trabalho clínico com crianças, Françoise Dolto pensa o *setting* também a partir de elementos não estruturados. Para ela, papéis, cores variadas e massinhas de modelar oferecem ao pequeno paciente um ótimo meio expressivo para o conteúdo fantasmático do inconsciente. Ao menos em “A imagem inconsciente do corpo”^{cxxxix}, Dolto faz uma consideração técnica sobre o lugar do analista que chama a atenção: ele não deveria brincar com a criança, de modo a não misturar seus próprios fantasmas com os dela.

Dolto fala da importância de estar minimamente informado daquilo que se passa com a criança, através de seus familiares, da atualidade e da história desse paciente, além de escutar cuidadosamente o relato da criança sobre suas próprias produções, trabalho que dá vida aos diferentes conteúdos expressos, subsidiando a compreensão das fantasias inconscientes. Nesse sentido, novamente, se privilegia um entendimento através das associações, das articulações que cada significante faz com o próximo, e não a busca de um valor simbólico em si, seja em um desenho ou um brinquedo^{cxl}.

Aqui vale, aliás, uma consideração sobre o brinquedo propriamente dito, tanto em análise quanto na vida cotidiana. Walter Benjamin, um pensador renomado que soube manter um olhar vívido para o infantil, pareceu uma vez profetizar uma realidade que atinge seu ápice nos dias de hoje. Disse ele, em 1928, que “uma emancipação do brinquedo põe-se a caminho: quanto mais a industrialização avança, tanto mais decididamente o brinquedo se subtrai ao controle da família, tornando-se cada vez mais estranho não só às crianças, mas também aos pais”^{cxli}. Os brinquedos vêm, cada vez mais, como um produto já acabado – sem a maleabilidade que possibilitaria à criança localizá-lo em sua própria realidade – e visam ser o mais perfeito possível, o mais próximo do real – portanto distantes do que a fantasia do brincante poderia projetar neles. Da mesma maneira, quase não se transmitem mais brinquedos “de pais para filhos”, que poderiam fazer um elo geracional entre o infantil de um e de outro. Por mais perfeitos e desenvolvidos que eles se pareçam hoje em dia, paradoxalmente, os brinquedos quebram e perdem seu sentido muito facilmente, favorecendo uma lógica efêmera e des-historicizada.

Fazer de conta, através do brincar, é um recurso e uma necessidade psíquica que se dá naturalmente na infância, no entanto o mundo adulto, subsidiado pela industrialização

e o mercado voltado à infância dos dias de hoje, insiste no contrário. Se uma criança não tem brinquedo algum, ela o criará com o material que dispuser ao seu alcance e obterá grande satisfação com ele, mas busca-se – e cada vez mais – dar a ela o brinquedo acabado, com um sentido já dado. O consumismo de hoje tenta bloquear o deslizamento de significantes, torna tudo mais literal: “*eu quero o Batman!*” só se resolveria com um adulto presenteando essa criança com o Batman, e não eventualmente com um outro objeto qualquer que pode ser imaginado como Batman por ela^{cxliii}. Em outras palavras, os adultos dão a ênfase no que o brinquedo concreto vai produzir no mundo interno do *infans*, e não nas capacidades dele próprio de construir realidades imaginadas e obter prazer nisso.

Após uma breve digressão, é imprescindível mencionar D. W. Winnicott por suas contribuições gigantescas acerca do brincar, contribuições estas que extrapolam o *setting* da análise infantil. Mais do que perseguir algum sentido estrito da brincadeira, Winnicott se dedica a pensar sua função na economia psíquica de cada um e no próprio desenvolvimento emocional. Brincar é fundamental e cabe ao ambiente garantir as condições para que ele aconteça; sua importância se dá tanto pelos aspectos autocurativos que desempenha, sendo uma terapia em si mesmo, como um recurso qualitativo para a relação e a comunicação^{cxliiii}.

O brinquedo e o brincar, para Winnicott, habitam uma área intermediária na qual se vivencia todo o prazer e tensão de pôr em objeto uma realidade interna e ao mesmo tempo suportar sua permeabilidade ao outro, que se aproxima, mexe no brinquedo e participa da brincadeira com sua própria subjetividade. Esse vai e vem, próprio da zona de transicionalidade, vai pouco a pouco possibilitando que a criança saia de um mundo fusional e narcísico, e possa habitar a realidade compartilhada, ou o mundo tal como ele é. Nessa linha, o “brincar junto” em análise é parte integrante e legitimada do processo, de modo que Winnicott não faz objeção à participação do analista na cena lúdica de seu paciente, no momento adequado.

Antes de passar adiante, considero importante estabelecer uma certa distinção entre *brincar* e *jogar*, e nesse aspecto pode-se dizer que a língua portuguesa tem uma certa vantagem ao dispor dessas duas palavras diferentes. No caso, por exemplo, do espanhol (*jugar*), do inglês (*to play*) e do próprio alemão (*spielen*), trata-se de uma palavra só e os teóricos buscam nelas um duplo sentido, para que possam desmembrar as experiências da brincadeira e do jogo. No grego, nossa raiz cultural-linguística, estão presentes as duas ideias discriminadas, de *paideia* (brincadeira livre, descompromissada) e *ludus* (objetivos e regras precisas)^{cxliiv}.

Valho-me novamente de Benjamin, que, já influenciado pelos textos de Freud, estabelece a diferença da seguinte maneira: enquanto a brincadeira tem uma função imaginativa, criativa, é da ordem do “como se”, o jogo tem um caráter de hábito, de repetição, é da ordem do “fazer de novo”^{cxliv}. O brincar tende a ser mais autêntico, emana do próprio ser, enquanto o jogar tende a ser mais imitativo e pode ser o objeto de uma compulsão, na qual o sujeito reinicia o jogo sempre “só mais uma vez”, com a ideia de que “nessa última vez vai dar tudo certo”: “toda a perfeição talvez se aplainasse, se uma segunda chance nos restasse”, Benjamin parafraseia Goethe^{cxlvi}.

É difícil imaginar contraindicações para um brincar criativo, na infância, exceto se ele se dissociasse completamente da realidade compartilhada; o jogo, no entanto, pode

se prestar à compulsão à repetição de tal forma que, pensando ser um sujeito de escolha, o jogador na realidade está submetido a um mandato de gozo, de aspecto masturbatório. Em “Dostoiévski e o parricídio”^{cxlvii}, Freud examina a relação do célebre escritor com o jogo, que repetia um padrão de jogar insaciavelmente, perder tudo e em seguida ser lançado numa intensa vivência de culpabilidade, que só então o tornava produtivo no seu trabalho.

A submissão, segundo Winnicott, é a base doentia para a vida^{cxlviii}, ao passo que “é através da percepção criativa, mais do que qualquer outra coisa, que o indivíduo sente que a vida é digna de ser vivida”^{cxlix}. No limite, eis o contraste que pode acontecer entre o brincar, na sua dimensão criativa do faz de conta, e o jogar, quando recai em um padrão compulsivo. No *setting* analítico, aliás, enquanto o brincar é reconhecido como recurso principal de escuta^{cl} e intervenção, os jogos de regras são vistos muitas vezes com ressalvas, pois podem transformar a sessão “em um espaço pedagógico e resistencial”^{cli}.

Os jogos eletrônicos de hoje

Dentro do avanço inquestionável do uso da tecnologia no mundo contemporâneo, especialmente entre crianças e adolescentes, cabe destacar o papel que ocupam hoje os jogos eletrônicos, seja pela via dos *videogames* ou dos próprios computadores. Os jogos se desenvolveram largamente em termos gráficos, alcançando um patamar de hiper-realidade^{clii}, em termos de interconectividade, graças à rapidez da internet hoje, e quanto à complexidade do conteúdo propriamente dito.

É digno de nota que, cada vez mais, o sujeito é envolvido pelo jogo – literalmente, aliás. A aparelhagem de som e de jogabilidade vai ganhando espaço no “*setting* do jogo”, recobrando o corpo desses jovens (ciborgues!) que, capturados nessa dinâmica, deixam de estar em outros lugares para estar ali, provocando queixas paradoxais nos familiares. Por um lado, indignam-se que os filhos não comparecem à mesa de jantar e aparentam estar “adictos”, por outro, parece-lhes espantoso e admirável que quando adolescentes não se alcoolizam ou fumam, não se envolvem em confusões e acidentes. Alguns apresentam dificuldades escolares e em relacionar-se amorosamente; outros, nem um pouco, pondo assim em xeque alguns possíveis questionamentos das famílias e até parâmetros de análise – afinal de contas, o sujeito de certo modo estaria sendo capaz de *amar e trabalhar*.

A clínica psicanalítica da infância e da adolescência é hoje absolutamente atravessada pelos jogos eletrônicos, podendo emergir como queixa dos pais, como tema preponderante no discurso do paciente ou até na concretude do fenômeno, na medida em que muitos trazem seus celulares para a sessão e procuram nos mostrar *gameplays*, que são cenas de jogos filmados e divulgados no YouTube; isso quando esses pacientes não se propõem literalmente a jogar dentro do *setting*, situação cada vez mais comum que convoca um analista a um posicionamento – barrar, filtrar, acolher? –, manejo que certamente precisa ser pensado caso a caso.

Definitivamente, os *games* vêm mudando a relação dos jovens entre si, perante os pais e a própria forma de experienciar o mundo.

Em uma revisão de literatura, verifico que os psicanalistas vêm se aproximando ainda timidamente da problemática dos jogos eletrônicos, se tomarmos em consideração o quanto isso ocupa a vida dessas crianças e adolescentes. Alguns, a meu ver, precipitam-se ao afirmar que se trata tão somente de uma alienação da realidade, como se o jogo servisse de um subterfúgio a encarar a vida de fato; quanto a isso, vale pensar como Goldenberg^{cliii}, que os analistas podem ser tão conservadores quanto qualquer um, haja vista a rejeição que havia às análises via *Skype* ou *FaceTime*; hoje, diversos analistas as incorporaram como uma modalidade possível de atendimento.

Pesquisadores ligados à educação, comunicação, filosofia e antropologia têm se dedicado mais ao tema, algumas vezes, em contraposição, apresentando um otimismo que parece descabido, como pode-se verificar na seguinte afirmação: “com as máquinas de base silícica, temos a alternativa de tornar o humano, deficiente, em vários aspectos, mais eficiente e mais feliz [...] os jogos eletrônicos fazem parte desse universo silícico e de suas ficções”^{cliv}. O debate certamente pode ganhar vigor com algumas especificidades que o olhar psicanalítico traz: uma certa concepção do funcionamento do inconsciente, dos processos de desenvolvimento emocional, dos lugares que podem ocupar a sexualidade, a agressividade e a morte no psiquismo, e sobretudo uma leitura instrumentalizada das diferentes formas de brincar do sujeito.

O ponto que cabe discutir aqui, possivelmente, é que há jogos e jogos, além, é claro, de certos limites básicos que os familiares devem se autorizar a pôr em prática – como discutimos, sustentar limites e frustrar são dificuldades marcadas na contemporaneidade.

Com efeito, no cenário atual, alguns jogos são puro *ludus*: muito estritos em termos de regras e objetivos, não permitem ao jovem nada além de responder com o máximo de êxito e eficiência dentro de uma proposta dada. Não parecem acrescentar em termos de suporte para o brincar, no sentido de um arranjo da fantasmática inconsciente, tal como um brinquedo não estruturado auxilia a fazer. Funcionam meramente como uma prática de repetição e aperfeiçoamento, e se usados pontualmente divertem e distensionam; em contraposição, se não há ponto de basta, incrementam a ansiedade, em uma dinâmica de compulsão. À guisa de ilustração, são versões altamente evoluídas de jogos conhecidos por nós adultos, como o *Tetris* ou o *PacMan*.

Alguns outros jogos são também prioritariamente *ludus*, mas com ênfase absoluta no jogo coletivo, denominado *multiplayer*. Às vezes são desconhecidos que se juntam para jogar aleatoriamente, mas em geral são amigos de escola, vizinhos, que passam a se relacionar muito através do próprio jogo. Psiquicamente, parecem cumprir uma função quiçá semelhante com a de um esporte coletivo (com o prejuízo do corpo que se mantém praticamente inerte), pois exigem trabalho em equipe, comunicação e conhecimento do adversário. São jogos altamente *aditivos*, como o *Fortnite*, sensação atual entre crianças e adolescentes. Pertencem a um campo novo, denominado de *e-Sports* (esportes eletrônicos), que movimentam campeonatos nacionais e internacionais, patrocínios, prestígio e bastante dinheiro – um lugar bastante idealizado que esses jogadores tentam alcançar, da mesma maneira como, nessa geração, é recorrente o desejo de se tornar um *YouTuber* consagrado.

A inteligência artificial, nos últimos anos, permitiu a ascensão de uma nova classe de jogos eletrônicos, denominados de *mundo aberto*. Trata-se de uma proposta sem objetivo determinado, ou com um objetivo bastante vago, como *explorar* ou *sobreviver*.

Não há qualquer roteiro de como fazer para alcançar isso, o jogador não se vê amarrado a nenhuma regra ou técnica estrita. O personagem que se escolhe para jogar praticamente não vem carregado de atributos: está para ser vestido, armado ou adereçado como bem se quiser ou puder. Os mapas sobre os quais se transita nesses *games* são praticamente infinitos – quando o jogador se aproxima da borda automaticamente o terreno se amplia de uma forma complexa, pelo trabalho de algoritmos.

Os jogos de mundo aberto podem ser situados na era dos dinossauros, em civilizações pré-colombianas ou em um sistema interplanetário colonizado por seres humanos e extraterrestres. Mas, à medida que os jogadores vão construindo seus percursos livremente, a realidade compartilhada do jogo, em certa medida, vai se transformando. Não são os jovens que se adequam ao jogo, e sim o contrário.

Até recentemente, o jogo *Minecraft* foi uma febre absoluta entre crianças e adolescentes. Sua produção, em termos gráficos, era absolutamente tosca, o que não incomodava em absoluto seus apreciadores – poderíamos dizer, quiçá, que justamente essa característica tornava *Minecraft* mais instigante, como uma espécie de *resistência* de um onirismo, da abertura ao absurdo, frente ao hiper-realismo desta geração de jogos que replicam a realidade mundana de modo excessivamente perfeito. Fato é que as possibilidades criativas do jogo eram tamanhas que, certamente, superaram qualquer expectativa de seus criadores, com mundos fantásticos criados pelos jogadores.

Ao escutar crianças e jovens envolvidos nessas tecnologias, pergunto-me se em alguma medida os jogos de mundo aberto não estariam representando, dentro do universo dos *games*, algo equivalente ao que o *brincar* representa na vida subjetiva e em análise: um espaço para ativamente fazer suas fantasias inconscientes trabalharem, criando “novos mundos” interessantes de serem imaginados e experimentados. Vida, morte, sexualidade, relações de poder e dominação, alianças e traições, o conhecido e o estranho... Até certo ponto, estes temas tão cruciais na fantasmática inconsciente podem ser moldados com grande flexibilidade nessa categoria específica de jogos.

Pesando na balança, não seria este um caminho interessante que essa geração busca, através desses “mundos abertos”, para fazer frente aos jogos e brinquedos tão imaleáveis que a indústria tenta empurrar incessantemente, como modalidades de diversão que “se exibem” em um espetáculo visual ultrassofisticado e que tentam manter o jovem na posição de espectador e dependente? Essas crianças e adolescentes não estariam buscando algum meio de atividade e protagonismo, de espaços para o fantasiar criativo, frente ao endurecimento e submetimento que parte importante da indústria tecnológica produz? Em suma, seriam os jogos de mundo aberto da ordem da *paideia*, propiciando um certo campo livre à expressão de afetos variados, sem censurá-los de antemão?

Se considerarmos, pelo menos em parte, essas questões afirmativamente, isso absolutamente não significa incentivar ou “prescrever” certos tipos de jogos, de maneira ingênua e irrefletida; mas trata-se sim de abrir uma dimensão de escuta do que há de novo e do que há do mesmo nesse contexto relativo aos jogos, tecnologias, infância e adolescência. Parece necessário examinar, no caso a caso, o que há do brincar, enquanto atividade necessária e fundamental à vida psíquica saudável e criativa, e o que há de estereotipia, imitação, alienação ou mesmo compulsão.

Gostaria de concluir com Juan Carlos Volnovich, psicanalista argentino de ricas produções, que se preocupou em refletir sobre o impacto da cibernética na subjetividade

infantojuvenil e em suas respectivas análises, na época em que a rede ainda começava a dar indícios da força em que movimentaria o mundo. Em um primeiro texto, de 1996^{clv}, Volnovich alertava sobre os riscos que o excesso de estímulo e informação capturável pela internet poderia ter sobre as crianças, um estrago possivelmente do mesmo tamanho daquele que a psicanálise, quase cem anos antes, já havia constatado que segredos e mentiras produziam. A curiosidade, que se baliza pelo ponto que se está da sexualidade infantil, seria violada pelo acesso *democrático* à internet, de modo que a criança – por ser vista na rede como um *ciborgue*, sem corpo nem história – fica exposta a um espetáculo violento não mediado.

Em um segundo e um terceiro texto sobre o tema^{clvi}, pouco tempo depois, embora também alerte para riscos que a internet promove (exposição, adição, protoautismos, etc.), Volnovich pondera que o *infans* tem seus recursos para buscar o que atende a sua curiosidade específica na rede, descartando o que é impertinente por lhe ser incompreensível; desse modo, poderíamos dizer, ele não só é objeto da tecnologia mas também sujeito que busca nela avançar em certas explorações condizentes com as fantasias que o habitam naquele momento. Por fim, o autor propõe que, nesse campo de exploração (e de ser explorado) na internet, inscreve-se um texto até certo ponto diferente dos anteriores no inconsciente da criança, um texto mais *ciborgue*, oriundo dessa imbricação entre crianças, redes e máquinas – não sem corpo e sem história, mas um outro corpo e outra história. Cabe a nós, na posição de analistas, saber ler portanto o que há de novo nessa subjetividade e o que pode perdurar, por exemplo, acrescento eu, do brincar e dos demais “universais” que constituem a subjetividade humana e acabam se recolocando, de uma forma ou de outra, nos diversos momentos históricos.

Referências bibliográficas

- Ariès P. (1981). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Baudrillard J. (1991). *Simulacros e simulação*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Benjamin W. (2002). *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação*. São Paulo: 34.
- Brazelton T. (2002). *Momentos decisivos do desenvolvimento infantil*. São Paulo: Martins Fontes.
- Calligaris C. (2000). *A adolescência*. São Paulo: Publifolha.
- Dolto F. (2008). *A imagem inconsciente do corpo*. São Paulo: Perspectiva.
- Esposito B.; Lima L.; Balaban A.; Rufino N.; Cassorla R. (2017). Suicídios. *Percurso*, ano 30, n. 59, p. 125-130.
- Freud S. (1895/1989). Proyecto de psicología. In *Obras completas de Sigmund Freud*. Buenos Aires: Amorrortu, v. 1.
- _____. (1908/2015). O escritor e a fantasia. In *Obras completas*. São Paulo: Companhia das Letras, v. 8.
- _____. (1909/2015). Análise da fobia de um garoto de cinco anos. In *Obras completas*. São Paulo: Companhia das Letras, v. 8.
- _____. (1920/2010). Além do princípio do prazer. In *Obras completas*. São Paulo: Companhia das Letras, v. 14.
- _____. (1928/2014). Dostoiévski e o parricídio. In *Obras completas*. São Paulo: Companhia das Letras, v. 17.
- Goldenberg R. (2017). Reflexões de um *geek*. In A. Baptista; J. Jerusalinsky (orgs.). *Intoxicações eletrônicas: o sujeito na era das relações virtuais*. Salvador: Ágalma.
- Gueller A. (2017). Droga de celular! Reflexões psicanalíticas sobre o uso de eletrônicos. In A. Baptista; J. Jerusalinsky (orgs.). *Intoxicações eletrônicas: o sujeito na era das relações virtuais*. Salvador: Ágalma.
- Harari Y. (2016). *Homo Deus: uma breve história do amanhã*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Jerusalinsky A. (2017). Homo Web: o fascínio da lógica eletrônica. In A. Baptista; J. Jerusalinsky (orgs.). *Intoxicações eletrônicas: o sujeito na era das relações virtuais*. Salvador: Ágalma.
- _____. (2017). Que rede nos sustenta no balanço da web? – o sujeito na era das relações virtuais. In A. Baptista; J. Jerusalinsky (orgs.). *Intoxicações eletrônicas: o sujeito na era das relações virtuais*. Salvador: Ágalma.

- _____. (2017). As crianças entre os laços familiares e as janelas virtuais. In A. Baptista; J. Jerusalinsky (orgs.). *Intoxicações eletrônicas: o sujeito na era das relações virtuais*. Salvador: Ágalma.
- Klein M. (1976). *Narrativa da análise de uma criança*. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1996). *Amor, culpa e reparação*. Rio de Janeiro: Imago.
- Marks-Tarlow T.; Solomon M.; Siegel D. (2018). *Play and creativity in psychotherapy*. New York: Norton.
- Mendes C. (2006). *Jogos eletrônicos: diversão, poder e subjetivação*. Campinas: Papirus.
- Pires L. O jogo analítico: questões técnicas na clínica com crianças. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade de São Paulo. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47132/tde-28112014-112840/.../pires_do.pdf>. Acesso em: 9 set. 2018.
- Rodrigué E. (1966). La interpretación lúdica: una actitud hacia el juego. In E. Rodrigué; G. Rodrigué (orgs.). *El contexto del proceso analítico*. Buenos Aires: Paidós, p. 129-147.
- Rodrigué G. (1966). El cajón de juguetes del niño y el "cajón" de fantasías del adulto. In. E. Rodrigué; G. Rodrigué (orgs.). *El contexto del proceso analítico*. Buenos Aires: Paidós, p. 120-128.
- Sibilia P. (2012). *Redes ou paredes: a escola em tempos de dispersão*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Sigal A. (2009). *Escritos metapsicológicos e clínicos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Telles H. *Antropologia e game studies: o giro cultural na abordagem sobre os jogos eletrônicos*. Disponível em: <www.comunidadesvirtuais.pro.br/.../Antropologia%20e%20Game%20Studies.pdf>. Acesso em: 9 set. 2018.
- Volnovich J. (1999). *El niño del "siglo del niño"*. Buenos Aires: Lumen.
- Winnicott D. (1975). *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago.

Considerations on playing in the age of technology and electronic games

Abstract This work considers the principle that in contemporary times there has been a break of paradigm due to relation between humans and technology. This has been affecting especially children and teenagers; in early childhood, there are development damages being identified, already thought by the psychoanalytical theory. However, the eletronic games from nowadays, especially those which are "open world", shows a huge space for phantasy and creation. In what way this kind of games dialogues with *playing* from a psychoanalytical perspective?

Keywords playing; electronic games; technology; childhood and adolescence.

Texto recebido: 05/2019

Aprovado: 05/2019

O jogo do 15 e a estrutura da linguagem: Lacan e o lugar vazio

Adela Judith Stoppel de Gueller

Resumo O artigo discute a concepção de “inconsciente estruturado como uma linguagem”, de J. Lacan, dando sua fundamentação epistemológica e destacando o lugar vazio nessa concepção de estrutura. Fazendo uma analogia com o jogo do 15, explica a lógica do significante e distingue os registros simbólico, imaginário e real enfatizando a definição de real como impossível lógico.

Palavras-chave Lacan; linguagem; significante; simbólico; imaginário; real.

Adela Judith Stoppel de Gueller é pós-doutora em psicanálise (UERJ). Atualmente, coordena o Departamento de Psicanálise com Crianças do Instituto Sedes Sapientiae e é professora do curso de Teoria Psicanalítica na COGAE-PUCSP.

Lacan gostava de jogos de lógica e evidentemente tinha um espírito brincalhão. Inspirados nessa ludicidade, nos propomos a apresentar através de um joguinho, inventado em 1868 por Noyes Chapman e que foi furor nos anos 1950 no Brasil, alguns elementos fundamentais do edifício psicanalítico lacaniano. Trata-se do quebra-cabeça das 15 pastilhas, jogo do 15 ou racha-cuca. Ele nos servirá para compreender o que significa sustentar que “o inconsciente está estruturado como uma linguagem”. Lacan, desse modo, quer diferenciar sua concepção de inconsciente da Outra cena, de Freud, e do mundo interno povoado de fantasias, de Melanie Klein. Para Lacan, o inconsciente deve ser pensado como uma estrutura que é idêntica à da linguagem. Tentaremos avançar analisando as consequências dessa postulação na psicanálise.



Os problemas que Lacan encontrou no modelo de Freud

Para sustentar essa tese, desde o início de seus seminários, pelos anos 1952-53, Lacan começa a reconstruir as bases conceituais da psicanálise visando extraí-la daquelas de que partira Freud.

Ao recortar um novo campo – o inconsciente – e descrever uma nova realidade – a realidade psíquica –, Freud se havia apoiado na física clássica, numa biologia evolucionista, na química e na arqueologia. Para Lacan, esses modelos levavam a materializar o conceito de inconsciente como algo semelhante a uma máquina ou a um aparelho, o que implicava o problema da reificação^{clvii}, ou coisificação.

A realidade material estudada pela física e pela química usava os conceitos de energia, força e resistência, que não podiam ser aplicados à realidade psíquica. A biologia usava uma ideia de tempo linear que, aplicada à análise, levava a impasses sobre as origens e o fim. A arqueologia espacializava o tempo em camadas e, aplicada à análise, levava a pensar que, quanto mais profundos fossem os estratos, mais inconscientes e arcaicos seriam seus conteúdos. Disso resultava que a psicanálise fosse pensada como uma psicologia das profundezas da alma e que o psicanalista trabalhasse de modo semelhante a um arqueólogo: a partir de achados da clínica, a análise reconstruiria a cena original que havia ocasionado a neurose. Em Freud, o exemplo mais acabado desse modo de proceder é o famoso caso do Homem dos Lobos^{clviii}. Não por acaso, Lacan inicia seus seminários relendo esse caso e aponta as encruzilhadas insolúveis que Freud encontra ao tratar da questão das origens.

Lacan também questiona o modelo presente nos “Três ensaios”^{clix}, que, partindo do autoerotismo, deveria levar a superar as fases pregenitais da libido para aceder à genitalidade. Segundo ele, essa ideia de tempo evolutivo acabava sendo normatizadora, resultando em que desvios ou fixações fossem situados como perversões.

O modelo estrutural, vindo da linguística de Saussure, da antropologia de Levi-Strauss e da matemática – principalmente a partir de Bourbaki^{clx} –, deu a Lacan outra ideia de tempo, diferente do da evolução^{clxi}. Diacronia e sincronia, as duas dimensões do tempo da linguagem, devem ser pensadas simultaneamente. No eixo diacrônico, é possível acompanhar as mudanças que sofrem a grafia ou o significado de um termo ao longo do tempo. Mas elas devem ser analisadas em relação ao conjunto dos significantes presentes numa língua num dado momento, que estão situados no eixo sincrônico. Essas mudanças não implicam “anormalidade” ou desvio, mas transformação.

Tomemos como exemplo as mudanças que sofreu ao longo da história a palavra “puta”. Inicialmente, era uma deusa romana dedicada à poda das árvores, e “putare” significava limpar o excesso para que a árvore pudesse frutificar melhor. Daí vieram “amputar”, que é cortar fora, e “disputar”, cortar ao meio. “Putar” estava associada, portanto, a um ato de raciocínio. Termos relacionados, que podemos situar no eixo sincrônico, são “computar”, que significa ordenar, contar, e também, “reputação”, o que pensamos de nós. Mais tarde, o latim vulgar deu novos rumos a essa palavrinha introduzindo uma consoante gêmea. “Putta” passou a ser sinônimo de menina e feminino de “puttu”, que significava infante. Depois, se aplicou a donzela, essa miniatura de mulher. Com o passar do tempo, “puta” e “putta” fundiram seus sentidos para designar as mulheres sábias nos fazeres do prazer. E ainda hoje, em Portugal, podemos ouvir chamarem-se os meninos de “putinhos”^{clxii}.

Da deusa romana até a denominação que ainda se dá aos meninos em território lusófono, uma série de mudanças se foi operando no eixo diacrônico. Algumas delas desapareceram e outras permanecem vivas na língua, embora se tenham perdido as conexões que lhes deram origem na história, mas ambas as dimensões estão simultaneamente presentes na língua oral.

Portanto, pensar estruturalmente eliminava a pergunta pela origem, já que a estrutura se apresenta desde o início de forma sincrônica, com todos os seus elementos,

inclusive aqueles que faltam. Em nosso joguinho, o ponto de partida são 16 quadrados, inclusive o vazio. Os elementos não vão sendo incluídos aos poucos, mas todos de uma vez, e a estrutura está presente desde o início, em toda a sua complexidade.

Para Lacan, se a psicanálise se desamarrasse dos conceitos oriundos da física, da química e da arqueologia, ganharia potência e abrangência. Ao pensar o inconsciente com a lógica da linguagem, a temporalidade passaria a funcionar do mesmo modo que a significação, abandonando o modelo evolutivo. Assim, trata-se sempre de ressignificação, ou do que conhecemos em psicanálise como *après-coup*.

Por ser idêntico ao de estrutura, o modelo da linguagem também permitia sair do solipsismo^{clxiii} a que conduzia o autoerotismo, já que a linguagem não pode ser pensada no isolamento de um único indivíduo. Além disso, como a linguagem só tem duas dimensões – o eixo sincrônico e o eixo diacrônico –, a psicanálise passaria a se ocupar de superfícies, e não de profundidades.

Assim, para Lacan, não se trata de situar no começo nem um tempo mítico, nem um passado perdido, nem se toma como ponto de partida a observação de bebês^{clxiv}. Seu modelo se opõe à intuição e ao método positivista clássico, que se apoiava na observação. Para ele, a experiência empírica não é um ponto de partida, mas um ponto de chegada, e por isso a psicanálise não extrairia dela sua validação. Todo o esforço de Lacan consistia em pensar a teoria psicanalítica de um modo semelhante aos matemáticos, que fazem suas demonstrações apenas com papel e lápis. Daí todo o trabalho de Lacan com grafos, esquemas e matemas.

Trata-se, portanto, de um outro modo de situar a relação entre teoria e clínica que inverte a lógica empirista, que passa a ser associada ao senso comum. No mesmo espírito das meditações cartesianas, o objetivo é evitar os enganos do registro imaginário – intuitivo e sensitivo. Mas, diferentemente de Descartes, Lacan propõe uma nova maneira de fazer uso da razão que permita contemplar os equívocos da língua: “Substituí a palavra ‘palavra’ pela palavra ‘significante’, e isso significa que ela se presta a equívocos, ou seja, sempre a várias significações possíveis”^{clxv}.

Assim, colocar a linguagem como tema central da psicanálise implicava mudar de paradigma. Mas era necessário definir qual era a lógica da psicanálise e qual era a concepção de linguagem com que se pensaria o inconsciente. Ambos os temas se encontram como uma única questão, que seria definir a particularidade da lógica do significante. É para essa finalidade que faremos nossa analogia com o jogo do 15.

A estrutura do jogo

O quebra-cabeça é um conjunto de 15 quadrados dentro de uma moldura, que se podem mover em duas direções e trocar de lugar por deslizamento, porque falta a décima sexta peça, que permite o deslocamento das demais. Trata-se de uma estrutura que funciona de modo análogo a como Lacan concebe a estrutura da linguagem.

Saussure já havia definido os dois eixos da linguagem – o eixo sincrônico e o eixo diacrônico. Lacan dá sua contribuição destacando o lugar vazio como um elemento-chave dessa estrutura. Sublinhe-se que esse lugar vazio é fundamental para que haja movimento, pois é graças a ele que as peças se podem deslocar. O jogo funciona graças

ao lugar que corresponderia ao número 16, que não está. Como estamos acostumados a pensar intuitivamente seguindo o modelo empírico do positivismo, não é fácil dar essa reviravolta, que consiste em situar uma falta, isto é, um conceito negativo como ponto de partida para pensar. Mas Lacan afirma que, por sermos seres de linguagem, os humanos nos constituímos em torno dela. Dois exemplos que aparecem na obra dele e ilustram essa questão: O ser humano não está imerso na alternância do dia e da noite, o dia surge sobre a ausência possível do dia. Eis o lugar onde se aloca a noite. O dia e a noite estão aí como significantes, e não como alternância da experiência^{clxvi}. Ou, seguindo a mesma lógica, no seminário 11: “O grito não se perfila sobre a tela de fundo do silêncio, mas, ao contrário, o faz surgir como silêncio”^{clxvii}.

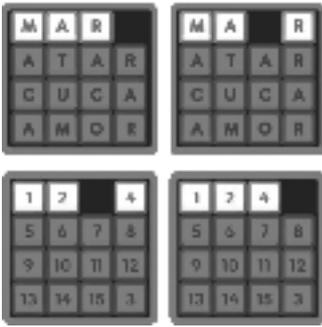
As 15 peças mais a que falta (a de número 16), consideramo-las o conjunto dos significantes que Lacan denomina A, primeira letra de Autre. Esse Outro, com maiúscula, representa a bateria dos significantes.

A peça 16, o significante que, por faltar no conjunto, possibilita o movimento e a significação, será o Falo simbólico. Que esse significante seja denominado Falo, em vez de ter qualquer outro nome, é um modo de introduzir na linguagem a importância decisiva da diferença como diferença sexual. Mas, ao situar essa diferença a partir da linguagem, saímos do modelo empírico. Ou seja, uma das consequências de situar a estrutura da linguagem como dado inicial é que, para nós, seres de linguagem, as diferenças não são dadas pela natureza anatômica de nosso corpo, mas constituídas a partir do simbólico. A primazia do simbólico faz da diferença anatômica um caso particular: “Se pretendem deduzir de determinada constituição dos órgãos genitais o fato de que o falo tenha um papel predominante em todo o simbolismo genital, nunca o conseguirão”^{clxviii}.

O Falo simbólico, ou significante da falta, representa em nosso joguinho o que permite pensar a diferença entre o que está e o que não está. Para Lacan, essa diferença não provém da diferença sexual anatômica, como em Freud, mas da linguagem. No simbólico, rege a diferença, a não identidade. “Se quisermos fazer um trabalho verdadeiramente analítico, verdadeiramente freudiano, verdadeiramente conforme aos principais exemplos desenvolvidos por Freud para nós, devemos nos dar conta de um fato que só se confirma com a distinção do significante e do significado – nenhum dos elementos significantes da fobia tem um sentido unívoco, nenhum equivale a um significado único”^{clxix}.

Assim como o oleiro estrutura um vaso pensando no vazio que ele deverá conter ou um serralheiro estrutura um canhão em torno do vazio de sua alma, o Falo ou significante da falta é o n-1 em torno do qual a linguagem se estrutura. Assim, nossa alma é como a do canhão.

Cada um dos quadrados do jogo pode ser pensado como um significante, quer dizer, como algo que não tem um valor nem um significado em si, já que o significado e o valor de cada peça dependem de sua posição relativa. Essa ideia é central para pensar como funciona a estrutura. Se movemos uma peça, todas as outras mudam sua posição relativa no conjunto. 12#4 é diferente de 124#. Se pensarmos em letras em vez de números, MAR# é diferente de M#AR. Pode-se tratar de palavras, frases, gestos ou, como aqui, no racha-cuca, de letras, cifras ou figuras.



O significado é o que se produz na combinação entre os diferentes elementos e muda se mudarmos a posição de qualquer um deles. Quer dizer que o significante determina os significados que se vão produzindo. Por isso, para Lacan, a primazia é do significante, e não do significado.

Freud tratava de descobrir o significado oculto dos sintomas produzidos pelo recalque, portanto, procurava a mobilidade do sintoma pela via do significado. Lacan diz que esses efeitos podem funcionar por sugestão. Ele pensa que o sintoma é resultado de uma colagem de significantes que se fixam num sentido e que, portanto, o tratamento deve devolver à linguagem sua mobilidade, quando ela está detida. Assim, a cura do sintoma se obtém como o acréscimo dessa operação, ou seja, pelo efeito que se produz na movimentação dos elementos significantes.

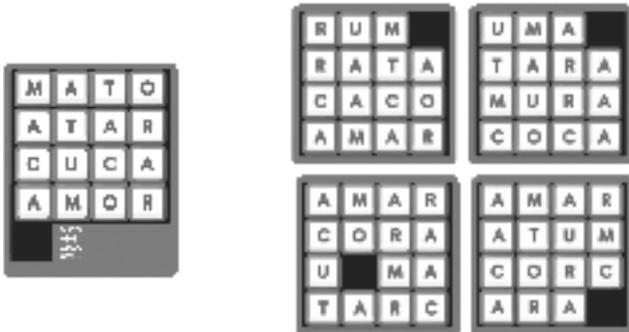
A identificação de uma ou mais peças com um significado fixo, denominamos signo e equiparamos ao sintoma. Lacan define o signo como algo que representa algo para alguém, enquanto o significante é aquilo que representa um sujeito para outro significante. Num tratamento, trata-se de transformar os signos em significantes, isto é, em separar o significante do significado (em nossa analogia, uma peça associada a um lugar), já que essa colagem impede o sujeito de jogar. A movimentação que se produz no deslocamento das peças, equiparamos ao desejo, e uma análise deve poder manter essa movimentação.

Em análise, contei o seguinte sonho: havia uma pessoa com umas marcas no corpo: feridas, tatuagens. As marcas do sangue seco ainda eram visíveis. Uma marca era na perna, outra no ombro. Uma das marcas tinha a forma de um tabuleiro de damas, a outra, a de um jogo da velha, tal como quando o rabiscamos à mão. Associei a velha e a dama (pensando na oposição por idade). E ouço de meu analista: “entre la vieja y la dama”. Na transposição para outra língua, a velha se descolou do significado a que eu a tinha associado: a idade. E surgiu a mãe, já que “vieja” é uma forma muito comum de se referir à mãe em linguagem coloquial portenha. O trágico das feridas no corpo sumiu após essa interpretação, e as feridas tornaram-se simples tabuleiros de um duplo jogo que uma mulher precisa saber jogar: o da dama e o da mãe.

A operação analítica, que consiste em separar um conjunto de peças – que formam uma figura, uma palavra ou uma sequência de números, impedindo o desejo de circular –, podemos denominar interpretação. Por isso, podemos dizer que a interpretação tem função de corte. Se se desobstrui o deslizamento dos quadradinhos, podemos dizer que houve interpretação. Conseqüentemente, essa operação produz uma mudança de sentido e só pode ser deduzida *a posteriori*, isto é, quando há

ressignificação. “A interpretação analítica não é feita para ser compreendida; é feita para produzir ondas [...]”^{clxx}.

Cabe apontar então que, quando duas peças se separam, outras se juntam formando novas figuras, produzindo novos significados. A ideia não é, portanto, eliminar a dimensão imaginária do significado, mas fazer dele algo que possa mudar, isto é, a experiência da análise deve mostrar que, pela própria estrutura da linguagem, os significados não são um apoio firme.



No entanto, isso vale fundamentalmente no campo das neuroses. Em outras formações clínicas como a psicose infantil, a debilidade ou a psicossomática, os significantes ficam soldados entre si, de modo que duas ou mais peças são tratadas como um bloco. Para delinear essa particularidade, Lacan fala em *holófrase*, termo emprestado da linguística para descrever o modo como as crianças usam as primeiras palavras que pronunciam como *mamãe, papa, au-au* etc.

Na holófrase, uma palavra tem valor de frase e serve para exprimir várias coisas. É interessante notar que, em vez de falar em pacientes regredidos ou em fixações em etapas precoces do desenvolvimento, Lacan recorre novamente à linguística para pensar em outras modalidades de funcionamento psíquico, caracterizadas por uma limitação do movimento do desejo. Por um lado, trata-se de afirmar que esses pacientes estão na linguagem, já que não é possível pensar nada fora dela, e, por outro, de colocar como questão a possibilidade de jogar o jogo em transferência na clínica em configurações particulares que têm menos alternativas de movimentação. Embora seja necessário pensar manejos clínicos diferentes, o sentido é o mesmo: trata-se de pensar em como descolar esses significantes que andam em bloco, impedindo a movimentação. A ética da psicanálise continua sendo a do desejo.

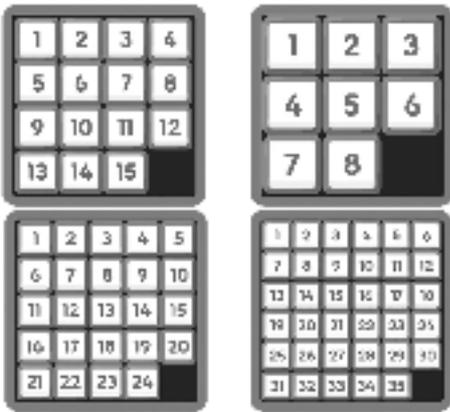
Depois de trabalhar bastante com uma menina que mal falava e se movia muito torpemente, ela começou a brincar de casinha. Havia, no entanto, um elemento estranho na brincadeira: junto com os bonequinhos de pano, ela colocava uns blocos de madeira. Um dia, em que ela começou a chorar pedindo pela babá, eu peguei um desses blocos e comecei a fazer de conta que era um telefone com o qual falava com a babá. Mais tarde, me dei conta de que o bloco de madeira que tinha pego era um criado-mudo. Surpresa, a menina começou a rir e a pedir que repetisse a brincadeira. Assim, a intervenção consistiu em fazer um criado-mudo falar, arrancando o objeto do mutismo e dando-lhe valor significante.

À detenção do movimento, Lacan a denomina gozo, de modo que o desejo é a causa do movimento, e o gozo, a da paralisação. Para que o desejo circule, há que relançar uma

e outra vez o movimento da cadeia significante, impedindo sua estagnação. Essa é, então, a função da operação analítica.

Assim, vemos que a estrutura do jogo comporta um conjunto de peças (os significantes), dois eixos de movimento e um lugar vazio. Isso quer dizer que podemos variar o número de elementos e, mantendo um quadrado vazio e os dois eixos de movimento, a estrutura permanece idêntica. Nesse sentido, ela é atemporal.

A versão mais conhecida do jogo é com 15+1 elementos, mas há versões com 8+1 elementos, com 24+1, com 35+1^{clxxi} etc. Quanto menor o número de elementos, mais simples é o jogo, já que diminui o número de arranjos possíveis.



A estrutura mínima para que haja jogo são 3+1 elementos, e esse é também o número mínimo de significantes para pensar a estrutura da linguagem. Com essa quantidade, já existem os dois eixos de deslizamento (vertical e horizontal) e um lugar vazio.



Até aqui, só situamos o Falo nesse lugar vazio, mas, como se trata de um lugar que tem uma função com que se pode operar, ele pode ser ocupado por outros conceitos, dependendo do que Lacan estiver pensando: o S1, o supereu, o pai, o traço unário, o nome ou o Falo simbólico.

Por exemplo, para pensar uma cadeia significante reduzida a sua mínima expressão, Lacan escreve $S1 \rightarrow S2$, sendo S1 nosso número 16 e S2, o conjunto dos significantes. Mas, a partir de 1968, ele reescreve essa fórmula como $S \rightarrow A$, em que A designa “outro significante”. Assim, ele substituiu S1 por S e S2 por A.

Em nosso joguinho, a cadeia significante (S2) está representada pelos números de 1 a 15. O S1 se diferencia deles porque ocupa o lugar vazio e, assim, tem uma função de comando no conjunto da cadeia significante.

Toda a estrutura significante está presente desde a origem, completa, considerando inclusive o quadradinho que falta. Portanto, a linguagem não se constrói pela somatória dos significantes, e sua origem deve ser pensada sincronicamente. Então, embora S1 comande o jogo, não há primeiro um S1 e depois um S2.

As peças só se podem mover em duas direções, vertical e horizontal, tal como na linguagem. O eixo horizontal é o eixo diacrônico da linguagem: uma palavra depois da outra, uma letra depois da outra. O vertical é o da sincronia, que permite a substituição de uma palavra por outra. Lacan toma, então, de Freud os mecanismos do processo primário – a condensação e o deslocamento – e os equipara a duas figuras de linguagem, a metáfora (que se move no eixo vertical) e a metonímia (no horizontal). O fato de os dois eixos serem necessários à estrutura da linguagem faz com que não se possam pensar as substituições de modo linear. Se assim fosse, estaríamos pensando num modelo de uma única dimensão. Mas, como há dois eixos, estamos num modelo que comporta duas dimensões, ou seja, algo como uma folha de papel ou o nosso racha-cuca.

Se o inconsciente está estruturado como uma linguagem e a linguagem só tem 2D, logicamente, fica eliminada a ideia de profundidade da alma. Trata-se sempre de uma questão de superfícies, o que evidentemente não significa tratar o inconsciente de modo superficial. O discurso, então, deve ser lido a partir dos ditos e dos não ditos, e ambos aparecem na superfície da fala, inclusive os silêncios.

Se os elementos significantes se movessem só numa dimensão (linearmente), o número de permutações possíveis seria muito maior. Por exemplo, com 4 elementos, teríamos 24 possibilidades. Mas, como temos dois eixos, ou seja, duas dimensões, esse número diminui sensivelmente, já que as permutações tornam-se cíclicas ou circulares, do que resulta que, com 4 elementos, há apenas seis permutações possíveis.



Assim, 1, 2, 3, # é igual a #, 1, 2, 3, ou a 2, 3, #, 1 ou a 3, #, 1, 2, mas diferente de 1, 3, 2, # ou de 1, 3, #, 2 ou de #, 3, 2, 1.

Vemos que os elementos significantes estão encadeados. Isso quer dizer que, a partir de uma certa posição tomada como inicial, na sequência, nem todas as permutações são possíveis. Podemos deduzir daí duas consequências importantes: a lei simbólica indica quais permutações se podem fazer e quais são impossíveis.

Se temos:



Com um movimento só, não podemos chegar a:



Porque a estrutura não admite movimento em diagonal: cada movimento permite que uma peça se desloque só um lugar, horizontal ou verticalmente.

Nesse encadeamento, alguns movimentos podem levar, após uma certa sequência, à mesma posição do início ou a sequências equivalentes como 123#, 23#1, 3#12 e #123. Nesses quatro casos, as peças se deslocaram, mas formaram a mesma sequência.

Analogamente, podemos dizer que é isso que comparece na análise como repetição e que, portanto, a repetição não é a ocorrência do idêntico, mas uma repetição com um diferencial, já que se trata de uma mesma combinação de significantes, embora com os elementos em posições diferentes.

O que muda, então, ao longo do tempo e o que permanece como necessário e atemporal? Como em qualquer outro quebra-cabeça, as figuras propostas como modelo e o número de peças podem mudar, mas a estrutura do jogo permanece a mesma. O que não muda com o tempo é, então, a função estrutural e atemporal da assunção do sexo pelo ser falante, isto é, a castração, que Lacan escreve como $S()$. Por isso, a fórmula da castração é a mesma que a da estrutura da linguagem. Isso significa que, nessa fórmula, estão incluídas a estrutura da linguagem, com sua falta constitutiva, a articulação do inconsciente com o sexual e a afirmação de que a inserção do humano na linguagem comporta desde o início a castração: “É então tratando A como uma totalidade que se reencontra, sob múltiplos aspectos, a impossibilidade de ser completo, isso que $S()$ escreve”^{chxxii} ou $S()$ “enuncia a propriedade fundamental do A de ser, em tanto que tesouro, falto de um significante”^{chxxiii}.

Aos modelos, às imagens, aos conteúdos que, sim, variam, assim como as configurações sintomáticas ou o conteúdo dos discursos de uma época, Lacan os denomina significado do Outro, que ele escreve $s(A)$, de modo que vemos aparecer o significado como a variável temporal e a linguagem – isto é, o conjunto dos significantes incluindo a falta –, como a variável que é estruturalmente atemporal.



A estrutura do jogo é o que Lacan denomina *simbólico*, e as figuras que se vão formando, criando ilusão de unidade e mudam com o tempo, representam o *imaginário*.

Seguindo nossa analogia, a busca fálica (-fi) consiste em procurar a formação da figura ou da sequência de números ou letras que sustenta o desejo; em nosso exemplo, a mocinha de óculos ou a formação das palavras mato, atar, cuca e amor. Elas funcionam como falo imaginário, porque criam a ilusão de que ali não falta nada. A peça que falta – o Falo simbólico ((, ou o significante da falta – é a que permite que haja jogo, já que, se ela comparecesse, o movimento seria detido e o jogo, interrompido.

A circulação do lugar vazio

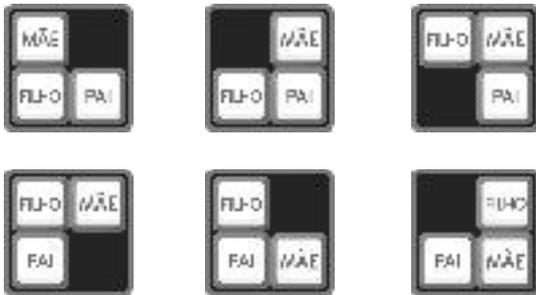
Voltemos à estrutura do jogo: há uma série de lugares fixos pelos quais os significantes se podem deslocar, ficando em posições diferentes. A posição do espaço vazio muda do mesmo modo que as peças. Essa diferença entre posições e lugares na estrutura é importante para pensar o Édipo de modo estrutural.

O que circula entre as peças é o falo simbólico. Por isso, para Freud, a estrutura edípica era ternária: mãe-pai-criança. E, para Lacan, é quaternária, por incluir o falo como

quarto elemento, em torno do qual se organizam os outros três, de modo que, no drama edípico, os personagens mudam dependendo da posição que vão ocupando na estrutura. Aí reside o conceito de função. Então, não se trata de pensar como são a mãe, o pai ou o filho em termos de personalidade, mas de analisar em que lugar cada um está situado ou que efeitos se produzem se os diferentes personagens mudam de lugar, o que depende da posição que ocupem em relação ao falo, ou seja, ao lugar da falta:



Já dissemos que a circulação pelos diferentes lugares na estrutura não é livre, não pode ser feita de qualquer modo. Pensando nessa figura, para que o filho possa, por exemplo, aceder ao lugar onde está o pai, são necessários ao menos 6 movimentos.



Note-se que as peças vão fazendo um movimento circular e que, se continuarmos a movimentação, acabaremos voltando à posição original. É por essa razão que dizemos que a estrutura não muda no tempo. A possibilidade de mudança dentro dela reside na mudança de posição, na circulação.

Suponhamos, no entanto, que nasça um novo filho e que tenhamos que pensar em cinco lugares. O que acontece? Temos de pensar numa estrutura com mais um lugar.



Quantos mais elementos tiver a estrutura, maior será o número de permutações possíveis. Com 4 elementos lineares, há 24 permutações possíveis; com 5, são 120^{clxxiv}. No entanto, como as permutações são circulares ou cíclicas, porque estamos trabalhando em duas dimensões, com 4 elementos, temos 6 permutações possíveis e, com 5, temos 20.^{clxxv} Isso mostra como se complexifica a estrutura quando há um lugar a mais e também por que a chegada de um irmão suscita tantas questões para pais e filhos.

O mesmo raciocínio pode ser aplicado a crianças que, embora não falem, estão desde o início inseridas na estrutura da linguagem. Então, o que muda com o tempo do desenvolvimento? A que nos referimos com a expressão *aquisição da fala*? Ao número de

elementos da estrutura. Inicialmente, a estrutura tem poucos elementos, e a linguagem funciona de modo holofrásico, mas, desde o momento em que, ao ver um cachorro, a criança pode dizer “miau” ou brincar que um gato diz “au-au”, ela já tem à disposição toda a potência do jogo dos significantes. Por isso, Lacan relê o *fort-dá*, jogo criado pelo netinho de Freud quando tinha 18 meses, como já comportando todos os elementos necessários para pensar a estrutura da linguagem.

A tríade de Freud e a de Lacan

Freud falou em inconsciente, pré-consciente e consciente e, mais tarde, em ego, id e superego. Isto é, em suas duas tópicas, usou divisões ternárias. Lacan as substituiu por três registros: o simbólico, o imaginário e o real. Já falamos aqui do imaginário e do simbólico, mas como definir o real? Vamos fazê-lo de duas formas.

O *real* é o que não pode acontecer pelas próprias regras do jogo. Por exemplo, não é possível mexer as peças na diagonal. Se tentássemos ensinar o jogo a uma criança, provavelmente lhe proporíamos deslizar as peças, o que só pode ser feito em duas direções. A criança poderia perguntar: “e por que não posso mexer na diagonal?” E nós diríamos: “porque assim é o jogo: isso não dá”. Podemos por aí definir o real como um tropeço, um empecilho. Esse modo de entender o real é fundamental para Lacan explicar como se constitui o objeto para a criança e como dele resulta o acesso à realidade. É a partir do encontro com o real que os pequenos reconhecem algo como existente, ou seja, como não eu. Trata-se então de reconhecer a existência de algo diferente do que a criança pensou ou imaginou. Digamos que não explicamos nada à criança e que lhe damos o joguinho para ela experimentar sozinha de que se trata. Ela fará diferentes tentativas de mover as peças e, do reiterado emperramento em certos movimentos que não são possíveis no jogo, deduzirá o real. É assim que encontramos o real na análise, isto é, do que é impossível que aconteça no jogo transferencial. É da repetição dos mesmos movimentos que emperram o jogo ou na insistência em bater na mesma tecla que podemos – na análise – deduzir o que insiste como real na transferência. Nada mais lacaniano, então, que o conhecido lema do maio de 68 francês: “Sejam realistas, peçam o impossível!”

Para poder falar da segunda definição de real, precisamos situar no jogo uma invenção lacaniana fundamental, o objeto a. Para isso, devemos voltar ao quadradinho vazio em que situamos o Falo simbólico e que escrevemos com o signo #.

Escrevemos o signo # no lugar vazio indicando que algo ali pode ser escrito, e que essa escrita pertence ao registro simbólico. O vazio não é #, mas um signo que o representa. Assim, # indica aquilo que Lacan denomina *letra*, já se pode escrever. Para Lacan, a letra está na borda entre o simbólico e o real, por isso ele usa a metáfora do litoral, brincando também com a quase homofonia que há entre literal e litoral. O real não pode ser dito, mas pode ser escrito e, assim, conta como um elemento fundamental na transmissão da psicanálise. Nesse sentido, a letra – lembrando que em francês *letre* também significa carta – tem uma função decisiva na circulação das mensagens, inclusive na escuta analítica.

Com a invenção do objeto a, Lacan tentou positivar esse vazio que funciona como causa do jogo, como causa do desejo. Trata-se de pensar na diferença entre os 15

quadrinhos e o quadrado que deve permanecer vazio, que corresponderia ao número 16, ou nosso #.

Do objeto a, em primeiro lugar, podemos dizer que ele não tem imagem: recorta-se como um quadrado vazio pela borda que formam os outros 15, ou seja, pelo que não é recoberto pelos outros 15 significantes do conjunto. Então, ele não tem a mesma natureza que os outros 15; por isso, Lacan diz que é como um objeto parcial e o refere às pulsões parciais, isto é, ele não é uma unidade, como os outros elementos. Como os objetos parciais – seio, voz, olhar, fezes –, o quadrado que corresponderia ao número 16 só existe como vazio, embora esse vazio seja essencial. Como vazio, ele também funciona como causa do desejo, porque, graças a ele, o desejo pode circular. Mas, se tentamos preenchê-lo – com alimento, fezes, vozes impositivas, olhares onipresentes ou com um quadrado a mais –, o objeto a se transforma em gozo, porque, ao positivar-se, o movimento se detém e o desejo não desliza.

Embora exista como vazio, o número 16 tem algo semelhante aos outros 15 quadrados: é como uma sombra deles, mas, positivado, aparece como uma assombração. Nesse momento, surge algo da ordem do estranho.

Vamos agora à segunda definição de real, que encontramos na tentativa de finalizar o jogo. Segundo os matemáticos, há 21 trilhões de permutações possíveis entre as 15 peças; metade delas permite resolver o quebra-cabeça, e a outra metade, não. A essa metade em que é impossível formar a figura desejada, Lacan também denomina real.

A figura a seguir, conhecida como 15-14, foi criada por Sam Loyd em fins do século XIX^{clxxvi} e mostra uma posição a partir da qual é impossível chegar à solução.



Sam Loyd (1841-1911) foi matemático e também um conhecido charadista dos EUA. Por volta de 1890, ele lançou um desafio (“A Charada de Boss”) em sua coluna mensal na revista estadunidense *Scientific American Supplement*. Ofereceu mil dólares a quem o resolvesse, vaticinando que, segundo suas próprias palavras, a charada “levaria o mundo inteiro à loucura”^{clxxvii}.

Loyd sabia que, a partir dessa posição inicial, não era possível resolver o problema, embora, à primeira vista, a posição dos quadrinhos não mostrasse nenhuma diferença substancial com outras de peças embaralhadas. Havia ali algo que era impossível transpor. A essa relação impossível entre o Sujeito e o objeto, Lacan denominou fantasma fundamental e a escreveu como $\$ \diamond a$. Essa fórmula designa a relação particular de um sujeito irredutivelmente dividido por sua entrada no universo dos significantes com o objeto pequeno a que constitui a causa inconsciente de seu desejo.

Nesses termos, cada um de nós seria como um jogo embaralhado de tal modo que não haveria solução. Assim como o 15-14, essa relação impossível não pode ser franqueada, mas pode ser contornada, nomeada e escrita. Como ninguém sabe de que

modo veio embaralhado seu jogo, a análise consistiria em encontrar/construir/descobrir o 15-14 de cada um, o que só é possível contornando todas as impossibilidades da relação do sujeito com o objeto a em todas as suas variantes, isto é, jogando até chegar a essa conclusão. Por isso Lacan pensa no fantasma fundamental em relação ao fim da análise.

Diferentemente de Sam Lyod, o analista desconhece a fórmula que impede o paciente de definir a impossibilidade da solução do jogo, embora o paciente suponha que ele deva saber. Na proposta de Lacan, jogando juntos, paciente e analista podem encontrar/construir/descobrir o 15-14. Quer dizer que, no fim do jogo, não encontraremos a resolução do quebra-cabeça, mas uma das tantas fórmulas em que o jogo não se pode resolver. É um modo de dizer que a relação entre sujeito e objeto nunca se encaixa completamente, mas que quem perde o jogo ganha pela lógica da castração. Não se trata, portanto, de encontrar uma rocha infranqueável como em Freud, mas de percorrer as variantes da impossibilidade da junção entre \$ e o objeto a que a fórmula da fantasia escreve.

Esse modo de tratar a fantasia induz a afirmar que ela não é puramente imaginária, como no modelo kleiniano, mas que também é feita de linguagem e resulta de articular o simbólico com o real. Por isso, nenhum dos elementos significantes da fantasia tem um sentido ou um significado unívoco, e o significado de seus elementos varia segundo a posição e a articulação. A análise consiste numa travessia da fantasia porque nela se percorrem todas as variantes possíveis, o que significa que ela só pode ser deduzida da repetição na transferência.

Se pensarmos, então, que o 15-14 de cada um sempre esteve ali, embora as peças estivessem embaralhadas e desconhecêssemos sua fórmula, poderíamos chegar à conclusão de que haveria um determinismo absoluto do Outro. Que liberdade restaria então a cada um de nós, uma vez que estamos presos à linguagem e a suas determinações? Só na ambiguidade e no equívoco podemos encontrar esse pouco de liberdade de que, como falantes, precisamos para transitar. Trata-se de dar aos significantes sua potência de criação de sentido, de recriar situações e de poder transformá-las. É assim que podemos passar a vida a jogar. A liberdade de que dispomos, então, está nos giros, nas rotações, nos deslizamentos que produzem movimentos e diferentes efeitos de significação. A criação consiste, pois, na resignificação, já que o significante nunca reproduz situações, mas as recria e transforma.

Referências bibliográficas

- Dicio. *Dicionário Online de Português*. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/reificacao/>>. Acesso em: 10 jul. 2018.
- Eidelsztein A. (1992). *Modelos, esquemas y grafos en la enseñanza de Lacan*. Buenos Aires: Manantial.
- Freud S. (1920/1996). Más allá del principio del placer. In *Obras Completas*. Trad. J. L. Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu. v. xviii, p. 1- 62.
- _____. (1919/1996). Lo ominoso. In *Obras Completas*. Trad. J. L. Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu. v. xvii, p. 215-252.
- _____. (1918/1996). De la historia de una neurosis infantil. In *Obras Completas*. Trad. J. L. Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu. v. xvii, p. 1-112.
- _____. (1914/1996). Introducción del narcisismo. In *Obras Completas*. Trad. J. L. Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu. v. xiv, p. 65-98.
- _____. (1914/1996). Recordar, repetir y reelaborar (Nuevos consejos sobre la técnica del psicoanálisis, II). In *Obras Completas*. Trad. J. L. Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu. v. xii, p. 145-158.

- _____. (1905/1996). Tres ensayos de teoría sexual. In *Obras Completas*. Trad. J. L. Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu. v. vii, p. 109-224.
- _____. (1900/1996). La interpretación de los sueños. In *Obras Completas*. Trad. J. L. Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu. v. v, p. 345-706.
- Jeremy J. (2012). Quando a ciência e a magia se combinam: a fraude gigantesca conhecida como Teoria da Evolução. Disponível em: <<http://www.espada.eti.br/evolucao.asp>>. Acesso em: 10 jul. 2018.
- Lacan J. (1956-57/2008). *El seminario de Jacques Lacan, libro 4: la relación de objeto*. Buenos Aires: Paidós.
- _____. (2006). *El seminario de Jacques Lacan, libro 10: la angustia*. Buenos Aires: Paidós.
- _____. (2003). Lituraterra. In J. Lacan. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. p. 15-25.
- _____. (1989). *El seminario de Jacques Lacan, libro 11: los cuatro conceptos fundamentales del psicoanálisis*. Trad. J. L. Delmont-Mauri e J. Sucre. Buenos Aires: Paidós.
- _____. (1984). El estadio del espejo como formador de la función del yo (je) tal como se nos revela en la experiencia psicoanalítica. In: J. Lacan, *Escritos*. Trad. T. Segovia. México, DF: Siglo Veintiuno, p. 86-93.
- _____. (1984). *El seminario de Jacques Lacan, libro 1: los escritos técnicos de Freud 1953-54*. Buenos Aires: Paidós.
- _____. (1984). Función y campo de la palabra y del lenguaje. In Lacan, J. *Escritos*. México, DF: Siglo Veintiuno. v. i, p. 227-310.
- _____. (1984). La instancia de la letra en el inconsciente o la razón desde Freud. *Escritos*. México, DF: Siglo Veintiuno. v. i, p.473-509.
- _____. (1938/1977). *La familia*. Trad. V. Fishman. Buenos Aires: Homo Sapiens.
- _____. (1976). Conférences et entretiens dans des universités nord-américaines. *Silicet*, Paris: Seuil, n. 6/7, p. 12-45.
- _____. (1966-1967) *El seminario 14: la lógica del fantasma*. Trad. e versão crítica Ricardo E. Rodríguez Ponte. Buenos Aires. (Documento interno da Escuela Freudiana de Buenos Aires.)
- _____. (1952) Notas e comentários sobre o Homem dos Lobos. *Cadernos Lacan*, Parte 1. (Documento interno da Associação Psicanalítica de Porto Alegre.)
- Le Gaufey G. (2012). *La incompletud de lo simbólico: de René Descartes a Jacques Lacan*. Buenos Aires: Letra Viva.
- O jogo do 15. *Wikipedeia*. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/O_jogo_do_15>. Acesso em: 10 jul. 2018.
- Pereira Junior L.C. (2002). *Com a língua de fora: a obscenidade por trás de palavras insuspeitas e a história inocente de termos cabeludos*. São Paulo: Angra.
- Solipsismo. *Wikipedeia*. Disponível em: <<https://es.wikipedia.org/wiki/Solipsismo>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

The 15 puzzle and language structure: Lacan and the empty place

Abstract This paper regards J. Lacan's conception of the "unconscious structured like a language", locating its epistemological basis and highlighting the empty site in his conception of structure. Using the 15 puzzle as an analogy, the significant logic, the distinction between the symbolic, the imaginary and the real registers are explained, emphasizing the definition of real as logical impossible.

Keywords Lacan; language; significant; symbolic; imaginary; real.

Texto recebido: 06/2019

Aprovado: 06/2019

Como se faz um psicanalista: a experiência de Christopher Bollas^{clxxviii}

Sérgio de Gouvêa Franco

Resumo A inquietante questão da formação do analista é tratada neste trabalho, considerando a trajetória de Christopher Bollas, que começa nos EUA, vai à Inglaterra e chega à França. Seus estudos em literatura são vistos como decisivos para os planos teórico e clínico, ajudando a colocar em diálogo Freud, Winnicott e Lacan. Os conflitos institucionais e a experiência estética transformadora são explorados, levando ao limite a singularidade do analista.

Palavras-chave formação do analista; Christopher Bollas; conflitos institucionais; experiência estética.

Sérgio de Gouvêa Franco é psicanalista, com doutorado na Unicamp e pós-doutorado em psicologia clínica na PUCSP. Presidente da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental desde 2016. Membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. Professor de psicanálise no Centro de Estudos Psicanalíticos. Professor de psicologia na FECAP, onde foi Reitor no período de 2006 a 2010. Autor do livro *Hermenêutica e Psicanálise na Obra de Paul Ricoeur*. Em parceria com Manuel Berlinck e Karin Wondracek é autor também de *Mandrágoras, a Clínica Psicanalítica, Freud e Winnicott*, além de capítulos de livros e de artigos publicados no país e exterior. Tem formação inicial em engenharia, com mestrado no IPEN/USP. Tem formação em psicologia, filosofia e estudos religiosos, com um segundo mestrado no Canadá.

Introdução

Há um programa em penitenciárias do Estado de São Paulo de *Remissão de Pena por meio da Leitura*. O projeto contempla várias penitenciárias paulistas, nas quais mantêm clubes de leitura. Os detentos recebem um livro que deve ser lido em 30 dias. Para cada livro comprovadamente lido, o preso tem sua pena reduzida.

Recentemente, o conhecido escritor Ignácio de Loyola Brandão foi convidado para dirigir uma conversa com os detentos de um destes clubes de leitura em um presídio em Araraquara, interior do Estado. Segundo a pauta que recebera, deveria falar sobre gêneros literários, crítica e resenhas. Ao contrário de falar sobre estes temas áridos, Brandão resolveu, de improviso, contar histórias... Falou de coisas que aconteceram em sua vida e que ele tinha transformado em contos, crônicas e romances. Contou de onde vêm os assuntos de seus escritos... A atmosfera se transformou, revela ele em crônica publicada recentemente no jornal *O Estado de S. Paulo*^{clxxix}. As pessoas riram, calaram, ficaram em suspense, se entreolharam admiradas. Quando os detentos começaram a falar, Brandão ficou impressionado. Um dos presos disse: “ler é prazer, não é?”. Ao que o escritor retrucou: “prazer e fuga”. O preso deu uma gargalhada. Brandão conta que o que mais o abalou foi um presidiário que o acompanhou até ao ponto de sair da sala: “não quis perguntar na frente de todos, tive vergonha de não ter entendido. O que o senhor quis dizer foi: podem me prender, podem prender meu corpo, mas minha cabeça, minha mente serão livres. É isso?” Brandão respondeu: “É isso. Se há alguma que ninguém pode prender é a imaginação”.

Imaginação que não pode ser presa... Podemos, talvez, comparar o psicanalista àqueles que trabalham com a imaginação: com o escritor, com o poeta, com o artista...

Jacques Lacan, sabemos, teria dito que psicanálise é ética, no seu Seminário VII, exatamente intitulado *A ética da psicanálise*. Christopher Bollas talvez pudesse ter dito

que ela é estética. Estética aqui se refere não apenas ao artístico, mas à experiência do corpo que sente, que ri e que sofre; refere-se à experiência com os sentidos. Para Bollas, a imaginação ocupa lugar central no processo de transformação. Ele pensa a sessão analítica como uma experiência estética. Como Ignácio de Loyola Brandão percebeu, mais libertador do que discorrer sobre conceitos teóricos, o que muda a vida é a experiência. Quando o corpo ri, algo se transforma. Quando a mente antecipa um caminho, imagina uma solução, sonha a realização de um desejo, então algo se solta... Quando não se pode sonhar, o corpo adoce. Sonhar é um dos temas de Freud que Bollas quer retomar. Com Aristóteles, vamos além de uma crítica rasa à imaginação^{clxxx}.

Contexto histórico

Bollas nasceu em 1943, portanto em plena Segunda Guerra Mundial. Esta guerra que mudou nossa civilização, que colocou em questão não apenas o primado da razão, mas a certeza de um progresso certo para a humanidade. Bollas, podemos pensar, é uma resposta a este tempo inaugurado pela Guerra. Tempo quando fogem as certezas, tempo que valoriza e se frustra com a racionalidade técnica. Bollas se movimenta nesta era de confusão e tédio.

Sabemos da ligação de Bollas com o chamado grupo independente da Sociedade Britânica de Psicanálise. Logo após a Segunda Guerra, vão surgindo artigos, nos anos 40 do século passado, entre os escritores que mais tarde viriam a ser classificados como pertencentes a este grupo independente. Artigos que iriam colocar em questão o excesso técnico. O pediatra e psicanalista Donald Winnicott se pergunta sobre o valor de uma puericultura e enfermagem que alienam a mãe do cuidado intuitivo e espontâneo com seu bebê. Não é a mãe que precisa aprender com a ciência, mas a ciência que precisa aprender com a mãe. Winnicott critica a enfermeira, tecnicamente bem preparada para cuidar do bebê, por sua abordagem mecânica. Elogia a mãe que sabe a hora certa de amamentar e parar de amamentar. Elogia a mãe que mantém um contato vivo, humano e respeitoso com seu bebê. Um contato vivo, humano e respeitoso com o bebê, com o paciente, com a realidade. Este contato representa um modo de estar no mundo que une uma abordagem ao mesmo tempo ética e estética.

Objeto transformacional

Precisamos localizar Bollas naquilo que se convencionou chamar da psicanálise das relações de objeto. Ele está inserido em um movimento que, além de valorizar o intrapsíquico, valoriza também o interpessoal. Um movimento que valoriza a dependência humana do outro, do ambiente, do objeto. Somos descentrados, ensina Freud, lembra Laplanche. Nosso centro está fora. Não somos senhores em nossa própria casa. Dependemos profundamente do outro, somos pelo outro formados.

Winnicott, sabemos, inventou a noção do *objeto transicional*, um dos mais criativos conceitos da psicanálise. O *objeto transicional* de Winnicott tem o condão de levar o humano dos estágios autoeróticos e narcísicos às relações verdadeiramente de objetos: sair do amor próprio ao amor do outro. Winnicott é o mestre que nos mostra que se

trata de uma transição, de um processo, de um trânsito. Ele mostra a importância de certos objetos que nos levam da situação autorreferida para a situação de verdadeiro contato com o outro.

Bollas vai propor a noção de *objeto transformacional*, já em seu primeiro livro *A sombra do objeto*. Ele vai nos falar dos objetos que produzem transformação. Como ele está profundamente interessado na mudança, vai estudar este processo. O modelo da transformação procurado inspira-se na relação inicial mãe-bebê. A mãe transforma profundamente o bebê, no início da vida. Ela coloca o bebê na linguagem, na sexualidade, na cultura. É pouco? Laplanche destaca as dimensões inconscientes do processo. Não se trata apenas de uma *maternagem* consciente. Como a mãe já tem um aparelho psíquico maduro, ela implanta no bebê, inconscientemente, um grande número de elementos. Resumindo, podemos dizer que a mãe tem um grande poder constitutivo e transformador.

O ser humano está sempre à procura de transformação, porque a experiência é vivida como incompleta, como deficiente, como precária. Estamos à procura de um objeto que nos coloque em uma nova posição no mundo, que nos leve adiante da prisão presente. Procuramos um objeto que tenha o poder parecido com o poder que transformou o bebê no contato com sua mãe. Qual objeto fará hoje um serviço parecido? Qual objeto terá este poder transformador? Um novo amor, mudanças profissionais, as próximas férias, as mudanças na política? O analista? Qual objeto?

O charme da posição de Bollas é que ele valoriza o objeto e valoriza a pulsão. Neste modo de pensar, há uma simetria entre pulsão e objeto. O objeto é fugaz, substituível, descartável. Está nos *Três Ensaios*. Os que valorizam a pulsão estão certos. Mas sem o objeto que se foi, resta a melancolia. Está em *Luto e Melancolia*. Os que valorizam o objeto estão certos. Cai sobre o eu a sombra do objeto. Sozinho, solitário, prisioneiro de suas próprias experiências, prisioneiro de seus recursos e falta de recursos, resta ao self a repetição, às vezes o desespero. A experiência com o objeto vivo é que pode ser libertadora. Apresenta-se o mundo que ainda vai ser, que vem, avizinha-se a transformação da personalidade. O mundo mais íntimo se encontra com o mundo externo. Intrapsíquico e interpessoal. Endógeno e exógeno, tudo junto e ao mesmo tempo.

A tese de doutorado de Bollas, em literatura, na Universidade de Buffalo nos Estados Unidos, foi sobre Melville, o autor do clássico *Moby Dick*. O protagonista do romance, o capitão Ahab, persegue obsessivamente uma baleia. Ao que o narrador marinho Ismael tudo observa e sofre. A pergunta seria: por que não outra baleia, por que não outro animal? A resposta é porque só aquela baleia, apenas aquele objeto está investido de toda a libido. Só este objeto pode mudar, transformar a vida de quem vai atrás dele. Trata-se de um objeto transformador. Não poderia ser outro. Com igual obstinação estamos atrás daquela experiência que transforma, que cria um mundo novo, que transforma como a mãe um dia fez. Emerge assim a experiência de si mesmo, que sempre precisa de renovação, que se cria e se recria, que sempre escapa, que sempre anseia por mais...

A formação do analista

Além de um dos mais importantes psicanalistas vivos, Christopher Bollas é um profícuo escritor, com cerca de duas dezenas de livros. Sua intensa atividade como escritor, incluindo não apenas muitos livros de psicanálise, mas alguns romances, deve ser entendida como fundamental e profundamente relacionada com sua prática clínica. Escrever e clinicar. Podemos dizer que ele entende o tratamento psicanalítico como pertencente a uma família muito mais ampla de experiências, que inclui a literatura, o teatro, as artes plásticas. Joyce McDougall já tinha aproximado a psicanálise da experiência dramática. Conhecemos os títulos de seus livros: *Teatro do eu* e *Teatros do Corpo*. Bollas não pode ser entendido à parte de seu profundo enraizamento nas ciências humanas, literatura e artes em geral. Ao contrário de isolar, é preciso integrar a psicanálise a toda a experiência pessoal e da cultura. Parte do empobrecimento e isolamento da psicanálise atual se deve a autoisolamento, que a retira do contato vivo com grandes manifestações da cultura, literatura e artes.

Como se faz um analista? À luz da experiência de Bollas, podemos dizer que o analista se faz integrando as vicissitudes e contingências da biografia de cada um. Trata-se de uma radicalização do valor da singularidade.

Quando estive no Brasil em 1997, Bollas concedeu uma entrevista à *Revista Percurso*, do Instituto Sedes Sapientiae^{clxxxix}. A primeira pergunta feita foi sobre a relação entre literatura e psicanálise na formação do entrevistado. A resposta é boa, porque ele não permite a idealização de sua experiência. Não permite que seja transformado em modelo de formação:

Como alguém se torna psicanalista? – responde Bollas à pergunta da *Percurso*. Quais são as linhas para tal desenvolvimento? É muito difícil dizer. A verdade é que é impossível saber como isto ocorre. Não há uma ligação entre meus estudos de literatura e de história e a psicanálise; não há uma ligação no plano do conteúdo manifesto que possa fazer sentido. Eu não decidi, aos 21 anos, que para me tornar psicanalista seria necessário passar primeiro pelos estudos de história, depois literatura [...] para chegar à psicanálise. Em algum momento da minha carreira dei-me conta de que havia alguns pontos de ligações entre as primeiras escolhas e a minha vocação atual, porém não acredito que sejam passíveis de uma descrição fiel com o ocorrido. Portanto, esta questão, quando feita por um analista para outro, não tem resposta, não pode ter! A verdade é que ninguém pode responder a este tipo de questão. Para respondê-la pode-se apenas fornecer uma série de racionalizações: estive em Berkeley, estive estudando História, trabalhei dentro do contexto do século dezessete tentando caracterizar a Nova Inglaterra e aí recorri à psicanálise para melhor entender meu assunto... Entretanto, além dos estudos, eu era um jovem que foi em busca de uma análise – vejam, esta é outra trajetória; meus estudos incluíam a filosofia francesa, um pouco de Freud – esta é outra trajetória. Assim poderíamos traçar 25, 35, 50, 100 trajetórias diferentes e parcialmente simultâneas; como bem sabem, é impossível saber como alguém vem a se tornar um psicanalista.

A resposta vai assumir radicalmente as limitações, a castração, a morte. Ele não quer se iludir com um possível incensamento que venha receber do seu interlocutor. O analista se faz em sua análise, lutando duramente, às vezes terrivelmente, com suas próprias limitações e determinações inconscientes. Não há psicanalista sem um compromisso verdadeiro com o enfrentamento de si. Psicanalista é quem emerge deste processo, desta crise que é a própria análise. Tem a ver com ir um pouco mais além

nesta coisa de encontrar e construir a própria singularidade. Trata-se de um trabalho duro, feito frente a outro, que escuta, observa, acompanha, interpreta, sofre e se afasta. Não pode haver dissociação perene entre estudo da psicanálise e a experiência de se analisar e ser analista. O analista é aquele que foi desconstruído, em grande medida, em sua própria análise.

Início da vida

Bollas nasceu em Washington, capital dos EUA, em 1943; neste ano de 2019 vai completar 76 anos. Seu pai era francês, vivendo em Paris até o início da adolescência, depois morou na Argentina, na Inglaterra e finalmente foi morar nos EUA. Sua mãe era californiana, dona de casa e pianista. Christopher é o mais velho de três filhos. Estudou ciências políticas e história na Universidade de Virgínia e Berkeley. Neste período começou psicoterapia de orientação analítica, que, segundo ele, mudou sua vida. Depois desta seguiram outras importantes experiências de análise.

Em seu recente livro sobre esquizofrenia^{clxxxii}, ele conta que neste período começou a trabalhar em um centro de atendimento de autistas e psicóticos na Universidade de Berkeley. Entrou em contato com o livro do psicanalista inglês Harry Guntrip sobre esquizofrenia, *O Fenômeno Esquizoide*. Depois deste livro seguiram outros autores e outros livros do grupo independente de Londres, notadamente estudou Winnicott e Fairbairn. Estas leituras todas mudaram completamente sua compreensão acerca dos pacientes com que estava em contato. Decidiu se tornar psicanalista, mas não quis fazer medicina ou psicologia. Decidiu seguir os estudos na Universidade de Buffalo, com um doutorado em literatura, com área de concentração em *psicanálise e literatura*. O departamento de literatura da Universidade de Buffalo dispunha naquele momento de um grande corpo docente, incluindo especialistas em psicanálise e fenomenologia. Em 1973, com 30 anos, foi para Londres fazer formação em psicanálise, já que nos EUA isto não lhe era possível, sem ser psicólogo ou médico.

Em Londres

Quando começou a se analisar em Londres, ficou chocado: descobriu que analistas ingleses eram muito diferentes dos norte-americanos: muito mais espontâneos, interpretavam com mais liberdade, e bem mais excêntricos também. Começou análise didática com Masud Khan, o destacado, rico e controvertido discípulo de Winnicott; uma análise que teve profundo impacto sobre Bollas, como ele mesmo admite. Seguiu-se ainda outra análise com Adam Limentani, que era àquele tempo o presidente da Associação Internacional de Psicanálise. Estudou com grandes nomes da psicanálise inglesa, Donald Meltzer, Herbert Rosenfeld e Hannah Segal, para citar apenas três nomes. Aproximou-se de Paula Heimann e Marion Milner, que se tornaram suas supervisoras. Apesar de admirar e aprender muito com estes grandes nomes, Bollas estranhou a intolerância a pensamentos divergentes, especialmente entre analistas kleinianos. Concluiu a sua formação em 1977, quando começou prática clínica como atividade principal, que exerce desde então. Além de analista e escritor tem tido

períodos de docência intensa em várias universidades e centros de estudo em várias partes do mundo.

Lutas institucionais

Acho que vale a pena mencionar o ambiente psicanalítico que Bollas encontrou em Londres nos anos 1970. Havia pouco tempo, Anna Freud e Melanie Klein eram as duas maiores figuras, dominando completamente a cena. Podemos fazer críticas, mas as críticas não diminuem o tremendo valor destas duas excepcionais mulheres, que devido a sua grande força cobravam lealdade institucional e de pensamento a quem quisesse se aproximar. É só entendendo o talento delas e a disputa entre elas que é possível entender as angústias e indecisões por que passou o chamado grupo independente da psicanálise inglesa, também conhecido como o grupo do meio. O valor deste grupo independente só se compreende assim.

Elas se atacavam muito, com força, disputavam aguerridamente posições e compreensões teóricas. Os demais ficavam tensos e titubeantes. Era necessário escolher em que grupo se encontraria o analista didata, era necessário escolher a que grupo se filiar. Aos poucos foi surgindo a oportunidade de escolher um analista entre os independentes, aqueles que se recusavam a aceitar sem críticas Anna Freud ou Melanie Klein. A partir de um determinado momento constituíram-se estes três grupos. Os movimentos eram de bloco. A escolha dos cursos era regida por esta lógica, os grupos frequentavam as mesmas atividades. Os candidatos a membro ligados ao grupo independente sofriam certa discriminação, já que os sistemas teóricos de Klein e Anna estavam mais bem consolidados.

Tudo indica que estas disputas tinham grande impacto na subjetividade dos envolvidos. É provável que nas falas no divã aparecessem a inveja, o ressentimento, os medos e ameaças derivados deste ambiente. Precisamos reconhecer que em boa parte destas brigas, o que se passava era uma luta pelo poder institucional. A questão científica não era assim tão importante. Penso que precisamos nos deter nestas histórias para nos ajudar a não repetir facilmente os mesmos erros. O que aconteceu lá foi uma cristalização de posições, uma adesão a um número bem limitado de verdades, que limitou muito o avanço da psicanálise. Uma verdadeira traição ao pensamento do fundador da psicanálise, que entendia a disciplina como algo aberto, dinâmico e sempre capaz de mudanças e renovação. Sabemos que só após o afastamento de Anna e morte de Klein em 1960 foi possível construir um ambiente ecumênico, em que se pôde ser leal ao mesmo tempo à técnica e ensino de Freud, sustentado por Anna, e às inovações e aprofundamentos propostos por Klein.

O grupo independente inglês teve papel importante. Lutou contra a adesão acrítica por um lado a Klein e por outro a Anna. Os membros deste grupo se sentiam orgulhosos por não ter um líder. Winnicott, sabemos, lutou muito contra o kleinismo, contra qualquer sistema fechado. Lutou contra toda liderança que cobrasse uma fidelidade, digamos, cega. Exatamente por isto, Winnicott se tornou, podemos dizer, algo como um antilíder dos independentes.

Em um sentido, o que aconteceu em Londres é bem peculiar. Talvez, em outra direção, possamos pensar que disputas institucionais como estas podem ter ocorrido e

estar acontecendo em toda parte do mundo. Vários autores têm tentado dar conta do fenômeno, reconhecendo que o que está em jogo em um ambiente com lideranças tão fortes é a transferência a estes líderes e aos grupos. A transferência, com manifestações tão agressivas, fica mais compreensível quando os nomes envolvidos são gente do calibre de Klein, Bion, Winnicott e Anna Freud. Creio que o fenômeno se sustenta porque há forte idealização. Ou seja, precisamos pensar em como se dá a dissolução da transferência não só ao analista, mas também aos grupos de formação e de pertença. Não por outra razão, Bollas tem dito que está contra qualquer *ismo*, a não ser talvez ao *freudismo*, como base de toda a psicanálise. Mesmo a transferência cega a Freud precisa ser colocada em questão.

De Londres para o mundo

Foi Paula Heimann quem, em um determinado momento da formação de Bollas, recomendou que ele se voltasse aos franceses. Ela queria ver diminuído o impacto do dogmatismo presente no ambiente inglês, em particular o impacto da ortodoxia do kleinismo. Só assim, pensava ela, ele poderia se abrir para uma jornada mais criativa. Esta abertura aos franceses foi que permitiu a ele receber e aceitar convite de Pontalis para escrever na cintilante *Nouvelle Revue de Psychanalyse*. E assim passou a ir frequentemente a Paris, onde se relacionou não apenas com Pontalis, mas também com André Green. Bollas descobre outro mundo. Parte de sua grandeza tem a ver com um corajoso percurso que o leva dos EUA à Inglaterra e dali a um diálogo com a França. Vale ainda mencionar suas frequentes idas à Itália, tendo se tornado professor visitante da Universidade de Roma. Manteve vivos contatos com vários países da Europa, tendo contribuído para a formação do *Grupo Europeu de Estudos do Pensamento Inconsciente*, que tem se dedicado a estudar os caminhos do pensamento inconsciente. Um dos feitos deste grupo foi ter reunido duas dezenas de psicanalistas e filósofos para estudar uma única sessão psicanalítica bem documentada. Esteve em muitos países dando conferências, inclusive no Brasil. Em seus momentos de lazer, pinta. Algumas das ilustrações das capas de seus livros são de sua própria lavra.

O lugar da imaginação

Começamos falando sobre a imaginação, a partir da experiência de Ignácio de Loyola Brandão com presos em Araraquara. Quero pegar este fio outra vez... Não se trata de qualquer imaginação, a que valoriza Bollas. Mas a imaginação que aparece na literatura e funda a criatividade. Imaginação como pesquisa e como antecipação. Imaginação como instrumento de reconhecimento, transformação e ampliação da realidade. Imaginação que manifesta capacidade de simbolização, com grandes implicações para a prática clínica. O *reverie* de Bion é imaginação do psicanalista sobre seu paciente.

Talvez seja necessário trazer à baila uma diferença sobre dois tipos de imaginação, sustentada por Winnicott em seu último livro *Brincar e Realidade*. Trata-se de um capítulo do livro intitulado *Sonhar, Fantasiar e Viver*. Ele faz a diferença entre sonhar e fantasiar. O terceiro elemento do título – *viver* – faz discriminação de uma imaginação,

digamos, do bem, *o sonhar*, de uma imaginação, digamos, maligna, *o fantasiar*. Esta imaginação produz vida, pergunta ele, ou não? Winnicott separa a imaginação que aparece nos sonhos e a imaginação que aparece no fantasiar patológico. É importante notar que ele está usando a palavra *fantasiar* aqui de um modo peculiar. Fantasiar, no texto de Winnicott, designa uma atividade psíquica estéril e fechada em si mesma, que carece de criatividade, um estado mental marcado pela dissociação, típica do devaneio. O que Winnicott está mostrando é que existe uma forma de imaginação que é fuga, alienação da realidade. Pode ser uma fantasia onipotente, maníaca, sustentada por um falso *self*, para usar uma expressão dele. Este fantasiar é doentio, não cria nada, apenas perturba a vida toda, sustentando um distanciamento da realidade. Esta distinção de Winnicott, Bollas cultiva. Há uma imaginação que está na literatura que produz saúde. Há uma imaginação que está na neurose que produz dissociação e alienação.

Não estou trazendo esta distinção de Winnicott agora apenas para enriquecer o tema da imaginação em Bollas. Estou trazendo também para mostrar como ele se apropria do pensamento e clínica de Winnicott, com criatividade e liberdade. Não está preso a uma filiação cega, nem a uma rejeição infantil. Ele se apropria de Winnicott com pensamento e reflexão próprias. Isto é que é o importante. O fato de Bollas ter formação em literatura faz com que ele compreenda a imaginação de modo mais amplo, com outros coloridos que não estão presentes em Winnicott. Ele usa seu conhecimento de Winnicott, mas usa também todos os elementos de sua biografia, integrando, digerindo, criando algo próprio.

O lugar da literatura

No livro *A Metapsicologia de Christopher Bollas: Uma introdução*, a autora Sarah Nettleton mostra o impacto da literatura na produção de Bollas. Winnicott não tinha a mesma formação literária. Estas distintas experiências profissionais marcam uma apropriação diferente de conceitos comuns. Bollas faz referências à literatura, às peças teatrais e aos filmes. Um dos efeitos é que ele entende e valoriza a simulação presente na fala dos pacientes, ele reconhece o personagem ali presente, sabe que todos são personagens, com efeitos de um sobre o outro. Bollas sabe que não há vida sem retórica, ainda que possamos desejar diminuir o efeito retórico da vida. Desconfia, ou mesmo afirma, que nós não estamos em condições de plenamente compreender o personagem que somos. Ele nos escapa. Nosso personagem é atravessado por marcas inconscientes, pelo nosso idioma, termo que usa Bollas para falar da singularidade de cada um. Há uma estética de cada um que se expressa no personagem, de um modo inescapável. Para Bollas, a obra está sempre impregnada pelo idioma do artista, quer seja uma ópera, quer seja um quadro, um poema, quer seja a própria vida. Por isto a análise é necessária, mas ela sempre segue incompleta e interminável. Nem a mais longa e feliz análise nos leva além das limitações e determinações inconscientes.

Esta influência da literatura, e das artes em geral, permite a Bollas outra apropriação dos conceitos analíticos. Como ele tem apreço pelo personagem, pela ficção, ele usa com cuidado a visão de *falso self*, desposada por Winnicott. Para Winnicott o falso self tem a tarefa de proteger o verdadeiro self. No livro *O ambiente e os processos de maturação*,

Winnicott assegura que se trata de uma estrutura que existe para defender e ocultar o verdadeiro self.

Aqui podemos ver uma diferença na compreensão dos dois autores. Para Bollas o conceito de personagem está relacionado com uma forma de apresentação do *self*. Trata-se de um modo singular de comunicação entre *selves*, entre idiomas, que se dá por certa forma de expressão. A forma da expressão é fundamental, ela comunica algo. Um conceito fundamental para a clínica de Bollas, que nos convida a estar atentos ao modo como as coisas são ditas e expressas e não apenas ao conteúdo. Sempre estamos diante de um personagem. Sem o personagem não é possível a comunicação. Nada se pode dizer sem enredo, sem narrativa, sem palavras. Para Winnicott há algo negativo naquilo que é chamado de fictício, um sentido negativo que não está em Bollas. Para Bollas, a ficção é inescapável, trata-se de uma expressão do próprio ser. Vemos que Bollas lida com a imaginação de um modo enriquecido pelos estudos do discurso e da literatura.

Freud e Winnicott

Estamos falando da relação de Bollas com Winnicott. Adam Phillips, autor importante e estudioso dedicado da obra de Winnicott, em seu curto e precioso prefácio para o livro *Christopher Bollas Reader*, ainda sem tradução para o português, destaca não a filiação de Bollas a Winnicott; destaca a filiação de Bollas a Freud. Mostra que Bollas faz o movimento que se convencionou chamar de *retorno a Freud*. Acho importante dizer isto. Mais que um winnicottiano, Bollas é um freudiano. Bollas faz um retorno a Freud, para ser preciso, ele faz especialmente um retorno a certo conceito particular de Freud, ao conceito de *livre associação*. Bollas estuda, pesquisa e escreve sobre o tema. Ele lamenta a enorme resistência dos psicanalistas a este achado, denunciando uma diminuição da importância dele.

Para Bollas, os psicanalistas estão excessivamente atarefados com suas teorias, excessivamente preocupados com disputas institucionais, a ponto de não levarem adiante as enormes consequências da centralidade do inconsciente e da livre associação, que explora o inconsciente. Mais do que uma técnica, a livre associação revela a insondável inconsciência de nós mesmos. Traz à tona algo do estranho que mora em nós. O inconsciente está presente sempre, não podemos negar. Resta, portanto, o mistério das coisas, o nosso próprio mistério. A livre associação é o recurso que parcialmente desvela este mistério. As escolas psicanalíticas e suas disputas acabaram tomando o lugar daquilo que deveria ser mais central: a livre associação e o próprio inconsciente. A consequência desta nefasta mudança de ênfase e de metodologia é que a psicanálise perdeu força e influência no mundo contemporâneo. Só uma dedicação corajosa ao inconsciente e uma renúncia da busca de poder institucional pode reverter este quadro.

Liberdade e muita análise

Com essa chave podemos melhor compreender a defesa intransigente de Bollas do pluralismo teórico. Não se trata, insiste Phillips, de um ecletismo, ou seja, de uma reconciliação forçada de teorias que se opõem, mas um grande esforço para mobilizar

uma visão inclusiva, onde várias perspectivas e pontos de vista estejam, com justiça, apresentados. Nenhuma compreensão teórica dá conta completamente do inconsciente. Uma visão transdisciplinar dá melhor conta da experiência *pática*^{clxxxiii} humana. Nenhuma compreensão dará conta de tudo, mas uma visão inclusiva alcança mais que uma visão autoritária e excludente. Para Bollas, é abraçando o pluralismo teórico, reconhecendo a complexidade dos jogos de linguagem e valorizando a livre associação e a escuta do analisando, que se poderá avançar.

Estamos pensando a vida de Christopher Bollas para pensar a formação do analista. Não como um modelo e um exemplo, mas como uma experiência que nos leva a pensar. Mas, como ele mesmo nos ensina, não há analista e experiência que seja definitiva. Sabemos que nenhum analista está pronto. A formação não termina. É muito importante ter isto em mente. Claro que pessoas diferentes estão em pontos diferentes. Mas ninguém chegou lá e ganhou o diploma de formado. A qualquer momento – basta realmente praticar a psicanálise – um paciente qualquer vai mostrar ao analista que ele não está pronto. Um conjunto de conflitos e temas complexos, inesperados, vai aparecer. E o analista se revelará despreparado. Ele está a pé, incompleto, frágil. Não poderia ser diferente, porque é do inconsciente que tratamos. O inconsciente é inconsciente mesmo. Desconhecido, ele nos escapa. Em grande medida comanda o processo. Não sabemos completamente o que se dá em uma análise.

A tríade é fundamental. O conhecido tripé da formação é fundamental. A formação gira com ele, e quanto mais gira, melhor. Podemos dizer: análise, muita análise, mais análise ainda. Estudo, muito estudo, mais estudo ainda. Supervisão, muita supervisão, mais supervisão ainda. Mas tudo isto e algo mais não nos deixam prontos. Estamos humildemente incompletos. Nossa tarefa, além da tarefa de educar e fazer política – ensina Freud – é uma tarefa impossível. Quer dizer que vamos tropeçar, vamos errar. É impossível sempre fazer certo. Mas, como diz o Alcorão, mancar não é pecado.

Bollas, Brasil, América Latina

Temos muito que aprender com Bollas. Uma obra deste fôlego demora muitos anos para ser plenamente assimilada. Ele está vivo e continua produzindo. Há muito que trazer desta experiência para o Brasil e América Latina. Mas atenção. Nenhuma transposição automática pode ser feita. Ser leal a Bollas é traí-lo, levando em conta, radicalizando, não apenas a biografia e singularidade pessoal e institucional, mas também levando em conta e radicalizando as condições em que se implantou a psicanálise no Brasil e América Latina.

O Brasil é um país imensamente desigual socialmente, com uma economia grande, mas com PIB *per capita* apenas mediano. Estes dois fatores juntos implicam uma situação grave. Boa parte da população vive em condições modestas. Servimos frequentemente a esta classe média, que vive em condições modestas. Às vezes trabalhamos para a elite rica, que precisa aprender a servir ao país. Outras vezes servimos a parte da população que vive em condições de pobreza, que carece de quase tudo.

O país é um país desorganizado, profundamente desorganizado, além de injusto. As instituições falham o tempo todo. O Estado desampara frequentemente o cidadão.

Nestas condições, uma psicanálise aqui aplicada não poderia facilmente demais desamparar os seus pacientes. Na França, onde o Estado ampara mais o cidadão, podemos mandar o paciente para casa, e pedir para ele lidar com sua falta. Sabemos que há muito sofrimento e falhas do Estado na experiência do primeiro mundo. Mas aqui, a coisa é pior. Frequentemente, o único amparo aqui é o amparo da família e dos amigos. O Estado não ampara como no primeiro mundo. O estado de bem-estar social, apesar de constitucional, não se implantou plenamente e nestes dias está sob forte ataque.

Sociedade injusta e desigual. Neste sentido, precisamos pensar as condições de nosso trabalho. Precisamos reconhecer a condição particularmente débil da rede de sustentação social de nossos pacientes. Sem negar a condição inescapável do desamparo humano, talvez precisemos ajudar a mobilizar modestos recursos de saúde pública e mental. Com nossa reflexão teórica e prática clínica, parece, estamos oferecendo à comunidade psicanalítica mundial uma contribuição. Estamos modestamente construindo uma psicanálise, com gosto latino-americano. Quando agimos bem, estamos construindo uma clínica que reconhece as condições duras e reais em que trabalhamos.

Creio que precisamos, sem vaidades e sem exageros, reconhecer que estamos em condições de contribuir com a psicanálise mundial. Sem preconceitos contra o que vem de fora e sem preconceitos com o que vem de dentro, podemos dizer que há uma psicanálise latino-americana em formação.

Conclusão: pensamento democrático

Quero encerrar voltando outra vez ao nosso autor, voltando a Bollas, fazendo uma referência a uma conferência que ele proferiu há poucos anos na Universidade de Berkeley nos EUA. O tema da conferência é a democracia. Sabemos que Winnicott escreveu sobre o tema. Para Winnicott, a democracia é mais que um regime político, trata-se de um modo de se relacionar com as pessoas. Sabemos que Winnicott lutou muito para que ninguém se submetesse a ninguém, para que ninguém se tornasse *bonzinho* e subserviente. Democracia é quando tratamos uns aos outros com igual valor. Quando as diferenças não se transformam em diferenças de valor, quando um não é melhor que outro. Democracia é quando as relações humanas se dão sem masoquismos ou sadismos.

Bollas avança um pouco mais... Para ele, democracia é um modo de pensar. Talvez aqui ele traia uma influência de Wilfred Bion. Bion trabalhou na Segunda Guerra Mundial como médico. Percebeu que um dos efeitos do horror da guerra é que o inimigo nos faz parar de pensar, de medo. Depois do término da guerra, sabemos que ele escreveu com profundidade sobre o que é o pensamento; estudou o pensamento mais ou menos saudável, mais ou menos elaborado, mais ou menos maduro. Paramos de pensar seriamente quando estamos com medo.

Bollas nos ensina que democracia é quando superamos o medo e podemos pensar de um modo que inclua aquele e aquilo que é diferente. Esta mensagem é de grande relevância em um ambiente polarizado, que não pode conviver com o contrário. Democracia é quando há espaço mental para lidar com aquilo que nos ameaça, sem pânico. Quando há uma superação da paranoia por um lado e do narcisismo do outro. De um modo que seja possível dialogar com aquele e aquilo que é percebido e sentido com

uma real ameaça ao eu. Só assim a complexidade é mantida, o reducionismo é combatido e a soluções verdadeiras são construídas.

Penso que o espírito democrático – forma de se relacionar (Winnicott) e forma de pensar (Bollas) – é que nos ajuda a manter o espaço para as mulheres, para negros, para a comunidade LGBT+, índios, pobres, marginalizados. Esta cultura democrática ajuda a criar intrapsiquicamente e socialmente um espaço amplo, inclusivo, também para homens e brancos. A situação do país é tal que precisamos desesperadamente combater o desespero. Há um efeito melancolizante em curso. Há falta de perspectiva de um modo tristemente patologizante. Podemos pensar e praticar a psicanálise como elitista. Mas há outro modo de ver e praticar. Um analista bem formado, uma análise bem conduzida, são contribuições radicais em um ambiente marcado por homens e mulheres sem serenidade. Vale a pena ser um bom analista, investir na formação. Vale a pena conduzir profundas análises. Trata-se de uma contribuição de transformação não apenas pessoal, mas com alcance social. O espírito realmente democrático de que nos fala Bollas poderá nos ajudar – esperamos – a encontrar um caminho para nossos pacientes, para nossas instituições psicanalíticas e para nossa nação, a quem servimos com paixão. Boa formação.

Referências bibliográficas

- Abram J.** (1999). *A Linguagem de Winnicott. Dicionário das Palavras*. São Paulo: Revinter.
- Bollas C.** (1992). *Forças do Destino. Psicanálise e Idioma Humano*. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1997). Entrevista. *Percurso*, n. 20, p. 114-120, mar. 1997.
- _____. (1998). Comunicação do Inconsciente, *Boletim de Novidades*. Pulsional. Ano XI, n. 7, mar. 1998. São Paulo: Escuta.
- _____. (1998). *Sendo um Personagem*. Rio de Janeiro: Revinter.
- _____. (2000). *Hysteria*. São Paulo: Escuta.
- _____. (2000). *Hysteria*. New York: Routledge.
- _____. (2005). *Associação Livre*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Ediouro; São Paulo: Segmento-Dueto.
- _____. (2011). *Christopher Bollas Reader*. New York: Routledge.
- _____. (2012). *A Questão Infinita*. Porto Alegre: Artmed.
- _____. (2013). *O Momento Freudiano*. São Paulo: Roca.
- _____. (2015). *A Sombra do Objeto. Psicanálise do Conhecido não Pensado*. São Paulo: Escuta.
- _____. (2015). *When the Sun Bursts. The Enigma of Schizophrenia*. New Haven: Yale University.
- Freud S.** (1900/1969). A Interpretação de Sonhos. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
- Nettletonm S.** (2018). *A Metapsicologia de Christopher Bollas*. São Paulo: Escuta.
- Sofio F.** (2015) *Literacura. Psicanálise como Forma Literária*. São Paulo: Fap-Unifesp.
- Winnicott D. W.** (1971). *O Brincar & a Realidade*. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1983). *O Ambiente e os Processos de Maturação*. Porto Alegre: Artmed.
- _____. (2000). *Da Pediatria à Psicanálise. Obras Escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago.

The making of a psychoanalyst: the experience of Christopher Bollas

Abstract The disturbing matter about analyst training is the aim of this study, considering Christopher Bollas path, starting in the US, getting to England and after to France. His literature studies are considered decisively for theoretical and clinical plans helping to establish a dialogue among Freud, Winnicott, and Lacan. Institutional conflicts and the transformative aesthetic experience are explored, leading to the limit the analyst's uniqueness.

Keywords analyst training; Christopher Bollas; institutional conflicts; aesthetic experience.

Texto recebido: 05/2019
Aprovado: 05/2019

Silêncios. Sobre psicanálise, arte e resistências^{clxxxiv}

Sílvia Nogueira de Carvalho

Resumo Este trabalho se interessa pela presença essencial de *silêncios vivos* na situação psicanalítica, condição de certos movimentos de abertura do inconsciente. Ao considerar a heterogeneidade dos processos de simbolização em jogo, assume a *atualidade do paradigma estético freudiano* a fim de pensar uma política de ligação libidinal entre formas de arte e formas da imaginação que habitam a clínica psicanalítica contemporânea.

Palavras-chave silêncios vivos; clínica psicanalítica; estética; política.

Sílvia Nogueira de Carvalho é psicóloga, analista institucional, psicanalista. Membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, interlocutora da equipe editorial de seu *Boletim Online* e professora do curso *Clínica Psicanalítica: Conflito e Sintoma*. Membro do Espaço Brasileiro de Estudos Psicanalíticos de São Paulo – EBEPSP e de seu grupo de *Arte e Psicanálise*.

Shhhh...

Em uma situação social, um filósofo me conta de seu doutorado feito em psicanálise, numa pesquisa dos futuros sonhados por adolescentes europeus. Manifesto meu interesse e ele conta um pouco mais, inclusive sobre sua aproximação ao nosso campo.

Sua primeira tentativa de análise, dita freudiana, naufragara numa cena de briga com o analista, com o qual romperá a partir de uma interpretação. “Você não me diga isso! – exclamara, vigoroso – E, por favor, me encaminhe a outro colega”.

O analista se pôs de acordo e lá se foi o homem tratar-se com uma colega dita junguiana. Primeira entrevista e o filósofo cerebral fala que fala. Ela escuta em silêncio. Ao final, olha para ele e, em caprichoso ato analítico, encena *o gesto da foto da enfermeira*^{clxxxv}: *Shhhhhh*. Entre o silêncio e o som, esse rastro da palavra que vem, essa simples onomatopeia: *Shhhhh...*

Na sessão seguinte, a analista dispõe uma caixa de areia diante do homem de 28 anos: “Ela era muito boa, foi muito importante para mim” – ele me diz, tantos anos depois.

O que lhe havia dito o analista anterior? Que o filósofo não queria assumir responsabilidade. A contrapelo aí leríamos a *figura* de alguma negatividade manifesta pelo analisante nas *formas* da resistência, negatividade à qual a interpretação do analista pretendia responder. O que fez a nova analista? Considerou que “não existe, talvez, forma mais traumatizante para um paciente que apresenta uma reação negativa do que lhe disparar ‘Você não quer mudar!’, quando ele tem o sentimento de não poder fazer de outra maneira”^{clxxxvi}.

Insisto porém – e isso inclusive na conversa com o filósofo – em deixar espaço aberto para alguma verdade havida na interpretação do primeiro analista: quem sabe pudesse se tratar de evitação de responsabilidade. Mas é justo por isso que vale a ressonância daquela *figura de linguagem* também na analista: *Shhhh*. Porque na situação psicanalítica há sempre interpretação – mas, às vezes, preferimos não dizê-la.

É essa silenciosa abstinência que abre o campo de fazê-la funcionar – longe das injunções morais e em ato. Pois, para que alguma responsabilidade encarnada se efetue, não é mesmo preciso que ela seja construída na experiência do sujeito com seu corpo?

Por isso, numa prisão militar de um Rio de Janeiro devastado pela violência de Estado regularmente praticada entre 1964 e 1985, o combativo Dorival do *curta* de Jorge Furtado^{clxxxvii} encara a guarda: tocado na sensorialidade de seu corpo, enfim insurgente ao reiterado processo de destituição subjetiva a que estivera exposto – tocado na pele pelo verão carioca, interpelado em seu desejo pelo burburinho de coisas entrevistas e de coisas ouvidas desde a cela –, ele prefere sim tomar um banho! Por que não? Praça, cabo, sargento, tenente – um a um os oficiais bradam que não, não pode, existem ordens para que ele não tome banho! Seus estranhamentos vão se sucedendo até a cusparada lançada pelo negro Dorival dentro do olho azul do tenente Otílio, a decorrente chamada de reforços, a abertura da cela, a “matilha mordendo” e a autoridade determinando por fim a limpeza do sangue no chuveiro...

Para comentar essa *desinteligência* indócil de Dorival^{clxxxviii}, invoco André Gorz, em suas *Metamorfozes do trabalho*:

A violência, com efeito, fundamentalmente, é uma relação ao corpo. A coisa fica imediatamente clara se nomeamos aquilo de que a violência é o negativo: ela é o negativo da ternura. A ternura é uma relação ao corpo de outrem tratado como corpo sensível para exaltar a sensibilidade e o gozo que tem de si próprio; esta relação ao corpo do outro implica necessariamente a exaltação de minha própria sensibilidade^{clxxxix}.

A ternura, tato que suspende a violência, é por vezes silenciosa – como a que se mostra ao final da história de um gozoso Dorival, afinal no banho sob o chuveiro, na cena em que o sargento Marcão acende dois cigarros, se aproxima e lhe estende um deles, silenciosamente.

De volta à figura ficcional que compus daquele filósofo, me coube imaginar uma condição para que ele depois se dedicasse a uma elaboração em torno dos *sonhos da juventude*: algum pesadelo deixou de insistir. A metáfora de Agamben sugere: deixou de fracassar seu convívio com *Genius*, o deus latino a que todo homem é confiado sob tutela na hora do nascimento. Cito o escrito de abertura de *Profanações*:

A etimologia é transparente, e ainda é visível na língua italiana na aproximação entre *genio* [gênio] e *generare* [gerar]. Que *Genius* tivesse a ver com gerar é, aliás, evidente, pelo fato de o objeto por excelência ‘genial’ ter sido, para os latinos, a cama: *genialis lectus*, porque nela se realiza o ato de geração^{cxc}.

Lembramos aqui o “leito genial” de Arthur Bispo do Rosário: um dos achados do artista brasileiro para dar forma à sua experiência no mundo. Naquela bem-sucedida trama de fios – que passaram dos manicomiais uniformes por ele desfiados aos estandartes e mantos bordados de modo a dar corpo a palavras, figuras e motivos geométricos, materializando dizeres *pop-poéticos* – Bispo sonha.

Seguindo um pouco mais com Agamben^{cxci}: no registro pluralizante dos sonhos de juventude realizado por aquele filósofo analisado, configurou-se um leito para a *magia*, lugar ao qual *só-depois* do império do *infantil* podemos aceder.

Arte como legenda, ficção e exterioridade interior à psicanálise

Gosto de pensar com Pierre Fédida a presença essencial do silêncio nos movimentos de abertura do inconsciente. Seu livro *Nome, figura e memória*^{cxcii} nos incita à suspensão de qualquer perspectiva dialógica na clínica psicanalítica. O psicanalista francês bem designa a situação psicanalítica como *sítio do estrangeiro*. E diz assim: “Seria preciso enfatizar que, desde a primeira entrevista, a ‘instalação’ de uma análise depende de uma ruptura na comunicação e que apenas esta ruptura pode dar lugar a esse sítio do estrangeiro?” E, mais adiante:

O silêncio do analista instaura a não resposta no princípio da fala, na noite em que ela se move, em proximidade com o sonho do qual ela provém. O corpo estará aí violentamente presente e é apenas da escuta que ele receberá – do estrangeiro – a metáfora singular de seu pensamento^{cxciii}.

Essa escuta banhada na linguagem, aberta à circulação da associação livre entre analista e analisante, aberta a essa presença de um terceiro ao qual o analista sempre se refere, ao abrir-se à elaboração imaginativa que se estende à relação entre analisante e o mundo humano, por tantas vezes encontra a arte – dispositivo que tem, na vida cotidiana, a potência de nos reatar com o espanto^{cxniv}.

Tal encontro da psicanálise com a arte se deu desde sua configuração como prática, método e teoria, motivo pelo qual Ernani Chaves^{cxv} nos fala no *paradigma estético de Freud*. Assim o filósofo paraense se refere à insistência dos temas da criação artística e do efeito das obras de arte sobre o espectador, indicando-nos a inclinação freudiana de buscar similaridades entre tais processos e efeitos e o modelo de constituição subjetiva. Como atualizar essa inclinação?

A fim de pensarmos uma política de ligação libidinal entre formas de arte e formas de vida, seguimos com Jacques Rancière^{cxvii} para elaborarmos o sentido do que é designado pelo termo *estética*: um regime específico de identificação e pensamento da arte ocidental. O filósofo nos convida a olhar diferenças e a pensar consequências entre três sucessivos regimes de visibilidade das artes, que ele assim conceitualiza:

1. *O regime ético das imagens* – ao qual pertence a dupla questão da origem – ou seja, da verdade – das imagens e de seus destinos: seus usos e efeitos. A ele pertence também a polêmica platônica contra os simulacros que o filósofo grego identifica na pintura, no poema e na cena, pois imitariam simples aparências. Tal regime determina critérios mais propriamente morais do que éticos e coloca em questão o direito ou a proibição de reproduzir imagens da divindade^{cxviii}. Embora tenha predominado no período histórico pré-renascentista, as características do regime ético de pensamento das imagens podem se apresentar posteriormente, inclusive no recente retorno de alegações de ofensa moral ou religiosa como as que foram investidas, em nosso país, nos noticiados ataques

reacionários a exposições como *Queermuseu – Cartografias da diferença na arte brasileira* em Porto Alegre (setembro de 2017), *Panorama da Arte Brasileira* do MAM de São Paulo (outubro de 2017), *Faça você mesmo sua capela sistina*, retrospectiva de Pedro Moraleida no Palácio das Artes de Belo Horizonte (outubro de 2017) ou ao projeto *Pixo/Grafite – realidades paralelas*, realizado pelo Instituto Goethe de Porto Alegre para discutir modalidades de *street art* (maio de 2018).

2. *O regime representativo das artes* – em que a poética clássica da representação instaurou uma relação de correspondência à distância entre palavra e pintura, dizível e visível. Esse regime se desenvolveu através de formas normativas que separam o representável do irrepresentável, distinguem gêneros artísticos em função do que é representado, distribuem princípios de verossimilhança e estabelecem uma visão hierárquica das ocupações sociais. Sua soberania parece insistir a cada vez que se coloca em questão a re-partição política dos meios da arte: quem pode e quem não pode participar de sua apropriação? É de certo modo o que aconteceu na estridente recusa, em um restaurante *Komys* de São Paulo, de uma das notas de reais atualmente profanadas com carimbos de *Lula Livre* e *Marielle Vive*, recusa que supõe a circulação de um *circuito ideológico* – tal como o que foi criado por Cildo Meireles no *Zero Cruzeiro* de 1974 – como um assunto exclusivo de artista e de museu. Por estranha ironia, o dinheiro profanado estava sendo usado naquele 8 de maio de 2018 por Ana Teixeira, artista contemporânea conhecida por *ações de rua* tais como *Outra identidade* (2003), *Escuto histórias de amor* (2005) e *Empresto meus olhos aos seus* (2008).

3. *O regime estético da Arte* – em que esta se faz herdeira da estética, constituída como um campo de saber que distingue um modo de ser sensível que é próprio aos objetos da arte: um sensível tornado estranho a si mesmo, sede de um pensamento heterogêneo que se tornou ele próprio estranho a si mesmo, marcando a identidade fundamental dos contrários ao transformar saber em não saber ou ao identificar intenção do inintencional^{cxviii}.

Pois bem, quando Rancière afinal chama nossa atenção para a reviravolta estética produzida na anterior lógica representativa – reviravolta pela qual o visível deixa de estar subsumido à palavra; o saber deixa de prevalecer sobre o não saber e se diluem as fronteiras entre ficção e verossimilhança, assim como entre palco e plateia –, explicita que o regime estético da Arte não apenas a desobriga de toda e qualquer regra específica mas também “implode a barreira mimética que distinguia as maneiras de fazer arte das outras maneiras de fazer e separava suas regras da ordem das ocupações sociais”, fundando “a identidade de suas formas com as formas pelas quais a vida se forma a si mesma”^{cxix}. Por isto ele situa a *partilha do sensível* no cerne da política, pensada como processo insurgente de autoformação da vida.

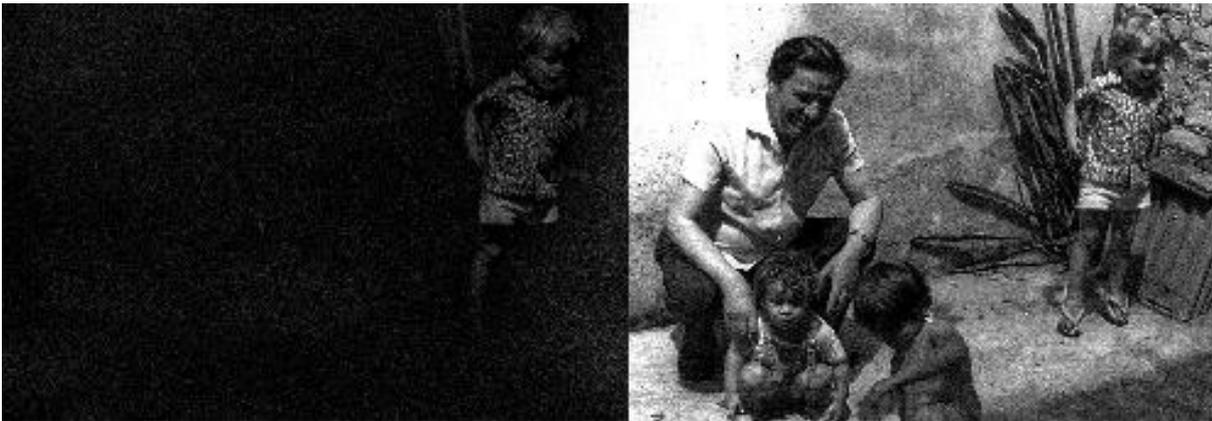
Tal possibilidade de intrincação entre formas de arte e configurações da experiência nos convida a rastrear o paradigma estético da psicanálise a fim de identificar formas sensíveis da imaginação que habitam nosso trabalho clínico na atualidade. Proponho pensá-las assim:

a. *Arte como legenda visual*: Corriqueiro acontecimento estético na clínica psicanalítica é aquele em que, ao escutar um analisante, nos ocorre livremente um verso, uma prosa, certa melodia, mas também uma foto ou pintura, trechos de um filme – feito a entrada em cena de um terceiro, cuja participação saudamos como ao chiste que desperta o sonho. E porque no regime estético da arte a imagem não se subsume à

palavra, posso cambiar à vontade os lugares que uma e outra assumem, encontrando por vezes *na visualidade (e não no texto), a legenda, o lugar de sentido das palavras*. Quero abordar nossa *transitoriedade* e, entre as ruínas do antigo moinho em que se instalou o projeto Arte/Cidade III (1997), encontro a “duna furada” de Laura Vinci: monte de areia a circundar um furo invisível no 3^a pavimento e a escorrer por ele para o piso inferior, num fio que compõe a figura de uma nova duna, calculando imprecisas durações. A duna faz legenda para a palavra^{cc}. Quero discutir a *insistência pulsional* e recordo o menino pequeno dizendo querer colocar o dedo dentro do olho de um outro; Buñuel rasgando nossos globos oculares em seu *Cão andaluz* figura uma possível realização sublimatória. Abro os olhos.

b. Arte como ficção psicanalítica: Para abordar a sublimação, Freud ficcionou seu Leonardo da Vinci a partir do estudo da biografia do artista, da leitura das anotações autobiográficas de Leonardo e da apreciação de sua vasta obra, na tentativa de entender *o realizado e o inacabado* de seu processo de criação. De modo diverso, em psicanálise contemporânea pode ocorrer que nosso movimento se dirija a um outro tempo, de busca pela partilha de *futuros possíveis*. Foi assim que a arte se emprestou aos nossos olhos clínicos quando nos coube investir esforços de representação frente à dor que a moça – entregue ao consumo de substâncias adictivas e à produção de marcas corporais – não podia representar. Primeiro, e emergencialmente, na leitura noite após noite dos capítulos da narrativa ficcional que ela passou a escrever: história de desfecho incerto para uma personagem em risco. Depois, a fim de pensar o caso, no trabalho visual de olhar a série *Espaços construídos*, de Nazareth Pacheco, na qual se repetem cortinas cujos fios entremeiam esferas de cristal e giletes cortantes... até que, obliquamente, localizamos, encontradas e criadas, certas passagens simbolizantes^{cci}.

c. Arte como exterioridade interior à psicanálise: Aprendo a olhar fotos que não vi. Elas remontariam dos lugares mais glaciais das casas daqueles que as trariam à penumbra do estúdio do analista, caso não estivessem congelados nas posições subjetivas que com elas herdaram. “Achei que você podia ver alguma coisa diferente nelas”, disse o homem que pensou em trazer as fotografias que tomara como prova de um inelutável destino de isolamento – destino anunciado, na infância, pela preferência em brincar do lado oposto ao que reunia seus irmãos no quintal. A imagem ressurgira do raro encontro familiar em que foi interpelado pelo sobrinho de 3 anos: “Por que você está com essa cara brava?” – perguntou o menino. O homem vê essa cara em suas fotos de criança, *bravo meio triste*. Eu o olho se vendo a si mesmo, recuo para a obscuridade, sobreponho mais uma camada de silêncio ao nosso redor e do fundo do escuro lhe digo: “Ô, minha mãe, olha com que cara você me deixou”. O homem sorri e o registro: *Clic*. Só depois aprendo a descrever o procedimento pelo qual o coletivo *Cia de Foto* (2003-2013) recriava fotos de arquivos – como do Arquivo Histórico Judaico Brasileiro, de onde fez ressurgir imagens de álbuns pessoais anônimos dos anos 1920 até os anos 1980 para a série *Retiro* (2011): olhar a foto, rastrear seu pontos de luz, agregar o escuro conquistado pelo apagamento do contexto da foto original. E naquele políptico encontro, entre outras 12 fotos esteticamente indeterminadas, pulsando feito um vagalume, uma visualidade possível para a foto que uma década antes escutei. É essa, é isso.



Da pulsação política das imagens-ressurgência

Inseridos na historicidade da clínica psicanalítica, consideramos, junto a outros autores, ampliar suas ferramentas contemporâneas através da interlocução com saberes que lhe são heterogêneos. Dentre estes, o pensamento da Arte permite atualizar o paradigma estético freudiano ao abrir nossos olhos à circulação dos afetos investida nas formas clínicas da legenda visual, nos rastros da ficção repartilhada e na identificação da exterioridade interior que a Arte mantém com a situação psicanalítica.

Foi deste modo que nos reencontramos, nesta escrita, com a pulsação da imagem da *nuvem de vagalumes*. Esses pequenos seres que piscam a fim de se procurarem foram invocados pelo cineasta Pier Paolo Pasolini (1922-1975) em sua releitura reversa de *A divina comédia*, de Dante Alighieri. O artista então se encontrava em 1941, sob as luzes discretas dos resistentes que continuavam a emitir seus sinais alternativos nos tempos muito sombrios ou muito iluminados do terror. Trinta e quatro anos depois Pasolini protestou contra o desaparecimento dessa luminosidade graciosa ao lamentar a situação midiático-político-econômica de seu tempo e antecipar que a cultura não é o que nos protege (e sim deve ser protegida) da barbárie, pois “ela é o próprio meio onde prosperam as formas inteligentes da nova barbárie”^{ccii}. Em minha interpretação, Pasolini inventou assim de entregar ao tempo futuro aquela imagem, que bem poderia ser a imagem da energia revolucionária própria aos excluídos do jogo político corrente.

Situado nesse futuro, Didi-Huberman recolheu a imagem da dança dos vagalumes a fim de abordar a dignidade civil de sua sobrevivência como imagem política: “intersticial, intermitente, nômade, situada no improvável – das aberturas, dos possíveis, dos lampejos, dos *apesar de tudo*”^{cciii}. Imagem de beleza modesta e siderante, imagem de levante próprio a crise e crítica. Imagem-ressurgência que por isso nos interessa, outra vez e agora. Porque essa iluminação movente, em sua manifestação desejante – bem comparada pelo historiador da arte à literatura de Kafka: *luz menor*^{cciv} –, ao dotar as coisas de valor coletivo, porta a graça fugidia que silenciosamente vem nos tocar. Em nossa psicanálise, inclusive.

Consultórios e clínicas de diferentes tipos são lugares na cidade, em cuja vida cuidam efetivamente de tomar parte a cada vez em que se situem à sombra do sombrio desses tempos em que nos coube amar e trabalhar.

Referências bibliográficas

- Agamben G. (2007). *Profanações*. São Paulo: Boitempo.
- Chaves E. (2015). Prefácio: O paradigma estético de Freud. In *Arte, literatura e os artistas, Obras Incompletas de Sigmund Freud*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Didi-Huberman G. (2011). *Sobrevivência dos vaga-lumes*. Belo Horizonte: ufmg.
- Fédida P. (1991). *Nome, figura e memória: a linguagem na situação psicanalítica*. São Paulo: Escuta.
- Furtado J.; Goulart J. P. (1986). *O dia em que Dorival encarou a guarda*. 14 min. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ymWajt06PNw>>.
- Gorz A. (2003). *Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica*. São Paulo: Annablume.
- Green A. (1986/2010). *O trabalho do negativo*. Porto Alegre: ArtMed.
- Lichtenstein J. (org.) (2004). *A teologia da imagem e o estatuto da pintura*. São Paulo: 34.
- Nogueira de Carvalho S. (2017). Entre a força e o sentido: arte e psicanálise diante da dor dos outros. *Percurso 58: Interfaces da clínica*. São Paulo, jun. 2017.
- _____. (2012). Dança à capela. In N. V. A Leite; J. G. Milan-Ramos; M. R. S. Moraes (orgs.). *De um discurso sem palavras*. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: fapesp.
- _____. Arte e psicanálise: a dor nos femininos. In J. G. Milán-Ramos; N. V. A. Leite. *entreAto: o poético e o analítico*. Campinas: Mercado de Letras, 2011.
- Rancière J. (2005). *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: exo experimental org.: 34.
- Ruas T. (1998). *O amor de Pedro por João*. São Paulo: Record.

Silences. On psychoanalysis, art and resistences

Abstract This paper is about the essencial presence of *lively silences* at the psychoanalytic situation which enable certain openings to the unconscious. It considers the diversity of symbolization processes at play by acknowledging *the Freudian aesthetic paradigm* up-to-dateness. And thinks a policy of connection of libidinal bonds between art forms and forms of the imagination that inhabit the contemporary psychoanalytic clinic.

Keywords lively silences; psychoanalytic clinic; aesthetics; politics.

Texto recebido: 03/2019

Aprovado: 05/2019

ENTREVISTA

Janine Puget

Uma experiência conceitual

Realização Ana Claudia Patitucci, Bela M. Sister, Célia Klouri, Cristina Parada Franch, Danielle Melanie Breyton, Deborah Joan Cardoso e Silvio Hotimsky.

Colaboração Lisette Weissmann.

*Janine Puget é médica e psicanalista argentina nascida na França; membro da Associação Psicanalítica Internacional e membro titular da Associação Psicanalítica de Buenos Aires (APdeBA), onde é também diretora do Departamento de casal e família. Integra atualmente o grupo de Direitos Humanos da IPA-FEPAL. É membro fundadora da Associação Argentina de Psicologia e Psicoterapia de Grupo (AAPPdeG) e participa dos Psicoanalistas Autoconvocados em Buenos Aires. Puget é autora de diversos livros, dentre os quais destacamos: *Lo Vincular: Teoría y clínica psicoanalítica* (1997), em coautoria com Isidoro Berenstein, e *Subjetivación discontinua y psicoanálisis. Incertidumbre y certezas* (2018).*

Como se percebe em seu engajamento institucional, Puget se dedica ao alargamento do campo da psicanálise para além do intrapsíquico. Em sua clínica, assim como em todo seu desenvolvimento teórico, se debruça sobre o tema da intersubjetividade nos casais, famílias e grupos, mas dedica especial atenção ao sujeito político e à subjetividade social no presente, subjetividade que se constitui sobre a areia movediça desses tempos que ela chama de ditadura econômica.

Entrevistar Janine Puget nesse momento complexo da política no Brasil, assim como na Argentina, nos pareceu bastante oportuno. Puget foi extremamente receptiva à nossa demanda de entrevista e, em breve troca de emails, ficou combinado que enviaríamos um roteiro de aproximadamente dez questões para o qual ela teria o prazo de um mês para nos enviar suas respostas.

Frente a seu pensamento instigante, procuramos formular um roteiro abrangente de questões visando a produzir uma panorâmica do alcance de seu trabalho e proporcionar ao leitor um recorrido da extensão e importância da obra dessa autora, pouco traduzida para o português e insuficientemente acessível em nosso país, que segue, em alguma medida, resistente ao trabalho com grupos.

Assim que enviamos as questões, Puget reagiu expressando seu espanto com aquilo que lhe pareceu excessivo... teria que escrever outro livro, ou trabalhar regularmente conosco por um longo período para fazer frente ao nosso roteiro. Seguiu-se então uma nova troca de mensagens e explicações de parte a parte, tentando acertar o passo de nosso encontro; afinal, tínhamos nos dedicado de fato ao trabalho e estávamos bastante interessados nesse intercâmbio. Talvez um pouco afobados na leitura de Puget, que também se mostrava disposta a dialogar, embora algo descompassada com a nossa proposta inicial.

Acabamos encontrando um novo formato: duas horas de conversa por Skype, no final do dia de uma sexta-feira.

Tínhamos alguns dias para nos preparar para o encontro. Curiosamente éramos inexperientes no campo da conference call e neste quesito contamos com o valioso auxílio de James Wilkinson, que preparou o nosso salão, emprestando seu escritório com todos os recursos para que pudéssemos receber Puget em uma grande tela, com boa conexão para que nos víssemos e nos escutássemos bem.

Convidamos também para estar conosco a colega do Departamento Lisette Weissmann, que foi de fundamental ajuda, não apenas pelo seu domínio do espanhol e por conhecer pessoalmente nossa entrevistada, mas principalmente pela delicada e carinhosa presença, com a qual participou ativamente na composição do encontro e na revisão final da tradução.

Janine Puget chegou pontualmente ao encontro marcado, os lábios pintados, colar de pérolas, um belo xale nos ombros... quase podíamos adivinhar o aroma cítrico de seu perfume. Cristina Franch, que nos representava na direção da entrevista, ensaiou os primeiros passos: “Sou Cristina Franch, vamos nos apresentar...”, ao que Puget interrompe imediatamente: “Não. Vamos fazer como costumo fazer. Não vamos nos apresentar com os nomes, vamos nos apresentar com as nossas ideias... Eu sei que você se chama Cristina. Sei que a Lisette se chama Lisette. Mas para o trabalho que temos de fazer não é tão importante que você se chame Cristina, não é mesmo?”.

Um tanto desconcertados, entendemos que ela nos convidava a uma presença e participação mais espontânea e criativa. Troçamos um tanto, demoramos algum tempo para deixar de lado os livros que trazíamos debaixo dos braços e o roteiro que tínhamos nas mãos, até conseguirmos embalar em uma interessante experiência: “a aventura em que se meteram”, como formulou Puget.

“Haverá um efeito surpresa em cada encontro que não passa pelo que se supõe que o outro é, mas pelo que acontece quando estão juntos...”.

Assim foi para nós – uma experiência conceitual – e esperamos que, na edição que propomos, possa ser também para o leitor uma chamada à reflexão.

Danielle Melanie Breyton

PERCURSO Estamos aqui em grupo e, para começar, pensamos em nos apresentar.

JANINE PUGET Sim, podemos nos apresentar. Mas, como eu costumo fazer, não vamos nos apresentar com os nomes. Para o trabalho que temos que fazer não preciso saber o nome de vocês. O importante é nos apresentarmos com nossas ideias, ou seja, conversar, nos escutar e ver o que construímos juntos.

Agradeço o trabalho que tiveram e o interesse que as minhas ideias despertaram em vocês. Quando me mandaram as questões, fiquei surpresa com a leitura profunda que fizeram e com a capacidade de síntese.

Vou contar como li o que me enviaram. Acho que as questões se apresentam em três grandes capítulos. O primeiro diz respeito à história das minhas ideias, como fiz essa construção teórica incluindo meu trajeto pessoal. A história das ideias é um capítulo importante. Outro capítulo é composto por algumas definições conceituais, que, por mais que tenham lido meus livros, dá para perceber que alguma coisa não falou com vocês, algo falhou e me parece que, com isso, podemos trabalhar. O terceiro capítulo

teria a ver com o presente, sobretudo ligado à *subjetividade social*. Este, se a gente quiser, pode demorar um ano!

PERCURSO Teríamos muito prazer.

PUGET E nós temos duas horas para que eu lhes conte minha vida, esclareça todos os conceitos, e, além disso, lhes diga o que penso da situação política atual na Argentina, no Brasil, ou em qualquer outro lugar, dentro de um marco conceitual que inclua a *subjetividade social* e a política. Digamos que me encontrei com uma tarefa nada fácil. É um desafio. Por um lado, demonstra o interesse da parte de vocês, mas, de outro, algo se excede. E temos que saber jogar fora esse excesso.

Digo que não é o que falta, e sim o que excede. Esses são conceitos importantes para mim. Mas o que excede, às vezes, não dá para ser hospedado, não dá para ser alojado. O excesso é necessário, mas em uma quantidade certa.

Então, pensei no que fazer com o excesso que me propuseram e que tem a ver com o contato com as ideias. Posso contar um pouco sobre meu percurso. Alguns momentos-chave para mim, por exemplo, quando colegas psicanalistas começaram a diferenciar meu trabalho com a psicanálise *vincular* da psicanálise individual. Isso foi um ponto de partida.

E, depois, eu gostaria de dialogar, que vocês comentem o que pensaram sobre o que leram. Que armemos alguma coisa juntos.

PERCURSO Então, podemos começar pela sua formação e pelo seu trabalho com o *vincular*.

PUGET Comecei a minha formação psicanalítica como candidata à Associação Psicanalítica Argentina (APA), e, simultaneamente, criei e formei a Associação de Psicoterapia em Grupo (AAPPdeG). Sempre trabalhei com a psicanálise individual e com grupos terapêuticos. Desde o começo, o trabalho com grupos me impactou muito. A primeira coisa que me chamou a atenção é que, se entrevistava uma pessoa sozinha, conhecia um sujeito de uma forma. Mas quando essa mesma pessoa entrava em um grupo, eu não a reconhecia. Não se comportava do mesmo jeito, nem me parecia a mesma pessoa. Então, comecei a questionar o que estaria acontecendo. Era a mesma pessoa da entrevista e depois não a conheço quando está em grupo? Como é que a subjetividade se constitui quando se está em grupo? Não se trata de uma definição identitária, e sim o que vai se construindo em cada situação. O identitário, em cada um, não é tão importante quanto o situacional que vai acontecendo de acordo com quem está e assim vai se fazendo o vínculo. Cada um vai se fazendo, se tornando, em cada situação que vive.

Esse entendimento faço hoje, retrospectivamente. Penso que foi o início de todas essas complicações nas quais me meti, mas que considero muito importantes. Para conhecer alguém, deve-se saber que cada situação cria uma personagem nova. Não somos os mesmos, eu aqui hoje, eu na instituição ou vocês nas suas casas. Hoje, aqui, estamos nessa aventura em que nos metemos.

Assim, pouco a pouco, fui dando importância às situações e considerando que alguns conceitos importantes para a psicanálise tinham entrado em crise. Não que eu os tenha abandonado, mas começaram a não ocupar o mesmo lugar privilegiado que tinham antes.

PERCURSO E quais seriam esses conceitos?

PUGET Aquilo que chamo de crise da representação seria um deles. Isso, hoje em dia, não é nenhuma novidade. Há vários filósofos e psicanalistas que falam da crise da representação. Quando esse conceito entra em crise, um pilar muito importante da psicanálise desaba. Freud, Melanie Klein e outros autores sempre se referiram a esse conceito. E ele continua sendo importante e útil, mas eu e Isidoro Berenstein introduzimos o conceito de *presentação*^{ccv}.

Resumidamente, representar é apresentar algo que já esteve antes e que se reapresenta. Não se reapresenta na versão original e sim sob um disfarce, outra roupa, outra forma. Por isso, sempre fala de um antes, que não tem origem no momento. Se reproduz o que é o passado, o passado que volta. Na psicanálise, o que se pontua são os conteúdos que aparecem e que têm a ver com a infância, com alguma coisa que já aconteceu e que se manifesta de diferentes formas.

É possível ter várias definições de representação. Estou dizendo tudo isso, para contar para vocês quais as paredes do meu corpo teórico que foram caindo durante meu percurso, para dar lugar a outro modelo. A mudança de modelo do conceito de representação para *presentação* tem a ver com a ideia de que um vínculo tem um componente que sempre perturba, descoloca, inquieta e, ao mesmo tempo, é o que lhe dá vida, pois tem algo de novo. As pessoas podem verdadeiramente se conhecer no contato com os outros, ao se escutarem quando estão juntos. Em cada encontro, há um efeito surpresa, que não passa pelo que se supõe que o outro é, senão pelo que acontece quando estão juntos. Por isso, eu poderia querer saber o nome de cada um de vocês, óbvio que gostaria de conhecê-los, mas não é o que vai acrescentar algo de importante no que estamos fazendo agora. É meramente formal. É um dado identitário. Mas o que eu faço com isso no momento do encontro? O que acrescenta à situação na qual estamos neste momento?

Então, como estabeleço um diálogo com vocês a partir de alguma coisa que lhes interessou? Eu lhes digo como os escutei. Vocês também vão me dizer como me escutaram, pois vieram com uma expectativa de que eu dissesse algumas coisas. E certamente não vou dizer o que esperam, porque isso é impossível. Vocês podem querer saber sobre um conceito. Mas a definição está no livro. O que temos que ver juntos é o efeito, em vocês, do que lhes digo. Então, o que tem que se levar em conta quando se pensa em um vínculo é justamente o que está acontecendo no momento do encontro. Se tenho a possibilidade, descarto o *ajeno*^{ccvi} do outro, aquilo que não coincide com o que penso. Ou tento fazer coincidir aquilo que o outro pensa com o que eu penso. Um exemplo disso é o que lhes digo sobre vínculo. Vocês podem dizer: “Mas já foi dito por Bion!”. Não, porque o que estou dizendo Bion não disse. A definição que estou dando é de outro marco teórico. Não é nem parecido.

É muito comum, nas conversas entre as pessoas, se escutar um pouco do que o outro diz, mas o que realmente é dito excede a quem escuta. Para dar conta desse excesso, há a tendência em reduzir o que não coincide a algo semelhante. Alguém diz: “Está doendo o meu estômago”. E o outro responde: “É mesmo? O meu também está doendo”. Quem iniciou a conversa tenta falar sobre a sua dor de estômago, e o outro, ao dizer que seu estômago também dói, acha que pode tranquilizá-lo. Mas isso não ocorre, pois o pedido é de escuta de sua dor e, às vezes, quem supostamente escuta não tem lugar para alojar

essa dor, pois para isso teria que se deslocar de si. Um lugar teria que ser criado. Assim como, em uma casa, se abre espaço para um móvel novo.

A cada vez que você se conecta e se relaciona com o outro, aparece mais desconhecimento que conhecimento. Quando descobre que o outro não é o que você pensou que fosse, que não pensa do seu jeito, que pensa a partir do seu próprio eu, algo novo é possível de se escutar, que não é como eu me penso, e sim como o outro me pensa. Dar lugar para como o outro me pensa, me dá vontade de dizer para ele: “Não, eu não sou como você está dizendo”. Mas o outro me diz: “Para mim você é assim”. “Não, mas você não me escutou bem”. “Escutei bem, sim. Mas quando eu o incorporo, o incorporo assim”. Ou seja, acho que parte das nossas dificuldades de nos vincular, também como psicanalistas, é a de dar lugar à surpresa, dar lugar a que a vida não é como a pensamos. E que, se não é como pensamos, se não sabemos com o que podemos contar, não dá para fazer previsões. Não dá para fazer projetos para amanhã.

PERCURSO Isso se relaciona com sua ideia de que o “analista é também um outro”?

PUGET Sim. Com o analista acontece a mesma coisa que acontece na vida de cada um, com o parceiro, com os amigos. Estamos sempre manejando com dois corpos teóricos em um mesmo dispositivo. O que inclui ver nas análises, por exemplo, o que chamamos de transferência e contratransferência e também a relação *vincular* entre dois outros. O analista não é apenas depositário das identificações e projeções de seu analisando. Ele é outro sujeito. Um outro que o paciente não conhece e que diz coisas que o descolocam.

Não se trata de dar explicações aos pacientes do que lhes está acontecendo, seguindo uma determinada teoria, e sim procurar criar espaços que gerem pensamentos. Como se faz para gerar pensamento entre dois outros? O analista não vai contar sua vida para ele. Vai falar de suas opiniões. E sobre o que opina? A respeito do que diz o paciente, o outro. Mas tentando também ser escutado pelo paciente. E o que escuta? Eu, por exemplo, lhes pedi que falassem, não que fizessem uma pergunta, porque se é pergunta vou dar uma definição e não será uma conversa. Eu gostaria de gerar mais uma conversa do que uma pergunta. Mas, eu não sei se isso vai servir para vocês.

PERCURSO Como seria, em uma sessão analítica, a distinção entre o que é da ordem da *apresentação* e o que é da ordem da *representação*? Qual o manejo clínico de cada uma delas?

PUGET Bom, se eu der, suponhamos, uma forma de diálogo a isto que você está me propondo, você teria que me dizer como você entende. Não como eu entendo. Se você me faz perguntas eu respondo, fico dotada de certo saber. Vou te dizer o que já está nos meus livros. O livro é um interlocutor que não incomoda. E eu, em compensação, te diria: “Diga você, se surge algum exemplo. Daí posso te dizer como eu o vejo”. Então, isso que está me dizendo me coloca em um lugar em que não quero estar, que é o da possuidora do conhecimento. Gosto de escrever, mas quando estou em presença, como estamos neste momento, eu quero algo diferente. Quero que me digam o que leram do que escrevi, o que viram. A partir disto, podemos conversar sobre o que é *apresentação* e o que é interpretar uma *representação*. Vamos fazer isso em presença, aqui, agora.

PERCURSO Por exemplo, uma paciente chega ao meu consultório com muita dor no pescoço. Ela costuma se sentar em frente a mim e nesse dia me diz: “Posso deitar?” Digo

que sim. Ela se deita. “Você tem uma bolinha para pôr no pescoço?”. Dou uma bolinha para ela. “Mas dói muito, muito, continua doendo”. Começamos a conversar sobre um desafio profissional sobre o qual tinha falado em uma sessão anterior. Então me pergunta: “Se incomoda se eu deitar no chão?”. Se deita no chão com a bolinha. E na conversa que se segue, está muito ligada a questões religiosas. Espiritismo. Me pergunta se acredito em histórias de vidas passadas e se essas poderiam determinar como ela funciona hoje. Digo que acredito que as histórias se transmitem pelas gerações. Me coloquei com uma posição em que acredito. Nessa situação, houve uma *apresentação*?

PUGET Está muito bem. Um caminho a seguir seria o da representação, em que buscaríamos compreender o que este sintoma da dor no pescoço representa, se tem a ver com as muitas coisas que ela tem por fazer, se é porque está muito tensa e etc. Por que não? Essa seria a metáfora da representação. Então, ela te propõe uma coisa que não é habitual, que é pedir que você lhe dê uma bolinha, se deita no chão e te pergunta se você acredita. Aí eu poderia lhe dizer: “Não sei se acredito. Não temos nenhuma razão para acreditar na mesma coisa”. Diria: “Porque eu, aqui, sou psicanalista, e você sabe algo de espiritismo. O que acrescenta se eu pensar do mesmo modo que você? Podemos ver, digamos, entre nós duas, aonde nos levaria pensar algumas coisas religiosas; e como podemos pensar, entre as duas, algumas outras ideias”. Acho que ela está buscando uma identificação. Se você pensa o mesmo que ela, vai ser bom. E se não for assim, ela vai te explicar por que você tem que pensar a mesma coisa que ela. Dizer não, aí, pode mostrar que você é uma outra pessoa. Que você é psicanalista e tem suas próprias ideias. Como ela já sabe, porque é sua paciente. Sabe que você pensa e diz algumas coisas dentro de outro marco conceitual. Então, só assim poderão ver o que vocês duas fazem. “Você com seus assuntos e eu com os meus”. Isso seria uma intervenção. Uma intervenção não a partir do transferencial, mas do que chamo de *interferência*. O que ela te diz interfere e o que você lhe disser vai interferir no que ela imagina que você teria de fazer. Porque ela quer reduzir o seu *ajeno*, o seu outro, o outro da sua alteridade à semelhança. Você não quer que te reduza à semelhança. Você quer que possam fazer algo juntas, a partir das diferenças de vocês. Entende?

PERCURSO Sim. Então, na presença, o importante seria que as diferenças aparecessem, marcando a discriminação entre o paciente e o outro, analista. A *apresentação* serviria a esta discriminação?

PUGET Exatamente. Se não se sustenta a diferença, não tem efeito. Existe uma tendência dos seres humanos a reduzir as diferenças, ou a transformá-las em diferenças binárias, que se complementam. “Isso me faz falta, você o tem, você me dá e já fico completo”. Mas sustentar a diferença não vai levar à semelhança. Não vai reduzi-la, senão o contrário. Quanto mais nos conectamos, mais a diferença vai existir. Foi o que aconteceu com a leitura que vocês fizeram, por exemplo. Quanto mais se conectaram, mais conflito vocês tiveram. Em uma leitura muito rápida, está tudo bem. Mas quando se aprofundaram, as perguntas surgiram: “E isto o que é? Onde coloco? O que quer dizer?”. Quanto mais alguém se conecta com o outro, faz um vínculo, mais aumentam as diferenças. E aí, gosto muito de usar o conceito de Derrida, que fala de di-ferir, de *différance*, em francês, em que, à medida que um se conecta, mais se difere do outro. Quanto mais se afasta, mais produção existe. Esse é um conceito muito difícil, porque nós estamos acostumados, desde que começamos a ler Freud, a pensar o contrário: que

quanto mais se conhece mais se complementa. E eu estou dizendo que quanto mais se conhece mais se afasta.

PERCURSO Os conflitos se colocam pela diferença.

PUGET Mais conflitos se colocam. Na vida cotidiana de uma família sempre há conflito. Um conflito permanente, porque nunca tudo coincide. Essa é a vida da família. Se tudo coincidir, seria como essas famílias endogâmicas, nas quais não entra ninguém e todos seguem o mesmo. É um cemitério, é como a morte. O conflito é vida. Mas, que não cheguem a fazer a guerra, não é?

PERCURSO A senhora fala sobre a *impresença*. Poderíamos pensar que, quando a diferença se coloca, algo da *impresença* pode surgir? Na distância da diferença, aquilo que não foi representado poderia surgir com muita força?

PUGET Esse é um problema, porque o conceito de *impresença* é difícil de captar. A *impresença* não é nem presença nem ausência. É algo que não se pode definir com conceitos claros, mas que sustenta o efeito de presença. A *impresença* é aquela que produz efeitos. Pode-se dizer que a relação entre dois ou mais leva à criação da *imanência*, que também é um conceito inefável, digamos. Estas produzem fundamentos, a partir dos quais surgem novas ideias. Descobre-se um mundo muito mais amplo do que aquele que existia. Esse mundo amplo que se descobre é infinito e produz angústia. Pode produzir também apaixonamento, felicidade, inquietação. Então, às vezes, se trata de reduzir esses efeitos de presença a algo que possa ser enquadrado dentro de um marco que o contenha. Quando, na realidade, o efeito de presença abre infinitos caminhos que perturbam e ao mesmo tempo enriquecem.

PERCURSO A senhora está se referindo também ao enquadre, que estabelece um limite na sessão de análise?

PUGET Bom, o que aconteceu é que, em um dado momento, se deu um deslize na revolução das ideias sobre o famoso enquadre, do qual tanta gente falou. Bleger, na Argentina, e tantos outros. O enquadre foi muito usado dentro de uma concepção estrutural das relações, que tem estrutura de margens fixas e, se essas margens se movem, se imaginam certas coisas e outras não. Se o paciente chega tarde, então ataca o enquadre, etc. Isso para mim já não tem muita vigência. Não é que não exista. Também existe. Mas dou muito mais importância a que não existam margens, que não existam enquadres. Existem algumas comodidades práticas. Para se encontrar é necessário fixar um horário, por exemplo. É uma condição prática. Aqui, também tivemos que organizar alguma coisa para poder conversar, mas não é o importante, é o necessário, a condição mínima para a gente se encontrar. O importante é o que fazemos juntos e não se respeitamos as paredes.

Falo de um espaço aberto, em permanente movimento, que não tem margens fixas e que tem o que Deleuze chama de *linha de fuga*. Agora, se um paciente faz permanentemente o que se costuma chamar de “ataque ao enquadre”, ou seja, não vem, nunca se desculpa, trata mal, etc., aí você pode chegar a algo.

Mas isso não é o mais importante, o mais interessante. Quando Bleger falou do ataque ao enquadre, ele pensava que no enquadre se depositam aspectos psicóticos da personalidade. Mas isso não é o essencial de uma relação analítica. Os pacientes

preferem que você fale com eles do ataque ao enquadre ou do que implica o enquadre, a deixá-los com um analista que queira conversar com eles, pensar com eles. Às vezes dizem: “Eu não vim para isso. Eu vim para que me explique. Eu vim para não sofrer mais, para que me diga por que tenho angústia. Para que me diga coisas assim, muito concretas”. Às vezes posso dizer. Não é que tudo isso não vale mais. Mas ao não ser central, ocupa outro lugar.

PERCURSO É um modo diferente de trabalhar o enquadre.

PUGET Claro. Mas eu não estou mais preocupada com o enquadre. Estou preocupada com a dificuldade de fazermos alguma coisa juntos, em que eu não seja apenas um depositário de transferências e de identificações primárias, o que também posso ser. Mas sabendo escolher quando, sei lá, casualmente. O mais urgente é aprender a se relacionar e poder ver como se constroem opiniões, porque o analista está sempre opinando. Está possuído de um conhecimento que lhe permite saber como é o Édipo do paciente, tem ferramentas como as de conversar e ter opiniões. Agora, existem certas opiniões que os pacientes aceitam revisar, por exemplo, se o paciente diz algo sobre seu pai ou sobre sua mãe, você pode perguntar como ele chegou a essa ideia, isto é, como formou essa opinião. Mas com o âmbito político não se dá a mesma coisa.

PERCURSO Com o âmbito político não se dá da mesma forma?

PUGET Não, não é o mesmo porque os pacientes não aceitam discutir opiniões. Não sei os de vocês, mas os meus não aceitam. Não se questionam. Sabem como é, é a verdade. Se perguntamos como lhes ocorreu essa ideia, dizem que todo mundo sabe. Então, aí, são certezas, e desfazer uma certeza ou questionar uma certeza não é fácil. Estou tentando incluir um pouco do meu último livro sobre a *subjetividade social* nisto que estamos falando. Então, gostaria de perguntar se vocês estão vivendo um período muito especial no Brasil.

PERCURSO Muito especial. Muito difícil.

PUGET Nós aqui também. É muito complicado, eu sei. É possível que não se fale disso nas sessões?

PERCURSO Depende do paciente. Alguns pacientes absolutamente não falam disso nas sessões. E outros falam muito e veementemente, nos deixando, algumas vezes, em posições muito difíceis. Por exemplo, uma paciente que, na primeira sessão da segunda-feira, logo após a confirmação da eleição do atual presidente, chega ao consultório dizendo: “Ganhamos!”. Ela estava muito feliz e sabia que eu tinha posições diferentes das dela. Foi difícil para mim, porque estava verdadeiramente triste com a eleição deste presidente. A situação foi muito indigesta.

PUGET Gostaria de saber dos outros também.

PERCURSO Penso que é um momento em que está muito difícil de sustentar a diferença. Os conflitos estão colocados, e as diferenças quando aparecem são violentas, geram um embate muito grande. E os consultórios também sofrem com esse problema.

PUGET Com os outros que estão aqui, hoje, também acontece a mesma coisa?

PERCURSO Sim, penso que não eram só os pacientes que traziam essa questão, mas nós mesmos, entre o primeiro e o segundo turno dessa eleição, estávamos muito indignados. Entre uma sessão e outra, íamos ver as notícias. Isso interferia no nosso estado de ânimo e na nossa escuta. O paciente trazendo explicitamente ou não, já estávamos tomados pela indignação com a possibilidade de esse presidente ganhar.

PUGET Não acreditavam que os outros votassem nele?

PERCURSO Não acreditávamos que votassem nele. Não acreditávamos que ele pudesse ganhar. Estávamos indignados e, durante três semanas, esse sentimento foi muito intenso. E isso interfere.

PERCURSO Sobre a sua pergunta, se era possível não falar disso nesse período. Eu, pelo menos, trabalhei falando disso. Precisava falar para poder escutar o paciente, onde ele estivesse. O impacto desse período em mim me fez ter a necessidade de pontuar alguma coisa do que estava acontecendo. Dizer: “Eu estou vivendo no mesmo mundo que você. Também estou inquieta com os acontecimentos”. Nesse momento, era impossível não falar sobre o que vivíamos.

PERCURSO Mas, quando a tua opinião era a mesma que a do paciente, talvez fosse mais fácil compartilhar o mundo. Quando o paciente votava nesse candidato, não que não fosse possível, mas era mais difícil esse compartilhamento.

PERCURSO Eu não sentia a necessidade de dizer em quem eu votaria. Mas dizer: “São tempos difíceis. As coisas estão muito agudas.”

PUGET Isso que a colega disse agora há pouco. O exemplo em que a paciente chega feliz, contente porque ganhou. Nesse momento, o que você disse para ela?

PERCURSO Disse que era um momento de muita polarização e que me entristecia muito ver a população tão dividida, tão cindida. Naquele momento, foi o que consegui dizer.

PUGET É uma linda intervenção, porque você não aceita tal e qual, mas diz para ela onde te leva. Que, para você, leva à tristeza. E essa senhora estava muito contente. Você poderia lhe dizer: “Bom, não pensamos o mesmo, e eu não fico contente com isso”. Mas são situações difíceis de abordar e não é todo paciente que aceita. Eu tive uma experiência parecida. Disse: “Bom, claro, você está em outra. Você é do contra, não é?”. Ele me olhou com desprezo: “Já sei o que você quer. Já sei pelo que se interessa”. E é verdade que ainda não tinha encontrado a forma de dizer, por exemplo: “Podemos ter opiniões diferentes, mas podemos pensar em como formamos nossas opiniões”. Mas não aceitam. Pensam primeiro em si. Está evidente o que está acontecendo, não é nem bom nem mau, não interessa se é de um lado ou de outro. É um grande desafio, porque não estamos acostumados a falar disso, de opiniões ligadas à *subjetividade social*. Porque aí existem valores em jogo, e eu posso valorizar que exista uma fábrica, um prédio maravilhoso para os muitos ricos, e o outro pode valorizar que existam pessoas que não têm o que comer. E podem me dizer: “Essas pessoas não trabalham. Não querem trabalhar!”. Aí já existe uma cisão. Não é fácil discutir sobre isso. “Você pensa isso, temos valores e eles formam a *subjetividade social* de cada um”. E é assim. São questões de valores. Alguns podem pensar que todo mundo tem que comer porque assim vão ter

sucesso no futuro. E outros podem achar que não... existem muitas formas. Acho que é o terreno mais árduo que temos neste momento, trocar ideias, escutar o outro sem entrar em um campo de batalha.

PERCURSO Comigo aconteceu uma situação difícil no atendimento de uma família, há uns quatro ou cinco anos. Eu estava fazendo um trabalho com refugiados que vinham da Venezuela e chegou uma família com mãe, pai e um garoto que tinha uns oito anos. Eles começaram a contar como saíram da Venezuela, como vieram para cá, e que, graças ao Brasil, que lhes deu trabalho, estão aqui. Contaram que são de partidos diferentes, o filho apoia Chávez e eles são contra Chávez. Sempre que participavam de manifestações contra Chávez, o filho gritava: “Vamos, Chávez!”. O filho fazia desenhos e dizia: “Chávez não vai embora, Chávez não vai embora”. Em um determinado momento, o menino saiu correndo do consultório, e eu fui atrás dele. Quando o alcancei, ele me olhou e perguntou: “De que lado você está?”. Voltamos para o consultório e contei aos pais o que acontecera, e eles explicam para o filho: “Olha, aqui estamos em outro país. Ela é uma psicóloga...”. E começaram a falar de como foi difícil, do medo que o filho tinha e que ele não falava mais espanhol, só português, era o tradutor dos pais, ele achava que tinha que se comportar bem e tinha muito medo de ser expulso daqui também.

PUGET Uma adaptação forçada, não é mesmo?

PERCURSO Totalmente.

PUGET Diria que esse trabalho é infinito. Como podemos trabalhar para esclarecer as diferenças? Porque sempre há uma permanente necessidade de organizá-las, ou em forma de guerra, matando uns aos outros, ou anulando-as. Esse garoto diz: “Eu quero saber quem você é”. É importante sustentar essa situação em que possamos estar juntos, sem que o garoto tenha que começar a falar português maravilhosamente, porque ele continua sendo venezuelano. Aí se poderia dizer mais ou menos assim: “Conversem entre vocês sobre em que se baseiam suas opiniões para apoiar um ou outro governante”.

Por vezes, quando eu insisto um pouco em conversar sobre questões políticas, o paciente pode me dizer: “Olha, eu não vim aqui para isso, porque isso eu não posso mudar. Eu venho pelo que posso mudar”. E digo: “Bom, não é bem assim. Podemos não mudar a realidade, a realidade que se vê todos os dias. Mas temos que fazer alguma coisa, porque ela se impõe a nós”. “É, não... mas isso depende da minha infância...”. Eu digo: “Não. Não depende da sua infância.” Não dou uma aula, mas digo alguma coisa sobre como temos que fazer algo com aquilo de que não gostamos, que se nos impõe, que produz efeitos e vai nos modificando, apesar de nós. Não somos as mesmas pessoas se saímos de manhã da nossa casa e vemos pessoas dormindo na rua. Suponho que no Brasil também há gente dormindo na rua. Vamos a um restaurante e pagamos caro, como ficamos com isso? É como se nada tivesse acontecido? Não pode ser! O dormir na rua e o restaurante caro existem. E não é porque não posso mudar isso que não devemos falar nada! O que conseguimos ao não falar é que os pacientes se fecham em seu mundo interno. E se alguma coisa os afeta, imaginam que é pela ativação de um mundo interno infantil ou de pulsões negativas. Se for assim, se o mendigo que está na rua se refere à pobreza afetiva do paciente, tudo bem. Mas se não se referir a isso, mas ao homem com

fome, à família com fome, a algo que existe e que não é a minha fome? Como faço para ser modificado por esses estímulos sem enlouquecer? Como aceitar que alguma coisa acontece comigo por causa do que está acontecendo, e que eu não posso mudar? Não consigo dar de comer às famílias que estão dormindo nas ruas. O governo deveria se ocupar disso. Aqui temos um conflito entre o social e a política atual. Mas o social está mais além da política, que hoje em dia vocês podem não gostar, e eu também não.

Convém saber o que implica ser sujeito social. Não é ser sujeito de um vínculo entre dois ou mais outros ou ser sujeito de uma instituição. É ser sujeito de um país, de um espaço em que vamos nos constituindo como sujeitos, e que não coincide com o que nós queremos ser. O que nos obriga a certo sentimento de responsabilidade cidadã, pois somos todos responsáveis, não acusatoriamente. Se não podemos jogar o lixo na rua, porque somos responsáveis pela limpeza da cidade, não podemos aceitar qualquer coisa que os jornais nos dizem e adaptar-nos. Nós não podemos ser conformistas. Temos que ter energia vital para habitar os espaços sociais de uma forma que não nos impeça de crescer e de pensar, que nossas capacidades vitais não se atrofiem e que nos permitam, a cada um de nós, construir uma forma própria de ocupar o espaço social.

PERCURSO Como a senhora pensa a questão da *subjetividade social*? Trata-se da relação do indivíduo com o social ou existe uma *subjetividade social* como algo que é comum a todos?

PUGET Eu não empregaria a palavra comum. Poderíamos dizer que o espaço social é um conjunto de moléculas, de pequenas partículas de estímulos que vão e vêm no ar, e que não podemos sintetizar, mas que afeta a cada um de nós. De formas diferentes, mas nos afeta. Um autor francês, Didi-Huberman, escreveu um livro sobre a luz dos vaga-lumes, que acende e apaga. Eu tomo isso como metáfora do que estou falando. Estamos o tempo todo expostos a luzes que acendem e apagam, que não dependem de nós, mas que nos modificam. E, na modificação, vamos adotando valores que vão se transformando nos valores de hoje em dia. Os jovens, atualmente, falam de uma forma diferente das outras gerações, porque estão impactados e subjetivados pelos efeitos dessas luzes que os fazem pertencer a um grupo de uma determinada maneira. Acham que, com uma fala bem empregada, pertencem.

Isso é o que não devemos fazer com nossos pacientes. Não devemos doutriná-los para que usem a nossa linguagem. Mas, às vezes, suponho que no Brasil também, é possível reconhecer com quem um paciente se analisa pelo idioma que ele fala. E isso é grave! O nosso trabalho é questionar. Questionar-nos e questionar como se escolhe e como se pensa. E também aceitar que somos influenciáveis, porque somos todos influenciáveis. De repente, escutamos uma pessoa que diz algo que nos agrada e saímos contentes, e se um outro diz algo de que não gostamos, ficamos bravos. Aparentemente nada aconteceu, mas nos acontece o que chamo de “efeito de poluição”.

PERCURSO O que seria o “efeito de poluição”?

PUGET O mundo está cada vez mais poluído por causa das “conquistas”: das fábricas, dos plásticos, da internet, de tudo isso. O ar está cada vez mais poluído. Ao circularmos pelo mundo, temos que lutar contra a poluição que nos invade ou contra a multiplicidade de ideias quando esta começa a se tornar inaceitável. Aí temos que escolher e aceitar que estamos permanentemente escolhendo dentro da multiplicidade. Vivemos em um

mundo de multiplicidade, e como nenhuma mente pode receber toda a multiplicidade de efeitos, vai se selecionando o que pode. Se não processamos esses efeitos, não quer dizer que não estejam sendo selecionados. Não existe nada mais instável que a *subjetividade social*. Por exemplo, as definições de esquerda e de direita, no âmbito político. Poderíamos nos sentir tranquilos por estarmos identificados com um determinado grupo mas, dentro desse mesmo grupo, todo mundo briga. Nos grupos de esquerda, todos brigam. Isso acontece no Brasil, na França, na Argentina... Temos que aceitar que é muito difícil sustentar uma discussão ou um encontro quando já se supõe que as posições são irreconciliáveis e que não é possível aprender. E acho que o nosso trabalho não é fazer com que os pacientes se reconciliem e sim que aprendam a lidar com a multiplicidade e com os diferentes.

PERCURSO Essa poluição tem a ver com o que excede, com o que não se pode aceitar?

PUGET Não se pode aceitar, mas nos afeta.

PERCURSO O que vivemos atualmente não parece ser a *diferença radical* proposta pela senhora, que parece ser algo positivo, mas uma diferença extremista, o extremismo nessa poluição. No Brasil, por exemplo, há grupos que defendem a tortura, a liberação das armas.

PUGET A tortura é a máxima objetalização do sujeito, que anula a diferença. Tira dele tudo o que tem a ver com sua subjetividade pessoal e o reduz a uma condição de objeto. A *diferença radical* é um conceito que define o que é um vínculo. E, insisto, a diferença é o que se tenta diminuir, quando o vital seria que aumentasse e ganhasse mais lugar. Mas, o mau manejo da *diferença radical* a transforma em binarismo: branco ou preto. O difícil é justamente sustentar o heterogêneo, o irreconciliável, a abertura de caminhos que não se sabe quais serão. E, aparentemente, os que votam em pessoas como Bolsonaro, em um ditador, em qualquer país, buscam e acreditam que haverá ordem. Odeiam a desordem, mas a nossa vida é desordenada. Não sei se no Brasil acontece a mesma coisa, mas aqui os taxistas são majoritariamente fascistas. Nos últimos tempos um pouco menos, mas ainda dizem: "Tem muito trânsito. Que venha alguém colocar ordem. Tem que matar essa gente!". Agora os taxistas estão vivendo uma profunda crise e começam a achar que assim também não vai dar certo. Todos buscam, equivocadamente, ser invulneráveis. Acho que temos que aceitar que somos vulneráveis, muito vulneráveis e essa é a nossa riqueza. Mas é também um estado de risco, o risco de ser afetado.

PERCURSO Pensando sobre essa questão da poluição, a senhora também escreveu sobre a megaoferta sexual nos dias de hoje, que indica uma mudança e talvez uma outra forma de repressão.

PUGET Os valores do que é a intimidade mudaram completamente, daquilo que se pode ver e daquilo que não. Continuam existindo segredos porque isso é inerente à vida humana, mas já não são os de antes. Outro dia, um paciente que acabara de se divorciar me disse que o filho estava contente porque, até então, ele era o único da classe que tinha pais que viviam juntos. Todas as outras crianças tinham pais separados e duas casas. Então, ele achou fantástico. O conflito continua existindo.

Mas também pode ser que esteja se imprimindo na mente das pessoas que a família não é uma estrutura familiar com papéis fixos e sim um sentimento que permite criar

funções e que essas, não necessariamente, passam pelo sexo e pela idade. Uma outra paciente que estava em conflito com o marido foi surpreendida por um pedido de separação. Ela tem um netinho, de uns oito anos que, quando a viu triste, disse: “Agora você se senta aqui, eu vou trazer um copo d’água e vou ler para você. Porque você não está bem, então, agora, vou cuidar de você, como você cuida de mim”. Essa é uma função. Uma função fantástica! Ele assumiu a função, ninguém o ensinou. Disso é possível apreender que as crianças de hoje sabem que podem assumir funções que não são dadas pela idade ou pela consanguinidade e, sim, por algo que vai acontecendo. As crianças da era vitoriana não falavam na mesa, não podiam conversar com os adultos. As crianças de hoje em dia falam, sabem que se pode falar. E é difícil, para nós, aceitar que uma criança ocupe a função parental. Mas para as crianças não é, muitas assumem essa função.

Hoje, não há mais a necessidade de o casal ficar junto para sempre. É possível ver em um casamento de jovens, uma juíza dizer: “Eu não vou lhes dizer que os uno para sempre, mas para sempre enquanto se amarem”. Uma juíza revolucionária! Há vinte anos isso não seria dito.

PERCURSO Vinicius de Moraes, escritor, músico e poeta brasileiro, dizia: “Que o amor seja eterno enquanto dure”.

PUGET Claro, mas Vinicius foi um precursor em todos os sentidos. Com uma liberdade, uma musicalidade e uma poesia que são raras. Há precursores que em algum momento sabem captar alguma coisa muito especial, poetas, artistas ou músicos que rompem com valores e enquadres, e transgridem. E nós também temos que ser transgressores. Transgressores não violentos, que nos permitam abrir novos caminhos. Vivemos um momento em que os excessos, o consumo de drogas, de comida ou de bens, estão como que dominando o mundo. Ao lado deles, temos o seu oposto, a pobreza. É como se tivesse ocorrido uma ruptura das regras fixas, sem que se saiba, ainda, o que fazer com essa imensidão de problemas que surgem no âmbito da sexualidade, da polissexualidade, da polirrelação amorosa, do uso das drogas, das internets, das crianças que sabem usar os aparelhos melhor que os adultos...

É como se existisse algo que nos ultrapassa, e enquanto isso, organizam-se governos, como os que vocês têm, os que nós temos, que são tipos de ditaduras fascistas. Acontece na Itália, em Israel e em muitos países. É necessário, então, se perguntar o que está acontecendo. Como é que estamos votando em favor do que faz mal, favorecendo o ódio, as divisões e os maus tratos, mas isso não me serve para entender a *subjetividade social*. Os textos de Freud, em sua maioria, não servem para esse entendimento, porque introduzem um modelo de elaboração a partir de um núcleo inicial. Tudo que é *subjetividade social* é remetido às primeiras relações objetais como metáfora. Isso não me serve.

Para mim, é completamente outro material. É como Einstein e Newton. O que o Einstein fez não tem nada a ver com o que o Newton fez. É outra linguagem, outro vocabulário, outra observação. E o *vincular*, pensado como proponho, coloca a *diferença radical* como condição necessária. Se eu tivesse sido mais “newtoniana”, teria pedido a cada um de vocês que se apresentassem, me dissessem o que lhes interessa, o que fazem, com que trabalham e teríamos visto se alguns interesses combinavam. Baseado nisso, procuraríamos fazer alguma coisa. É uma possibilidade. Mas eu teria dito: “Digam-me

quem são, para que eu os conheça com todos os traços identitários”. E depois? O que faríamos com isso? No meu caso, eu não saberia o que fazer.

PERCURSO A senhora falou sobre novas questões que surgiram no campo da sexualidade, como a polissexualidade, a polirrelação amorosa e isso nos fez lembrar de uma colocação sua, de que a teoria *vincular* levou-a a pensar em novos significados do corpo. Quais seriam esses novos significados?

PUGET O que vocês querem dizer com corpo? Porque existem muitos corpos. Corpo como zona erógena? O corpo da teoria? Há um corpo de ideias, um corpo físico-biológico. Há uma relação entre corpos que sempre produz algum efeito. Há o corpo da cultura.

Na cultura atual, por exemplo, o jovem faz tatuagens, que deixam marcas no seu corpo, como uma maneira de se apropriar dele. O desenho torna seu corpo diferente daquele que lhe foi dado ao nascer. Então, se fazemos uma diferenciação temos que pensar de que corpo me falam.

PERCURSO Pensamos no corpo erógeno.

PUGET Bom, desse corpo erógeno Freud falou muito. Agora, na perspectiva do *vincular* podemos, por exemplo, pensar nos conflitos de casais que têm a ver com a intolerância pela *ajenidad* do corpo do outro. O corpo do outro é sempre um outro. Há certos signos, certos gestos do corpo que alteram muito os casais. Quando um dos membros do casal, por exemplo, se toca e o outro não suporta isso. Se não fosse seu parceiro não se importaria, não diria nada. E por quê? Digamos que o corpo do outro se manifesta com gestos que eu não gosto. O que é que não gosto? Justamente, aquilo que me faz ver que existe um corpo que se conduz sozinho. Que não se rege pelo casal, senão que é um corpo que tem uma marca de *ajenidad*, de uma alteridade inapagável. Nunca será meu.

Esse corpo, no seu significado *vincular*, representa isto: a inapagável alteridade do outro. Todos os temas de infidelidade, por exemplo, que sempre são muito dolorosos, têm a ver com “como pode ser que esse corpo que era meu tenha sido de outro?”. O corpo do outro não é meu! Nunca foi. Eu me apodero e imagino que tenho direito sobre ele. Mas ele é sempre *ajeno*. Tem outro ritmo, outra cor, outro calor, outro frio, outra sensibilidade. E você pode achá-lo agradável ou terrivelmente irritante, intolerável.

Então, podemos falar do corpo erógeno como uma permanente evidência da *diferença radical*. São dois corpos e, mesmo que sejam gêmeos, são diferentes. Não têm a mesma sensibilidade. Há uma dificuldade do ser humano em aceitar a alteridade do outro porque imediatamente ela é associada ao desamparo, à agressão.

PERCURSO Como a senhora pensa o papel das instituições psicanalíticas em momentos de polarização política como os que acontecem na Argentina e no Brasil? As instituições devem se manifestar publicamente sobre os extremismos ou em defesa da democracia? Soubemos que existe um grupo de psicanalistas autoconvocados em Buenos Aires. Como surgiu este grupo?

PUGET Eu faço parte desse grupo de psicanalistas autoconvocados. Estávamos muito apreensivos com o que estava acontecendo e decidimos nos reunir uma vez por semana para trocar ideias. É um encontro entre psicanalistas e convidamos pessoas da política, filósofos, intelectuais, economistas, que vêm nos dizer o que pensam sobre o que está

acontecendo. Justamente, amanhã, tenho que falar nos psicanalistas autoconvocados, e ainda não sei o que um psicanalista pode acrescentar à política. Somos especialistas de pequenas porções de relações humanas. É bom saber que há psicanalistas que se preocupam com questões políticas, que temos um lugar agradável para nos encontrar. Nem todos pensam da mesma maneira, uns são mais de esquerda que outros, mas, no geral, compartilhamos dos mesmos valores. Mas além do prazer de nos encontrarmos, de ter um grupo ao qual pertencemos, não sei o que podemos acrescentar. Vamos ver se amanhã sai alguma coisa. Porque o modelo psicanalítico não é o modelo que nos permite pensar tudo isso que estamos conversando agora. E nas instituições psicanalíticas, não sei a de vocês, mas na minha não existe nenhuma possibilidade de trocar ideias nesse aspecto. Porque já se sabe quem é o quê. Quem é pró, quem é contra. Na minha instituição, estou em um departamento de família e casal, e aí trabalhamos muito as questões da política. E vem alguém e diz: “Nesse grupo não é bom entrar porque falam de política e isso não é psicanálise!”. Mas outros vêm. Eu gostaria de saber se vocês têm alguma ideia de por que é tão difícil. O que um psicanalista acrescenta ao pensamento político, ao pensamento crítico? Eu não considero que todos devem pensar da mesma maneira. Ao contrário, defendo a multiplicidade, mas que se possa discutir, que seja possível enriquecer-se com o que pensa o outro. Mas acho que existe um limite que não se consegue passar. Não sou muito otimista nesse sentido.

Dentro do que vocês me propuseram, acho que o acento agora é continuar nesse espectro da *subjetividade social*. Nas definições conceituais não me dediquei porque acho que isso cada um tem que ir trabalhando. Ir vendo como se apropriam das ideias e o que fazem com elas. Não me interessa se as usam como eu penso, mas se geram inquietações. Se geram vontade de continuar pensando, e não para tomá-las como tal, e sim apropriar-se delas para ver o que se faz com elas. E como se começa a pensar? Eu acho que cada um de vocês teria que poder, pelo menos uma vez na vida, perguntar-se como chegaram aonde chegaram. Por que decidiram ser psicanalistas? O que lhes interessou? Por que vocês têm certo tipo de paciente e não outros? E hoje em dia, que conflitos querem resolver? Que música escutam quando os pacientes falam? A gente escolhe frases, palavras, entonação, maneiras de modular a voz, por exemplo. E nem todo mundo escuta a mesma melodia. Então, eu acho que é interessante que cada um de vocês se pergunte o que está disposto a escutar, e o que pode escutar. Há coisas que você não pode escutar. Tem que aceitar, digamos, que você é surdo em muitas coisas. Minha filosofia hoje é que vou escutar o que sei escutar, o que posso escutar. Sei que não escuto tudo, escuto o que acho que entendo, que me gera alguma ideia. O analista do lado escuta outra coisa. Numa supervisão, o que se prioriza do material? O que cada um sabe fazer com ele. É uma grande aventura.

O problema é quando você acha que entende tudo. Isso é muito prejudicial, porque nunca se entende tudo. Para entender tudo tem que se reduzir a corpos teóricos muito concretos. Vivemos momentos de mudança de valores e de paradigmas sociais tão importantes, que não sei se somos capazes de captá-los e de saber o que fazer com eles. E também não sei se os jovens podem fazer algo com isso. Como, nós psicanalistas, por exemplo, lutamos em relação às mudanças climáticas? Não sei.

Mas, como seres sociais responsáveis, temos que fazer alguma coisa. Eu gosto desse termo responsabilidade social. O que é ser responsável, sentir-se sujeito responsável?

Eu ocupo um lugar no meio social com o que tenho, e disso me ocupo. O que não quer dizer modificar o mundo social.

PERCURSO Porque se trata da questão da continuidade do mundo.

PUGET Um garotinho que eu atendi dizia que o mundo ia desaparecer, não ia ter mais água, não ia ter mais isso ou aquilo, que o calor ia tomar conta do mundo. Eu achava que tinha a ver com algo do mundo interno dele, mas também tem algo que está aí. Um neto meu me dizia que ia morar em Marte porque “não dá mais para viver aqui”.

PERCURSO Poderíamos continuar nossa conversa por muito mais tempo... mas, infelizmente, está na hora de encerrarmos. Parece que fizemos uma entrevista muito boa. Estamos agradecidos e encantados, por sua disponibilidade e generosidade.

PUGET Espero que não estejam encantados, mas que sirva para abrir novos caminhos.

PERCURSO Novos pensamentos...

PUGET Isso. Que saiam com mais dúvidas do que as que tinham antes. Eu também saio com mais dúvidas. Acho que essa experiência é justamente isso.

DEBATE

Bianca Santana
Eduardo Leal Cunha
Susana Muszkat
Vera Iaconelli

Femineicídio

Realização Camila Junqueira, Cristiane Abud Curi, Gisela Haddad, Thiago Majolo e Vera Zimmermann.

Bianca Santana é jornalista, mestra em educação e doutoranda em ciência da informação pela USP e pesquisadora da escrita e memória de mulheres negras. Colunista da Revista *Cult*, autora do livro *Quando me Descobri Negra* (SESI-SP, 2015) e organizadora das coletâneas *Inovação Ancestral de Mulheres Negras* (Oralituras, 2019) e *Vozes Insurgentes de Mulheres Negras: do século XVIII à primeira década do século XXI* (ed. Mazza e Fundação Rosa Luxemburgo, 2019).

Eduardo Leal Cunha é psicólogo, psicanalista, doutor em Saúde Coletiva (IMS/UERJ) e professor do Departamento de Psicologia/Coordenador do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Sergipe. É pesquisador associado do Centre de Recherches Psychanalyse, Médecine et Société, da Université de Paris VII – Diderot.

Susana Muszkat é psicanalista, membro efetivo e docente da SBPSP, mestre em Psicologia Social pelo IPUSP, autora de *Violência e Masculinidade* (Casa do Psicólogo), e coautora de *Violência Familiar* (Blucher).

Vera Iaconelli é psicanalista, mestre e doutora em Psicologia pela USP, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae e do Fórum do Campo Lacaniano. É diretora do Instituto Gerar e colunista da *Folha de S. Paulo*. Autora do livro *Mal-estar na Maternidade* (Annablume, 2015).

Notícias recentes divulgadas pelas mídias anunciam que os casos de femineicídio aumentaram 76% no primeiro trimestre deste ano em São Paulo. Entre janeiro e março de 2019, trinta e sete mulheres foram vítimas de femineicídio, sendo que oito em cada dez aconteceram dentro de casa. Dos trinta e sete casos, em vinte e seis o criminoso era conhecido, quase todos ex-companheiros de suas vítimas.

Desde março de 2015 está em vigor a lei n. 13.104, conhecida como Lei do Femineicídio, que tipifica o crime violento contra a mulher como hediondo, e se acompanhado por especificidades que indicam a vulnerabilidade da vítima (tais como gravidez, menoridade, presença de filhos etc.), agrava a pena do agressor. A luta histórica das mulheres e suas árduas conquistas neste último século estariam produzindo barulhos nas antes silenciosas vozes femininas?

O tema vem sendo analisado por diversos setores da sociedade, alguns contextualizando historicamente o lugar ocupado pelas mulheres, outros analisando as mudanças nas leis que tentam amparar tais violências ou ainda as especificidades de nossa cultura.

Com o intuito de coibir a falta de punição aos agressores e denunciar a violência às mulheres, alguns coletivos feministas e grupos de amparo às vítimas vêm sendo criados, assim como iniciativas na internet abrem espaço para as mulheres retratarem suas

histórias, dando visibilidade aos atos machistas, encobertos ou explícitos, ou às histórias de violência de gênero.

Desde a década de 1960, com a lenta desconstrução do modelo patriarcal, a concepção do masculino e do feminino que está na base das relações entre homens e mulheres vem sendo compreendida como construída culturalmente, o que poderia significar motivo de mudança nos comportamentos de ambos. Mas o que se observa é que o modelo de masculinidade hegemônica e homofóbica predomina na quase totalidade do imaginário da população, seja ela de qual gênero for. A concepção de virilidade, reconhecida como um atributo do masculino, atribui poderes sobre outros homens e sobre as mulheres, assim como certa naturalização do masculino associado à agressividade e à violência. Não é difícil relacionar o aumento da violência de gênero à necessidade de preservação desta identidade masculina, mas na prática o que se percebe é que este modelo masculino compartilhado por todos é idealizado e está longe de oferecer o paraíso aos homens. Ao contrário, é em geral vivido como exigência, e portanto como fracasso e impotência.

Certamente as mulheres vêm buscando novos lugares mais igualitários na cultura, e o movimento feminista não cessa de ampliar seus tentáculos, abrindo espaços de debates para a maioria dos gêneros (lgbti) antes excluídos e/ou invisíveis. Mas a especificidade do feminicídio, centrado nas relações de poder desiguais e hierárquicas entre homens e mulheres, aponta certa defasagem no plano amoroso, ainda que não fosse justo reduzir as análises a uma compreensão binária do tema, entre agressor e vítima. Ao contrário, o tema merece sua complexidade.

Entendemos que tal legislação possui o valor de inscrever o problema no discurso da civilização contemporânea, permitindo que a prática desta violência saia da invisibilidade e que se ampliem os debates sobre seus enlacs sociais e psíquicos.

Convidamos nossos debatedores a problematizar o tema.

Bianca Santana

A mulher universal do texto acima não existe. Entre 2003 e 2013, a taxa de homicídios entre mulheres negras aumentou 54%, enquanto a de mulheres brancas diminuiu 9,8%. Sabe-se também que, em sua maioria, as vítimas de crimes violentos são mulheres jovens, entre 18 e 29 anos, negras e pobres. Quem foram as 37 vítimas de feminicídio de que trata o texto? Sem considerar, no mínimo, as diferentes raças/ cores de pele dessas mulheres, faremos análises equivocadas. E quanto mais marcadores sociais da diferença conhecermos sobre estas mulheres – como classe, sexualidade, idade, região – mais complexas serão nossas elaborações e mais perto estaremos de compreender o feminicídio na tentativa de embasar o desenho de soluções possíveis para que todas as mulheres possam viver.

Leis e políticas públicas importantes, ao desconsiderarem nossas diferenças, têm sido pouco efetivas para as mulheres que mais necessitam delas. A Lei Maria da Penha, premiada internacionalmente, tem se mostrado inefetiva para mulheres negras. É necessário investigar os motivos em profundidade. Compartilho tópicos de relatos que ouvi de mulheres da Maré, no Rio de Janeiro, que permitem esboçar caminhos de investigação:

Vocês esperam que a gente procure a mesma polícia que atira em nossos filhos, dentro da favela, pra denunciar violência doméstica?

Vocês acham que o crime organizado, dentro do morro, vai achar tranquilo ver a mulherada da favela dentro da delegacia? Falando o quê? Pra quem? A gente não é doida.

Muita mulher daqui da favela já foi estuprada por policial e por soldado do exército que veio proteger a comunidade.

Pra fazer traficante se entregar, a própria polícia bate na mulherada, deixa refém dentro do caveirão.

Você já entrou dentro de uma cadeia? Que mulher vai querer que os filhos entrem num lugar desses pra visitar o pai, porque ela mandou o cara pra lá?

Lei, denúncia, tipificar crime e encarceramento em massa são palavras e expressões com significados diferentes a depender da raça, classe, localização. E para as principais vítimas do feminicídio, nenhum desses termos, que estruturam políticas públicas de combate à violência contra as mulheres, tem sentidos positivos.

Neste momento, é ainda mais preocupante o chamado pacote anticrime, proposto por Sérgio Moro, em tramitação no Congresso Nacional. A proposta de alteração do artigo 23 do Código Penal, que trata do excludente de ilicitude, prevê que “agentes” invoquem a legítima defesa se atirarem em alguém sob a justificativa de “excesso doloso ou culposo”, o que daria ao juiz a possibilidade de reduzir a pena do agressor pela metade do tempo, ou até não penalizá-lo, caso de o crime ter sido cometido por “medo, surpresa ou violenta emoção”. Tal mudança legalizaria, *a priori*, a alegação já tão usada por homens agressores, como a “violenta emoção”, e colocaria ainda mais mulheres em risco.

A luta histórica das mulheres é plural e diversa. E um feminismo que desconsidera as diferenças de raça e classe contribui pouco, a meu ver, para a redução no número de feminicídios ou qualquer transformação positiva na vida de mulheres em situação mais vulnerável.

Quando questionamos modelos de masculinidade hegemônica, consideramos o exercício diário de homens negros ao conter os próprios corpos e movimentos na tentativa de evitar que as pessoas sintam medo deles? É evidente a necessidade de desconstrução de uma identidade masculina associada à virilidade, à agressividade e à violência. Mas se o fizermos sem considerar que a cada 23 minutos um jovem negro é assassinado no Brasil, e que os homens negros são dois terços da população carcerária do país, não estaremos lidando com a temática na seriedade necessária às transformações sociais.

Eduardo Leal Cunha

O tema do feminicídio, apesar de se referir inicialmente a um fenômeno bastante específico, também singular pelo quanto de violência que traduz, nos deixa perceber imediatamente, no pano de fundo e como seu elemento constituinte, o entrecruzamento de alguns aspectos centrais da nossa experiência contemporânea.

Parece-me inevitável enumerar alguns desses aspectos e por isso o faço em seguida numa lista que não é exaustiva nem se organiza – ao menos não conscientemente – por qualquer hierarquia.

Primeiramente, a violência, mais do que isso, a exacerbação da violência física que vai até a completa aniquilação do outro, violência dirigida, portanto, a uma destruição absoluta.

Em segundo lugar, a prevalência da racionalidade identitária que organiza nossa presença e a nossa circulação no mundo a partir de operações de inclusão (pertencimento) e de exclusão e que torna a ideia de *inimigo* central à relação com o outro, com aquele a quem percebemos marcados por uma diferença radical e com quem, por consequência, não conseguimos nos identificar.

Articulada a essa prevalência da lógica das identidades na configuração dos modos possíveis de relação consigo e com o outro, aparece a judicialização das relações humanas a partir de uma ação política centrada na reivindicação, negociação e afirmação de direitos individuais e de grupos, o que se desdobra em uma esperança crescente nos poderes da justiça ou mesmo da polícia e de outras instâncias de vigilância.

Como quarto aspecto, é obrigatório pensar a interrogação, ou melhor, a resistência crescente à rígida divisão entre os gêneros, esta associada a uma hierarquia que baseada numa longa tradição patriarcal se naturaliza e se apresenta como único modo possível de ordenamento do laço social. Resistência que se desdobra atualmente na perturbação dos significados e do lugar – em nossa sociedade e em nosso pensamento – do que nos habituamos a chamar de sexo.

Num segundo tempo, ou nível de análise, entrariam certamente em cena a internet e as redes sociais, que hoje não apenas são a plataforma preferencial de quase toda estratégia de visibilização, tanto de grupos vulneráveis quanto de movimentos conservadores, mas aparecem ainda como território privilegiado de ações coletivas, se não de justiça, certamente do *justicamento* de indivíduos e grupos.

O que está longe de significar que seja esta a melhor forma de romper com o silenciamento das mulheres ou de qualquer outro segmento populacional que seja vítima de violência, desrespeito e injustiça social. Pois é preciso nos interrogarmos não apenas sobre os efeitos colaterais da crescente exposição da intimidade alheia como forma de justiça baseada na humilhação pública, a base da perseguição aos supostos criminosos nas redes sociais, mas sobretudo sobre os efeitos, imediatos ou não, de fazer com que o lugar privilegiado de enunciação do feminino na nova arena pública seja o lugar da vítima.

Afinal, o que muda nas estruturas de poder quando o lugar dado à mulher, o ponto de partida para seu reconhecimento, é a afirmação da violência sofrida em função, precisamente, do seu não reconhecimento como sujeito político em sentido pleno?

Por essa via, retornamos ao tema do feminicídio.

Numa leitura de inspiração freudiana, podemos dizer que temos aí uma espécie de conciliação, como na formação de compromisso que constitui o sintoma psíquico, e neste sentido a legislação é de certo modo sintomática de uma sociedade que já não pode desmentir a violência cometida cotidianamente contra as mulheres, mas que, ao mesmo tempo, não parece disposta a abrir mão da racionalidade identitária que define posições fixas na sociedade, estabelecendo fronteiras que não podem ser ultrapassadas e territórios que não devem ser compartilhados.

Foi este o aspecto que quis privilegiar nesse brevíssimo ensaio de resposta à provocação que nos é feita a propósito do feminicídio. Aspecto que não apenas me

parece mais insidioso, como também me permite criticar a prevalência da lógica identitária no ordenamento das relações consigo e com o outro em nosso mundo ocidental.

Prevalência que é, ao menos para mim, inimigo de certo modo natural para quem acredita numa concepção da experiência subjetiva que não pode ser subsumida a atributos como permanência e integridade e na qual, ainda, as fronteiras entre o eu e outro nunca se definem de modo claro, experiência que na verdade tem o ultrapassamento permanente de tais fronteiras como um elemento central e cotidiano.

Não há dúvida de que com a tipificação criminal do feminicídio damos mais um passo na construção de políticas de direitos, além do que, toda a discussão em torno da violência fatal contra as mulheres, cometida sobretudo por pessoas nas quais estas deveriam confiar e de quem deveriam esperar solidariedade e proteção, torna mais visível a posição de vulnerabilidade que aquelas ocupam na sociedade brasileira, não apenas nas camadas populares. Nenhuma dúvida tampouco de que, no momento em que discursos machistas e de legitimação da violência em múltiplas formas ocupam o centro da cena política nacional, tal visibilização é extremamente importante.

Mas isso não nos dispensa de questionar de modo mais amplo e de investigar de forma radical as estruturas – simbólicas e também econômicas – em que se apoiam essas práticas e esses discursos de inferiorização e desqualificação do gênero feminino. Muito menos de nos perguntarmos sobre os laços entre o que se passa com as mulheres e o que se passa com outros grupos sociais vítimas do desrespeito. Ou seja, precisamos ainda discutir, trazer para o centro do debate as eventuais implicações de tais políticas ou mesmo as bases sobre as quais elas se assentam.

Porque não creio que possamos colocar em primeiro plano do debate político a violência contra as mulheres, deixando ao mesmo tempo nas sombras os terríveis índices de violência contra as pessoas trans, especialmente mulheres trans, os quais fazem com que a expectativa de vida desse segmento da população não ultrapasse os 35 anos. Ou, ainda, desconsiderando a realidade de inúmeros homens trans para quem o não reconhecimento pela sociedade da sua autoatribuição de gênero vem muitas vezes acompanhada de violência dirigida ao que neles haveria de feminino.

É em um mundo ao mesmo tempo dividido rigorosamente em categorias identitárias que sustentam políticas de pertencimento e assombrado pela instabilidade dessas mesmas fronteiras identitárias e também pela violência extrema que só se contenta com a redução do outro a objeto, a corpos sem vida, que a proteção de grupos vulnerabilizados e em situação de extrema precariedade através da judicialização e da criminalização procura responder.

A questão é se tal resposta será minimamente suficiente, na medida em que ela, por um lado, se produz através da reafirmação de fronteiras identitárias e, portanto, pode acabar legitimando as segregações que lhes são correlatas; por outro lado, parece não incidir sobre as estruturas que sustentam as hierarquias implícitas e que no fim das contas permitem naturalizar e muitas vezes legitimar tal violência.

O tema *feminicídio*, atualmente, é o que se poderia chamar de um tema “viralizado” ou uma notícia viralizada, que repete a si mesma infinitamente, ou seja, não são fatos novos, mas repetições do mesmo. Já os crimes de feminicídio que vêm sendo noticiados nos principais veículos da mídia tradicional quase que diariamente, embora pareçam repetições do mesmo, não o são!

Não é exagero ou falta de assunto da mídia. Ao contrário, é o espelho do alarmante índice de homicídios de mulheres, apenas por serem mulheres.

Essas mortes e as estatísticas ligadas a elas indicam que esses crimes são majoritariamente praticados por seus atuais ou ex-companheiros, dentro de suas casas, sendo as principais vítimas mulheres negras ou pardas. A Folha de São Paulo de primeiro de maio de 2019 anunciou que em 2018 ocorreu no Rio de Janeiro um feminicídio a cada cinco dias, doze estupros por dia, quatro mulheres agredidas e quatro ameaçadas por hora. Ainda no mesmo jornal, no dia 19 de junho, Ilona Szabó de Carvalho afirma que, no espaço de dois dias, entre escrever sua coluna e publicá-la, cerca de 30 mulheres foram assassinadas no país! Nos dados publicados pelo Atlas da Violência, há um total de 4.936 mulheres assassinadas no ano de 2017!

Como entender o crescente índice de violência e de homicídios de mulheres a despeito das leis Maria da Penha (2006) e da tipificação do crime de feminicídio (2015)?

Há vários elementos que merecem atenção, embora nenhum esgote ou responda de maneira plena a essa questão de graves consequências sociais em nosso país.

1. Em primeiro lugar, a tipificação do crime em si possibilita que este seja quantificado como o que é, e não como um crime qualquer. Dar nome aos bois, qualificar este tipo de homicídio como uma prática que tem motivação de gênero, põe os devidos pingos nos iis – por mais que alguns insistam que pensar as questões de gênero seja coisa de comunista. Fato é que não pensar é avalizar a manutenção das inequidades e da violência, impedindo o desenvolvimento do país como um todo. Vale notar que, já nos idos de 2002, a Organização Mundial de Saúde alçou a questão da violência como assunto de saúde pública na agenda internacional.

2. Em 2006, quando apresentei minha dissertação de mestrado fruto de um trabalho de 12 anos com homens e mulheres em situação de violência familiar, argumentei que as políticas públicas sobre violência de gênero, ao tratar a questão de forma binária excluindo os homens dos debates de gênero, tratando a questão da violência como tema exclusivo do universo feminino, atribuindo lugares fixos de agressor e vítima a uns e outros, priorizando ações punitivas e de cunho jurídico e policial em detrimento de pensar-se em programas preventivos com homens e mulheres e especialmente com jovens em idade escolar, entre outras, *crystalizam e perpetuam aquilo mesmo que pretendem combater*. Nada mudou desde então e os índices de violência só aumentaram. Portanto, é evidente o fracasso das políticas públicas em violência familiar e de gênero. Como nota, vale ressaltar que a política proposta pelo atual governo de flexibilização de posse de armas, como bem argumenta Pedro Ambra em recente artigo na revista Cult, terá como resultado – se é que não tem como objetivo subjacente de retorno a lugares tradicionais de gênero – um número ainda maior de mortes no ambiente doméstico, local privilegiado da violência praticada contra mulheres.

3. Testemunhamos as transformações na subjetivação dos sujeitos na atual cultura das redes sociais, como resultado de uma “centralidade dos dispositivos do olhar para os modos de existência contemporâneos, num mundo em que o olhar se tornou o neovalor

do capital... numa sociedade profundamente centrada na visão, na imagem e na tela". (Borges, R. 2019)

À imagem como valor supremo corresponde uma precarização dos vínculos, onde *likes* substituem a construção de relações de continuidade no tempo e de curiosidade pelo outro naquilo que tem de singular e único. As diferenças são apagadas em função da formação de grupos de "iguais", criando a ilusão de que todos compartilham dos mesmos valores. As diferenças, quando aparecem, são, com frequência, combatidas, hostilizadas. As relações são temporárias e valem pelo seu caráter utilitário: por exemplo, quanto mais seguidores se tem em uma rede social, maior a vivência de poder, relevância no mundo e gratificação narcísica. Ao número de *likes*, corresponde o sentimento de ser amado, regulando a autoestima dos sujeitos. Desta forma, o valor do outro é medido pelo que agrega a mim.

Se na era pré-internet era vivido na esfera da fantasia, agora torna-se possível e está ao alcance da ponta dos dedos! É a varinha mágica das fadas – ou será das bruxas? – tornada real com um clique! O desejo do individual substituindo o pacto social. O mal-estar da repressão a serviço da civilização, descrito por Freud em 1930, agora é o mal-estar da falta de interdição e do risco do retorno ao mortífero predomínio do Princípio do Prazer. Tal como as crianças pequenas, se me frustrro, não brinco mais, bato, mordo, elimino.

Some-se a isto a impunidade relativa à resolução de homicídios no país, onde se registram 80% de casos NÃO RESOLVIDOS! É o equivalente a um mundo onde crianças pequenas, com força de adultos, são abandonadas por seus pais – aqueles que deveriam cuidar de sua segurança e instituir leis de convivência – e passam a definir o destino do mundo de acordo com seus impulsos imediatos.

4. Por último, proponho aqui um modelo de funcionamento assentado no mito fundador de Adão e Eva, articulado com conceitos psicanalíticos, e das relações de gênero, para a compreensão do fenômeno do feminicídio, que se articula com os elementos elencados acima.

Em artigo recente (Revista Cult, fev. 2019), questiono o resultado subjetivante em nossa cultura, onde uma inversão naturalizada nos conta que, para aliviar Adão de seu tédio, Deus cria a mulher – note que é um universo dominado pelo desejo de personagens masculinos – a partir de uma mera costela de Adão. À mulher caberia estar a serviço do homem? Seria uma categoria humana secundária à masculina? Ou será que, numa outra leitura, o mito evidencia que o homem fálico e autossuficiente não se sustenta, sendo a introdução da mulher em sua vida não a prova do poder de Deus a serviço do gozo masculino, mas a constatação da fragilidade humana e sua dependência de um outro para sobreviver e criar descendentes?

Sabemos que respostas violentas de homens em relação às suas companheiras – assim como aos gays, trans e todas as identidades não heteronormativas – apontam para valores vigentes em nossa cultura em que o sentimento de humilhação, para muitos, não pode ser admitido como algo do universo masculino. A resposta violenta visa ao *resgate imaginado* da autoestima por meio de uma demonstração de poder sobre a mulher, condição entendida como essencial e natural para a manutenção da virilidade dentro de nosso sistema de valores.

Como venho afirmando, a necessidade de manutenção de dominação e de poderes fixos constituídos não representa uma condição de poder; pelo contrário, *revela a falta*

dele. Defini como *desamparo identitário* a vivência disparadora de um tipo de violência decorrente do sentimento de *precariedade de elementos definidores da masculinidade*. Em outras palavras, alguém cuja única fonte garantidora de autoestima seja sua posição de superioridade em relação a um outro precisa acreditar que este outro tenha menos ou nenhum valor. O ato violento tem como função o reasseguramento desta “verdade”.

Há um outro tipo de violência, praticada de maneira mais prevalente por homens, que se confunde ao pensar-se “autorizada” pela cultura da masculinidade hegemônica: a violência perversa.

Apresento aqui a minha versão deste fenômeno: o primeiro objeto de amor do bebê é, via de regra, a mãe. Mas o que chamamos de amor nesta fase da vida não é exatamente o tipo de relação amorosa que conhecemos quando nos tornamos adultos. O bebezinho não percebe que sua mãe é uma outra pessoa, diferente dele. Sente, isto sim, que a mãe é um objeto de sua propriedade, uma extensão dele e que está lá onde ele o deseja, como já teorizado pelo psicanalista inglês, de bebês e crianças, Donald Winnicott.

A *mãe suficientemente boa*, expressão cunhada por ele, se presta a ser este objeto que atende às demandas do bebê. Este é um estado de *ilusão necessária* na vida precoce do bebê. À medida que cresce, se tudo der certo, a criança, e depois o adulto, deve ser capaz de entender que aquela pessoa, sua mãe, é um sujeito diferente dele, com desejos e mente próprios. Entendendo isso, ele deverá então ser capaz de tolerar a frustração de abdicar da mãe como um objeto que lhe pertence, depois como objeto de amor propriamente dito e finalmente escolher outra pessoa, um/a companheiro/a, com quem poderá ter uma relação de trocas e parceria amorosa.

Desse modo, se na infância precoce de todo ser humano é natural e desejável que a mãe se preste a ser objeto do desejo do bebê, na vida adulta, a perpetuação deste tipo de comportamento configura *perversão*. Perversão é o ato de transformar uma outra pessoa, com uma singularidade própria, em objeto de uso de prazer pessoal, sem o consentimento desta. Ao fazer isso, a pessoa é destituída de sua condição de *sujeito* e tratada como *objeto*.

Na quase totalidade dos casos de feminicídio – senão em todos – a justificativa para o ato é o “desespero pelo abandono”. A convicção é a de que aquela mulher lhe pertence e não pode decidir seu destino de maneira autônoma. O desamparo é revertido em onipotência, e, como uma criança pequena, a violência visa à recuperação fantasiada da posse do sujeito transformado em objeto.

O modelo de sociedade patriarcal, que *autoriza* o homem a funcionar regido pela pulsão infantil – *embora travestido de adulto* – sustenta e mantém este código perverso de violência endêmica contra mulheres. Ou seja, leva o homem adulto a confundir-se e acreditar que a mulher – representante da mãe arcaica, aquela mãe da primeira infância – lhe pertence.

Será que ainda podemos nos dar ao luxo de deixar alguém de fora deste debate?

Vera Iaconelli

Feminicídio, a ponta do iceberg

O uso do termo feminicídio é muito importante para a identificação do ponto extremo a que chega a violência contra a mulher. Um caso paradigmático da mudança da mentalidade responsável por sua criação é do assassinato de Angela Diniz por Doca

Street, no final dos anos 1970. No primeiro julgamento realizado em 1979, o assassino foi condenado a 2 anos de prisão com direito a sursis. Doca Street, réu confesso, saiu ovacionado do tribunal, tornando-se símbolo da defesa da moralidade da mulher e da família brasileira. Ideias como “crime de honra” e “crime passional” formaram a base da defesa. No segundo julgamento, apenas dois anos depois, foi condenado a 15 anos de prisão. Saiu escorraçado pelas mulheres em frente à corte aos gritos de “quem ama não mata”.

Mais do que nomear o assassinato de *uma* mulher, trata-se de denunciar o ódio às mulheres promovendo o reconhecimento do lugar de propriedade a que estão destinadas. O termo foi usado pela primeira vez em 1976 por Diana Russel perante o Tribunal Internacional Sobre Crimes Contra as Mulheres em Bruxelas. No Brasil, passou a ser usado em 1995 como categoria sociológica, mas só foi incluído na legislação brasileira em 2015 (Lei n. 13.104). Com a atual renovação do feminismo encampada por jovens que têm pleno domínio das ferramentas virtuais, o termo ganhou força e extensão.

Sabemos que não basta o sofrimento para que violências sejam reconhecidas, pois mesmo o sofrimento deliberadamente imposto pode ser naturalizado de tal forma que apenas um trabalho de conscientização é capaz de revelá-lo. Um exemplo cabal é das mutilações genitais em comunidades tradicionais africanas. Sofrimento descomunal de crianças e jovens impingido pelas próprias mães e comadres é de tal forma naturalizado que vem demandando anos de trabalho de conscientização para ser debelado, ainda que seja proibido legalmente.

Não há quem não conheça o horror dos casos de feminicídio e não há quem não recrimine veementemente os exemplos diuturnos de sua existência. Diante de tal unanimidade, contra quem estaríamos lutando, afinal? Se somos todos contrários às barbáries cometidas contra as mulheres, quantos homens violentos, psicopatas, surtados, *serial killers* precisariam estar às soltas pelo Brasil e pelo mundo para justificarmos estatísticas cada vez mais alarmantes? Como entender que os números aumentem, quando parecemos mais atentos e advertidos do que nunca sobre sua existência?

Mulher, pista falsa

Há muitas hipóteses que tentam dar conta do lugar de desvalorização da mulher no âmbito social observado em todas as culturas de que se tem notícia até hoje. Seguimos a pista da antropóloga Françoise Héritier^{ccvii}, expressa abaixo:

O corpo humano, lugar de observação constante, lugar dos órgãos, funções elementares, humores, apresenta um traço notável e certamente escandaloso, que é a diferença sexuada e o diferente papel dos sexos na reprodução^{ccviii}.

Assim, não é o sexo, mas a fecundidade, que faz a diferença real entre masculino e feminino, e o domínio do masculino, que convém agora tentar compreender, é fundamentalmente o controle, a apropriação da fecundidade da mulher, enquanto ela for fecunda^{ccix}.

Na incontornável pergunta sobre nossa origem, a primeira pista a que somos confrontados é o corpo da mulher, de onde saímos. Buraco enigmático, perscrutado por inquisidores medievais em busca do demônio, por exames infundáveis que as novas tecnologias criam, verdadeira obsessão das representações dos artistas, ainda assim, não tem nada a nos dizer. Por mais que se saiba sobre a reprodução de corpos, o surgimento do sujeito continua o mistério que o corpo da mulher jamais responderá. A pergunta das crianças sobre a origem dos bebês é uma pergunta sobre a origem do desejo dos pais pela criança, não sobre o corpo, dirá Piera Aulagnier.

Pista mais próxima que temos da nossa existência, o corpo da mulher não está à altura de nosso narcisismo. Para os seres humanos, a percepção de uma imagem coesa e estável que dará origem ao Eu não compõe com a imagem de um bebê desamparado nascendo entre fezes e sangue, como os demais mamíferos. O mito ocidental da criação do homem se fia no dedo de Deus e o da mulher, na costela de Adão. Nele, é a mulher que surge do abdome do homem, numa curiosa inversão, como nos aponta Susana Muszkat^{CCX}. A mulher revela a todos nós – homens e mulheres – nosso desamparo existencial e nossa dependência da boa vontade de estranhos, no caso, a mãe. Essa que nos deu a vida, nos cuidou, nos ensinou a amar, nos erotizou mas de quem teremos que abrir mão. Em todas as culturas de que se tem notícia até aqui, o preço que a mulher paga por seu lugar na divisão reprodutiva é um misto de adoração e desprezo. Um corpo do qual nos separamos com ressentimento e idealização. Mata-se a mensageira, diante de nossa impossibilidade de nos confrontarmos com a realidade de nossa origem pífia e de nossa existência enigmática.

Homem e mulheres do século XXI

A forma como interpretamos um fenômeno é fundamental para que orientemos nossa ação. Se combater o feminicídio dissesse respeito apenas ao endurecimento das leis e à recriminação do ato, não teríamos como entender os resultados que estamos recolhendo. Mas a lógica que leva ao feminicídio continua submersa em um mar de lugares-comuns que as políticas públicas não param de reproduzir.

A guinada do feminismo, iniciada em fins do século XIX, trouxe mudanças que abalam os costumes até hoje. Para dar contas da nova mulher, a masculinidade entra em crise, o que, longe de ser uma perda, diz respeito à necessidade de pensar o homem a partir de outro paradigma. A pauta hoje é a nova masculinidade e o questionamento da identidade viril. Como todo momento de profunda transição, as inseguranças afloram. Muszkat cunha a expressão *desamparo identitário*, a partir de sua escuta de homens violentos com suas companheiras, para abordar essa questão. A violência desses homens seria resultado da percepção de impotência diante do empoderamento feminino, agravada por situações de desprestígio social. O homem que usa da força revela sua fragilidade identitária diante da mudança do lugar da mulher e, conseqüentemente, dele mesmo.

O assassinato de mulheres em função de seu gênero é o ato final de uma lógica de desprezo e de crença na propriedade da sociedade sobre o corpo da mulher. À medida que a mulher, que se supõe propriedade que deve obediência, começa a dizer não, os efeitos são imediatos. A mulher tutelada, como querem algumas políticas públicas conservadoras, é o próprio fundamento daquilo mesmo que se quer impedir. Tutelada e obediente ao homem, cabe a ela seguir “protegida” por esse pai, marido ou irmão bem intencionados, na

condição de não se rebelar contra seus protetores, sob o risco de se mostrar ingrata e caprichosa. A grande afronta feminina é a interdição de seu corpo ao usufruto social, que recolhe como resposta abusos, estupros, humilhações, cerceamento territorial (bem específico no caso das mulheres) e, finalmente, morte.

Sem a denúncia das desigualdades expressas na divisão das tarefas domésticas, nas diferenças de ganhos salariais, na exclusiva responsabilização nos cuidados dos filhos, na criminalização do aborto, nos tratamentos desqualificadores, continuaremos assombrados por estatísticas cada vez mais alarmantes.

Entre o hashtag e a mudança de mentalidade

Freud nos alertou para a falácia do discurso manifesto, quando confrontado com nossas motivações inconscientes. É apenas na falha do discurso, no erro, que a verdade do sujeito emerge trazendo o desconcerto, o estranho. Em tempos de *#metoo*, no qual milhares de pessoas saem às ruas para protestar contra a violência que sofre a mulher, era de se esperar que estivéssemos mais propensos à mudança de paradigma sobre o lugar dela na sociedade. Um exemplo próximo diz respeito ao caso Neymar-Najila, profundamente revelador de nossos reais humores, quando se trata de julgar às cegas. Incapazes de saber o que se passou de fato entre o jogador e a jovem que aceitou passagens e hospedagem para ter um encontro sexual com ele, o julgamento da jovem foi imediato. Najila foi condenada a priori, pois, embora ninguém tenha tido acesso ao quarto do casal, a convicção é de que se uma mulher assume o risco de ir a um encontro sexual, ela assume estar à disposição de toda e qualquer violência que o homem deseje cometer contra ela. Ela estaria à disposição do desejo dele, não importasse o desejo dela. Uma vez dado o *sim* inicial, cabe à mulher seguir aquiescendo ou tentar fugir a tempo. Podemos acreditar que se trata de uma visão local da mulher, mas, infelizmente, pesquisa francesa recente mostra que o movimento *#metoo* é bem menos consistente do que o estardalhaço midiático faz supor. Em artigo publicado no jornal *Le Monde* (21/06/2019), Chloé Martin cita enquête feita que revela que os estereótipos que criam o caldo de cultura no qual chafurda a violência contra a mulher continuam indiferentes às recentes manifestações públicas nesse país. Para os franceses, o comportamento das vítimas (trajes e atitudes, por exemplo) ainda serve de justificativa para abusos, estupros e mortes. “Quem ama não mata” ainda precisa ser gritado em alto e bom som.

Caso Hilda ----

Barbosa Coutinho

Comentado por

Anna Maria Amaral e Nelson da Silva Jr.

Barbosa Coutinho é membro efetivo e analista didata da Sociedade Psicanalítica de Fortaleza. Professor e fundador da Escola de Psicoterapia Psicanalítica de Fortaleza. Ex-membro efetivo e analista didata da Sociedade Psicanalítica de Recife.

Anna Maria Amaral é psicanalista membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, onde foi professora e supervisora do Curso de Psicanálise.

Nelson da Silva Jr é psicanalista, doutor pela Universidade Paris VII. Professor Titular do Departamento Social do Instituto de Psicologia da USP. Membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. Coordenador do Laboratório de Teoria Social, Filosofia e Psicanálise. Autor dos livros *Patologias do Social* (Autêntica, 2018) e *Fernando Pessoa e Freud: diálogos inquietantes* (Blucher, 2019).

Em Debates Clínicos, a revista Percurso convida três psicanalistas preferencialmente de correntes teóricas e instituições diferentes, um deles como apresentador e dois como comentaristas. Além dos imprescindíveis cuidados referentes à proteção da confidencialidade, solicitamos que o material e os comentários se atenham o mais possível à clínica, de modo que dela se depreenda a teoria e não o contrário. Cada convidado só conhece os outros dois participantes no final do processo. Com isso, visamos diminuir os fatores paratransferenciais que poderiam inibir a livre e descompromissada manifestação de opinião. Nosso objetivo é superar as divisões em nosso campo, proporcionar movimentos integrativos e estimular a reflexão sobre convergências e divergências na prática clínica.

Ao escolher o material a ser enviado para a seção “*Debates Clínicos*” da revista *Percurso*, que será submetido a comentários de dois outros psicanalistas, procurei ater-me, como solicitado por seu corpo editorial, ao processo analítico de uma paciente, aqui chamada de Hilda, que, entendo, oferece elementos para a discussão da prática clínica.

A narrativa de uma história clínica, como aqui me proponho, sempre foi uma questão ética para a psicanálise. De todas as soluções, acredito que a solicitação de autorização ao paciente para uma apresentação seja a pior. Todavia, o psicanalista ao fazê-la não se furta de ver-se frente ao dilema de disfarçar os dados do paciente, com grave prejuízo de sentido, tanto para quem lê o material quanto para quem o escreve, ou de proceder a uma narrativa um tanto novelesca, em razão da natureza da matéria.

No caso Hilda, cuidei de me desvencilhar desses desígnios, procurando, o mais possível, sem descuidar de preservar a identidade da paciente, fugir da falta de sentido da narrativa e do modelo novelístico, ao buscar apresentar um material analítico que

permitisse outras reflexões, compreensões e interpretações na prática clínica, tal o objetivo proposto.

Hilda, professora universitária, procurou análise no momento de separação do seu terceiro casamento. Do primeiro casamento, ela tem uma filha adolescente, chamada Lu. Pedro, de quem agora está se separando, esteve presente nos outros casos de separação. Hilda conta que tem o mesmo nome de uma tia paterna que, aos nove anos, morreu de um processo infeccioso. Tal morte passou a fazer parte da tragédia familiar paterna, que teve início quando sua avó, enamorada de um outro homem, abandonou a família, deixando para trás o marido e os filhos. O marido abandonado obrigou os filhos, entre eles seu pai, ao rompimento definitivo com a mãe, o que foi cumprido com extremo rigor. Recentemente, após muitos anos da ocorrência do fato, sua avó paterna retornou, na esperança de encontrar seus filhos, e estes se recusaram a revê-la. Hilda, no entanto, às escondidas, visitava-a e se desdobrava em cuidados à mãe não perdoada pelos filhos.

Desse relato, considerei muito importante o encontro com a avó. Com ele, pareceu-me que Hilda estava reescrevendo sua história familiar com um novo roteiro. Por trás da assiduidade com que Hilda cuidava da avó, penso que ela condensava duas personagens: a Hilda morta que agora reencontrava a mãe, papel que lhe delegara o inconsciente do pai ao lhe dar o nome da irmã morta, e a Hilda neta viva que procurava se aliviar do compromisso de ser a filha morta. Ou seja, ao cuidar da avó às escondidas do pai, Hilda submetia-se ao desejo do pai que a identificava com a irmã morta, ao mesmo tempo que mostrava seu desejo de se firmar como a filha viva, deixando de lado as identificações traumáticas com a morta. Numa fala, Hilda diz: *“minha avó está tão velhinha, tão frágil, eu abraço ela e fico pensando que ela foi uma mulher corajosa. Ela me beija e sempre diz: minha filha, não deixe de vir amanhã. Ela diz sempre que fica feliz por eu ter o nome da filha dela”*. O fato de considerar o comportamento da avó não escandaloso ou condenável e sim corajoso também pareceu-me apontar nessa direção – um desidentificar-se das concepções do pai e da família paterna. Hilda estaria, assim, lutando em duas frentes, sair da identificação com a tia e discriminar-se das ideias do superego ou ideal do ego do pai.

De sua infância, Hilda relatou que guarda a lembrança de um pai muito violento, que costumava ameaçar, com arma de fogo, os filhos e sua mãe que, em atitude passiva, e temendo a violência do marido, estimulava-o a se ausentar de casa, desejando que ele continuasse a levar sua vida de muitas amantes. Vê-se que Hilda está presa à imagem de dois homens – o avó e o pai – ilimitadamente poderosos e autoritários.

Hilda, na minha compreensão, se vê compelida a repetir em seu casamento o padrão familiar. Além da identificação com a tia morta, Hilda também depara com as identificações com a mãe e a avó, mulheres submetidas à violência dos homens da família. Parece repetir a avó que se enamorou e abandonou o lar. Pedro, o eterno namorado, causa do rompimento de suas outras relações de casamento, tal qual seu pai fazia com a sua mãe, trata-a com violência: “sua vagabunda, vadia, você saiu hoje com seu amante, você tem de fazer análise para tomar consciência do quanto você é má, mesquinha, narcisista e injusta.”

Sua análise é cansativa; exige muito do analista que, às vezes, não tem como se esquivar do fato de que parece estar a praticar uma terapia de casal. Quando a paciente fala da loucura de Pedro, com quem tem diálogos ofensivos a toda hora, esconde a sua própria loucura. Seu maior temor é ter que enfrentar mais uma separação, por receio de ter de se haver com sua participação no processo, com sua parte doentia.

Quando o analista concorda com suas opiniões sobre Pedro, a paciente se retrai. Já que é o analista quem faz essa demonstração, a paciente se alivia do próprio julgamento. Mas, se o analista parece fazer objeção a Pedro, estimulado por ela, e, de alguma forma, incomodado com suas agressões e violência, Hilda se ausenta de suas questões com o marido trazidas para análise e, nesse momento, adota um ódio silencioso ao analista que demonstrou desaprovação ao comportamento dele. A paciente ora procura envolver o analista em suas brigas com o marido, como a procurar proteção amorosa, ora, contraditoriamente, devolve seu ódio ao analista por este se ter oposto a Pedro, de quem ela quer preservar as coisas boas da relação.

A análise desta paciente tem uma transferência aparentemente amistosa, um vínculo de colaboração, um investimento sublimado para com o analista; só raramente a transferência aparece na forma negativa, carregada de elementos hostis, como resistência, quase sempre após alguma interpretação. Ainda assim, a paciente mantém uma aparente neutralidade afetiva com o analista. Seu amor e desamor estão circunscritos aos encontros/desencontros e prazeres/frustrações no casamento.

Nos fragmentos de sessão que serão apresentados, Hilda, de uma maneira histriônica e regredida, coloca-se muitas vezes como uma criança em busca de amor e amparo. O analista não reproduzirá aqui, de forma extensiva, o que foi falado por ele em cada momento da análise, mas de seus comentários se pode evidenciar a forma como compreendeu, interpretou e transmitiu sua compreensão do material clínico à paciente.

1. Fragmentos de sessão

Paciente:

Nada mudou em minha vida. Passo o tempo me lembrando do Pedro. Só as coisas boas. Faço tudo que tenho para fazer, mas só Deus sabe! Fui com a S., o marido dela e outros amigos, para o sítio. Não foi horrível. Mas bom não foi. Sábado, uma amiga que se separou há pouco tempo me ligou para irmos a uma boate. Levei a Lu porque a filha dela também ia. Eu nunca tinha ido a uma boate. A gente ficou até as cinco da manhã. Para onde me chamam eu vou. Mas não gosto. Mas ficar em casa é pior. O Pedro telefonou perguntando se a Lu não ia voltar ao psicólogo, porque ele estava achando ela muito triste. Que absurdo! Além de ele não ser pai dela, ... ela tem um pai cuidadoso e muito presente. No domingo teve o jogo do Brasil, ele ficou mandando mensagens para o celular dela: ... "te amo", "Me espere, sinta como se estivesse ao seu lado vendo o jogo", "beijos, te amo minha lindinha".

Disse à paciente que ela cria uma atmosfera de luto e sofrimento que, até certo ponto, não há. Que fala de uma dor, uma solidão, uma perda, que também não houve na dimensão dada por ela. Que ao dizer ser sempre Pedro o motivo de suas separações, sua história demonstra não ser bem assim. A paciente nega as mudanças que estão ocorrendo, pelo prazer infantil que os estados regressivos lhe proporcionam. Ela, identificada com sua filha Lu, não percebe seus próprios desejos eróticos (por seu pai, pelo analista), mas registra Pedro como perverso. No desenrolar da sessão, quando o analista faz colocações que Hilda entende como críticas e censuras a Pedro, estabelece-se uma parceria amorosa transferencial entre Hilda e o analista. Pedro e Lu estão num jogo sensual e incestuoso que, ao ser apontado, provoca um outro jogo sensual e amoroso entre a paciente e o analista. Ela diz o que Pedro deseja, mas não diz o que Lu deseja, porque seria registrar não o desejo de Lu, mas o seu mesmo na relação com o analista.

2. Fragmentos de sessão

Paciente:

Estou sozinha em casa. Minha filha viajou. Vou passar o fim de semana sozinha. Assisti ao jogo do Brasil sozinha. Não vou fazer o almoço no sábado que sempre faço para a família. Ah! Meu pai ligou convidando para ir à casa de praia com ele. Eu disse a ele que não ia sozinha. Ele disse que o casamento com o Pedro não ia mesmo dar certo. Ele disse que tinha um remédio natural para o intestino, e que ia levar para mim. Eu só sei que é péssimo ficar sozinha. Eu já me casei muitas vezes, mas sempre me separava pelo Pedro. Só no primeiro casamento não foi por causa dele.

Nesses fragmentos de sessão, a paciente mostra a repetição que se dá numa relação idealizada (Pedro) e apresenta um pai cuidadoso e protetor (o remédio natural para o intestino) e ainda sugere uma situação de solidão e abandono para, desse modo, obter o amor do analista e sua companhia nos solitários fins de semana: “Ele me disse que o casamento com Pedro não ia dar certo”, referindo-se à opinião do pai. No âmbito da relação analítica, o analista é frequentemente colocado por Hilda no lugar daquele que critica e não acredita em Pedro, obedecendo ao desejo inconsciente de ver repetir-se a reprovação do próprio pai às suas alianças amorosas.

3. Fragmentos de sessão

Paciente:

Minha vida está muito ruim. (Após longo silêncio) Estão organizando uma grande festa e me convidaram. Vai ser muito animado. Eu não tive ânimo para responder. A minha vontade é não ir.

Paciente:

Meu ex-marido me telefonou e conversamos sobre a Lu. Ele ficou irritado com os problemas que ela está criando no intercâmbio, mas disse que eu não me preocupasse.

Paciente:

Minha viagem para visitar Lu está a maior confusão. Nunca vi tanta desorganização numa agência de turismo. Eu já fui lá várias vezes e eles não resolvem porque eu quero modificar uns trechos da viagem. A moça me vendeu a passagem de forma errada e eu tive que gastar um tanto a mais desnecessariamente.

Paciente:

(Depois de fazer silêncio) Eu não dormi nada essa noite. Até aquilo que gosto, correr, eu não fui... Eu queria mesmo era arranjar um namorado... bem bom... (silêncio). Este final de semana pensei em ligar para o Pedro, mas não vou fazer isto nunca... (silêncio).

Paciente:

Eu estou falando pouco porque as coisas que estou pensando nada têm a ver com coisas daqui. Pensei nas aulas de ginástica que vou perder e não quero pagar. Pensei quando sair daqui passar na agência. O doutor L disse que estou mais gordinha e voltei a ficar bonitinha.

Toda essa sequência de falas pertence a uma mesma sessão, sem interrupção do analista.

A paciente revelou que estava falando pouco porque o que estava “pensando nada tem a ver com coisas daqui”. “Eu queria arranjar um namorado bem bom”... “A aula de ginástica que vou perder e não quero pagar”.

Ela omitiu a sedução ao analista (“eu queria arranjar um namorado, bem bom”) voluntariamente (*Unterdrückung*).

O analista disse à paciente que ela parece sufocada pelo luto de Pedro e também pela ausência de Lu. Sem Pedro e Lu, não tem ânimo para ir à grande festa para a qual a convidaram, nem de fazer o que mais gosta, correr. Ela precisa registrar a falta de Pedro, mas sem lembrar seus aspectos ruins o luto não se dissolve. No registro original de sua história o pai a maltratava, mas ficava com ela. Ela procura parcerias que repitam o trauma de violência familiar.

A problemática que Hilda vive na relação com o analista tem aspectos amorosos, mas também traços hostis. Pensando nesta linha, ela responsabiliza o analista por sua solidão, seu desânimo e até mesmo pela separação de Pedro. Ela tanto não deseja pagar as aulas de ginástica que irá perder quanto não lhe agrada a ideia de pagar sessões não realizadas. Ela precisa garantir que está silenciosa porque “tudo o que está pensando não tem nada a ver com coisas daqui”, em uma atitude clara de negação. Sua viagem para encontrar a filha no intercâmbio é fundamentalmente um distanciamento do analista. Por outro lado, ela procura uma aproximação buscando ser também a “bonitinha” dele, como é a “bonitinha” do doutor L.

Depois de muitas dificuldades no percurso da análise, a paciente aceita convite de uma importante universidade e decide afastar-se por um mês. Apesar dos ganhos profissionais da viagem, há nítidos sinais de repetir, como atuação, a viagem da filha para o intercâmbio. No momento do retorno de Lu, Hilda decide fazer o seu “intercâmbio”, deixando a filha na condição de abandono em que antes se encontrava. Também parece querer vingar-se do analista a quem culpa pela separação de Pedro, ao mesmo tempo que toma distância de Pedro, deixando com este o peso do luto por sua partida.

Comentário de Anna Maria Amaral

Para bem compreender a vida psíquica é indispensável cessar de superestimar a consciência. [...] Não pode haver fato consciente sem estágio anterior inconsciente, ao passo que o inconsciente pode prescindir do estágio consciente e ter, entretanto, um valor psíquico. O inconsciente é o psiquismo ele mesmo e sua essencial realidade. Sua natureza íntima nos é também desconhecida tanto quanto a realidade do mundo exterior, e a consciência nos ensina sobre ele de uma maneira tão incompleta quanto nossos órgãos de sentido sobre o mundo exterior .^{ccxi}

A questão da exposição de um “caso” é um problema desde o nascimento da psicanálise. Freud, ele mesmo, relatou-nos vários de seus casos clínicos. Como revelar a narrativa de uma análise sem identificar o analisando? A psicanálise além de clínica e teoria é também um método e uma “tecné”, isto é, um saber fazer – que se impõe. Um relato clínico, em geral, nos revela mais sobre o analista que o escreveu, sua técnica e a escola a que pertence do que sobre o seu analisando. É no relato que a criatividade literária do analista nos apresenta seu pensamento clínico. Apesar de Freud ser o nosso tronco

mestre, muitos galhos fecundos surgiram após ele: Lacan, Melanie Klein, D. W. Winnicott, para citar apenas alguns, sabendo que muitos pós-freudianos deixaram contribuições inestimáveis.

Na psicanálise, uma escrita clínica deve levar em conta não apenas a apresentação do “caso”, mas também a metapsicologia que o envolve – uma escrita em que a clínica está presente, assim como um pensamento clínico. Há sempre uma certa distância entre o pulsional de uma análise e a escrita, pois é impossível dar a ver o que se passa na intimidade de uma sessão. Mas toda transformação, se for bem descrita, mostra a “verdade do caso”.

Como podemos pensar um relato clínico que aborde o inconsciente?

Podemos recorrer ao que Michele Montrelay chama de “campo flutuante”:

Pensá-lo não em termos de um determinismo, de relação de causa e efeito, que se encadeariam, que se repetiriam de um modo inexorável no tempo, mas em termos de probabilidades [...] mais um conjunto de pulsões é posto em interação no seio de uma cumplicidade, mais os microssistemas auto-organizados que eles formam com seus representantes entram em ressonância, menos nós podemos prever com certeza, mesmo se conhecermos as condições iniciais e seus limites, a maneira na qual ele vai se representar e menos ainda seu devir^{ccxii}.

Uma das questões que mais me chamaram atenção nessa apresentação foi a da transferência-contratransferência (transferência do analista). Em vários pontos do trabalho, o autor pensa nele mesmo como polo erótico ou falta dele, e quase se queixa de que a paciente não faz esta ligação com ele:

No desenrolar da sessão, quando o analista faz colocações que Hilda entende como críticas e censuras a Pedro estabelece-se uma parceria amorosa transferencial entre Hilda e o analista. Pedro e Lu estão num jogo sensual e incestuoso que, ao ser apontado, provoca um outro jogo sensual e amoroso entre a paciente e o analista.

A transferência erótica é vista por Freud como transferência negativa, levando a análise a um compasso de espera, ou até mesmo, a um recrudescimento das defesas do analisando. Apenas um acolhimento silencioso por parte do analista mobilizaria o psiquismo de Hilda. A questão que se impõe é o que o analista deseja com o desvelamento da transferência erótica.

Outro ponto discutível da transferência do analista é o que se faz sentir em descrições como esta:

Disse à paciente que ela cria uma atmosfera de luto e sofrimento que, até certo ponto, não há. Que fala de uma dor, uma solidão, uma perda que também não houve na dimensão dada por ela. [...] A paciente nega as mudanças que estão ocorrendo, pelo prazer infantil que os estados regressivos lhe proporcionam.

Segundo Fédida, a sessão de psicanálise é um “lugar de fala”, ou, dito de outra maneira, “o psiquismo tem seu lugar na análise”. O analista trabalha com significantes que podem ser frases, traços, lapsos, sonhos, e tudo isso ocorre na superfície da linguagem, e vem se alojar na escuta do analista; se é “mentira” o sofrimento dela, não cabe ao

analista denunciar. É a escuta do analista, suas pontuações e interpretações que vão permitir ao analisando se sentir responsável pela sua história sem tantas identificações e projeções. No decorrer de uma análise, o sujeito desliza por vários outros lugares prescindindo das interferências do analista. Como já receitava o velho médico de Macbeth, citado por Green, à mulher louca de seu Senhor: “Nesse caso o paciente ele deve se curar ele mesmo”^{ccxiii}.

Agradeço a Luciana Miranda Penna pela leitura atenciosa e sugestões.

Comentário de Nelson da Silva Junior

Hilda e os três tempos de uma repetição

Gostaria, antes de mais nada, de agradecer aos colegas da editoria da sessão “Debates Clínicos”. Gostaria igualmente de expressar o meu respeito e admiração pelo sensível trabalho de análise e pelo relato preciso do analista de um caso particularmente difícil de sua clínica. Difícil, pois a estrutura e a intensidade dramática da repetição transferencial se revelam como particularmente recalcitrantes, apesar da relativa clareza dos movimentos que esta repetição introduz na situação analítica. Retomemos a história construída em análise por Hilda e seu analista, buscando sublinhar os elementos de sua estrutura singular de repetição.

O pai

A história de Hilda se inicia muito antes de ela nascer, na infância do pai e seus impasses. O evento inaugural dessa história ocorre quando sua avó se enamora por *outro homem* e se separa, deixando marido e filhos para trás. O avô de Hilda, marido traído, impõe aos filhos uma ruptura definitiva com a mãe. Uma primeira confusão de gerações acontece nessa imposição: a traição que sofreu como homem passa a ressignificar e tornar definitivo o abandono que seus filhos sofreram. A imposição de ruptura, ao se apresentar como *castigo merecido à mãe desnaturada*, vela a violência que ela implicava para estas crianças. De certo modo, essa violência se reverte em vingança, quando estas crianças são alçadas à categoria de “marido traído”, quando poderiam ser apenas filhos de pais separados. Algum tempo depois, a morte de uma criança acontece: uma das irmãs do pai de Hilda morre, vítima de uma infecção fatal. A “causa oficial” dessa morte será aquela do abandono da mãe. Esta “causa oficial”, uma vez que é incompleta e violentamente parcial em relação à história toda, já prenuncia toda a complexa trama que virá a seguir: como um fantasma, a morte da irmã dará voz à dor fatal que a separação da mãe causou ao pai de Hilda, assim como à impossibilidade de obedecer e de se identificar com seu pai, rompendo definitivamente com sua mãe. Desta irmã morta, porta-voz fúnebre de sua dor, virá o nome de Hilda. Tal homenagem póstuma à irmã vale, portanto, como um sintoma, solução singular de desejos incompatíveis: por um lado ela é um traço da dor recalcada e um apelo ao retorno da mãe, por outro, uma acusação de homicídio endereçada a esta mãe. O pai de Hilda permanece preso nesse impasse. Outra faceta desse mesmo impasse é a imposição feita por seu pai de ruptura

com a mãe e a impossibilidade de se submeter a essa imposição. O nome de Hilda resume e reedita esse impasse e suas diversas facetas.

A filha

Retomemos a “causa oficial” da morte da primeira Hilda, tia da analisanda. Nem a imposição, nem a infecção serão causa da morte da menina, há apenas uma única culpada: a mãe/mulher arrebatada pela paixão e seu abandono da família. Uma equivalência entre mulher apaixonada e morte se esboça aqui, resultado de uma história mal contada. Sabemos que o pai de Hilda remeteu essa história mal contada à próxima geração, à sua filha. Vimos que, ao batizá-la com o nome da irmã morta, é feita uma demanda do pai à Hilda. Trata-se da demanda de um filho que foi incluído à força em uma vingança que não era a sua, um filho que, ainda que ressentido com o fato de a mãe tê-lo abandonado, possivelmente não estava decidido *a nunca mais vê-la*. O rompimento definitivo com a mãe era uma exigência de seu pai, exigência assumida ao preço de um soterramento de seu desejo de revê-la. Os efeitos desse desejo são claramente parte, por exemplo, da decisão de Hilda em visitar a avó às escondidas. Além disso, sabemos que, nesta nomeação, ele sublinha seu lugar de irmão enlutado e de filho rancoroso (“– Está vendo mãe, o que sua paixão causou?”). São estas as “demandas” paternas a Hilda, demandas feitas do lugar de um filho e do lugar de um irmão. Quando a criança inconscientemente pergunta aos pais quem eles querem que ela seja, juntamente com as falas explícitas ela obtém outras respostas, as inconscientes, que trazem consigo os lugares infantis dos pais. Poderíamos dizer que há, nas respostas que Hilda tem de seu pai, uma segunda confusão de gerações. Pois Hilda, ao formular essa pergunta a seu pai, herda, junto com seu nome, um outro lugar na composição familiar: ela não tem apenas o lugar de filha, mas também o de irmã morta-viva, como bem cunhou o analista, morta pois foi a vítima trágica de um abandono que todos sofreram, viva pois encarregada de expressar eternamente esse rancor/amor paterno para sua própria mãe.

Assim, essa nomeação traz efeitos perturbadores quanto ao lugar de Hilda em sua família, pois, se ela é *filha de seu pai*, a nomeação a coloca simbolicamente no lugar de *irmã*, o que implica uma horizontalização de lugares na interdição do incesto. Na experiência de Hilda, o pai possui assim dois lugares discrepantes e inconciliáveis: inconscientemente, irmão desamparado e, conscientemente, homem violento. Nenhum desses lugares é o melhor para sustentar uma interdição ao incesto. De fato, a mãe, acuada com as ameaças e a violência do pai de Hilda, o incentiva a ter amantes. Não é difícil para uma criança nessa situação entender que a submissão da mãe estava fundada no medo, mas que disto não se origina respeito pelo pai. Com efeito, nenhum desses lugares – filho enlutado, irmão a ser vingado, homem violento e sem limites, marido temido e silenciosamente desprezado – é propício para representar e sustentar a função paterna típica da interdição edípica, que organiza o proibido e o permitido ao sujeito em matéria sexual segundo uma ordem social à qual está submetido e que assume como sendo sua. Em outras palavras, em sua infância, Hilda teve um pai fraco, no sentido metapsicológico do termo. Estava lá, mas não era em si mesmo dotado de nenhuma potência digna de admiração. Apenas um *outro homem* fuge na história de Hilda destas alternativas sem saída de seu lugar junto ao pai: o amante da avó.

Este *outro homem* pode funcionar em vários papéis. Não apenas como amante digno do amor de uma mulher, na medida em que junto dele o desejo de uma mulher é legítimo e reconhecido como tal, mas também como pai idealizado, capaz de estabelecer uma família. Ele existe, desde que seja vislumbrado através da fórmula negativa: *não é esse que tenho*. A fórmula essencialmente negativa constrói o lugar de uma figura sem rosto, que se contrapõe às figuras conhecidas, mas impossíveis, do masculino no imaginário de Hilda. Podemos ver aqui um dos polos de sua repetição, o polo objetal.

Trata-se de um arranjo precário aquele inventado por essa repetição, pois, tanto a proximidade de um homem como sua distância são vividas como a condição de seu oposto: *esse homem* e *o outro homem* são mutuamente definidos em um maniqueísmo que organiza sua vida amorosa de modo mecânico, aparentemente automático, sem opções fora desse binarismo. Paralelamente, suas identificações oscilam entre aquela de mulher enamorada e frágil, à espera de ser salva de um homem violento, para aquela de mulher fatal, capaz de seguir seu próprio desejo sem medir as consequências. Hilda, no polo identificatório da repetição, oscila entre dois papéis: seja aquele de *encenar e reencenar* o enamoramento da avó por um homem que não é seu marido, terminando corajosamente seus casamentos sempre por esse *outro homem*. Seja aquele da mulher infiel, que merece castigo e sofrimento pelo seu desejo excessivo.

A transferência

O desafio da análise de Hilda é o de, a partir da transferência e das intervenções, ajudá-la a se descolar desse sistema sem saída, no interior do qual ela busca uma solução para ser um sujeito e ser uma mulher. Mas em princípio uma repetição envolve estruturas psíquicas que incluem o ego e a consciência do sujeito em seu próprio movimento. Assim, desde já, gostaria de sublinhar a importância de diferenciar dois níveis do discurso de Hilda: o imaginário, narcísico, egoico, e aquele automático da repetição.

Separar as elaborações secundárias do sujeito do mecanismo automático da repetição permitiria conceber a repetição como uma estrutura paradoxal, não coerente consigo mesma, e, portanto, inacessível em toda sua extensão à compreensão egoica, compreensão que, na verdade, está condicionada aos polos identificatórios e objetais da repetição. Contudo, todos sabemos que isto não é tarefa fácil. Frequentemente levamos ao pé da letra declarações dos analisandos como testemunhas de sua verdade interior. Desse modo, corremos o risco de pensar que estas declarações seriam independentes do mecanismo da repetição. Isso indica a importância de mantermos uma certa distância em relação ao lugar transferencial que os analisandos constroem em suas análises. Tais lugares assim como declarações egoicas são elementos parciais, mas inerentes ao ciclo completo da repetição. Nem sempre conseguimos levar em conta essa indissociabilidade entre o caráter repetitivo do lugar transferencial e as proposições egoicas dos analisandos, ainda que a tenhamos claramente diante de nós e que a percebamos com clareza. No relato do caso Hilda, a fineza e a fidelidade da observação do analista permitem que localizemos um desses momentos, ao qual restringirei meus comentários, em vista da restrição do espaço:

Quando o analista concorda com suas opiniões sobre Pedro, a paciente se retrai. Já que é o analista quem faz essa demonstração, a paciente se alivia do próprio julgamento. Mas, se o analista parece

fazer objeção a Pedro, estimulado por ela, e, de alguma forma, incomodado com suas agressões e violência, Hilda se ausenta de suas questões com o marido trazidas para análise e, nesse momento, adota um ódio silencioso ao analista que demonstrou desaprovação ao comportamento dele. A paciente ora procura envolver o analista em suas brigas com o marido, como a procurar proteção amorosa, ora, contraditoriamente, devolve seu ódio ao analista por este se ter oposto a Pedro, de quem ela quer preservar as coisas boas da relação. (meus itálicos)

Como vimos, a repetição de Hilda tem uma estrutura narrativa que envolve duas figuras masculinas opostas, mas mutuamente determinadas. Na repetição transferencial, estas figuras surgem em dois tempos: primeiramente quando esta se apresenta como vítima, demandando ao analista que a salve. Nesse primeiro tempo, o analista está no lugar do *outro homem* idealizado. Em seguida, quando ela identifica o próprio analista ao algoz e assume uma postura crítica em relação a ele. Nesse segundo tempo, o analista é colocado no lugar do homem opressor. Pedro, em paralelo e simultaneamente, é primeiramente o algoz, e em seguida o *outro homem*.

Talvez em vista de não levar em conta a inclusão do ego da paciente em sua repetição, o analista se vê envolvido nesta cena transferencial e acaba atuando, a cada vez, os papéis oferecidos pelos lugares transferenciais. De qualquer modo, vemos no trecho acima que a transferência é tomada como se lhe fosse pessoalmente endereçada e que o ego da paciente é tomado como um aliado: o analista ora sente pena da vítima, ora se enraivece contra Pedro. Desse modo, o analista encarna aqui um papel já descrito no roteiro de Hilda, e encenado anteriormente pelo próprio Pedro em seus dois lugares: primeiramente tem o papel do *outro homem*, cuja figura idealizada tem a função de salvá-la de um casamento opressor. Em seguida, ao assumi-la como sua mulher, Pedro deixa de ser esse *outro homem*, e, na falta de outros papéis, só lhe resta aquele do homem opressor.

Uma alternativa possível seria aquela de privilegiar, nas intervenções, a repetição como um todo, isto é, a indissociabilidade dos dois lugares do homem, aquele do homem opressor (marido/pai/avô) e aquele do *outro homem* (amante da avó/Pedro) em suas sucessivas encarnações. Talvez esse tipo de intervenção permitisse um certo grau de emancipação tanto do analista quanto de sua paciente em relação às repetições que os constroem.

Notas

T01 Das grandes guerras

1. Artigo originado de conferência proferida pelo autor em 29 de outubro de 2018 no Instituto Sedes Sapientiae, em São Paulo, por ocasião do debate “História e desafios da clínica psicanalítica em instituições socioassistenciais”, realizado pelo Departamento de Psicanálise deste Instituto em parceria com o selo *Linear A-barca: clínica de grupos e instituições*.
2. R. Kaës, *L’extension de la psychanalyse. Pour une métapsychologie du troisième type*.
3. Instituições especializadas: “serviços e estabelecimentos cuja missão é aportar um cuidado e/ou acompanhamento socioeducativo junto a sujeitos que apresentam uma forma de sofrimento psíquico, de psicopatologia, de desvio, de desadaptação social ou de antissocialidade. Sujeitos que entram no campo daquilo que Alain-Noël Henri designou pelo termo genérico de ‘desinscrição’” (J.-P. Pinel, “A construção do dispositivo de intervenção à prova das mutações institucionais contemporâneas”, in O. Nicolle; R. Kaës [orgs.]. *A Instituição como herança. Mitos de fundação, transmissões, transformações*, p. 21).
4. A.-N. Henri, “Le secret de famille et l’enfant improbable”, in P. Mercader; A.-N. Henri (orgs.), *La formation en psychologie. Filiation bâtarde, transmission troublée*.
5. S. Ferenczi, “Deux types de névroses de guerre”; “Psychanalyse des névroses de guerre”; “Articles posthumes, Réflexions sur le traumatisme”.
6. S. Freud, “Introduction à la psychanalyse des névroses de guerre”, in *Résultats, idées, problèmes*.
7. G. Roheim, *Das Selbst*.
8. A. Aichorn, *Jeunesse à l’abandon*.
9. H. Simon, *AktiviereKrankenbehandlung in der Irrenanstalt* [Tr. fr.: *Une thérapie plus active à l’hôpital psychiatrique*].
10. J. Ayme, “Essai sur l’histoire de la psychothérapie institutionnelle”. *Institutions n. 44*.
11. H. Simon, *op. cit.*
12. J. Lacan, *De la psychose paranoïaque dans ses rapports avec la personnalité*, suivi de *Premiers écrits sur la paranoïa*.
13. P.-C. Racamier, *Le Psychanalyste sans divan. La psychanalyse et les institutions de soins psychiatriques*.
14. A. H. Stanton; M. S. Schwartz, *The mental hospital: A study of institutional participation in psychiatric illness and treatment*.
15. W. R. Bion, *Experiences in groups*.
16. W. R. Bion, *The long week end*.
17. D. W. Winnicott, *Deprivation and Delinquency*.
18. J.-P. Pinel, “Les fonctions du cadre dans la prise en charge institutionnelle”, *Revue de Psychothérapie Psychanalytique de Groupe*, 13, *Pratiques soignantes dans les institutions*.
19. R. Kaës, *Le Malêtre*.
20. J.-F. Lyotard, *La condition postmoderne*.
21. H. Rosa, *Accélération. Une critique sociale du temps*.
22. G. Gaillard, “La généalogie institutionnelle et les écueils du travail d’historisation: entre filicide et parricide”; “L’institution, le pouvoir, l’emprise et la génération”.
23. J.-P. Pinel, “Emprise et pouvoir de la transparence dans les institutions spécialisées”, *Revue de Psychothérapie Psychanalytique de Groupe*, 51.
24. “Designadas para uma posição intermediária, destinadas a exercerem uma função de articulação na desinscrição, devem participar na tarefa de recompor o tecido dos laços sociais e simbólicos impedidos, atacados ou rompidos” (J.-P. Pinel, “A construção do dispositivo de intervenção à prova das mutações institucionais contemporâneas”, in O. Nicolle; R. Kaës [orgs.]. *A Instituição como herança. Mitos de fundação, transmissões, transformações*, p. 21-22).
25. J.-P. Pinel, “La position nostalgique mélancolique, un interrupteur des processus de transmission du cadre et des dispositifs institutionnels”, *Revue de Psychothérapie Psychanalytique de Groupe*, 65, *Transmission intergénérationnelle et transformations*.
26. J.-P. Pinel, “La position nostalgique mélancolique, un interrupteur des processus de transmission du cadre et des dispositifs institutionnels”, *Revue de Psychothérapie Psychanalytique de Groupe*, 65, *Transmission intergénérationnelle et transformations*.
27. R. Kaës, *Le Malêtre*.

T02 Revista

1. R. Mezan, “Figura e fundo, notas sobre o mundo psicanalítico”, *Percurso n. 20*, p. 7-8.
2. M. Fuks, “Reich e a relação entre política e psicanálise”, p. 1.
3. M. Fuks, *op. cit.*, p. 2.
4. M. Langer; A. Bauleo (orgs.), *Questionamos a Psicanálise e suas Instituições*.
5. *História do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae*, maio de 2006.
6. R. Mezan, *op. cit.*, p. 10.
7. M. Chnaiderman, “Existe uma psicanálise brasileira?”, *Percurso n. 20*.
8. R. Major, “Ouverture” in *Géopsychanalyse, les souterrains de l’institution*, Rencontre Franco-latino-américaine, Confrontation, p. 9.
9. J. Derrida, “Géopsychanalyse and the rest of the world, les souterrains de l’institutions”, in *Rencontre franco-latino Américain*, Paris, Confrontation, fev. 1981.
10. P. Pelbart, “Negros, judeus, palestinos: do monopólio do sofrimento”. *Percurso n. 60*, p. 54.

11. M. Chnaiderman, op. cit.
12. M. Chnaiderman, op. cit., p. 21.
13. R. Mezan, op. cit., p. 16.
14. H. Besserman Vianna, *Não conte a ninguém*.
15. J. Derrida, *Estados-da-alma da psicanálise, o impossível para além da soberana crueldade*, p. 19.
16. J. Derrida, op. cit., p. 46.
17. N. Zaltzman, *L'esprit du mal*.
18. N. Zaltzman, "Homo Sacer: l'hommetuable", in *La résistance de l'humain*, p. 6.
19. N. Zaltzman, op. cit., p. 7.
20. M'de M'Uzan; J.B. Pontalis, "Écrire, Psychanalyser, Écrire, échange de vues", *Écrire la Psychanalyse*, Nouvelle Revue de Psychanalyse, n. 16, p. 5.
21. P. Pelbart, op. cit., p. 55.
22. A. Green, "Transcription d'origine inconnue", *Écrire la Psychanalyse*, Nouvelle Revue de Psychanalyse, n. 16, p. 31.

Urribarri

1. F. Urribarri, "El poslacanismo. El psicoanálisis contemporáneo"; "La representación en el encuadre contemporáneo"; "El trabajo psíquico del analista. Los tres modelos de contra-transferencia". El lector interesado puede consultar "Que es un psicoanalista contemporáneo?".
2. Los modelos, como los paradigmas de Kuhn, son un mixto de conocimiento científico y de discurso (o ideología) instituido. Debe diferenciarse entre las obras de los grandes autores (complejas, heterogeneas, abiertas) que inspiran dichos modelos, y los recortes, homogeneizaciones y la estandarización que su institucionalización implica.
3. Para una visión más amplia ver F. Urribarri, "Después de Lacan", *Percurso*, n. 60.
4. Garma y Rascosky realizan desde temprano aportes originales.
5. Arminda Aberastury y Betty Garma introducen las ideas de Anna Freud y sobretodo de Melanie Klein, a las que desarrollan de modo personal.
6. J. L. Borges, "El escritor argentino y la tradición", p. 87.
7. J. Bleger, "Psicoanálisis del encuadre analítico"(1967) en *Simbiosis y ambigüedad* (Paidós).
8. Los libros "Cuestionamos" (volumen 1 y 2) compilados por Marie Langer representan esta línea de pensamiento.
9. El grupo kleiniano optará por salir de APA y fundar APDEBA.
10. Ver F. Urribarri, "El poslacanismo. El psicoanálisis argentino contemporáneo", *Zona Erógena*, n. 49.
11. Introducción al volumen colectivo *Lo grupal* (1983).
12. J. Jinkis, Revista *Contorno*, p. 8.

Ana Helena de Staal

1. Esse texto é a transcrição de uma palestra dada no Instituto Sedes Sapientiae, dia 30 de março de 2019, em homenagem aos 30 anos da revista *Percurso*. Agradeço especialmente a Lili Quintão a interlocução para a minha participação nesse evento, assim como ao Dr. Roberto Oliveira, tradutor dessa palestra, originalmente escrita em francês.
2. Cf. *Meaning and Melancholia. Life in the Age of Bewilderment* [trad. francesa: *Sens et mélancolie. Vivre au temps du désarroi*].
3. Quando Bollas fala de operacionalismo, é impossível não pensar também nas contribuições da Escola psicossomática de Paris, que, desde os anos 1960, descrevia as fissuras e os disfuncionamentos no aparelho de pensar os pensamentos. De fato, deve-se a Pierre Marty a noção de "pensamento operatório", distúrbio atribuído a um defeito de qualidade e de espessura no pré-consciente e presente na etiologia da chamada "depressão essencial" (uma depressão com sinais clínicos "brancos", na qual o paciente altamente depressivo continua "funcionando", por assim dizer, normalmente, sobretudo nas tarefas mecânicas ligadas ao trabalho e a vida cotidiana). Cf. P. Marty, *Les Mouvements individuels de vie et de mort*.
4. A neurociência e os psicofármacos se apresentam como os únicos a terem as respostas para estas questões que serão então abordadas sob as categorias de "déficit da atenção", "agitação", etc.
5. Evê-se aí toda a atualidade do trabalho de um analista como Antonino Ferro, que, pensando em termos de "cartilha emocional", criou ferramentas psicanalíticas específicas para a abordagem desse problema que é a alfabetização emocional do pensamento operatório.
6. "Faits et croyances" (1840).
7. A. Ferro, *Le Viscere della mente. Sillabario emotivi e narrazioni*, p. 72.
8. A. Badiou, France Culture, 5 abr. 2001; podcast disponível em: <<https://www.franceculture.fr/emissions/les-nuits-de-france-culture/les-chemins-de-la-connaissance-a-lecoute-de-jacques-lacan-45-avec-alain-badiou-1ere-diffusion>>.
9. Segundo Jean-Pierre Le Goff, o slogan atribuído ao Movimento do 22 de março expressava sobretudo um desejo de "ruptura com um passado museificado e um presente desencantado. [Uma chamada] para que se se arrancasse do tédio das aulas catedráticas, do vazio e da repetição do cotidiano." Cf. J.-P. Le Goff, *Mai 68. L'Héritage impossible*.
10. S. Freud, "Considérations actuelles sur la guerre et la mort" (1915).
11. G. Civitarese, "L'in/conscient comme fonction psychanalytique de la personnalité", *Revue Française de Psychanalyse*, 2011/3, vol. 75, p. 840.
12. Ver, entre outros, W.R. Bion, *Aux sources de l'expérience*, ou ainda "Contre mauvaise fortune, bon cœur" (1979), in W. R. Bion, *La Preuve & Autres textes*, p. 48-49. G. Civitarese, na sua comunicação para o 78º Congresso dos Psicanalistas de Língua Francesa, ocorrido em Gênova, em maio de 2018, dedica um longo e interessante capítulo ao tema do "Inconsciente como função psicanalítica da personalidade"; ele diz: "A teoria de Bion e, em seguida, a do 'campo analítico' provêm de um conceito de inconsciente diferente do clássico: o inconsciente como *função psicanalítica da personalidade* (expressão que parece ter se

inspirado da noção kantiana de *faculdade da imaginação produtiva* [*produktive Einbildungskraft*], ou seja, uma faculdade cognitiva do espírito) é um *a priori* do pensamento, não é inato mas adquirido”.

13. A. Green, “Le travail du négatif”.
14. T. Ogden, *Cet art qu’est la psychanalyse*, p. 157-158.
15. A intersubjetividade, o diálogo introspectivo de si a si, mas também o “comércio”, como dizia Freud, entre as instâncias psíquicas. Cf. Sigmund Freud, “L’inconscient” (1915), in *Métapsychologie*, p. 100.
16. Cf. C. Bollas, *Sens et mélancolie*, *op. cit.*, p. 99.
17. C. Bollas, *op. cit.*
18. C. Bollas, *op. cit.*, p. 102.
19. Entrevista concedida a *Le Magazine Littéraire* em 1994; republicada na mesma revista em 28 de fevereiro de 2019.
20. Escarificação entendida como gesto contra o sentimento de letargia do Ego.

Carmila Salles

1. G. Agamben, “Polícia soberana”, in *Meios sem fim – Notas sobre a política*, p. 97.
2. G. Agamben, “O que é um dispositivo?”, in *O que é o contemporâneo e outros ensaios*, p. 25.
3. S. Freud, “El malestar en la cultura”, in *Obras Completas*, vol. xxi, p. 57.
4. S. Freud, *op. cit.*, p. 71.
5. G. Agamben, “Polícia soberana”, *op. cit.*, p. 98.
6. J. Strachey, “Introdução”, in S. Freud, *op. cit.*, p. 60.
7. S. Freud, *op. cit.*, p. 69.
8. S. Freud, *op. cit.*, p. 67.
9. *Gewalt* também significa *poder e força*, às vezes, no sentido de *violência*.
10. J. Strachey, “Introdução”, in S. Freud, “Mal-estar na Cultura”, *op. cit.*, p. 62.
11. R. Mezan, *Freud, pensador da Cultura*, p. 142.
12. G. Agamben, *O que é o contemporâneo*, *op. cit.*, p. 27.
13. G. Agamben, *op. cit.*, p. 32.
14. G. Agamben, *op. cit.*, p. 32.
15. G. Agamben, *op. cit.*, p. 32.
16. G. Agamben, *op. cit.*, p. 32.
17. G. Agamben, *op. cit.*, p. 33.
18. Guerra do Golfo – ataque dos Estados Unidos e de outros países, sob a bandeira da ONU, ao Iraque.
19. G. Agamben, *Meios sem fim*, *op. cit.*, p. 97.
20. G. Agamben, *op. cit.*, p. 68.
21. G. Agamben, *op. cit.*, p. 98.
22. G. Agamben, *Meios sem fim*, *op. cit.*, p. 98.
23. G. Agamben, *op. cit.*, p. 98.
24. W. Benjamin, *apud* G. Agamben, *Meios sem fim*, *op. cit.*, p. 98.
25. G. Agamben, *Meios sem fim*, *op. cit.*, p. 98.
26. G. Agamben, *Meios sem fim*, *op. cit.*, p. 99.
27. G. Agamben, *Meios sem fim*, *op. cit.*, p. 99.
28. G. Agamben, *op. cit.*, p. 99.
29. G. Agamben, *op. cit.*, p. 99-100.
30. S. Freud, *op. cit.*, p. 140.
31. R. Mezan, “Uma arqueologia inacabada: Foucault e a psicanálise”, in R. Janine Ribeiro (org.), *Recordar Foucault*, p. 94-125.
32. J. Lacan, *O triunfo da religião, precedido de Discurso aos católicos*, p. 64.
33. T. Adorno, *Notas sobre literatura*, p. 28.
34. G. Agamben *Meios sem fim*, *op. cit.*, p. 100.
35. S. Moro, “O projeto da lei anticrime”, *Folha de S. Paulo*, 17 mar. 2019.

Bruno Esposito

1. Y. Harari, *Homo Deus*.
2. J. C. Volnovich, *El niño del “siglo del niño”*.
3. A. Jerusalinsky, “Homo Web: o fascínio da lógica eletrônica”.
4. J. Jerusalinsky, “Que rede nos sustenta no balanço da web? – O sujeito na era das relações virtuais”.
5. J. Jerusalinsky, *op. cit.*
6. B. Brazelton, *Momentos decisivos do desenvolvimento infantil*.
7. A. Gueller, “Droga de celular! Reflexões psicanalíticas sobre o uso de eletrônicos”.
8. S. Freud, “Proyecto de psicología”.
9. J. Jerusalinsky, “As crianças entre os laços familiares e as janelas virtuais”.
10. P. Sibilia, *Redes ou paredes: a escola em tempos de dispersão*.
11. C. Calligaris, *A adolescência*.
12. J. C. Volnovich, *op. cit.*
13. P. Ariès, *História social da criança e da família*.

14. A. Green, "Brincar e reflexão na obra de Donald Winnicott", *apud* L. Pires, *O jogo analítico: questões técnicas na clínica com crianças*, p. 109.
15. T. Marks-Tarlow; M. Solomon; D. Siegel, *Play and creativity in psychotherapy*.
16. S. Freud, "O escritor e a fantasia".
17. S. Freud, *op. cit.*, p. 327.
18. S. Freud, "Além do princípio do prazer".
19. L. Pires, *O jogo analítico: questões técnicas na clínica com crianças*.
20. M. Klein, *Amor, culpa e reparação*, p. 163.
21. Eis uma passagem que pode exemplificar esta observação: "Richard então falou longamente sobre uma 'tragédia' ocorrida no dia anterior: enquanto brincava na areia perdera sua pá e não a encontrara mais. M. K. interpretou seu medo de perder o pênis (a pá) como consequência de seus desejos com relação a ela e à mãe". Cf. M. Klein, *Narrativa da análise de uma criança*, p. 37.
22. G. Rodrigué, "El cajón de juguetes del niño y el 'cajón' de fantasías del adulto".
23. F. Dolto, *A imagem inconsciente do corpo*.
24. A. Sigal, *Escritos metapsicológicos e clínicos*.
25. W. Benjamin, *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação*, p. 92.
26. Na clínica, observamos correntemente esta problemática em adolescentes sem limite, que por vezes se automutilam e tentam suicídio. Eles fazem pedidos concretos aos pais que são tomados ao pé da letra, como celulares, roupas, *piercings*, e estes pais desdobram-se para satisfazê-los materialmente, quando na realidade não se trata desse tipo de busca que o adolescente vislumbra. Cf. B. Esposito; L. Lima; A. Balaban; N. Rufino; R. Cassorla, "Suicídios".
27. D. W. Winnicott, *O brincar e a realidade*.
28. H. Telles, *Antropologia e game studies: o giro cultural na abordagem sobre os jogos eletrônicos*.
29. W. Benjamin, *op. cit.*
30. W. Benjamin, *op. cit.*, p. 101.
31. S. Freud, "Dostoiévski e o parricídio".
32. D. W. Winnicott, *op. cit.*
33. D. W. Winnicott, *op. cit.*, p. 95.
34. Segundo Rodrigué, a posição do analista com crianças é de uma "atenção lúdica" em vez da atenção flutuante. Cf. E. Rodrigué, "La interpretación lúdica: una actitud hacia el juego".
35. A. Sigal, *op. cit.*, p. 245.
36. J. Baudrillard, *Simulacros e simulação*.
37. R. Goldenberg, "Reflexões de um geek".
38. C. Mendes, *Jogos eletrônicos: diversão, poder e subjetivação*, p. 11.
39. J. C. Volnovich, *op. cit.*
40. J. C. Volnovich, *op. cit.*

Adela Stoppel

1. "Reificação: Transformação em coisa; coisificação: reificação do pensamento. [Filosofia] De modo geral, refere-se à sobreposição das coisas em detrimento das pessoas, sendo caracterizada pelo poder que elas exercem sobre os sujeitos. [Filosofia] Para o marxismo, processo inerente às sociedades capitalistas, definido pela sobreposição ou supervalorização da produção, em detrimento das relações humanas e sociais, podendo ocasionar a perda da subjetividade característica do ser humano, atribuindo-lhe uma natureza inanimada e automática, como coisas ou mercadorias", *Dicio*, [s.d].
2. S. Freud, "De la historia de una neurosis infantil", in *Obras Completas*.
3. S. Freud, "Tres ensayos de teoría sexual", in *Obras Completas*.
4. Em meados do século XX, um grupo de matemáticos formalistas idealizou a chamada *matemática moderna*, proposta que divulgou sob o pseudônimo coletivo de Nicolas Bourbaki.
5. No Seminário XIV, "A lógica do fantasma", Lacan (1966-1967) incorpora a noção matemática de *estrutura*, que se aplica a permutações de quatro elementos quaisquer.
6. L. C. Pereira Junior, *Com a língua de fora: a obscenidade por trás de palavras insuspeitas e a história inocente de termos cabeludos*, p. 24-26.
7. Solipsismo, do latim [*ego*] *solus ipse* ("só eu existo", em tradução livre), Solipsismo, [s.d.].
8. Assim, Lacan questiona tanto o método de Ester Bick quanto a teoria de Bowlby sobre o apego, que nesse momento imperavam como modelos de formação dos analistas na Sociedade Britânica de Psicanálise.
9. J. Lacan, "Conférences et entretiens dans des universités nord-américaines", *Silicet*, p. 34.
10. J. Lacan, *El seminario de Jacques Lacan, libro 4: la relación de objeto*, p. 188.
11. J. Lacan, *El seminario de Jacques Lacan, libro 11: los cuatro conceptos fundamentales del psicoanálisis*, p. 217.
12. J. Lacan, *El seminario de Jacques Lacan, libro 4: la relación de objeto*, p. 192.
13. J. Lacan, *op. cit.*, p. 286.
14. J. Lacan, "Conférences et entretiens dans des universités nord-américaines", *Silicet*, p. 32.
15. A fórmula matemática para calcular essas possibilidades é $(n^2 - 1) + 1$, sendo n um número inteiro maior de 1.
16. G. Le Gaufey, *La incompletud de lo simbólico: de René Descartes a Jacques Lacan*, p. 190.
17. G. Le Gaufey, *op. cit.*, p. 191.
18. Para calcular essas possibilidades, aplicamos o fatorial do número. No primeiro caso, $4! = 4 \times 3 \times 2 \times 1$; no segundo, $5! = 5 \times 4 \times 3 \times 2 \times 1$.

19. Para calcular essas possibilidades, aplicamos o fatorial de $n - 1$, grafado $(n - 1)!$. Com 4 elementos ($n = 4$), temos $(4 - 1)! = 3! = 3 \times 2 \times 1 = 6$; com 5 ($n = 5$), temos $(5 - 1)! = 4! = 4 \times 3 \times 2 \times 1 = 24$.
20. J. Jeremy, *Quando a ciência e a magia se combinam: a fraude gigantesca conhecida como Teoria da Evolução*.
21. O jogo do 15, *Wikipédia*, [s.d.].

Sergio G. Franco

1. Forma ligeiramente reduzida de conferência proferida na *Sigmund Freud Associação Psicanalítica* em Porto Alegre na noite do dia 22 de março de 2019.
2. Edição de 18 de janeiro de 2019.
3. Em *A Poética*, Aristóteles discorre sobre o papel da tragédia, valorizando o seu papel catártico, mimético e mítico.
4. *Percurso*, n.20, p. 114-120, mar. 1997.
5. *When the Sun Bursts. The Enigma of Schizophrenia* de 2015.
6. Referida ao *pathos*, ao sofrimento humano.

Silvia N. de Carvalho

1. Escrito para *Polêmicas Contemporâneas*: produção do GT Arte e Psicanálise do EBEPOA – Espaço Brasileiro de Estudos Psicanalíticos de Porto Alegre –, evento realizado no *Studio Clio*. Porto Alegre, Cidade Baixa, 24 de maio de 2018.
2. Referência à canção de Jorge Drexler, intitulada *Silêncio*, do disco *Salvavidas de hielo*, 2017. *Videoclip* oficial da canção disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HyBu2KEe2pl>>.
3. A. Green. “Anexo 1: O trabalho do negativo (1986)”, in *O trabalho do negativo*, p. 291.
4. J. Furtado; J.P. Goulart. *O dia em que Dorival encarou a guarda*. 14 min, 1986.
5. Dorival narra sua “desinteligência com os ômis” no início do oitavo capítulo do livro de Tabajara Ruas, *O amor de Pedro por João*, do qual o filme foi adaptado.
6. A. Gorz. *Metamorfoses do trabalho*, p. 91.
7. G. Agamben. “Genius”, in *Profanações*, p. 15.
8. G. Agamben. “Magia e felicidade”, in *Profanações*, p. 23.
9. P. Fédida. *Nome, figura e memória: a linguagem na situação psicanalítica*.
10. P. Fédida, *op. cit.*, p. 61-62.
11. Sobre este tema, ver S. Nogueira de Carvalho. “Entre a força e o sentido: arte e psicanálise diante da dor dos outros”, *Percurso* 58.
12. E. Chaves. “Prefácio: O paradigma estético de Freud”, in *Arte, literatura e os artistas, Obras Incompletas de Sigmund Freud*.
13. J. Rancière. *A partilha do sensível: estética e política*.
14. O leitor interessado no desenvolvimento desse tema tem acesso a uma breve história medieval da visão através de fragmentos de textos recolhidos de diversos autores por J. Lichtenstein (org.), *A teologia da imagem e o estatuto da pintura*.
15. J. Rancière, *op. cit.*, p. 32-33.
16. J. Rancière, *op. cit.*, p. 34.
17. S. Nogueira de Carvalho, *Dança à capela*, in N.V. A. Leite; J.G. Milan-Ramos; M. R. S. Moraes (orgs.). *De um discurso sem palavras*.
18. S. Nogueira de Carvalho. *Arte e psicanálise: a dor nos femininos*, in J. G. Milán-Ramos; N. V. A. Leite, *entreAto: o poético e o analítico*.
19. A. Brossat *apud* G. Didi-Huberman. *Sobrevivência dos vaga-lumes*, p. 41.
20. G. Didi-Huberman, *Sobrevivência dos vaga-lumes*, p. 42.
21. G. Didi-Huberman, *op. cit.*, p. 52.

Entrevista

1. Apresentação (*presentación*) é um dos conceitos importantes na Psicanálise das Configurações Vinculares. Ressalta a alteridade do outro que se impõe, enquanto presença dos sujeitos nos vínculos, marcando uma diferença que não pode ser desconsiderada ou apagada. O conceito alude àquilo que não foi vivido anteriormente e que dá espaço à novidade da experiência. À possibilidade de se surpreender com o outro e, dessa forma, criar novas marcas intersubjetivas.
2. O conceito de *ajeno* é muito importante para Janine Puget e não pode ser traduzido literalmente para o português. Possui algumas similitudes com alheio, alteridade, diferente, outro, mas essas traduções não dão conta de todo o conceito.

Debate

1. F. Hérítier, *Masculino/Feminino: o pensamento da diferença*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.
2. F. Hérítier, *op. cit.*, p. 19.
3. F. Hérítier, *op. cit.*, p. 218, grifo no original.
4. S. Muszkat, *Violência e masculinidade*. Coleção Clínica Psicanalítica. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

Debate clínico

1. S. Freud, *L'interprétation des rêves*, Paris, puf, 1967, p. 520 [Tradução Anna Amaral].
2. M. Montrelay, “Être Complice”, in P. Guyomard (Dir.), *La Disposition Perverse*. Paris, Editions Odile Jacob, 1999, p. 31 [Tradução Anna Amaral].
3. A. Green, *La Pensée Clinique*. Paris, Editions Odile Jacob, 2002, p. 10.

LEITURAS

O psicanalista e o narrador

Renato Tardivo

Resenha de Cristovão Tezza, *Literatura à margem*, Porto Alegre/São Paulo, Dublinense, 2018, 160 p.

Renato Tardivo é psicanalista e escritor. Mestre e doutor em Psicologia Social pela USP. Pós-doutorando em Psicologia da Saúde (Metodista/CAPEs). Autor, entre outros, de *Porvir que vem antes de tudo – literatura e cinema em Lavoura arcaica*.

O livro *Literatura à Margem*, do ficcionista Cristovão Tezza (autor, entre outros, do premiado romance *O Filho Eterno*), reúne em sete capítulos conferências proferidas entre 2008 e 2015. Uma delas, “Literatura e Psicanálise”, apresentada em junho de 2009 como aula inaugural do Instituto de Psicanálise da Sociedade Brasileira de Psicanálise de Ribeirão Preto, já justificaria a resenha do livro em uma revista de psicanálise. Mas não só. Os demais temas abordados – e o modo como o autor os conduz – também podem ser do interesse de psicanalistas. São eles: o lugar da literatura, o lugar do escritor, questões acerca do narrador e da criação literária, relações entre literatura e biografia.

Sabemos que a relação da psicanálise com a literatura é marcada por ambiguidades. Em uma acepção, a psicanálise pode ser convocada enquanto ferramenta de leitura do texto literário. Mas, em outra, coloca-se a analogia entre psicanálise e literatura, considerando-se aí o potencial poético e disruptivo de ambas. Esta talvez seja a acepção mais interessante.

Nesse sentido, no capítulo “Literatura e Psicanálise”, Tezza propõe pontos de aproximação entre as duas áreas. Para isso, o autor apresenta inicialmente um breve esquema temporal da literatura no qual acompanha a passagem do épico para o individual: “O herói épico está sempre à beira da divindade, e queremos que seja assim. [...] O épico existe para não ser contestado” (p. 68). Ocorre que esse herói intocável foi sendo desconstruído ao longo da História, o que deu origem a figuras mais humanizadas, até chegar ao “que hoje podemos chamar de anti-herói” (p. 69).

Com efeito, a partir da separação entre Igreja e Estado, no âmbito da Revolução Francesa, nasce o que chamamos de indivíduo moderno. Nessa perspectiva, não há mais a noção de deuses absolutos nem de um destino como “inimigo inescapável”, e sim a de “indivíduos falíveis [...]”. Há vários traços recorrentes na imagem literária desse indivíduo, que é a um só tempo a figura representada no texto, o personagem e o olhar que o representa, o narrador, e que, em última instância, o interpreta” (p. 73). Trata-se, portanto, de um indivíduo falível, fraturado, inacabado. E, como reconhece Tezza, de um ser necessariamente duplo: o indivíduo olha a si mesmo com algum distanciamento e, nesse movimento, assimila também o olhar dos outros.

Na literatura, esse movimento é exercido pelo narrador. E, com efeito, esse indivíduo multifacetado pode ser o objeto da psicanálise. Então, se a tarefa do narrador é recompor e dar sentido ao mundo, talvez não ocorra algo muito diferente quando pensamos o ofício do psicanalista: “o narrador que escreve o livro é, em alguma medida, o psicanalista distante que recompõe e dá sentido aos fragmentos dispartados do

evento da vida” (p. 82). Assim, no campo amplo de possibilidades contidas entre a literatura e a psicanálise, -Tezza propõe a seguinte analogia: o narrador como o psicanalista e, reversivelmente, o psicanalista como narrador.

Mas, claro está, há especificidades significativas relacionadas à literatura e à psicanálise, tanto em relação ao método, quanto aos objetivos e às técnicas. Como lembra o autor, não se pode tomar um objeto estético por um evento da vida. A propósito, no capítulo “Literatura e Biografia”, Tezza apresenta considerações importantes acerca das diferenças entre o texto de ficção e o texto biográfico: em uma autobiografia, parte-se do pressuposto de que autor e narrador praticamente coincidem. Em outra direção, o narrador de um texto de ficção só existe “sob moldura”, quer dizer, trata-se de “uma voz de artifício” que se “destaca para sempre de seu criador”, ou seja, que já “não deve obrigações ao autor biográfico” (p. 138).

Contudo, considerar as diferenças entre o registro da ficção e o da biografia também implica, em certa medida, atentar para a sua correspondência. A noção de aparelho psíquico formulada por Freud a partir de *A interpretação dos sonhos* tem “um valor de *modelo*, ou, como ele próprio dizia, de ‘ficção’”^{ccxiv}. Assim, essa perspectiva não deve provocar a confusão entre realidade e ficção, senão considerar a comunicação que elas estabelecem.

É o que se depreende da seguinte passagem escrita por Tezza: “o elemento factual, ao entrar na moldura da ficção, perde o seu estatuto de realidade, a sua âncora diferencial, e passa a pertencer à família dos elementos ficcionais com exatamente o mesmo status” (p. 156). Uma vez mais, podemos pensar a analogia entre o trabalho do escritor – que convoca o narrador – e o trabalho do analisando – que convoca o psicanalista.

Mas, antes de prosseguir, cabe uma consideração. Na literatura, o narrador está diretamente ligado ao escritor – é um desdobramento dele. Ainda que, como vimos acima, em um texto autobiográfico narrador e escritor tendam a coincidir e que, na ficção, haja mais diferenciações entre eles, o ato de escrita é sobretudo um ato solitário. Já em uma situação de análise, como sabemos, é preciso a presença, no mínimo, de duas pessoas – o analisando, que fala (associação livre), e o analista, que escuta (atenção flutuante). À primeira vista, portanto, soaria descabido considerar o analista (que escuta) análogo do narrador (que escreve, fala). Vejamos.

Algumas proposições do psicanalista W. R. Bion, mais notadamente aquelas relacionadas à teoria do pensar, podem auxiliar a encaminhar a questão. Sabemos que, segundo o autor, os elementos beta – primitivos, carentes de simbolização e tóxicos por excelência – demandam a transformação em elementos alfa – úteis para o sonhar e o pensar. Isso se dá por meio da função alfa, metabolização que pode ser exercida pelo analista em sua função continente. Nessa direção, ao receber e metabolizar os conteúdos do analisando, o analista desempenha papel determinante na organização desses elementos e, por conseguinte, em sua escrita. Escutar é, a um só tempo, também escrever. Talvez por isso Tezza afirme mais de uma vez ao longo do livro que, se a infelicidade produz literatura, a literatura produz felicidade. Quer dizer, o ofício da escrita pode levar, por meio da função exercida pelo narrador, a transformações importantes de elementos que, sem a organização textual, não poderiam ser metabolizados.

E isso nos leva a outras reflexões sobre os lugares da literatura e da psicanálise, bem como dos personagens que os habitam. No capítulo “Literatura à Margem”, escreve o autor: “Nascida sempre à margem, produzida pelo isolamento do olhar, a literatura contemporânea, paradoxalmente, abomina o isolamento” (p. 26). Quer dizer, ao ato solitário da escrita contrapõe-se o desejo de que a obra alcance leitores, seja traduzida, em suma, de que ela circule. Nesse sentido, o autor afirma: “Um pé na margem, outro no mundo – assim escrevemos” (p. 26).

Com efeito, tensões da ordem do estranhamento e da familiaridade, implicação e reserva, solidão e compartilhamento, enfim, atravessam as vicissitudes encampadas pela literatura, pela psicanálise e pela relação entre elas. Ora, se muito já se falou sobre o tema, ainda há diversas possibilidades a ser exploradas. Nesse sentido, as reflexões propostas no livro de Cristovão Tezza configuram-se como um campo fértil.

Em defesa do ofício do psicanalista

Flávio Carvalho Ferraz

Resenha de Ana Maria Sigal, Bárbara Conte e Samyra Assad (orgs.), *Ofício do psicanalista II: por que não regulamentar a psicanálise*, São Paulo, Escuta, 2019, 206 p.

Flávio Carvalho Ferraz é membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae e livre-docente pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

Depois da publicação da primeira coletânea de trabalhos em torno do tema da formação do psicanalista face às querelas da regulamentação de sua prática, o grupo “Articulação das Entidades Psicanalíticas Brasileiras” volta à carga com mais um livro preñado de reflexões valorosas para todos os que se dedicam à psicanálise.

O alicerce da argumentação central desse livro já estava construído no volume anterior (*Ofício do psicanalista: formação vs regulamentação*, organizado por Sonia Alberti, Wilson Amendoeira, Edson Lannes, Achyses Lopes e Eduardo Rocha e publicado pela Casa do Psicólogo em 2009). Ali se achava a história do movimento “Articulação das Entidades Psicanalíticas Brasileiras”, criado no ano 2000 com o propósito de defender a psicanálise tal como Freud a formulara, ou seja, lutar para que se mantenham asseguradas as condições de possibilidade de sua existência e desenvolvimento *de acordo com a ética particular e genuína por ela própria estabelecida*.

Esta conformidade da psicanálise – em sua prática, em sua pesquisa e na formação de analistas – com a ética que lhe é inerente é o ponto fundamental do que se discute nesse livro, por mais que os operadores teóricos de cada autor comportem variações expressivas. Essa ética, que norteia o ofício cotidiano do analista, passa pelas diretrizes de sua formação nas entidades de transmissão e vai até a definição das relações da psicanálise com a ciência, a sociedade, a cultura e as estruturas de poder do Estado.

A criação do grupo Articulação se deu em razão da necessidade de os psicanalistas virem a público para defender a psicanálise dos diversos ataques que ela recebe praticamente desde sua invenção por Freud.

Não é surpresa, portanto, que muito do que se discute nesse livro esteja inspirado no primeiro grande texto de defesa da psicanálise, “A questão da análise leiga”, publicado por Freud em 1926. Ali, com o objetivo de defender Theodor Reik do processo judicial que o acusava de charlatanismo por praticar a psicanálise a despeito de não portar um diploma médico, Freud acaba por produzir um documento sobre a ética peculiar a sua disciplina. E, em conformidade com a epistemologia solidária a essa mesma ética, ele produz definitivamente o descolamento da psicanálise do campo da medicina, donde a expressão qualificativa “leiga”.

Desde Freud, em diversos momentos históricos, a psicanálise viu-se obrigada a reafirmar sua especificidade epistemológica diante de forças que visavam a enfraquecê-la ou mesmo a exterminá-la. Algumas vezes, a partir de um discurso pretensamente hegemônico na definição do que seria a ciência, visou-se à negação de uma legitimidade da prática analítica, uma vez que não se pode enquadrá-la nos requisitos das ditas

ciências duras. Outras vezes, foram as políticas de regimes autoritários que tentaram proscrevê-la pelo seu caráter subversivo.

O grupo Articulação nasce no contexto de um desses ataques, no nível mundial, quando surgiram na Europa projetos de regulamentação da prática analítica que tinham em vista a política de saúde subvencionada pelo Estado. Neste momento, no Brasil, a psicanálise se via ante uma ameaça que, por sua particularidade, era ainda mais grave. Trata-se do ataque violento de instituições que deturpavam totalmente seus princípios, propondo cursos e programas de treinamento geridos por igrejas evangélicas. Esse fato impressionante ganhou ares paroxísticos quando esses grupos, amparados pelo crescimento de sua influência na política nacional, passaram a arregimentar forças nos poderes da república a fim de impor uma regulamentação que atendesse a seus interesses e, ao mesmo tempo, alijasse as instituições sérias que tradicionalmente ofereciam a formação psicanalítica.

Pois bem, desse ataque resultou o que melhor se poderia esperar: entidades psicanalíticas das mais diversas tendências se uniram num grupo que conseguiu permanecer coeso graças à definição do que havia de comum entre todos. Esse traço de comunidade era a ética da psicanálise, seu caráter leigo e os elementos inegociáveis da formação do analista, como a análise pessoal levada a sério. Poderia parecer improvável, mas o grupo Articulação passou a contar com entidades que iam desde a Febrapsi, representante nacional da IPA, até associações francamente lacanianas, passando por grupos mais pluralistas, como o Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, do qual Ana Maria Sigal foi uma aguerrida representante desde o momento inicial.

Tratava-se, pois, de defender a psicanálise de sua apropriação oficial por grupos oportunistas que nem sequer compreendiam qual era sua particularidade no campo do conhecimento. Como se concluía no primeiro volume, não há vigília destinada a garantir o espaço da psicanálise que não inclua a luta contra sua regulamentação pelos poderes do Estado. Esta é uma unanimidade entre as entidades que participam da Articulação: desde Freud, a psicanálise só se sustenta em duas regras: a associação livre, por parte do analisando, e a abstinência, pelo lado do analista.

Assim, é a partir dessa concepção em comum, ou desse “inegociável”, que o livro *Ofício do psicanalista II* se estrutura. Nele encontramos autores com ponto de vista e referenciais teóricos próprios que vão, capítulo por capítulo, compondo um tecido de argumentações que destacam os fundamentos da asserção de que a psicanálise não pode ser regulamentada. Há, entre outros, capítulos de forte tonalidade lacaniana, que recorrem ao próprio ensino de Lacan para encontrar as justificativas no seio mesmo da sua teoria. Se não, vejamos.

Logo na apresentação, assinada pelas organizadoras, somos lembrados de que a resistência à psicanálise, desde sempre, esteve ligada a seu potencial subversivo, condizente com sua recusa a tudo aquilo que já está dado ou é imposto moralmente. Nesse sentido, faz-se referência à genealogia do grupo Articulação, que, de certo modo, é tributário do expressivo acontecimento que foi a reunião dos Estados Gerais da Psicanálise, em Paris, no ano 2000. Ali se afirmava a autonomia da psicanálise em relação a todas as modalidades de psicoterapia e sua independência em relação aos poderes regulatórios do Estado. Note-se que isso já coincidia com a primeira proposta

de regulamentação da psicanálise no Brasil, levada a cabo por um deputado pastor evangélico que apresentava um modelo de formação que mais tendia a uma bizarrice.

Ainda na apresentação, as organizadoras sintetizam de modo claro o argumento fundante de todo o volume:

A questão que se repete, e que é objeto do livro, está centrada na ideia de que não é possível pensar a formação de um psicanalista com regras e normas determinadas por uma regulamentação. Reafirma-se que a formação supõe um percurso singular, único e pessoal: a travessia subjetiva da experiência analítica, a qual se torna um instrumento de trabalho fundamental para a posição de escuta, além da supervisão e do arcabouço teórico. Estes são os três pilares que, se regulamentados, podem vir a se transformar em leis vazias que justificariam projetos de cunho religioso, ou cursos com interesses econômicos (p. 8).

O texto de apresentação é finalizado com um levantamento do trabalho efetivo do grupo Articulação, trazendo a lista de documentos já produzidos por ele. Trata-se de intervenções junto aos poderes da república, em defesa dos pontos de vista referidos acima.

Ana Maria Sigal, além de caracterizar o grupo Articulação e aquilo que o fundamenta, lembra que o próprio Freud já afirmara que, como profissão, a psicanálise é algo impossível. Daí a escolha do termo “ofício” para designar sua prática. Argumenta que, na psicanálise, visa-se ao encontro do sujeito com sua verdade, o que não pode seguir as leis da lógica cartesiana, mas as leis do inconsciente. Isso a tornaria avessa a leis externas, esquemas burocratizantes e normas a cumprir.

Antônia Portela Magalhães busca um argumento na história: lembra a diferença entre Freud e seus mestres quanto à posição frente ao que se escuta de um paciente. A descoberta do inconsciente só foi possível porque Freud se encontrava numa posição não regulamentável frente ao desejo.

Bárbara de Souza Conte afirma que a transmissão e a garantia do adequado exercício da psicanálise buscados numa instituição decorrem de um pressuposto freudiano que é o mesmo da ciência moderna: “o descentramento do sujeito, ou seja, o homem, em sua razão, não detém o domínio do conhecimento” (p. 31).

Denise Maurano, reiterando que a autorização para a prática da psicanálise não provém de um diploma universitário nem de nenhuma titulação, aprofunda-se na argumentação lançando quase que uma provocação: não se pode regulamentar a psicanálise porque o psicanalista não existe! Ele é uma função assumida por alguém que, tendo passado pelo tripé da formação psicanalítica, situa-se no campo da transferência. Ocupa a “estranha” função de fazer-se meio para o Outro.

Francisco Leonel Fernandes e Fernanda Costa-Moura defendem a ideia de que é impossível ordenar, prever e regulamentar a exigência central da análise, qual seja, a de abrir para o sujeito a via do desejo, da decisão subjetiva e do ato sempre contingente que lhes corresponde. No lugar de regulamentação, o que legitima a análise é a transferência produzida em trabalho.

Gêisa de Carvalho S. Ferreira, partindo da ideia de que “o sujeito freudiano, marcado pela *Spaltung*, é antinômico à boa ordem, à harmonia e à felicidade”, concluirá que a formação do analista não se ajusta a modelos profissionalizantes convencionais nem a certificações oficiais.

Gustavo Soares e Valéria Quadros traçam um histórico minucioso do movimento Articulação, enfatizando sua ligação com os Estados Gerais da Psicanálise. Alertam para o risco representado por uma situação em que um Estado regulador passasse a ter o poder de dizer o que é ou não psicanálise e quem poderia ou não transmiti-la.

Hemerson Ari Mendes retoma a trajetória de Freud, que teve que transitar da identidade médica à psicanalítica, em meio à resistência da ciência oficial e acadêmica frente ao modelo que então estava em vias de criar. A partir daí, traça um histórico dos diversos momentos em que a psicanálise se viu sob ataque em todo o mundo. E conclui: “Há um poder na psicanálise que não é o de dominação que assujeita o outro, é um poder que advém do contrapoder, porque questiona o instituído e possibilita a construção da singularidade, da pluralidade de posições e do diálogo entre os sujeitos” (p. 83).

Mariana Mayerhoffer também refaz o trajeto do movimento Articulação, reiterando sua tarefa de manter a psicanálise como leiga. A partir do referencial lacaniano, afirma que tanto a clínica como a política psicanalíticas se definem por uma operação de “fazer furo”, isto é, questionar o sujeito diante daquilo que lhe vem pronto para que ele o reproduza. Daí a incompatibilidade entre a ética da psicanálise e todas as formas de regulamentação, que seriam movidas pela totalização discursiva na contabilização capitalista. Regulamentar a psicanálise seria tentar fazer o Um da repetição, identificando os sujeitos em uma unificação, com a assistência do “mestre” em que o analista se transformaria.

Maria Teresa Saraiva Melloni e colaboradores, baseando-se no Seminário XV de Lacan, “O ato psicanalítico”, partem do princípio de que o ato analítico é produto de uma operação lógica inconsciente. Ora, isso faz com que esse ato escape a qualquer definição, preconcepção ou regulamentação. E vão mais longe, lançando questões daí decorrentes, como, por exemplo: “Como podemos verificar que há um psicanalista? Como regular uma prática da ordem de uma arte? Como determinar um tempo de duração, um objetivo a ser alcançado, um preço a ser pago?” (p. 103).

Samyra Assad defende a sobrevivência da psicanálise por meio da sustentação do real, em contrário a sua sustentação por uma burocracia ou um ideal religioso. Para ela, manter a psicanálise fora da regulamentação pela lei do Estado é um verdadeiro “dever ético” dos psicanalistas.

Sidnei Goldberg e Rosane Ramalho nomeiam seu capítulo com o curioso título “Somos todos Theodor Reik!”. Retomam o texto de Freud sobre a questão da análise leiga, passam por “Análise terminável e interminável”, para chegar até Lacan. Relembram que, pela via da regulamentação do “ato médico”, o Estado é cooptado a assumir o discurso que designa aquilo que é verdadeiramente científico. Em contrário, defendem que o melhor dos casos seria pairar a incerteza sobre isso: “Se o sujeito aparece sempre representado por um significante em relação a outro, temos sempre um campo deslizando frente à questão da legitimidade” (p. 132).

Sonia Alberti também retoma o texto de Freud de 1926, sobre a questão da análise leiga, para reiterar que o analista não é leigo apenas por não ter que portar o diploma médico, mas o é no sentido mais amplo do termo. Não se inscreve em nenhuma profissão existente e, *a fortiori*, em uma profissão de fé! Afirma que qualquer regra que viesse a regulamentar a psicanálise ameaçaria sua própria regulação, isto é, aquela que lhe é eticamente inerente, concernente à associação livre e à abstinência.

Enfim, após essa demonstração do que se argumenta nesse livro, podemos concluir que sua grande contribuição pode ser localizada em, pelo menos, dois planos. O primeiro seria inerente a sua própria fundamentação e argumentação, ou seja: ele amplia sobremaneira nossa literatura referente à ética e à epistemologia da psicanálise e de sua clínica, fornecendo-nos um arsenal teórico com o qual nos habilitamos a continuar defendendo nosso ofício das mais variadas formas de ataque, mormente as tentativas de regulamentação.

O segundo plano concerne ao testemunho de um grupo que se articulou com propósitos políticos de defesa da psicanálise em solo brasileiro, que agora vem a público relatar não só que o pensou, mas também o que já realizou concretamente em termos de luta. É bom que saibamos que, enquanto exercermos nosso ofício cotidiano, muitas vezes sem nos preocupar com aquilo que nos ameaça, um aguerrido grupo de trabalho cuida de nos defender com afinco e rigor intelectual.

As vicissitudes da noção de objeto no percurso de 100 anos da Psicanálise

Arnaldo Chuster

Resenha de Claudinei Affonso, Paula Peron e Regina Celia Cavalcanti de Carvalho (orgs.), *Sujeitos da Psicanálise – Freud, Ferenczi, Klein, Lacan, Winnicott e Bion – Diálogos teóricos e clínicos*, São Paulo, Escuta, 2018, 118 p.

Arnaldo Chuster é médico, psicanalista, membro efetivo e didata da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro (SPRJ), filiada à Associação Psicanalítica Internacional (IPA); membro efetivo e didata do Newport Psychoanalytical Institute (NPI), Califórnia; professor e membro honorário do Instituto W. Bion, Porto Alegre.

Posso afirmar, com a minha experiência, como leitor e escritor em psicanálise, não ser muito comum encontrarmos livros de psicanálise com a diversidade de *Sujeitos da Psicanálise*, que tem o característico cuidadoso acabamento da Editora Escuta.

Na introdução, somos avisados sobre a intenção dos autores na concepção do livro: a proposição de levar a cabo a árdua tarefa de iluminar o terreno no qual se edificaram diferentes escolas de psicanálise e no qual se encontram os pilares que circunscrevem o campo a que pertencem. Embora eu não concorde com o consagrado termo *escolas de psicanálise* e, obviamente, tendo que deixar de lado a discussão desse mérito (pois, na minha opinião, o ensino da psicanálise é impossível e considero que tampouco se trate de estilos como, por exemplo, dos pintores ou escultores), prefiro pensar que o livro se propõe a importante possibilidade de confrontarmos identidades e diferenças entre os icônicos pensadores da psicanálise: Freud, Ferenczi, Melanie Klein, Lacan, Winnicott e Bion. Este conteúdo abrange um percurso de quase cem anos de desenvolvimentos.

Certamente, o contexto do livro trata dos principais pensadores da psicanálise, que fazem parte da leitura básica de todos os psicanalistas, sejam eles psicanalistas experientes, em formação ou estejam entre os demais estudantes de diversas disciplinas. Mas, ao mesmo tempo, penso que essa afirmação pode não fazer justiça aos muitos pares da época desses pensadores, e também aos nossos contemporâneos, que o livro deixa de fora. Por exemplo, os coordenadores dizem que se inspiraram em Thomas Ogden – o título de uma de suas obras inspirou o do presente livro –, porém o autor foi deixado de fora. Qualquer psicanalista pode apresentar uma lista enorme, da sua preferência, de pensadores importantes e originais, mas isso não vem ao caso. A proposição central não se perde por causa dessa escolha, ou seja, a referência a Freud, Ferenczi, Klein, Lacan, Winnicott e Bion.

Como esperar a congregação, em um livro, de todos os autores criativos do vasto universo da psicanálise? Precisaríamos de uma enciclopédia para essa tarefa.

Na introdução do livro, é esclarecida a circunscrição do espaço de discussão, com o aviso de que escrevê-lo foi uma feliz consequência de um *curso* (iniciado em 2006) *organizado por professores da PUC de São Paulo*. Enfatizo o termo feliz, porquanto um livro de psicanálise é sempre uma conquista prazerosa, de um percurso que exigiu muito

empenho e trabalho. Um reflexo do esforço que os psicanalistas fazem, todos os dias, nas sessões de análise com seus analisandos.

Sugiro, como possibilidade de orientação para a leitura, ao percorrer os textos, buscar identidades e diferenças, para destacar, em cada pensador, o *objeto da psicanálise*. Claro que, ao fazer esta leitura, assumo o produto da minha singularidade imaginativa, inclusive por sugerir uma via distinta da apresentada pelos autores, que buscam pelas diferenças na concepção da constituição do sujeito, em cada um dos autores estudados.

O *objeto da psicanálise* é um conceito com um viés epistemológico, definido como o produto final do desenvolvimento teórico e clínico de um autor. Trata-se de um referencial crítico que o autor pode utilizar para checar os parâmetros de seu trabalho: um referencial de singularidade do analista. Geralmente ele se encontra formulado mais ou menos no meio da trajetória produtiva da vida um psicanalista, e pode ser seguido tanto em seus antecedentes como em seus desdobramentos.

Em Freud, o objeto da psicanálise é o *superego*, o herdeiro do complexo de Édipo, ao qual ele dedicou sua vida para entender e ampliar. Começamos pelo texto de Thais Garrafa, a autora de “Introdução à obra de Sigmund Freud”, o primeiro artigo do livro. Lá encontramos tal premissa enunciada com clareza: “Abrir mão da própria censura, não colocar a própria individualidade no debate, submeter à sua própria análise os afetos que lhe são despertados no contato com os pacientes” (p. 28).

Podemos, interpretando essa passagem, ser levados a pensar o objeto da psicanálise em Freud como sendo o superego, agente do que se pretende e não se pretende fazer na clínica, conceito fundamental, que congrega os esforços de Freud para entender a mente humana e que abriu o terreno para os demais psicanalistas. Desejos inconscientes e valores éticos e morais em conflito permanente seriam o pano de fundo de uma existência preme de sofrimento. Em alguns, sofrimento normal, em outros tantos sofrimento neurótico.

Talvez, dentre todos esses pensadores, seja mais difícil discernir qual seria o *objeto da psicanálise* para Ferenczi. Porém as autoras do artigo “Ferenczi: o trauma na clínica psicanalítica”, o segundo do livro, Adriana Barbosa Pereira e Claudia Peron, apontam para uma afortunada expressão que é o *trauma posto em cena*. Penso que essa expressão diz quase tudo sobre o que Ferenczi entendia como seu *objeto da psicanálise*, e que culmina na *técnica ativa*. Expressão ambígua, que inclusive recebeu críticas de Freud quanto aos seus propósitos^{CCXV}. Freud aponta aqui, com certa indiscrição, é fato, para a necessidade de análise para o analista, ainda que nem sempre sirva de garantia frente a anseios profundos humanos.

Não há técnica que não seja criativa, na minha opinião. Mas é necessário um alerta para que a criatividade necessária ao exercício da profissão não seja confundida, sob o risco de submergir às pressões antiéticas tão comumente produzidas por ideologias, falsas teorias, sociedades fechadas e outras tantas vicissitudes que intoxicam o contexto psicanalítico.

Em Klein, o *objeto da psicanálise* são os *objetos internos*, que é a sua versão do superego de Freud, ou seja, uma contribuição aos efeitos da introjeção dos valores éticos, o medo de perder o amor parental e a pressão dos próprios desejos. Ao trazer as origens do conceito para fases mais primitivas do desenvolvimento psíquico, Klein faz uma importante torção, que culminará em uma outra teoria em psicanálise! No artigo

“Klein e os primeiros mil dias de vida” (p. 53), Elisa Maria Ulhôa Cintra expõe com cuidadosa abordagem a questão da interação entre as posições kleinianas, segundo a qual esses objetos se revelam na criação do espaço psíquico e passam a figurar como foco da clínica. O início do artigo dá a ideia clara da amplitude percebida pela autora: “Pensar na transmissão do legado de Klein leva-nos diretamente aos efeitos que a sua obra produziu em nós e em uma infinidade de pessoas pelo mundo afora” (p. 53).

Também cabe ressaltar a contribuição de Klein à compreensão da destrutividade humana e a apreensão da linguagem pré-verbal, o que culminará na possibilidade de tratamento psicanalítico em crianças e em casos de psicose.

Em Lacan, no circuito *real-simbólico-imaginário*, encontramos o *objeto da psicanálise*. Alessandra Cassia Leite Barbieri, no artigo “A palavra de Lacan” (p. 71), vai tecendo os conceitos de Lacan, apresentando de maneira didática como essas três dimensões se imbricam. Segundo a autora:

Alinhavando com as três dimensões, os três registros mencionados anteriormente, temos: o corpo fragmentado do autoerotismo, podemos localizá-lo na dimensão do Real; o corpo unificado, a imagem narcísica total, na dimensão do Imaginário; o simbólico é o Outro, a dimensão que faz possível fazer a diferenciação entre Real e Imaginário, o meio por meio do qual se produz uma imagem (p. 78).

Parece suficiente, para Lacan, trabalhar com esta imbricação, conforme aponta Barbieri, ou seja, em cada uma das dimensões apontadas, encontramos o humano em sofrimento psíquico.

A autora conclui seu artigo descrevendo a estratégia do analista, próxima à estratégia de uma guerra, em que o analista, ao ocupar o lugar do *suposto saber*, permite ao *imaginário* do analisando se dirigir para um ponto onde se surpreende, sem esperar, com a força do simbólico, enquanto o inacessível *real*, que liga ambos, dribla o par analítico, jogando-o em direção ao mistério da vida.

Em Winnicott, penso que o *objeto da psicanálise* é o *objeto transicional*. Regina Celia Cavalcanti de Carvalho, no artigo “A transferência em Winnicott” (p. 87), embora não mencionando diretamente esse conceito primordial, o menciona através de seus conceitos derivados, que se desdobram na compreensão do fenômeno da transferência. A transferência é sempre transicional e o principal objeto do analista.

Esta autora deteve-se em diferenciar os efeitos da teoria winnicottina a partir dos seus desdobramentos na clínica. Segundo ela:

Trataremos aqui de considerar as especificidades e a abrangência das proposições de Winnicott a respeito de uma dimensão clínica estritamente relacionada com a compreensão dos processos de desenvolvimento inicial e imprescindível no entendimento da prática psicanalítica de crianças e adultos: a transferência” (p. 87).

E qual seria a razão desta escolha, dado que a transferência é o motor da clínica psicanalítica? Basicamente, a que resultaria de entender, a partir dos efeitos iniciais da relação da criança com a mãe, que “...podemos traçar a origem de um fenômeno transferencial específico: a regressão na transferência” (p. 88).

Esta compreensão faz toda a diferença, visto que, em Winnicott, a regressão se daria no sentido de fases anteriores do desenvolvimento, não somente a transferência clássica de papéis parentais. Não como reedição de um conflito anterior da vida libidinal, mas antes como a oportunidade da revelação do verdadeiro *self* na transferência. E, graças ao foco no fenômeno da transferência, Chó Cavalcanti faz desabrochar a trama conceitual winnicottiana.

Em Bion, o objeto da psicanálise é o *objeto psicanalítico*. Elisabeth Antonelli, no artigo “Bion e o Aprender da experiência” (p. 95), ao sintetizar o complexo trajeto do autor, mostra que o instrumento do analista, produto de sua *Teoria do Pensar*, tem como resultante e referencial crítico o objeto psicanalítico. Ou seja, a *função alfa*, que requer uma compreensão da matemática, com base na nossa experiência emocional, expressa o que seria o superego para Bion, que, todavia, entende que lidamos com um espectro de muitas possibilidades, que intermediam as relações transferenciais.

Com toda razão, Elisabeth Antonelli termina seu artigo com uma bela metáfora dessa intermediação, citando o matemático Poincaré: *o pensamento é apenas um lampejo entre duas longas noites, mas esse lampejo é tudo*.

Um encontro entre literatura, cinema e psicanálise

Roberta Nazaré Bechara Ventura

Resenha de Renato Tardivo, *Cenas em jogo: literatura, cinema, psicanálise*, Cotia/SP, Ateliê, 2018, 142 p.

Roberta Nazaré Bechara Ventura é bacharela em Ciências Sociais, fonoaudióloga clínica, aluna do curso Clínica Psicanalítica Conflito e Sintoma do Instituto Sedes Sapientiae.

O livro de Renato Tardivo se abre em uma dobradura a cada um dos capítulos. São cinco. No primeiro deles traz de sua dissertação de mestrado a análise comparada que construiu entre livro e filme *Lavoura Arcaica*. Enquadres, movimentos de câmera, cortes, fotografia e som ressoam a palavras, pontuações e figuras de linguagem no intercambiar da linguagem cinematográfica para a literária com que desdobra sua análise. No segundo capítulo, Tardivo traz, de seu doutorado, leituras de filmes brasileiros recortados pela contemporaneidade de suas produções e por temáticas a princípio assemelhadas, são eles: *Abril Despedaçado*, *O Cheiro do Ralo* e *Linha de Passe*. Suas análises aqui conversam com as obras literárias nas quais os filmes foram baseados, mas tomam rumo mais independente nas temáticas das particularidades lidas nas versões cinematográficas. No terceiro capítulo, o autor se debruça sobre um de seus grandes temas de análise, as dinâmicas entre ficção e realidade, a partir da obra que explicita essa metalinguagem por excelência, o filme *Jogo de Cena*, de Eduardo Coutinho. No quarto capítulo, Tardivo nos brinda com uma delicadíssima leitura de *Budapeste*, livro de Chico Buarque, numa aproximação que

faz com a linguagem fotográfica. Por fim, demonstra sua tese, a partir das leituras realizadas, que é a sua interrogação final na forma de uma poética-crítica particular, muito sustentada nas teorias fenomenológicas, estéticas e sociológicas que traz como companhia. A psicanálise percorre o livro como um alinhavo que ora se dá a ver como operador de leitura, ora se esconde no cerzir da escuta do autor.

A arte de ler

Ler, para Tardivo, é colocar a obra de arte para tocar, revolver a obra segundo a própria pulsação que o artista nela cavou. Em diálogo estreito com a noção de execução do campo da estética, a leitura de um livro, a contemplação de um quadro, apertar o *play* em uma música ou filme não é nem completar, nem repetir um sentido, é fazer continuar a vida que a obra já contém. Referido ao campo discernido como da psicologia da arte tal como a delinea Frayze-Pereira, Tardivo se desvia de aproximações reducionistas entre teorias psicológicas e arte. Ao se abrir para o campo das obras, nos mostra Tardivo, tanto espectador como pesquisador têm de se haver com questões de ordem transferencial e, conseqüentemente, de se comprometer. Haverão ambos de contar com sua disposição para introduzirem-se num campo em que há “vertigem e perda de pontos fixos” (p. 122). A esse modo de trabalhar, cunhado como psicanálise *implicada*, diferenciando-se da psicanálise *aplicada*, projeta-se uma leitura atenta a aproximações, relações, entrelaçamentos e considerações entre trabalho do artista, obra e trabalho do espectador.

Tardivo nos diz de uma posição frente à obra de arte que implica uma experiência de recepção menos à caça de significados e mais à abertura de sentidos. Dito de outro modo, uma leitura menos referenciada à ordem da interpretação e mais aberta às condensações de sentidos e deslizamentos significantes. Não se trata de resolver o enigma da obra, mas de abri-lo. Multiplicá-lo. Aprofundá-lo. Resolver a obra seria matá-la, enterrá-la num sentido único. Debruçar-se sobre uma obra, como Tardivo o faz, só pode abri-la a enigmas múltiplos. Em lugar de uma explicação, projeta-se para ressignificações.

À medida que se comunica e se revela a alguém, a obra de arte vira meio de compartilhamento de mundo. O autor evoca Merleau-Ponty para tratar da construção de sentidos que se abre numa leitura de uma obra de arte. Nos termos da fenomenologia, *perceber* é trocar sentidos com o mundo: “ver e ser visto, tocar e ser tocado, afetar e ser afetado” (p. 129). Ambigüidade insolúvel, muito embora, vivida. A percepção, não como a soma dos sentidos, aponta para uma experiência que se dá de forma indivisa, que é sinestésica, e, portanto, não se dá na ordem da recepção no corpo com todos os sentidos, mas como uma apreensão de mundo. O contato por via da percepção com a obra falaria de uma maneira de existir contida nela e, sendo assim, falaria a todos os sentidos de quem lê. O corpo dessa percepção então não é uma ferramenta de acesso a uma realidade dada fora. Mas de um fora a fora. Esse corpo que não é o da ciência positivista, tampouco o que faz sintoma inconsciente, é um corpo que capta o avesso das coisas, que pode habitar um romance, mergulhar no sensível, no invisível, no não coagulado. Com isso, se corrompe a um modo particular da fenomenologia, o dualismo do sentir e do entender. Entrelaçadas objetividade e subjetividade, a abertura à alteridade implicaria um mergulho na ambigüidade do encontro e do mal-entendido.

Nesse ponto, Tardivo propõe o questionamento da fé perceptiva, aquela que tende a atestar que o mundo é tal como se pode perceber, que é quando ideologia e realidade “correm uma para a outra” (p. 133), como o autor destrincha na análise de *Abril Despedaçado*.

Ficção e não ficção

Para tratar da questão da realidade e da ficção (em predominância nas leituras de *Budapeste* e *Jogo de Cena*), Tardivo resgata a dimensão ficcional do aparelho psíquico. Nesse lugar entre o vivido e o imaginado, lugar caro à psicanálise, Tardivo remonta à reviravolta de Freud bem conhecida pela carta 69^{ccxvi}, na qual Freud se dirigiu a Fliess e que nos dá a ver a sua perturbação quando se vê diante da falha da sua *neurótica*, para em seguida criar a teoria da fantasia na qual se apoia a edificação da psicanálise. A teoria da sedução não resistiu à clínica da histeria do próprio Freud, uma vez que um acontecimento circunscrito na ordem do real não daria então conta do desencadeamento da divisão psíquica, do trauma. Não seria, portanto, exatamente na realidade do vivido o ponto de gatilho do erigir de uma defesa psíquica a constituir as chamadas psiconeuroses de então. Freud nos dá a ver a nuance: o discurso de seus pacientes não assentava tão somente na realidade vivida, tampouco numa mentira e não necessariamente em um delírio, mas na sua rede fantasmática. Nesse ponto, Tardivo assume essa que seria a condição ficcional do aparelho psíquico freudiano como ponto para a sua discussão da construção de realidades.

A realidade no psiquismo toma uma formação interpretante a partir do fantasma (p. 126). Nesse ponto, o vivido já contém e é contido pelo imaginado. Uma cópia da realidade nem a fotografia, que um dia pareceu fazer, de fato pôde fazê-lo. Ao mesmo modo, do inconsciente somente sabemos pelo seu decalque. A temporalidade revelada do *après coup* nos diz de “um vivido que é representado *só-depois*, já que as marcas só são ativadas quando relacionadas entre si” (p. 127). Tardivo aqui está às voltas com a questão da representação: não se trata de revelar sentidos ocultos, mas de olhar para os mecanismos de construção de sentidos, o que ele refere também por construção de verdade e de realidades.

Na linha tênue entre ficção e não ficção é que se desenrola o filme de Coutinho, que Tardivo convoca para aprofundar a ideia de construção de verdade do sujeito, mas também, do mundo. As histórias narradas por atrizes e por não atrizes, o confundir-se entre as verdadeiras donas das histórias e suas intérpretes traçam, pela montagem de Coutinho, uma bela ilusão de ótica entre papéis encenados e revividos, colocando-os, na leitura de Tardivo, ora em exato e ora em distintos lugares.

As ambiguidades postas às cenas das histórias que, sendo ficção, parecem verdade e, sendo verdade, parecem construção, não eliminam a factualidade do vivido, mas o reordenam para além da fantasia singular de cada um, na ordem do desvelar mecanismos coletivos de construção de verdades.

Papéis circulares e papéis que circulam

Em diálogo estreito com a Teoria Crítica, Tardivo remete suas indagações, quanto aos mecanismos de construção de verdade, diretamente para o campo social. A fim de refletir as análises fílmicas que apresenta nos capítulos I e II de seu livro, cita a filósofa Olgária Matos, na formulação de uma das questões mais fundamentais para a perspectiva poético-crítica de Tardivo quando, como ele diz, “realidade e ideologia correm uma para a outra” (p. 124) e segue a autora, que indaga: “como romper o ciclo fatal de uma história que se naturalizou, perdeu seu papel humano, e de uma natureza que se artificializou e se tornou fantasmal, irreconhecível e estranha ao homem que nela vive?”^{ccxvii}.

O menino analfabeto lê o livro por meio das figuras e Tonho, seu irmão, vive o livro; muda a velocidade em que gira o tempo dos seus dias. Tardivo descreve a cena mais ou menos desse modo, referindo-se aos irmãos do sertão nordestino diante da bolandeira que faz com calor e sobriedade a rapadura da família, em *Abril Despedaçado*. O menino de batismo recente, nome ainda sem pega, é sacrificado e Tonho escapa da roda da mórbida repetição familiar e social. O rompimento do círculo de violência pelo sacrifício do menino, na versão de Salles, difere do romance de base, talvez não dirimindo o aspecto trágico, mas possivelmente acrescentando, como sugere Tardivo, um alento: uma saída por Eros, na figura da circense Clara, da exogamia e da condenação à violência repetida, cujo caminho inexorável leva à morte. A saída que se apresenta na obra de Salles, nos lê Tardivo, é a da ressignificação da violência. O autor ecoa a pergunta: seria o sacrifício do menino (e também o de André, personagem de *Linha de Passe*) um fim inevitável? Uma saída possível?

Tardivo aproxima, em *Linha de Passe*, psicanálise com sociologia urbana, a fim de pensar a impossibilidade de sedimentação de memória, que se dá em famílias cuja condição de pobreza material e cuja necessidade de permanente deslocamento inibem a construção de uma perspectiva de futuro. O autor abre uma veia importante da relação entre processos psíquicos e processos sociais, diante das análises dos filmes que seleciona fazer. Traz das representações fílmicas a batalha pela existência, a humilhação social e relações alienantes e perversamente articuladas entre realidade e artifício nas vivências dos enredos e formas narrativas.

As negociatas do comprador Lourenço – de objetos carregados de história e afetos de pessoas falidas em necessidade extrema de algum ou qualquer dinheiro – é o que se desenrola no filme *O Cheiro do Ralo*. O mundo estéril de Lourenço se baseia em transformar objetos de afetos e história em quinquilharia. Tardivo vê, no projeto de vida desse personagem, nossa sociedade que, ao mercantilizar afetos em torno de objetos, cumpre o seu projeto de anulação dos afetos.

Chafurdado no cheiro do ralo e no fetiche da mercadoria é como Lourenço toma os objetos de afetos dos seus vendedores (estes em condições de subsistência); assume ainda a crueldade dos tempos liberais nas falas em que insiste em deixar claro que “cada um vende porque quer” (p. 62). A noção de liberdade sem liberdade, como a que parecemos viver, nos remonta à escolha entre a vida e a bolsa de Lacan, em seu Seminário 11^{ccxviii}: ou se perde os dois ou se fica sem a bolsa. A liberdade que se apresenta é aquela diante da qual não há liberdade: há apenas a falsa escolha entre uma subsistência dessubjetivada, mórbida vida, e a morte efetiva.

A crueza da personagem de Heitor Dhália, na leitura de Tardivo, completa sua faceta perversa quando a subjugação que faz do todo pela parte comparece na relação de

amor-fetichista que estabelece com uma moça ao desejar e, sempre explicitar, exclusivamente uma parte do corpo desta moça. Imagem preciosa à conceitualização freudiana da perversão está na cena recortada e analisada por Tardivo: diante da pergunta da moça (que não tem nome) se comprar uma parte do seu corpo era a fantasia de Lourenço, obtém como resposta dele que não, “isso seria sua realidade” (p. 65). O que na neurose se recalca e compõe a fantasia do sujeito, na perversão se realiza.

Sem referenciais internos consistentes, atolado no que acumula diante da miséria dos outros e de sua própria miséria que não escoam pelo ralo do banheiro, causa enunciada do mau cheiro, a vida de Lourenço, na releitura de Tardivo, emblema uma circularidade perseverante de um ralo sem vazão. A saída sarcástica e indiferente do personagem esconde a vulnerabilidade de quem se vê no lugar de desprezo que tenta tanto emanar para fora, mas que lhe é próprio e, portanto, não sai e impregna a sua própria existência. Circularidade essa evocada também ao redor da caldeira de rapadura, quente e sombria, contrastada pela luminosidade erótica da vida lá fora. Quando rompida a repetição circular fechada e mórbida, algo passa a poder dar vazão e circular em percursos diversos.

Em tempos de verdades forjadas em *fake news* e espalhadas em caráter de contaminação digital, as quase oitenta folhas em impressão frente e verso sobre papel da perspectiva poético-crítica de Tardivo nos permitem uma suspensão da temporalidade fugaz, para uma temporalidade algo entre o impermanente e o incrustado.

O artesão do inconsciente coletivo

Caio Liudvik

Resenha de Fundação das Obras de C. G. Jung (org.), *A arte de C. G. Jung*. Trad. Caio Liudvik. Petrópolis, Vozes, 2019, 273 p.

Caio Liudvik é cientista social com mestrado, doutorado e pós-doutorado no Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo; jornalista, escritor e tradutor.

O recente lançamento internacional de *A Arte de C. G. Jung*, cuja edição brasileira teve a honra de traduzir para a editora Vozes, é uma contribuição de peso para o processo de redimensionamento que, com o tempo e os materiais inéditos que vão vindo à luz, tende a acontecer, na recepção pelos especialistas e pelo grande público à obra de um dos gênios fundadores da psicologia profunda.

A farta documentação ilustrada que o volume traz torna literalmente *visível* o fecundo e longo envolvimento pessoal de Carl Gustav Jung (1875-1961) na criação de obras visuais. Ele próprio, é verdade, fez alusão a esta sua faceta no capítulo “Confronto com o inconsciente” das *Memórias, Sonhos, Reflexões*^{ccxix}. Mas a sua exigência de que a autobiografia fosse publicada apenas postumamente indica como, ao longo de sua vida, suas pinturas, desenhos e esculturas, longe de um *hobby* inofensivo, permaneceram de certo modo um *segredo*, a não ser para o seu entorno mais próximo.

Os véus em torno do Jung *artista* só foram retirados de modo mais contundente com a publicação fac-similar, em 2009, de seu *O Livro Vermelho* (lançado no Brasil pela Vozes no ano seguinte^{ccxx}), registro imagético e literário, com a monumentalidade das iluminuras medievais, de uma autoexperimentação psíquica que se estende entre 1913, logo após a ruptura com Freud e às portas da Primeira Guerra Mundial, e 1930.

O sucesso daquela iniciativa editorial se nota pelas exposições de *O Livro Vermelho* em instituições de prestígio nos Estados Unidos e na Europa, culminando em sua apresentação como o destaque central na Bienal de Artes de Veneza, em 2013.

A Arte de C. G. Jung reúne uma amostra daquelas imagens desconcertantes, como as ilustrações da capa e da contracapa, mas vai além, resgatando um amplo leque de obras visuais produzidas/ou colecionadas por ele ao longo da vida. Um tipo de material que permeia sua trajetória desde a infância e adolescência problemáticas^{ccxxi}. E que, vemos bem aqui, é uma chave estratégica para uma compreensão mais profunda da real dimensão, senão *empírica*, no rigor positivista da palavra, ao menos *experencial*, no sentido forte do conceito benjaminiano de experiência, *-Erfahrung*^{ccxxii}, que energiza desde sua gênese uma psicologia tantas vezes banalizada por usos mecânicos ou incompreendida e rejeitada pela alegada falta de credenciais científicas.

Ulrich Hoerni, neto de Jung e primeiro diretor da Fundação das Obras de C. G. Jung, a organizadora da obra, esteve à frente, desde início da década de 1990, do projeto de inventariar todas as obras visuais remanescentes do avô. Outro neto, Andreas Jung, também teve papel importante, na condição de proprietário do Arquivo da Família Jung,

que preserva grande parte das obras incluídas neste volume. O projeto teve também o auxílio de diversos proprietários institucionais ou particulares de obras visuais de Jung.

Após a edição de *O Livro Vermelho*, o inventário foi acelerado, com a intenção mais concreta de uma publicação. Em 2013, juntaram-se a esses esforços Thomas Fischer, novo diretor da Fundação, e Bettina Kaufmann.

Hoerni assina, neste volume, o capítulo inaugural “Imagens do inconsciente – uma introdução às obras visuais de C. G. Jung” (p. 12-18) e o final (p. 247-260), em que apresenta e comenta o simbolismo de uma série de iniciais estilizadas de passagens de *O Livro Vermelho*. No primeiro dos seus textos, Hoerni reitera o dado de que, por décadas, poucos sequer suspeitaram do *papel vital* da arte visual para a obra de Jung. Por que esse deliberado ocultamento?

No seu “Comentário Europeu” para a tradução por Richard Wilhelm de *O Segredo da Flor de Ouro*, em 1929^{ccxxiii}, Jung argumenta que as imagens alquímicas daquele antigo tratado chinês coincidem na forma e no conteúdo com as mandalas (termo sânscrito que significa “círculo”, estrutura muito usual na estética contemplativa indiana) com que ele lidava no trabalho cotidiano com as fantasias de seus pacientes. Conteúdos psíquicos que ele escutava e, bem mais do que Freud, “via”, dada a ênfase que dava, aliás pioneiramente, ao que hoje chamaríamos de práticas arte-terapêuticas (uma marca, entre nós, do trabalho revolucionário da psiquiatra e sua discípula Nise da Silveira):

Quando as fantasias tomam a forma de pensamentos, emergem formulações intuitivas de leis ou princípios obscuramente pressentidos, que logo tendem a ser dramatizados ou personificados. [...] Se as fantasias forem desenhadas, parecem símbolos que pertencem ao tipo da *mandala*. [...]. As mandalas não se difundiram somente através do Oriente, mas também são encontradas entre nós. A Idade Média e em especial a baixa Idade Média é rica de mandalas cristãs. Em geral, o Cristo é figurado no centro e os quatro evangelistas ou seus símbolos, nos pontos cardeais. Esta concepção deve ser muito antiga, porquanto Horus e seus quatro filhos foram representados da mesma forma, entre os egípcios. [...]. Encontrei também desenhos mandálicos entre doentes mentais, entre pessoas que certamente não tinham qualquer ideia das conexões aqui mencionadas^{ccxxiv}.

Esse tipo de recorrência no tempo e no espaço de uma mesma figura da imaginação é para Jung, como se sabe, uma evidência da existência de um inconsciente coletivo cujos conteúdos são arquétipos inatos, formas relativamente vazias, possibilidades estruturais de ideação, mas passíveis de polarizar alta carga de “libido” (a energia psíquica em geral, não apenas nem necessariamente de cunho sexual, conforme a revisão junguiana do termo de Freud) que recebem colorido temático diverso conforme o contexto histórico e individual.

O que pouco se sabia, porém, é que a referência impessoal, generalizante, a seus *pacientes europeus* escondia, no caso deste texto, uma autorreferencialidade muito pessoal que talvez não conviesse a Jung escancarar, sob pena de fragilizar a autoridade *científica* do seu argumento. Isso ajuda a explicar por que as dez mandalas que ilustram seu *comentário europeu* fossem mantidas no anonimato. Ele assim não precisava admitir que era o criador de três delas – um criador que dificilmente poderia alegar nada saber sobre o denso *background* histórico e religioso deste arquétipo que, como tal, ele considerava tanto mais *puro* quanto menos os sujeitos que o manifestam o *conheçam* conscientemente. Uma espécie de versão *psi* do *bom selvagem*, sábio natural mítico

projetado anteriormente, e com um similar ânimo hostil às afetações eruditas da civilização moderna, por outro célebre pensador suíço, Jean-Jacques Rousseau.

Sobre o desenvolvimento da mandala no imaginário e no pensamento teórico de Jung, temos um valioso subsídio nas ilustrações e observações que compõem o capítulo de autoria de Diane Finiello Zervas, “Presentimentos do Si-Mesmo – Esboços de Mandala de Jung para *O Livro Vermelho*” (p. 181-218). O título, não sem fazer eco à ode romântica de Wordsworth aos *prelúdios da imortalidade*, evoca o próprio Jung, no passo em que este afirma que as mandalas são impulsionadas por duas fontes: o inconsciente coletivo e a vida, que, “quando vivida com plena devoção, proporciona um presentimento do si-mesmo, da própria essência individual”^{ccxxv}.

Zervas mostra que Jung já havia tido contato com os aspectos essenciais do simbolismo mandálico quando da intensa pesquisa mitológica para *Transformações e Símbolos da Libido* (1912-13), livro que precipitou a ruptura com Freud. Seu ressurgimento na verdadeira batalha espiritual que teve lugar no e com seu próprio mundo interior, em especial entre 1913 e 1921 (ano de sua primeira grande publicação após a crise, o livro *Tipos Psicológicos*), mostra o valor que estes círculos tiveram como tradução gráfica das etapas de um processo intrapsíquico de integração dos opostos; interessante notar que uma das mandalas que Jung rascunha no período de serviço militar em 1917 respondia, segundo Zervas, ao constrangimento decorrente da *acusação*, por parte de uma colaboradora íntima, Maria Moltzer, de que sua própria obra teórica era expressão da vocação de um artista, não de um cientista.

O fato de Jung encarar esse diagnóstico de uma das musas inspiradoras de seu conceito de *anima* (personificação feminina do inconsciente dos homens) como um vaticínio angustiante é interessante; mostra como o projeto *profético*^{ccxxvi} por trás da obra de Jung precisava, aos olhos do seu portador, não se despir completamente da legitimidade específica que na sociedade moderna é concedida aos cientistas.

Fazer como seu ex-colaborador Franz Riklin, isto é, trocar a ciência da alma pela carreira de artista, era um caminho para o qual não lhe faltaria talento; mas o afastaria, senão da *experiência* da Verdade – a grande arte tinha para ele o poder de traduzir em símbolos o inconsciente coletivo e as tendências profundas de cada época –, ao menos da *objetividade* da razão crítica que parecia, vide a insistência em teorizar paralelos supostamente universais de fantasias psicóticas, um antídoto para o seu próprio temor de naufragar no mar instável das conjecturas metafísicas. Para além da emoção do lidar (como Nise da Silveira gostava de sintetizar o trabalho estético de seus pacientes) com os mistérios do inconsciente coletivo, ele precisava não apenas *acreditar* e expressar artisticamente uma crença, mas *saber*, parafraseando a célebre resposta que deu, perto do fim da vida, quando perguntado pela BBC sobre a existência de Deus.

Hoerni aponta seis fases fundamentais dos trabalhos visuais de Jung (p. 14-15). Vamos aqui comentar duas delas:

1ª Fase: Entre cerca de 1885-1895

Desenhos de fantasias: castelos, cidades e cenas de batalhas em lápis de grafite ou bico de pena, mencionados por Jung na autobiografia *Memórias, Sonhos, Reflexões*^{ccxxvii}. É paradoxal, mas não de todo incompreensível – se pensarmos na vontade de castrar nem sempre ausente das instituições educacionais – que o então menino Carl, estudante do

ginásio na Basileia, tenha sido dispensado das aulas de desenho por uma suposta *falta de aptidão*. A questão é que “sua habilidade espontânea para o desenho” só se fazia notar quando esta “dependia essencialmente do meu sentimento, circunstância que eu desconhecia nessa época. Sabia desenhar apenas o que ocupava a minha imaginação. O que me propunham, entretanto, era a cópia de modelos de divindades gregas, os olhos cegos e inexpressivos; como eu não me saísse bem, meu professor pensou que eu necessitava de algo naturalístico e colocou diante de mim a estampa de uma cabeça de cabra. Fracasei completamente, e isso representou o fim de minhas aulas de desenho”^{CCXXVIII}.

Aqui temos um indicador sugestivo de que a *habilidade espontânea* de Jung, não só quando menino, e não só para o desenho, mas como o psicólogo e mestre espiritual consagrado da idade madura, jamais se sentiria muito à vontade nos limites de uma mera *imitação* de tipo realista-naturalista do real, tendendo antes à *introversão* – um de seus conceitos mais famosos –, segundo a qual é o recôndito da alma que guarda as chaves e os recursos da expressão *verdadeira* de si mesmo. É expressionista, segundo Hoerni, o trabalho com as cores – o é também a dramaticidade das nuvens – no segundo período *artístico* de Jung, o das paisagens em aquarela, guache ou pastel, entre 1895 e 1905.

Tampouco é na “cópia” de deuses já excessivamente codificados que se baseará a importantíssima revalorização simbólica que a psicologia junguiana faria da religião como instância *experencial* da alma humana, independentemente da validade metafísica dos dogmas das diferentes confissões.

4ª Fase: Cerca de 1915-1928

Imagens interiores em diversos meios, como guache em papel ou pergaminho, bem como esculturas em madeira, algumas delas pintadas. Esta fase é de importância central, tendo sido descrita em detalhes por Jung nas suas *Memórias*, no capítulo sobre o *confronto com o inconsciente* que se iniciou para ele, como verdadeiro rito iniciático de descida às trevas limítrofes da psicose, após a traumática ruptura da amizade e da colaboração profissional com Freud. Desta experiência resultaria não só a profusão dionisíaca de mandalas, castelos, flores, monstros e fantasmas míticos como Filêmon, Salomé e o profeta Elias que povoam *O Livro Vermelho*, como também a gestação de ingredientes essenciais do “sonho de ciência”^{CCXXXIX}, que, enquanto sonho, está para Apolo como a embriaguez está para Dionísio, da obra teórica futura de Jung.

É o caso do conceito de imaginação ativa, técnica que, através da expressão verbal, pictórica ou corporal (pela dança, por exemplo), propõe ao paciente que se permita abrir espaço às tramas inconscientes por trás de seus sintomas e anseios, tramas as quais, como explica a teoria dos complexos de tonalidade emocional e enraizamento arquetípico, tendem sempre a algum grau de *personificação* em figuras benévolas e terríveis da própria vida imediata do sujeito ou de escala mais abstrata, que a oficina conceitual junguiana tenta esculpir com nomes como Grande Mãe, anima/animus, sombra, o Velho Sábio e imago Dei (imagem de Deus).

A expertise estética de Jung, que se pode atestar também pela série exuberante da seção “Galeria” (p. 54-179), é fruto de uma experimentação autodidata com os mais diversos meios e materiais (discutidos em detalhes no capítulo assinado por Jill Mellick,

p. 219-233), sobressaindo-se, porém, uma predileção por “técnicas lentas nas quais a obra tomava forma através de elaboração cuidadosa, por exemplo, em guache sobre papel e pergaminho, e mais tarde em esculturas e relevos em madeira e arenito”. Tal afinidade é sintomática em um homem cuja vida e obra são marcadas pelo descompasso^{ccxxx} em relação aos ritmos cada vez mais frenéticos e ruidosos de uma modernidade marcada pela superprodução de simulacros e indigência simbólica.

A ocupação prioritária com os alquimistas medievais, a partir sobretudo dos anos 1930, desdobra teoricamente o deleite que desde muito jovem o alegra e acalma, ao deixar fluírem suas fantasias no contato inventivo com a matéria (termo que etimologicamente remete a *mater*, um dos eixos arquetípicos centrais de uma psicologia tão *materna* quanto as de Freud e Lacan são paternas) que nos molda, ao mesmo tempo que é moldada por nós, seja com os chicotes da dominação técnica ou pelo amoroso abraço estético (parafraseando a noção reichiana do *abraço genital*) em que homem e mundo podem se revelar e se entregar um ao outro como parceiros e cúmplices da criação do novo e do tornar-se o que se é.

A apoteose deste pendore que remonta não só aos velhos mestres alquímicos, mas também ao romantismo alemão, se nota na célebre Torre de Bollingen, que Jung edifica, em diversas etapas, entre 1923 e 1956. Trata-se de uma espécie de santuário primitivo que, sendo preenchido com suas pinturas de parede, esculturas de pedra e relevos, lhe servia como contraponto eremítico à vida de chefe de família e profissional renomado que levava na casa em Kusnacht, onde morava com mulher e filhos e mantinha seu consultório psicoterapêutico.

Muito interessante é também o capítulo em que Thomas Fischer e Bettina Kaufmann tratam da relação entre Jung e a arte moderna (p. 21-33). Uma relação de tensão, se lembrarmos as controvérsias geradas pelos artigos de revista do psicólogo suíço, ambos de 1932, sobre Pablo Picasso “e seu irmão” James Joyce^{ccxxxi}.

Jung, lastreado em sua formação psiquiátrica e nos anos de trabalho no hospital Burgholzli, compara as imagens e tonalidade emocional de telas cubistas e do *Ulisses* com as representações mentais típicas de pacientes esquizofrênicos. Isso bastou para fazer dele alvo de uma torrente de protestos por parte de fãs, críticos literários e historiadores da arte. Foi acusado de não entender nada da arte moderna.

Jung, é verdade, nunca escondeu seu desconforto com os “mestres da fragmentação dos conteúdos estéticos e acumuladores de estilhaços engenhosos”, como admitiria quase 30 anos depois, em carta a um dos mais importantes teóricos da arte – e, diga-se de passagem, entusiasta editor das *Collected Works* de Jung – da época, Herbert Read. E sempre fez questão de dizer que a psicologia podia reivindicar um olhar muito específico, de tipo fenomenológico, sobre a dimensão psíquica da obra de arte, e não sobre sua essência em si, irreduzível a outros pressupostos senão os da própria estética^{ccxxxii}.

Mas, se ao *teórico* Jung, mais visível ao grande público, a arte moderna interessava como um sintoma das tendências caóticas da alma moderna, o Jung *artista*, trazido à tona de modo inédito neste livro, não parece tão distante daquela estética, em aspectos como o expressionismo e a atração pelo primitivo, bem como da *luta psíquica* que subjaz a ela. Uma luta contra a ameaça de fragmentação interior e exterior num mundo que, em 1913, ano em que se lança a seu *Livro Vermelho* (referência à cor da capa do

livro que utilizou), a Europa está prestes a mergulhar num mar de sangue^{ccxxxiii}. A hostilidade ao Dada, contrastante com a exaltação do *gênio* de Salvador Dalí (p. 27), indica que o tipo de arte moderna mais caro a Jung não se limita a exprimir o absurdo e o disforme, permitindo ao leitor/espectador o *prazer de compreender*, o acesso, nos escombros das ideias claras e distintas, a uma inteligibilidade suprarracional. Isso o aproxima também da escola simbolista (p. 23); e nos ajuda, de resto, a intuir o porquê da força de determinados símbolos na imaginação pictórica do próprio Jung, sua atração precoce por cenas de batalha (p. 57) e também pela segurança algo angustiosa oferecida por fortificações como os castelos (p. 56; 64s), análogos à própria ideia de mandala enquanto círculo “protetor” contra o assédio de forças psíquicas anarquizantes.

A “liberdade em cor, motivo e perspectiva” da ilustração da capa do volume guarda muita semelhança, como diz Daniel Niehs no Prefácio, com certas tendências das vanguardas do início do século XX. Medea Hoch, por sua vez, salienta a grande afinidade entre a visão simbólica que Jung tinha – e punha em prática – sobre as cores e “a investigação por Wassily Kandinsky dos efeitos psicológicos específicos das cores, bem como as correspondências forma/cor e os fenômenos sinestésicos resultantes” (p. 35). Tanto Jung como Kandinsky foram, neste aspecto, descendentes diretos das pesquisas de Goethe, um século antes, acerca das conexões entre cor e sentimento.

Assim, *A Arte de C. G. Jung* convida os admiradores do mestre suíço a (ad)mirar o quão ele foi fiel, também pelo papel do fazer artístico na sublimação de suas crises e na gestação de sua obra, ao imperativo de conjunção dos opostos (como a razão teórica e a imaginação estética) que a psicologia junguiana aponta como meta essencial do chamado processo de individuação. Mais que *provas empíricas* como se esperaria de uma ciência de cunho positivista, o que está em jogo aqui é a dimensão, tão valorizada por Walter Benjamin, da vida como *experiência*, em contraponto à mera vivência; a vida como autoexperimentação, *livro vermelho* da paixão criadora, gesta memorável prenhe em lições existenciais.

O que esse Jung pintor e escultor deixa entrever é um Jung psicólogo que camufla em conceitos um chamamento mais fundamental ao Ser essencial, ao *si mesmo* artesão que em cada um de nós transcende os egos industrializados e a jaula de ferro burocrática em que nos desgastamos e nos divertimos na agonia das rotinas em vão.

O que pode uma psicanalista nestes tempos

Maria de Fátima Vicente

Resenha de Maria Sílvia de Mesquita Bolguese, *O tempo e os medos – a parábola das estátuas pensantes*, São Paulo, Blucher, 2017, 304 p.

Maria de Fátima Vicente é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, onde é professora e supervisora no Curso de Psicanálise. Doutora em Ciências Sociais pela PUCSP.

Uma antiga canção de Caetano Veloso invoca o tempo de modos a apaziguá-lo e a convidá-lo a atender aos pedidos de seu cantor. O primeiro dos elogios que o compositor lhe dedica, à espera de ser escutado na empreitada, diz assim: *És um senhor tão bonito como a cara de meu filho*. Nessa estrofe, o cantor do tempo evoca os domínios daquele temível senhor, a finitude e a morte, condições que cada nova criança anuncia. Aposta, porém, que as alegrias em contemplar, acompanhar e apoiar as novas gerações possam nos reconciliar com a decadência e as perdas que aquela incontornável passagem nos impõe. Os filhos que nos sobreviverem levarão o legado que lhes for deixado e fecundarão outros futuros possíveis, por meio dos atos civilizatórios que se fizerem necessários à aventura humana sobre a Terra.

A experiência do *estado de graça* ao olhar o filho e antecipar a alegria da continuidade da vida, entretanto, tem se tornado rara nesta sociedade.

A sociedade contemporânea se especifica por uma particular relação com o tempo. Condições sociais, políticas e econômicas se entrelaçam em modos de vida que pretendem deter o tempo em suas consequências, formas de viver que evitam olhar a *cara do futuro*, na esperança vã de que o tempo não passe. Uma esperança como essa é muito velha, mas novas possibilidades tecnológicas e certas organizações político-sociais que a acompanham e a fazem proliferar criam e mantêm condições que sustentam a ilusão de que seja possível deter o tempo, ilusão aparentemente inamovível, refratária à palavra e indiferente ao outro.

O livro de Maria Sílvia de Mesquita Bolguese *O tempo e os medos – a parábola das estátuas pensantes* é um criativo trabalho de reflexão sobre as modalidades de subjetivação possíveis nessa conjuntura, as quais interpelam a Psicanálise diretamente na clínica cotidiana e indiretamente, no mal-estar presente na sociedade. O resultado desse trabalho é um livro complexo, denso e instigante.

Procurarei apresentá-lo demarcado pelo fio condutor de algumas das inquietações que a leitura me instigou, já que seria impossível promover a explicitação e a discussão dos diversos níveis em que os problemas foram tratados pela autora. Adianto, desde já, que tal fio condutor não será necessariamente contínuo ou que percorrerá toda a obra, entretanto, espero que inspire o leitor a abrir-se às próprias questões que a leitura lhe suscitar.

I. As alianças

O ponto de partida da autora é o envelhecimento na sociedade contemporânea, que, enquanto sociedade administrada, promove o açambarcamento desse processo psicossocial, antes vivido e significado no âmbito familiar, e o submete à lógica mercantil.

A autora toma em consideração a incidência de determinados parâmetros da sociedade na produção de subjetividades de difícil abordagem pelo trabalho próprio a uma psicanálise. Dificuldade devido à pouca possibilidade que aquelas pessoas têm em pensar suas próprias condições como sofrimento psíquico e de problematizá-las como tal.

Um estudo abrangente introduz as questões construindo-as com a contribuição de autores de vários campos do conhecimento, condição do trabalho que explicita a vocação interdisciplinar dos temas tratados e a radical necessidade de que psicanalistas, os comprometidos com seu tempo, se disponham ao outro, vizinho ou estrangeiro.

Cabe destacar que essa interlocução é recorrente na trajetória da autora, pois, desde o início de sua prática clínica, ela sustenta a proposta de investigar e refletir sobre o que se coloca aos sujeitos a partir das conjunturas sociais.

A escolha dos autores prioriza aqueles cuja implicação com o sofrimento humano se traduz em compromisso teórico, clínico e político, como ocorre com ela. Exemplarmente, os da Escola de Frankfurt, dos quais penso que se deva destacar a presença de Adorno como o autor que permite evidenciar as referências mais amplas da autora. O que, a meu ver, está relacionado especialmente ao modo como o filósofo compreende a ética, no contexto de sua reflexão sobre a razão ocidental.

Podemos ver assim a escolha da autora por Adorno, pois para o filósofo desde *Auschwitz*, a ética necessária ao mundo que nos restou é aquela que não se ordena mais pela busca de princípios universais e trans-históricos, mas que tem “sua raiz no impulso pré-racional em direção ao outro sofredor”. De tal sorte que o autor levará para a filosofia um tema que lhe era, até então, pouco comum: “o de uma radical corporeidade”. A qual se efetiva desde que a violência abjeta dos acontecimentos históricos do século XX reduziu os corpos a “essa corporeidade primeira, no limiar da passividade e da extinção da consciência, que uma vontade de aniquilação, esta sim clara, precisa e operacional, se esmera em pôr a nu para melhor eliminar.” (p. 77)^{ccxxxiv}.

Não por acaso, portanto, Adorno terá sido um pensador a acompanhá-la constante e consistentemente, em parceria fecunda com Freud, referência axial da autora na psicanálise, o primeiro dos autores do século XX cuja práxis desvelou que o corpo é condição de subjetivação.

Na sociedade contemporânea, os modos de eliminar a corporeidade erógena, elementar à constituição subjetiva, reduzindo os corpos àquela corporeidade primeira, assumem formas difusas, comandadas pela lógica mercantil, e produzem sofrimentos que não podem ser reconhecidos como tal. A elucidação das relações dessas formas difusas, com a formatação de subjetividades alienadas e sustentadas pela participação das condições psíquicas singulares que resultam nessa configuração, é o que norteia o trabalho da autora.

Apoiando a reflexão nos pensadores que convocou, ela demonstrará que tal estado de coisas depende de vários fatores inter-relacionados, quais sejam, dos ideais da sociedade do espetáculo, em que a imagem é o passaporte de pertencimento social; da lógica mercantil, que transforma a imagem em mercadoria e que estabelece valor de

mercado aos sujeitos referidos à dicotomia pertencimento/exclusão; e, finalmente, da necessidade de o capital prosseguir seu processo de acumulação, o que cria tanto os novos consumidores quanto as condições da sociedade administrada. Sociedade administrada por garantir o controle social por meio da gestão dos corpos, o que colabora para impedir a transformação das coordenadas econômicas e políticas que articulam historicamente a realidade social.

Em detalhamento desse enquadre abrangente, Bolguese especificará que a administração da vida será comandada pela *aliança perversa* entre a medicina e a publicidade, aliança que banaliza as conquistas da medicina em relação à longevidade e à saúde e as transforma em produtos do mercado. Expressos pelo jargão de *bem-estar* e de *qualidade de vida*, fazem a redução daquelas conquistas às exigências de beleza e de juventude eternas. O medo da velhice e do envelhecimento, condição e processo associados à feiura e ao risco de exclusão e/ou de segregação social, se infiltra em todos e atingirá pessoas cada vez mais jovens.

Quanto ao que asseguraria a participação psíquica nesse processo, a autora propõe a hipótese da pregnância da angústia frente à morte, pois, para ela, “o horror a envelhecer se encontra inexoravelmente atrelado à angústia frente à morte”, e a autoconservação é apenas um pretexto, uma vez que “a saúde física e psíquica, cooptada e subordinada a essa lógica, apresenta-se como coadjuvante” (p. 30). Como se verá nos relatos clínicos, a saúde estará ignorada ou desprezada, porque perturbadora da ilusão.

Bolguese expressará sua preocupação com a vulnerabilidade dos sujeitos frente àquela lógica mercantil, que se impõe sobre eles, sem possibilidade de crítica racional prévia – uma *impronta*, conforme a nomeia.

Vale a pena esclarecer, assim, que o principal objetivo deste livro é desvendar as artimanhas do funcionamento mental em sua aliança com os apelos e as demandas sociais, no sentido do esclarecimento de como os sujeitos se deixam aprisionar pela lógica mercantil (p. 47).

Se não há escolha racional prévia, outras condições, das quais a psicanálise se ocupa, levam o sujeito a se deixar aprisionar. Ela se dispõe então a decifrar as condições que possibilitam tal *aprisionamento consentido* articulando-o aos elementos, mecanismos e operações primárias do psiquismo comprometidas nessa aliança.

II. O solo firme da clínica psicanalítica freudiana – abertura e atualizações

O livro se compõe de uma Introdução, seguida de cinco capítulos de discussão clínico-teórica e finalizado por um ensaio, a título de conclusão, a *Parábola das Estátuas Pensantes*. É precedido por um prefácio, escrito por Maria Laurinda Ribeiro de Souza, que apresenta uma perspectiva ampla da leitura que se seguirá e oferece uma contribuição ao tema do livro em uma breve, porém importante, reflexão que sugere possibilidades vitais compartilhadas pela arte e pela psicanálise.

A referência à clínica é o principal solo de apoio de Maria Sílvia e, por meio da discussão de curtos relatos, a autora estabelecerá os nexos, caso a caso, entre as exigências macrossociais e as operações psíquicas de submissão e consentimento a elas.

O eixo de decifração dos problemas e de construção de hipóteses se fará a partir da proposição freudiana de 1914, relativa ao narcisismo, e prosseguirá com os conceitos de pulsão de morte e de compulsão à repetição, assim como levará em conta a retomada realizada por Freud das problemáticas do masoquismo e da angústia, todos esses elementos que articularam a *virada* dos anos 1920. Aquele movimento complexo resultou, na Psicanálise, em novas possibilidades de propor a metapsicologia, de intervir na clínica, mas teve também diversos desdobramentos institucionais, muitas vezes conflituosos ou mesmo sectários. Bolguese, entretanto, priorizará, fundamentalmente, os desdobramentos teórico-clínicos e convocará para interlocução autores contemporâneos de diversas origens. Assim, André Green, Jacques Lacan, Joel Birman, Lucia Fuks, Nelson da Silva Jr., Maria Cristina Ocariz, para nomear alguns, conviverão, se não pacificamente, em tensão produtiva constante decorrente de suas elaborações.

Eles serão convocados por terem proposto e desenvolvido questões relativas à articulação *corpo e sujeito*, questões relativas às condições atuais do laço social quanto à sua incidência na construção de subjetividades narcísicas e outras, que contribuirão com elementos para as articulações desenvolvidas pela autora. Serão postos a dialogar com os autores dos outros campos, tais como C. Lasch, N. Elias, G. Agamben, S. Zizek e vários outros. As colaborações serão trabalhadas pela autora tanto nos cinco capítulos teórico-clínicos centrais como em relação às condições de possibilidade do tratamento psicanalítico e a extensão de seu poder na atualidade, que receberá ampla reflexão no ensaio que finaliza o livro.

Uma sutil predominância do pensamento de André Green, entretanto, deve ser assinalada e comparece desde o início no modo pelo qual a questão é proposta, pois a autora considerará que as configurações próprias às neuroses não são suficientes para abarcar as características sintomáticas dos casos em discussão e os tratará como pertinentes à ampla categoria de fronteiros, conforme Green a propõe, o que incide também no modo de construir aquele eixo de referências textuais.

Os cinco capítulos se ordenam na sequência desse eixo, e os conceitos organizadores da discussão estão indicados sob os seguintes títulos: *Sob a égide do narcisismo*, no caso *Helena*. *O "não" tempo da pulsão de morte*, no caso *Hércules* – capítulos que terão como referência os conceitos de Narcisismo e de Pulsão de Morte. *As dores são o começo, o meio e o fim?* – com o conceito de masoquismo, no caso *Maria*. E, finalmente, *Angústia do Real e um corpo que envelhece* no caso *Alice* e *A mulher, a feminilidade e o gênero feminino* no caso *Hadassah* – nos quais as problemáticas da teoria da angústia, das construções sobre a feminilidade, e o gênero feminino, como problemática psicossocial, serão relacionadas.

O desenvolvimento das discussões porá em relevo os conceitos próprios à metapsicologia daquele autor, tais como narcisismo de vida/narcisismo de morte, o trabalho do negativo e o processo de desobjetalização, que contribuirão para elucidar com bastante propriedade principalmente os casos dos dois primeiros capítulos, o caso *Helena* e o caso *Hércules*. O caso *Maria*, discutido no terceiro capítulo, irá colocar em jogo os limites e as possibilidades da questão do masoquismo conforme proposto nos anos 1920 por Freud, e as relaciona a contribuições atuais, dentre as quais as de Nelson da Silva Jr., que propõe uma instigante relação sobre o predomínio do masoquismo erógeno na atualidade e as condições vigentes no laço social. Relações que abrem um caminho de discussão que Maria Sílvia irá articular com as questões amplas do traumatismo e da

violência nos tempos da guerra, em que o corpo é suposto estar para sofrer, onde Freud é novamente convocado a partir dos escritos sobre a guerra, revelando-se interlocutor bastante pertinente dos pensadores atuais.

Os casos *Alice e Hadassah* darão relevo às questões trazidas pela retomada da teoria da Angústia em Freud e convocarão também Lacan para essa discussão.

A cada capítulo os conceitos específicos serão retomados na obra de Freud, em suas várias apresentações nos diferentes momentos da obra, e serão discutidos tanto em relação ao que podem aportar à discussão de cada um dos casos quanto em relação aos limites que lhes são intrínsecos. Isso permitirá à autora circunscrever os pontos em que a necessidade de formulação de novas hipóteses se precipita, o que a leva a recorrer à formulação dos autores mais atuais e a construir suas próprias articulações. Escuta, interlocução ampliada e escrita fazem com que também lhe seja possível não só situar essas novas condições subjetivas a partir dos desenvolvimentos atuais da psicanálise, que as procuram explicar, mas também situar os desenvolvimentos da própria psicanálise que derivam também da proposta de abordá-las clinicamente. Como se pode constatar, o desenvolvimento do trabalho é consistentemente freudiano, por construir o problema a partir da clínica e por teorizar em decorrência dos impasses ali encontrados.

A particular presença da escrita neste livro merece ser destacada. Pois, além de se constituir como espaço-tempo das ressignificações das questões clínicas, condição para que a experiência possa se arriscar a se tornar comum, a escrita dos casos apresenta uma qualidade ficcional particular.

III. Escrita – narrativa e testemunho

A polifonia das vozes dos autores convocados promoverá, a partir discussão clínica, as condições propícias a que *os elos da história e, principalmente, a sustentação das histórias aqui contadas se encadeiem*, proposta anunciada desde a Apresentação do livro.

As falas dos pacientes receberão um encadeamento narrativo que permitirá situá-las em perspectiva crítica, mesmo quando, e principalmente quando, pelas características que lhes são próprias, a historicidade e a narrativa pouco ou mal se constituem. Ou então, quando se dispersam em um divórcio recíproco entre a história (mal) vivida e o sofrimento presente.

Ao nomeá-los *Helena, Hércules, Maria, Alice e Hadassah*, a autora os situa em relação a referências míticas, etimológicas ou literárias desses nomes, como as notas de rodapé, ao início de cada capítulo, indicam e a narrativa específica confirma. Isto confere uma densidade e uma pertinência ao fio narrativo da História, por meio dessa inscrição ficcional no encadeamento das produções culturais, que a alienação consentida àquele modo de subjetivação que assumem não permitiria que lhes fosse reconhecido.

Como se sabe, a literatura de testemunho em sua radicalidade narrativa pode elaborar os traumas históricos, uma vez que a violência que resulta na redução àquela *corporeidade radical*, que Adorno nomeia, retira do sujeito as possibilidades da fala, da confiança no outro, na possibilidade de o futuro advir. Porém, estamos diante de outra forma daquela redução, pois a problemática tratada por Bolguese diz respeito ao traumático que se instaura no cotidiano, suave, disperso, sedutor e hipnótico.

Coerentemente com isso, diferentemente dos sujeitos submetidos aos traumas da História que a nomeação *Auschwitz* permite convocar em suas múltiplas repetições, os sujeitos do trauma diário da sociedade administrada não estão emudecidos.

São bastante faladores, até demais.

Discorrem, acaloradamente, talvez, insistentemente (como se pode ler) e interpelam a psicanalista em busca de corroborar suas crenças e convicções, talvez um pouco abaladas devido à situação em que se encontram.

Contrariados, reagem mal à psicanálise.

A permanência nas condições exigentes necessárias a uma análise e a perseverança no trabalho psíquico serão diferentemente assumidas por cada um, mas, em comum, as dificuldades de elaboração psíquica e de se colocar como sujeito das condições em que se encontra, responsável, se não por elas, por sua possibilidade de modificação.

Há dificuldade, talvez impossibilidade, em se deixar tocar pelo enigma das significações possíveis da própria experiência e, em contraste com a crença em seus ideais de superação, tudo parece explicado, dominado, inamovível. Nessas circunstâncias, uma análise não é tarefa fácil, nem para aquele que chega nem para quem se dispôs a ficar à espera e à escuta, o psicanalista em sua radical solidão.

Nesse sentido, o livro é também um testemunho, às vezes pungente, sempre implicado, das aventuras e desventuras da psicanalista Maria Sílvia em face do sofrimento (ou de sua ausência aparente) que se lhe apresenta, sem que ao certo se possa dizer se quem chega lhe demanda algo, e menos ainda, se demanda o que a escuta psicanalítica pode realizar.

Testemunhadas na escuta, essas falas puderam, às vezes, retomar o fio da fala singular, em que os tropeços, as lacunas, os sonhos instauram aquela temporalidade descontínua que funda o humano, sem previsibilidade garantida, em que o sujeito se esvanece e que as bordas sociais do vínculo com o outro permitem contornar o vazio e dar sentido à existência, quando só o tempo dirá o que o vivido significou.

Transmitidas pela escrita nos remetem àquela outra escrita, fundante da odisseia humana, em que a grande esperteza de Ulisses em face do gigante de um olho só é fazer-se Ninguém. Não pelo risco do desejo em ser *Alguém cá nesse mundo*, como se presentifica o anseio de ser no poema "Vaidade", de Florbela Espanca (que abre a escrita de Maria Sílvia, em epígrafe), mas porque só é possível salvar a própria vida, vida de desejos e riscos, "ao se aceitar ser identificado com a não existência, com a ausência, com a morte, com *ninguém*"^{CCXXXV}, como ensinam Horkheimer e Adorno.

De tal sorte que a experiência do *estado de graça* ao olhar o filho e antecipar a alegria da continuidade da vida possa ser reencontrada e que se multiplique nos sons do estribilho das canções, nas linhas do estilo do autor, no prazer legítimo e no movimento preciso, quando o tempo for propício, do ato do analista. No silêncio prazeroso da escuta, da escrita e da leitura. A deste livro, que recomendo ao leitor.

Notas Resenhas

Resenha Tardivo

J. Laplanche; J.-B. Pontalis, *Vocabulário da Psicanálise*. Santos: Martins Fontes, 1979, p. 65.

Resenha Chuster

“...O senhor não pode entender o método de Ferenczi, sem entender toda a sua história. Tinha dez irmãos. Sua mãe era inteligente e eficiente, mas naturalmente não podia dar muito amor ao seu filho. Não podia ser salientado entre os outros. Ele tinha fome de amor. Esse era o seu segredo, e apareceu quando estava sendo analisado por mim. O seu novo método – que nada tem a ver com a sua terapia ativa que, por sinal, era muito boa – era na realidade uma rendição passiva ao paciente.” S. Blanton, *Diário de minha análise com Freud. Notas biográficas e comentários de Margaret Gray Blanto*. São Paulo: Nacional, 1975, p. 36-37.

Resenha Ventura

J. M. Masson (ed.), *A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess 1887-1904*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Imago, 1986, p. 265.

O. Matos, *A Escola de Frankfurt: Luzes e Sombras do Iluminismo*. São Paulo: Moderna, 2009, p. 59 *apud* R. Tardivo, *Cenas em Jogo: Literatura, Cinema, Psicanálise*. Cotia/SP: Ateliê Editorial, 2018, p. 124.

J. Lacan, Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise 1964 / Jacques Lacan; texto estabelecido por Jacques-Alain Miller; trad. M. D. Magno. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p. 208

Resenha Liudvik

C. G. Jung [1961], *Memórias, Sonhos, Reflexões*. Trad. Dora Ferreira da Silva. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015, p. 177ss.

C. G. Jung, *O Livro Vermelho*. Trad. Edgar Orth. Petrópolis: Vozes, 2010.

C. Liudvik. “Jung entre a angústia e o mito”, *Revista Percurso*, n. 43, 2009, disponível em: <http://revistapercurso.uol.com.br/index.php?app=artigo_view&ida=12&ori=edicao&id_edicao=43>.

A. A. Maroni, *Eros na Passagem – Uma Leitura de Jung a partir de Bion*. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2008, p. 21-22.

C. G. Jung; R. Wilhelm [1929], *O Segredo da Flor de Ouro – Um Livro de Vida Chinês*. Trad. Dora Ferreira da Silva e Maria Luíza Appy. Petrópolis: Vozes, 2013.

C. G. Jung; R. Wilhelm, *op. cit.*, p. 38-39.

C. G. Jung; R. Wilhelm, *op. cit.*, p. 40.

P. Stern, *C. G. Jung: O Profeta Atormentado*. Trad. Osvaldo Barreto. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

C. G. Jung [1961], *Memórias, Sonhos, Reflexões*. Trad. Dora Ferreira da Silva. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

C. G. Jung, *op. cit.*, p. 49-50.

S. Shamdasani, *Jung e a Construção da Psicologia Moderna – O Sonho de uma Ciência*. Trad. Maria Silvia Mourão Neto. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2003.

C. Liudvik, “Um Arcaísmo Moderno”, in M. C. Pinto, *O Livro de Ouro da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007, p. 193.

C. G. Jung, *O Espírito na Arte e na Ciência*. Trad. Maria de Moraes Barros. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 138.

C. G. Jung, *op. cit.*, p. 65.

F. Illies, *1913 – Antes da Tempestade*. Trad. Sílvia Bittencourt. S. Paulo: Estação Liberdade, 2016.

Resenha Fátima

J. M. Gagnebin, “Após Auschwitz”, in *Lembrar Escrever Esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006.

J. M. Gagnebin, “A memória dos mortais – notas para uma definição da cultura a partir da *Odisséia*”, in *op. cit.*, p. 13.

Colaboradores deste número

Adela Judith Stoppel de Gueller

Rua Dr. Homem de Melo, 736
05007-002 São Paulo SP
Tel.: (11) 3865 2370
adela@gueller.com.br

Ana Claudia Patitucci

Rua Prof. João Arruda, 53
05016-110 São Paulo SP
Tel.: (11) 3873 3457
anapatitucci@hotmail.com

Ana Helena de Staal

4 rue Alphonse-Daudet
75014 Paris França
tel.: + 33 1 45 45 11 58
anahdestaal@icloud.com

Anna Maria Amaral

Rua Sergipe, 441, 10ª andar
01241-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3661 8967
annamariaalcantara@gmail.com

Arnaldo Chuster

Rua Visconde de Pirajá 547, cj. 1010
22410-003 Rio de Janeiro RJ
Tel.: (21) 2241 0003/2259 7298/99972 6448
achuster@centroin.com.br

Barbosa Coutinho

Av. Santos Dumont, 2828, cj. 1507
60150-160 Fortaleza CE
Tel.: (85) 99991 8243
barbosacoutinho11@gmail.com

Bela M. Sister

Rua Maranhão, 584, cj. 42
01240-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3666 6443
belasister@terra.com.br

Bianca Santana

Rua Caiowaa, 2046, ap. 24, bloco 1
01258-010 São Paulo SP
biancasantana@gmail.com

Bruno Espósito

Rua Cardoso de Almeida, 788, cj. 24
05013-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 99369 0700
brunoespo@gmail.com

Caio Liudvik

Rua Sórora Angélica, 555, ap. 24
02452-060 São Paulo SP
Tel.: (11) 99394 0439
caioliodvik@hotmail.com

Camila Salles Gonçalves

Rua Dr. Flávio Américo Maurano, 810
05656-020 São Paulo SP
Tel.: (11) 3739 4464 / 98353 8742
camila_salles@uol.com.br

Célia Klouri

Rua Caçapava, 49, cj. 125
01408-010 São Paulo SP
Tel.: (11) 99125 6163
celiaklouri@yahoo.com.br

Cristina Parada Franch

Rua João Moura, 647, cj. 103
05412-001 São Paulo SP
Tel.: (11) 3081 4386
crisfranch@uol.com.br

Danielle Melanie Breyton

Rua Prof. João Arruda, 53
05016-110 São Paulo SP
Tel.: (11) 3873 3457
danibreyton@gmail.com

Deborah Joan de Cardoso

Rua Inácio Pereira da Rocha, 142, cj. 305
05432-010 São Paulo SP
Tel.: (11) 3032 1385
deborah@santacruz.g12.br

Eduardo Leal Cunha

Praça Camerino 161, cj. 601
49015-060 Aracaju SE
dudalealc@gmail.com

Fernando Urribarri

(0054)1163633003
f.urribarri1@gmail.com

Flávio Carvalho Ferraz

Rua João Moura, 647, cj. 121
05412-911 São Paulo SP
Tel.: (11) 3088 9606
ferrazfc@uol.com.br

Gisela Haddad
Rua Honduras, 587
01428-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 4329 7304
gishaddad@yahoo.com

Janine Puget
janinepuget@gmail.com

Jean-Pierre Pinel
Université Paris 13 UFR LSHS
Avenue J.-B. Clément
93430 Villetarreuse France
jeanpierre.pinel75@gmail.com

Lisette Weissmann
Rua Araguari, 817, cj.91
04514-041 São Paulo SP
Tel.: (11) 99431 6233
lisettewbr@gmail.com

Luciana Menin Lafraia
Rua Prof. João Arruda, 53
05012-000 São Paulo sp
Tel.: (11) 99657-3820
lafraia@terra.com.br

Maria de Fátima Vicente
Rua Jericó, 255, cj. 84
05434-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3032 9633
fatima.vicente@uol.com.br

Maria do Carmo Vidigal Meyer Dittmar (Lila)
Rua Jericó, 255, cj. 93
05435-040 São Paulo SP
Fones (11) 3032 2108/99970 4699
lilavidigal@terra.com.br

Miriam Chnaiderman
Rua Maranhão, 620, cj. 33
01240-001 São Paulo SP
Tel.: (11) 3666 4537
chnaide@uol.com.br

Nelson da Silva Jr.

Alameda Iraé, 620, cj 16
04075-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 5051 5311
nelsonsj1961@gmail.com

Renato Tardivo
Rua André Ampère, 153, cj. 63
04562-080 São Paulo SP
Tel.: (11) 99687 5222
rctardivo@uol.com.br

Roberta Nazaré Bechara Ventura
Rua Capote Valente, 979
05409-002 São Paulo SP
Tel.: (11) 98281 8402
n.robertaventura@gmail.com

Sérgio de Gouvêa Franco
Av. Onze de Junho, 1070, cj. 804
04041-004 São Paulo SP
Tel.: (11) 99685 0824/5574 1175
sg-franco@uol.com.br

Sérgio Telles
Rua Maestro Cardim, 560, cj. 194
01323-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3253 5767
setelles@uol.com.br
www.sergiotelles.com.br

Sílvia Nogueira de Carvalho
Rua Capote Valente, 1394
05409-003 São Paulo SP
Tel.: (11) 3864 9276
silvia_noz@yahoo.com.br

Silvio Hotimsky
Rua Ilhéus, 135
01251-030 São Paulo SP
Tel.: (11) 3862 7743
silviohotimsky@hotmail.com

Susana Muszkat
Rua Jericó, 255, cj 68
05435-040 São Paulo SP
sumuszkat@gmail.com

Vera Iaconelli
Rua Natingui, 314
05443-000 São Paulo SP
vera.iaco@gmail.com







